

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Doutorado em Psicologia

Renata Alves de Paula Monteiro

**A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NO
CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO COM JOVENS
CARIOCAS E QUEBEQUENSES**

Rio de Janeiro

2011

Renata Alves de Paula Monteiro

**A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NO
CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO COM JOVENS
CARIOCAS E QUEBEQUENSES**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor

Orientadora: Prof^a.Dr^a Lucia Rabello de Castro

Rio de Janeiro

2011

M775 Monteiro, Renata Alves de Paula.

A transição para a vida adulta no contemporâneo: um estudo com jovens cariocas e quebequenses / Renata Alves de Paula Monteiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

224f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2011.

Orientadora: Lucia Rabello de Castro.

1. Juventude. 2. Maturidade. 3. Trajetória de vida. 4. Jovens - Aspectos sociais. I. Castro, Lucia Rabello de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 305.235

Renata Alves de Paula Monteiro

A transição para a vida adulta no contemporâneo: um estudo com jovens cariocas e quebequenses

Tese submetida ao corpo docente da Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Rabello de Castro – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Solange Jobim e Souza
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Cristiana Carneiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Deise Mancebo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa
Universidade Federal de Santa Catarina

Rio de Janeiro, Fevereiro de 2011.

*A Thereza e Eduardo, meus amados pais,
pela generosidade na oferta de modelos e referenciais e
pela certeza, totalidade e linearidade do nosso amor.*

AGRADECIMENTOS

A Lucia Rabello de Castro, pelos ensinamentos, trocas e amizade construídos ao longo dos últimos dez anos, anos de “desenvolvimento” e “transição para a vida adulta”, e que foram fundamentais na constituição dos meus referenciais profissionais, políticos, éticos e humanos;

Aos meus queridos pais, pela presença e amor constantes, e pela aposta e certeza no passado, presente, e principalmente, no futuro;

A Fernanda, minha irmã amada, pelas risadas e palavras sempre tão confortantes, pela ajuda fundamental na transcrição das entrevistas e pelos momentos inesquecíveis de nossa “aventura abaixo de zero”;

A Madeleine Gauthier, pela recepção em Quebec, literalmente, de braços abertos, e pelos deliciosos bate-papos sobre as proximidades e diferenças de nossas culturas;

A Stella Jimenez, pela escuta atenta e respeitosa;

A Simone Gryner e Paula Mancini, pela transmissão e aposta;

Às minhas queridas amigas “intergalácticas”: Carina, Danielle, Ingrid e Lilian! Meu obrigado pela torcida e pela paciência com minhas ausências;

A Sônia, pela escuta delicada e sempre disponível, e pelas gargalhadas (histéricas ou não) nos momentos mais difíceis;

A Jacque, pelos cinemas e chopps Rio de Janeiro afora, e por insistir em me lembrar da importância desses quatro anos em minha vida;

À minha amiga quebequense-carioca Eva, sem você Quebec não teria a graça e alegria que tiveram para mim. Merci beaucoup!

A Silvia, pela generosidade no cultivo de nossa amizade;

Aos meus velhos e novos amigos: Adriana, minha amiga germinada; Paula, minha torcida paulistana; Adriana e Cecília, amigas de sempre; Luciana, presentão de 2010;

Aos companheiros de empreitada, Amana, Beatriz, Conceição, Luana, Rafael, Sônia e Suzana;

À minha querida amiga Baanu, pela presença mesmo à distância e pelos encontros mundo afora. What’s next?

Aos professores Cristiana Carneiro, Solange Jobim, Deise Mancebo e Silvio Correa pela disponibilidade e aceite em participar da banca;

Ao professor Mircea Vultur pelas palavras de incentivo e injeção de ânimo, sempre bem humorados;

A Ana e Andréa, fiéis escudeiras, sempre tornando tudo mais fácil;

Aos colegas de trabalho do NIPIAC (os de agora e os de sempre) pela torcida, companheirismo e parceria;

Aos jovens entrevistados pela confiança em compartilhar suas dúvidas, questionamentos, alegrias e angústias do processo de se tornar adulto;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de doutorado concedida. À CAPES pela bolsa sanduíche que possibilitou minha ida à Quebec. Ao Institut National de la Recherche Scientifique – INRS, pela bolsa concedida e pela estrutura física cedida para realização de parte da pesquisa.

“Àqueles dez anos inaugurais de perplexidade e inquietação, chamo de infância. Tão minha e tão perdida. Ao longo período da dita maturidade eu me refiro como ‘outro dia mesmo’. Já o pedaço da vida que vai do final da adolescência (aquela chatice) até os trinta, mais ou menos, costumo chamar de ‘o meu tempo’. Nisso não estou sozinha. Prá muita gente, a referência óbvia para ‘meu tempo...’ é a juventude. Os anos de formação, como diziam os românticos do dezenove. Período das experiências que definiram o que pretendíamos ser, assim como as promessas que continuam a acenar no horizonte das possibilidades. [...] Tem gente que entra na juventude como se o mundo fosse continuação do quintal familiar. Vai de cabeça sem medo, sem nem se dar conta de que caminha no escuro. Faço parte do outro grupo: para mim, tudo era grande demais. Eu ia, ansiava por ir, mas com um respeito danado pela imensidão à minha frente.”
Maria Rita Kehl, em *Meu tempo*

“Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer? Se antes da pré-história já havia os monstros apocalípticos? Se esta história não existe, passará a existir. Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos – sou eu que escrevo o que estou escrevendo.”
Clarice Lispector em *A hora da estrela*

RESUMO

MONTEIRO, Renata Alves de Paula. **A transição para a vida adulta no contemporâneo: um estudo com jovens cariocas e quebequenses.** Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A transição para a vida adulta tem, na atualidade, se configurado como objeto de interesse e de investigação por parte de diferentes atores sociais, tendo em vista o panorama de dificuldades que jovens têm encontrado para sair da condição juvenil. Novas configurações estruturais e mudanças culturais, contextualizadas na pós-modernidade, têm impactado o padrão até então estabelecido para a transição, principalmente no que diz respeito aos eventos tradicionais dessa fase, qual seja: terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais, estabelecer moradia própria; casar; ter filhos. Esta tese tem o objetivo de investigar o processo de subjetivação de jovens no contemporâneo no momento de entrada na vida adulta. Tal questão assume relevância no contexto atual no qual processos de individualização produzem uma multiplicação de repertórios do ciclo de vida, rompendo assim com a linearidade da transição para a vida adulta e promovendo uma diversificação de itinerários. Também visa definir o estatuto da adultidade no contemporâneo, uma vez que a sociedade tem sido marcada por processos de juvenilização. Analisamos também como os jovens experienciam a condição de moratória a eles concedida, assim como a importância do trabalho por eles atribuída no processo de se tornar adulto. Para tal, foram realizadas entrevistas com 19 jovens cariocas e quebequenses (9 cariocas e 10 quebequenses), pertencentes à classe média e com pelo menos um ano de formado no ensino superior. A análise dos resultados demonstrou que a transição é descrita pelos jovens como uma aproximação progressiva ao universo adulto, onde se destaca a assunção de uma responsabilidade específica desse momento da vida. Neste processo, o trabalho mantém sua função de integração social e é considerada pelos jovens como aspecto viabilizador da vida adulta e referência identitária. O processo de moratória parece ser vivenciado de forma diferente por jovens quebequenses e jovens cariocas, uma vez que os primeiros vivenciam este momento através de experiências de aproximação à vida adulta, enquanto os últimos acabam mais restritos à esfera familiar e escolar. Finalmente, a reconfiguração pela qual passa o conceito de adulto parece fazer emergir uma adultidade reflexiva, porém, em coexistência ao adulto moldado na modernidade.

Palavras-chave: transição para a vida adulta; juventude; adultidade; trabalho; individualização

ABSTRACT

MONTEIRO, Renata Alves de Paula. **A transição para a vida adulta no contemporâneo: um estudo com jovens cariocas e quebequenses.** Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Transition to adulthood has become recently an object of interest and investigation by different social actors because of the spectrum of difficulties young people have been facing in order to exit the youth condition. In the post-modern context, new structural configurations and cultural changes impact the existing pattern established to the transition, especially the traditional events of this phase, such as: finishing school; having your own job; leaving your parents' home; establishing your own household; marrying; having children. This thesis studies the subjectivation process of young people nowadays at the moment of entrance into adult life. This investigation is relevant in the current context where processes of individualization produce a multiplication of repertoires of life cycles, breaking with the linearity of transition to adult life and promoting the emerging of different itineraries. We also intend to define the status of adulthood in the contemporary context once society has become marked by youth characteristics. We analyze how young people experience their moratory condition and also the importance of work for them in the process of becoming adult. In order to attain these goals, we have interviewed 19 youngsters: 9 living in Rio de Janeiro and 10 in Quebec. They are all members of the middle class and university graduates. The resulting analyses show that the transition is described by the youngsters as a progressive approximation towards the adult universe, especially through the acquisition of responsibilities. In this process, work sustains its function of social integration and it is considered by the interviewees as a conditional aspect to adulthood and an identity reference. The moratory process seems to be experienced differently by quebequers and cariocas, the formers pass through this moment with experiences of proximity to adult life, whereas the latter end up more isolated in the familiar and scholar sphere. Finally, the reconfiguration of adulthood seems to make emerge a reflexive adulthood, but in coexistence with the concept of adult framed in modernity.

Keywords: transition to adulthood; youth; adulthood; work; individualization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 15
1 A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	p. 20
1.1 A transição para a vida adulta: um problema contemporâneo	p. 23
1.1.1 Eixos tradicionais de análise da transição para a vida adulta: escola, trabalho e família	p. 25
1.1.2 Definindo a transição	p. 29
1.1.3 A transição no mundo contemporâneo: não-linearidade, singularização biográfica e futuro incerto	p. 33
1.2 Da modernidade à pós-modernidade: da socialização à individualização	p. 35
1.2.1 A modernidade: tempo das certezas	p. 36
1.2.2 A pós-modernidade: o início das incertezas	p. 38
1.3 O conceito de individualização	p. 42
1.3.1 A socialização e a perspectiva desenvolvimentista: bastiões da modernidade	p. 43
1.3.2 Individualização: a socialização no contemporâneo	p. 50
1.3.3 Individualização e juventude	p. 57
1.3.4 Responsabilização pela precariedade: efeitos da individualização na juventude	p. 62
1.4 Rio de Janeiro e Quebec: especificidades, contextos e realidades diferentes	p. 64
2 JUVENTUDE E ADULTIDADE	p. 71
2.1 A fronteira entre juventude e adultidade	p. 72
2.1.1 O conceito de juventude: pluralidade e diversidade	p. 74
2.1.2 Modelo de subjetivação adolescente, juvenilização da sociedade: o adolescente como ator referencial	p. 78
2.1.3 A moratória e o direito a “viver a juventude”	p.85
2.2 Uma nova adultidade? A reformulação da idéia de adulto na contemporaneidade	p. 92
2.2.1 O conceito de adulto	p. 92
2.2.2 O novo adulto	p. 96

2.2.3 Responsabilidade: atributo da vida adulta	p. 103
2.3 Políticas públicas e juventude: alguns comentários	p. 108
3 TRABALHO	p. 116
3.1 O trabalho hoje	p. 118
3.2 A importância do trabalho na construção da identidade adulta	p. 126
3.3 Políticas públicas, trabalho e juventude: alguns comentários	p. 137
4 COORDENADAS CONTEXTUAIS E METODOLÓGICAS	p. 141
4.1 Coordenadas contextuais	p. 141
4.1.1 Quebec – especificidades culturais e estruturais	p. 141
4.1.2 Conhecendo e entendendo Quebec: a filiação francesa	p. 142
4.1.3 O sistema educacional de Quebec	p. 144
4.2 Coordenadas metodológicas	p. 146
4.2.1 Os jovens	p. 148
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	p. 151
5.1 Análise dos desenhos do “movimento da vida”	p. 151
5.2 Análise das linhas do tempo	p. 153
5.3 Análise das entrevistas	p. 157
5.3.1 A ambivalência no processo de se tornar adulto: entre o desejado e o evitado	p. 157
5.3.1.1 Adulto é... <i>“você ter que se virar sozinho”</i>	p. 160
5.3.1.2 Adulto é... <i>“Sem a independência econômica, eu acredito que nem a independência afetiva ela se concretiza, né”</i>	p. 165
5.3.1.3 Adulto é... <i>“se perguntar que tipo de pessoa eu vou me tornar”</i>	p. 169
5.3.2 A transição para a vida adulta de jovens cariocas e quebequenses: individualização e contexto cultural	p. 172
5.3.2.1 A transição para a vida adulta como processualidade	p. 172
5.3.2.2. Nem tão “desencaixados” assim: relativizando o impacto da individualização na transição para a vida adulta	p. 177

5.3.3 Moratória como espaço de subjetivação: discurso e prática juvenis no contemporâneo	p. 180
5.3.3.1 <i>“Tô andando de bicicleta”</i> : do culto dos adultos à dificuldade dos jovens	p. 180
5.3.3.2 <i>“Porque aqui alguém que tem 25 anos e vive com a família não é normal”</i> : diferenças entre Quebec e Rio de Janeiro	p. 184
5.3.3.3 Escolha da profissão: uma escolha individualizada	p. 186
5.3.3.4 As experiências de trabalho e de viagem: experiências de moratória	p. 188
5.3.4 A importância do trabalho na transição para a vida adulta	p. 192
5.3.4.1 <i>“Tem os que trabalham pra viver e os que vivem pra trabalhar”</i> : o lugar do trabalho na vida dos jovens	p. 192
5.3.4.2 <i>“Meu pai é engenheiro mas não sei se foi isso”</i> : a relação entre trabalho e família	p. 196
5.3.4.3 <i>“Eu acho que você se localiza no mundo, no tempo, através do seu trabalho, da sua profissão”</i> : o trabalho como referência identitária	p. 198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 206
ANEXO 1	p. 216
ANEXO 2	p. 220
ANEXO 3	p. 223

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 Frequência por tema nas áreas de educação, ciências sociais e serviço social	p. 21
QUADRO 2 Sistema educacional da província de Quebec	p. 145
QUADRO 3 Características (idade, profissão, formação, estado civil) dos jovens da cidade do Rio de Janeiro	p. 148
QUADRO 4 Bairro de moradia e universidade cursada dos jovens cariocas entrevistados	p. 149
QUADRO 5 Características (idade, profissão, formação, estado civil) dos jovens da cidade de Quebec	p. 149
QUADRO 6 Divisão dos desenhos do “movimento da vida” por dimensão temática e por cidade	p. 152
QUADRO 7 Número de ocorrências por linha do tempo PASSADO-PRESENTE dos jovens cariocas e quebequenses	p. 153
QUADRO 8 Número de ocorrências por linha do tempo PRESENTE-FUTURO dos jovens cariocas e quebequenses	p. 153
QUADRO 9 Identificação dos jovens quebequenses quanto à identidade adulta	p. 158
QUADRO 10 Identificação dos jovens cariocas quanto à identidade adulta	p. 158

INTRODUÇÃO

Recordo-me das inúmeras vezes, durante minha adolescência, em que sentada na escada do prédio onde morava, passava horas junto com minhas amigas, imaginando o futuro, o que seríamos, teríamos e estaríamos fazendo em 10, 15 anos. Ter um carro e a liberdade de poder ir e vir, uma casa e a possibilidade de fazer o que se quiser nela, viajar mundo afora, ter o emprego e a família dos sonhos, pareciam promessas que seriam cumpridas, caso fizesse minha parte. Não havia nada a temer, o caminho parecia claro e fácil. Terminar a escola, prestar o vestibular, fazer a faculdade, e pronto, começar a viver a vida de adulto a que tanto aspirávamos. Ser uma pessoa independente, que “sabe das coisas”, que não tem dúvidas e que tudo consegue. Em alguma medida, essa havia sido a receita seguida por nossos pais, avós, bisavós. “Amar e trabalhar” é, segundo Freud, o destino do homem.

Passados alguns anos, prestes a tomar a decisão de estender meu percurso acadêmico com um doutorado, qual foi minha surpresa ao perceber que tudo o que havia planejado há mais de 10 anos parecia ainda distante de ser realizado. Comecei a pensar no que havia acontecido, no que havia feito de “errado”, onde havia deixado de fazer a “boa escolha” ou “não correspondido à altura”. Tal estranhamento foi se intensificando à medida que percebia que não estava sozinha, que amigos, amigos de amigos, se encontravam na mesma situação, ainda estudando, ainda sem trabalhar, ainda morando na casa dos pais, ouvindo as mesmas músicas e calçando o mesmo tênis de uma década atrás.

Instigada por essa indagação pessoal, resolvi torná-la objeto de estudo de meu doutorado, uma vez que mesmo não representando uma realidade hegemônica da juventude, a questão encontrava ressonância em uma parcela deste público, assim como na cultura de maneira geral, em filmes, livros, músicas que pareciam retratar essa mesma temática: O que é ser um adulto? Como se faz para se tornar um adulto? E mais ainda, por que hoje esta transição se tornou tão complicada?

A transição para vida adulta tem se apresentado como um dos temas que mais tem ganhado relevo no debate sobre juventude no mundo hoje. Chama atenção o grande número de pesquisas, profissionais e instituições – acadêmicas, governamentais, não-governamentais – que têm se debruçado sobre essa questão. Trata-se de uma questão que envolve não somente os jovens, mas também outros atores sociais, pois diz respeito a como a sociedade está pensando os papéis sociais na atualidade, e como ela insere e “recebe” novos integrantes. O recorte da inserção profissional expõe isso claramente, pois coloca a questão de como a sociedade deve lidar com o número cada vez maior de jovens que, a cada dia, se apresentam

para entrar no mercado de trabalho, num contexto em que a oferta de empregos se torna cada vez menor, implicando os adultos a terem de disputar não só entre si, mas também com os jovens as poucas vagas existentes.

Entretanto, no Brasil, o número de pesquisas é pequeno e recente, com a maioria dos trabalhos nessa área tendo sido publicados a partir do ano 2000. Além disso, as pesquisas existentes até o momento possuem uma abordagem muito superficial, baseada principalmente em dados e análises de ordem quantitativa e estatística (como a publicação do IPEA), não se aprofundando em questões mais qualitativas, muito menos subjetivas dos jovens.

Localizando-se no campo de estudos sobre transição para a vida adulta, campo esse que tem se tornado referencial na análise e entendimento da juventude e seus processos (Pais, 2005), esta tese procura investigar o processo de subjetivação de jovens no contemporâneo no momento de entrada na vida adulta. Tal questão assume relevância no contexto atual no qual processos de individualização da vida social produzem uma multiplicação de repertórios do ciclo de vida, rompendo assim, com a linearidade desta transição (escola – trabalho) que vigorou durante grande parte do período entendido como modernidade, e promovendo o surgimento de itinerários diversos e diversificados. Esta perda de linearidade passa a caracterizar hoje a condição juvenil para alguns setores da sociedade, principalmente classe média e alta.

As decisões biográficas, antes divididas com a família e sociedade, passam agora a serem tomadas de forma individualizada, como consequência do acirramento, expansão e valorização, no contemporâneo, do processo de individualização enquanto forma de subjetivação. O conceito de individualização enfatiza que é o sujeito jovem que tem que construir sua própria biografia, sem poder apoiar-se em contextos estáveis, o que por um lado, abre um leque maior de escolhas e formas de “ser”, uma vez que se encontram “desatados” de “encaixes” característicos da sociedade moderna (como classe, origem familiar, gênero, religião, etc.); mas por outro, pode causar solidão e ser fonte de angústia frente às escolhas e ao futuro.

Dessa forma, pretendemos investigar como o processo de individualização afeta os jovens cariocas e quebequenses de classe média no momento considerado importante em suas vidas, qual seja, a entrada na vida adulta. Assim, objetivamos conferir as consequências para o sujeito jovem dessa nova forma de societalização (Beck, 1992), ou de relação entre indivíduo e sociedade, que se distancia de processos mais formais e tradicionais de socialização.

De maneira específica, objetivamos pesquisar a construção da identidade de adulto

para os jovens, como o estatuto adulto é por eles experienciado e sua aparente resistência e recalitrância em assumir-se como tal. A idéia de adulto presente no imaginário juvenil parece reproduzir e atender ao discurso não só de processos individualizantes (ressaltando características como liberdade, responsabilidade, escolha), mas também à concepção de sujeito adulto preconizada tanto pela perspectiva desenvolvimentista e teleológica de socialização e credenciamento.

Propomos também analisar a função e importância do trabalho enquanto marcador simbólico, se este se configura ainda, no contemporâneo, como espaço estruturante para o jovem, em sua entrada na vida adulta. O trabalho desempenhou ao longo da modernidade um papel importante de diferenciação social, organizador do ciclo de vida, fornecendo um “sentido” simbólico e teleológico, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Entretanto, frente ao panorama de “desencaixes” e desinstitucionalização promovidos pelo discurso e práticas individualizantes, o trabalho parece perder este lugar central, talvez mais no discurso acadêmico e de políticas públicas do que efetivamente na vida dos jovens.

Por fim, ao privilegiarmos neste trabalho o viés de juventude enquanto moratória (Calligaris, 2000) – ou seja, como sujeitos para quem é ofertado pelos adultos um tempo de gozo, liberdade, e também preparação, experimentação e menor responsabilidade, no aguardo de um credenciamento para sua entrada plena enquanto membro da sociedade, visamos analisar de que maneira esse discurso é introjetado pelos jovens e estrutura sua experiência juvenil, vindo assim a atender a certas necessidades e demandas da sociedade no momento atual, como por exemplo, a necessidade de que frente ao contexto de falta de empregos, os jovens permaneçam o maior tempo possível fora do mercado de trabalho (Bourdieu, 1983).

Para melhor compreensão do trabalho que será desenvolvido, consideramos importante o esclarecimento de certos pontos, de certas coordenadas conceituais, que balizam o assunto aqui discutido.

Primeiramente, ao trazermos o contexto da transição para a vida adulta marcada pela desinstitucionalização, individualização e incerteza, consideramos estarmos abordando uma faixa circunscrita da juventude brasileira, seja ela, jovens de classe média e alta. Acreditamos que essa questão tem relevância, pois se coaduna a uma nova discussão sobre a juventude voltada para um outro universo, não mais restrito aos jovens pobres, tradicionalmente objeto de intervenção de políticas públicas. Essas características atribuídas à transição parecem estar profundamente ligadas ao contexto no qual estamos inseridos (principalmente a classe média), caracterizado como pós-modernidade.

Ao optarmos pela importância da via do trabalho, dentre os eventos clássicos de

transição para a vida adulta, não o defendemos como via única ou destino normativo para os jovens, que podem significar sua transição para a vida adulta pela via da conjugalidade, parentalidade, dentre outros. Entretanto, é inegável a importância do trabalho na sociedade, principalmente enquanto elemento de integração social, e também como elemento viabilizador dos outros marcadores (morar sozinho, casar, ter filhos, etc.).

Finalmente, optamos por não nos debruçarmos sobre a discussão do uso e aplicação dos conceitos de adolescência e juventude, discussão essa que acreditamos ser de extrema importância, mas que não teria maior pertinência para os fins deste trabalho. Assim, não nos prenderemos a definições e territorialidades conceituais, e adotaremos juventude como objeto de investigação. A noção de adolescência é mencionada em algumas ocasiões de forma a fortalecer a argumentação deste trabalho, ora como etapa de vida anterior à juventude, ora como processo psíquico.

A investigação contará com a participação de jovens moradores da cidade do Rio de Janeiro e jovens moradores da cidade de Quebec. Acreditamos que as diferenças econômicas, sociais e culturais entre os dois contextos vêm a acrescentar contribuição importante a esta pesquisa, uma vez que assim, o impacto da individualização também pode ser avaliado em contextos culturais diferentes. Em função de questões sociais e históricas, a diferenciação entre Quebec e Canadá é feita, e, portanto, optamos por falar em juventude carioca e não brasileira, apesar das diferenças não serem tão marcantes.

Assim, iniciaremos a discussão no primeiro capítulo com a contextualização dos estudos sobre a transição para a vida adulta no contemporâneo, procurando definir e caracterizar este conceito. Em seguida, procuramos mapear o contexto pós-moderno, privilegiando a análise do processo de individualização, e seu impacto para a juventude, especificamente, sobre o momento de transição para a vida adulta. Uma análise sobre aproximações e diferenças entre o contexto carioca e quebequense também é feita.

No capítulo seguinte, os conceitos de juventude e adultidade são discutidos, procurando demonstrar origem e deslocamentos destes conceitos, principalmente, as reformulações pelas quais têm passado no contemporâneo. A juventude enquanto moratória e a adultidade enquanto marcada pela também são discutidas. Em função das questões apresentadas, um breve panorama sobre políticas públicas para juventude é apresentado.

O trabalho é o tema do terceiro capítulo, onde buscamos defini-lo conceitual e historicamente, assim como apontar como os discursos de individualização e flexibilidade o tem afetado e causado mudanças quanto a sua forma e centralidade na vida social. Sua importância para a juventude, principalmente no momento de construção da identidade adulta

é discutida em uma seção do capítulo, que finaliza também com uma breve discussão sobre a relação juventude, trabalho e política pública.

Coordenadas contextuais e metodológicas são apresentadas no quarto capítulo. Finalmente, passamos a análise do material de campo colhido junto aos jovens cariocas e quebequenses sobre suas opiniões, elaborações, alegrias e angústias sobre o processo de se tornar adulto hoje.

1 A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

A transição dos jovens para a vida adulta parece, na atualidade, ser objeto de preocupação e investimento de diversos atores sociais. Governo, formuladores de políticas públicas, universidades, sociedade civil, mídia demonstram preocupação com o “futuro dos jovens”, especialmente com aqueles que enfrentam a desvalorização de suas qualificações escolares ou que se encontram em risco de exclusão social. Tal preocupação é justificada, hoje, pelo panorama atual de crise econômica e os conseqüentes efeitos desse contexto para a transição, principalmente a concebida tradicionalmente pelo eixo escola – trabalho.

Na atualidade, surge como destaque um novo eixo de análise da juventude, qual seja, a transição para a vida adulta, deslocando um pouco o olhar vigente até então para esse público, por parte das políticas públicas, que se concentrava nas idéias de “revolta”, “marginalidade”, “delinqüência”. Conforme Camarano & Mello, “não é incomum que os jovens sejam associados à marginalização e à criminalidade, ao ‘não querer nada com a vida’” (2006: 13). Assim, permanece uma *problematização sociológica* da juventude, mas com uma outra versão da juventude como, *problema social*, envolvendo questões como inserção profissional, prolongamento da escolaridade, novas configurações das relações amorosas e familiares.

Tal preocupação vem mobilizando a Europa desde o final dos anos 1970 do século passado; o Brasil, agora, começa a se debruçar sobre essa situação. Assim, observamos na literatura européia e norte-americana um destaque ao momento de transição para a vida adulta já há diversos anos (Pais, 2003; Pollock, 2002; Côté, 2000; Arnett, 2000; Galland, 1990; Bidart, 2006a), enquanto que este campo aparece como novidade no Brasil, mais recentemente, através de estudo de questões tangenciais como o trabalho e a vida adulta (Camarano, 2006; Guimarães, 2006; Pimenta, 2007, Korman, 2007). O questionamento sobre “acesso à vida adulta”, “saída da juventude” e “transições juvenis”, tem constituído um terceiro eixo de análise sobre a juventude no campo da sociologia, denominado “Sociologia da Juventude”, através de nomes como Olivier Galland, José Machado Pais, Madeleine Gauthier, dentre outros.

Sposito, juntamente a outros colaboradores, organizou em 2009 dois volumes intitulados “Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)” cuja proposta foi de inventariar a produção de conhecimento sobre juventude no nível de pós-graduação nessas áreas –dissertações e teses – produzida nos últimos anos no Brasil. Chama nossa atenção o fato que em sua proposta de se apresentar como “estado de conhecimento” ou “estado da arte” sobre a juventude, Sposito et al. (2009)

optam por não considerar a vasta produção do campo da Psicologia (e Psicanálise)¹, importante área de conhecimento que vem se debruçando sobre a questão da juventude – não exclusivamente, mas predominantemente pelo viés da adolescência - pelo menos desde os primórdios do século XX (cf. Hall, 1904; Freud, 1905). Entretanto, consideramos que Sposito et al. (2009) apresentam um ilustrativo panorama de estudos sobre juventude, a partir do qual, é possível observarmos a lacuna de estudos sobre transição para a vida adulta, entre pesquisadores brasileiros. Tal lacuna é confirmada pela dificuldade de se encontrar, para além de dissertações e teses, artigos e livros nacionais sobre o assunto.

QUADRO 1 Frequência por tema nas áreas de educação, ciências sociais e serviço social

TEMA	QTDE	(%)
Juventude e escola	188	13,17
Adolescentes em processo de exclusão social	177	12,4
Jovens universitários	149	10,44
Jovens, sexualidade e gênero	133	9,32
Juventude e trabalho	91	6,38
Jovens, mídia e tic	74	5,19
Jovens, escola e trabalho	65	4,56
Grupos juvenis	64	4,48
Jovens negros	64	4,48
Participação e cultura política	62	4,34
Juventude rural	52	3,64
Estudos psicológicos/psicanalíticos sobre juventude	47	3,29
Estudos históricos sobre juventude	38	2,66
Jovens portadores de necessidades especiais	33	2,31
Jovens e violência	31	2,17
Juventude, lazer, consumo e sociabilidade	31	2,17
Jovens e substâncias psicoativas	23	1,61

¹ Mesmo tendo utilizado dentre seus descritores as palavras adolescência e adolescente.

Jovens e meio ambiente	22	1,54
Jovens e religião	17	1,19
Jovens e família	16	1,12
Jovens no/do estrangeiro	12	0,84
Jovens, modos de vida e socialização	11	0,77
Jovens e esportes	9	0,63
Jovens indígenas	7	0,49
Jovens e saúde	5	0,35
Jovens e corpo	4	0,28
Outros	2	0,14
TOTAL	1427	100

Fonte: O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006) Coordenação: Marília Sposito.

Assim, ao analisarmos a quadro acima, percebemos a ausência de uma categoria específica relacionada à questão da transição para a vida adulta no contexto acadêmico brasileiro.

Verifica-se, em contraste com a produção internacional, uma enorme lacuna que diz respeito à relação entre jovens e trabalho e a transição para a vida adulta. Estudos dessa natureza poderão abrir o debate no Brasil sobre a complexidade crescente de ser jovem quando se toma como referência o mundo adulto, que também se encontra em mutação (Corrochano & Nakano, 2009: 49).

Categorias como ‘Juventude e Escola’, ‘Jovens Universitários’, ‘Juventude e Trabalho’, ‘Jovens, Escola e Trabalho’, conforme afirmamos anteriormente, abordam, de forma tangencial, a questão da transição para a vida adulta.

Além disso, acreditamos que o estudo com e sobre jovens de classe média, objeto desta tese, tem sido relegado a um segundo plano pela universidade. Sposito (2009) em sua análise afirma que as desigualdades sociais extremas e os processos de exclusão constituíram – agrupados na categoria ‘Adolescentes em Processo de Exclusão Social’ – um grupo importante de estudos nas três áreas investigadas. A análise separada de cada área mostra que tanto em Serviço Social como nas Ciências Sociais este foi o tema mais computado,

alcançando o terceiro lugar em Educação. A análise realizada nesta mesma publicação por Corrochano & Nakano (2009) sobre a categoria ‘Juventude e Trabalho’ demonstra a gritante preferência e prevalência de estudos sobre/com jovens de classes baixas (inserção precoce, trabalho precário, erradicação do trabalho infantil, dentre outros); ou ainda, na baixa frequência de estudos sobre escolarização e jovens de classes médias e altas (Carrano, 2009).

1.1 A transição para a vida adulta: um problema contemporâneo

Segundo Pais “[...] o ‘problema’ das transições para a vida adulta tornou-se uma das maiores preocupações de pesquisadores e agentes políticos confrontados com processos sociais de transformação que afetam o mercado de trabalho, o sistema de ensino e as dinâmicas familiares” (2005:111-112). Tal preocupação vem ao longo das últimas décadas se configurando em um novo campo de estudo e se tornou um dos principais eixos de análise da juventude. Assim, junto aos dois eixos analíticos clássicos de juventude – juventude como categoria social (características convergentes da juventude) e juventude como conjunto de grupos culturais autônomos (características divergentes da juventude) – observa-se hoje a existência de um terceiro eixo de análise, qual seja, de estudos e reflexões sobre como se sai da condição juvenil. Dessa forma, “[...] várias pesquisas têm procurado caracterizar esse novo panorama, no qual a estabilidade é substituída pela incerteza e pelo risco, chamando a atenção para a necessidade de novos questionamentos teóricos na problematização dos modelos de transição para a vida adulta” (Pais, 2005:110).

Parece haver um consenso entre pesquisadores da transição para a vida adulta como esta constituindo cada vez mais não um momento de passagem, mas sim uma etapa da vida. Enquanto etapa, se apresenta como um espaço original para produção e reprodução de práticas e representações específicas, um espaço identitário. “Mais do que uma passagem simples, entre dois estatutos ou de um *continuum* caótico de mudanças, o período de transição tende a constituir por si próprio, uma fase da vida, marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias” (Guerreiro & Abrantes, 2005 : 170).

Nas sociedades tradicionais, não contávamos com a chamada “crise da adolescência” – própria da modernidade – para fazermos a passagem da esfera mais familiar para um universo mais amplo, o social. Esta função era exercida pelos chamados ritos de passagem ou ritos de iniciação. As sociedades pré-modernas efetuavam pelos ritos de iniciação a passagem da infância para a idade adulta: seja com doze, quatorze ou dezesseis anos, o iniciado tomava lugar na sociedade dos adultos. Segundo Morin (1984), a adolescência (com elementos

correspondentes à puberdade e à integração social das crianças ao universo adulto) aparece no momento em que o rito social da iniciação “perde sua virtude operadora, perece ou desaparece”.

Nas sociedades “classicamente modernas”, contávamos com ritos de passagem que sinalizavam a condição de adultos, prontos para assumir funções em nossas comunidades; no final da modernidade, marcadores simbólicos como votar, dirigir, casar, ter um emprego, passaram a assumir esta função, a de fornecer uma identidade adulta. Segundo Gauthier,

Na falta de ritos de passagem para marcar as transições, nossas sociedades inventaram outras maneiras ‘arbitrárias’ de marcar certas passagens, que se instituem assim como marcos. É o caso de todas as idades legais que fixam a idade mínima ou máxima para realizar alguns atos ou assumir certas responsabilidades. Sem dizer que a maioria das idades fixadas pela legislação concernem os jovens: fim da obrigação escolar, idade para casamento, idade da maioridade e do direito do voto, etc. (2008:168)

Segundo Novaes & Vannuchi, “são arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra” (2004: 10). Entretanto, no contemporâneo, cada vez mais essa fronteira entre esses dois momentos da vida se encontra indefinida, seja por mudanças culturais, seja pelo aparecimento de novos problemas (novas configurações familiares, a existência de uma educação mais extensa, dificuldade de entrada no mercado de trabalho), passando a estar caracterizada pela incerteza, instabilidade e risco.

Esse novo panorama de transição para a vida adulta ou de saída da condição juvenil parece ser um retrato do contexto atual. Nesse contexto, “as quase certezas de outrora, até então vistas como paradigmas, se transformam em inúmeras possibilidades de trajetórias para os principais eventos que marcam o ciclo de uma vida” [grifo do autor] (Camarano, 2006:319).

Em função dessas mudanças e novas configurações, podemos pensar que a transição entre esses dois momentos da vida do sujeito – juventude para idade adulta – esteja, no contemporâneo, cada vez menos linear e determinada, e sim mais difusa, individualizada, desinstitucionalizada e incerta. Conforme afirma Carneiro, “não havendo uma demarcação simbólica nítida da entrada no mundo adulto encontramos essa passagem, no mundo contemporâneo, de uma maneira muito mais difusa, delongada, pouco demarcada” (2002:42).

No mundo atual, os “ritos” são compostos de vários pequenos eventos, pouco nítidos, de ordem muito mais individual – ocorrendo através de processos de individualização e singularização de percursos de vida e de construção de identidade – do que de ordem coletiva, como ritos iniciáticos e marcadores simbólicos. Se não contamos mais de forma tão marcante com eventos coletivos, há ainda eventos que possuem significado de passagem para a vida adulta, mas que agora fazem parte de um percurso, de uma história particular de cada indivíduo (morte de um parente, flerte com o professor, nascimento do filho, acidente grave²). “O evento é sempre próprio a cada um, mas a passagem está aí, tangível e bem identificada na narrativa da vida. A passagem à idade adulta não é mais um rito coletivo, tornou-se um marco pessoal” (Deschavanne & Tavoillot, 2007: 284)

Portanto, observamos hoje uma tensão no que diz respeito à transição para a vida adulta, entre processos mais marcados pela individualização e outros, pela socialização nos moldes da modernidade. Ou seja, uma vez que os marcadores simbólicos como casar, conseguir emprego, ter filhos estão sofrendo um desgaste no que diz respeito a sua função enquanto referencial de entrada na vida adulta, os jovens se vêem implicados num processo mais individualizado de construção de sua trajetória e da identidade adulta.

Logo, a transição no contemporâneo é vivida, elaborada e experienciada de forma individualizada, não mais como parte da socialização que envolveria, no processo de construção identitária, a interação e aporte de outros, a partir da inserção em papéis sociais. A responsabilidade do jovem então, não é mais intergeracional ou comunitária, mas sim consigo mesmo, de escolha e definições a partir de referenciais internos.

1.1.1 Eixos tradicionais de análise da transição para a vida adulta: escola, trabalho e família

Obter um emprego estável, criar um lar separado, ter família e filhos, perderam seu valor como restritos ao mundo adulto. Jovens podem de fato sair da casa dos pais sem criar uma nova família, ficar parcialmente dependente financeiramente de seus pais enquanto tem trabalho e filhos, ter contratos de trabalho temporários ou optar por relações instáveis já com idades já reconhecidas como ‘adultas’ (Zinoutt, 2007; Arnett, 2000).

Entretanto, para alguns pesquisadores, os principais índices de avaliação da transição

² Para um apanhado de testemunhos sobre eventos significativos de eventos marcantes de entrada na vida adulta ver TUININGA, M. Être adulte : 100 personnalités témoignent de leur expérience. Ed. Albin Michel : Paris, 1996.

para idade adulta continuam sendo escola, trabalho e família. A partir da análise de diversos estudos podemos observar que essa transição para a vida adulta aparece muito relacionada à transição escola para mercado de trabalho (Pais, et al., 2005; Galland, 2001, 2002 ; Guerreiro e Abrantes, 2005). Entretanto, como Pais mesmo coloca, “[...] a complexidade das transições juvenis na contemporaneidade é consensual” (Pais, Cairns & Pappámikaik, 2005:109).

Segundo Galland (2001), podemos considerar que o acesso à vida adulta se daria a partir de alguns desempenhos: ocupação de um emprego estável e autonomia financeira, autonomia residencial que é o signo de uma independência adquirida, e finalmente, a vida em casal que representa o acesso a uma certa estabilidade afetiva. Da mesma forma, para Pais (2005), há um determinado conjunto de acontecimentos ou passagens marcos do fim da juventude. Seriam eles: emprego em período integral, conjugalidade, parentalidade e constituição de unidades residenciais autônomas da família de origem.

Na concepção clássica da sociologia a inserção na vida adulta que marca o fim da juventude, abarca, de modo geral, cinco dimensões: terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais e estabelecer-se numa moradia pela qual se torna responsável ou co-responsável; casar; ter filhos. Estas cinco condições são uma tradução moderna para os fatores que, em todos os períodos históricos, definem a condição de adultos: depois do período de preparação, estar apto a produzir e reproduzir a vida e a sociedade, assumindo as responsabilidades pela sua condução (Abramo & León, 2005, Blatterer, 2007b).

No contexto brasileiro, o IPEA em sua publicação “Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?”, debate o processo de transição para a vida adulta da juventude brasileira, a partir de análises demográficas, e também estabelece como eixos específicos desse momento a escola, o trabalho, a família. (Camarano, 2006).

Em relação à escolaridade, há um consenso em contextualizar o contemporâneo como um momento onde prevalece uma valorização do conhecimento e um investimento maior na escolaridade. O ensino superior aparece como variável de transformação significativa das redes de sociabilidade e dos estilos de vida, e abertura de perspectivas em face do futuro. Guerreiro & Abrantes (2005) falam de uma massificação do ensino superior que estaria provocando alterações dos trajetos e projetos de uma faixa considerável da juventude portuguesa, ou seja, uma transformação do processo de entrada na vida adulta.

Ao falar da experiência portuguesa, podemos encontrar na pesquisa de Guerreiro &

Abrantes (2005) algumas similaridades em relação à realidade brasileira. Segundo estes autores, para a grande maioria dos estudantes universitários, o ensino superior constitui, de fato, um adiamento do processo de transição para a vida adulta, ao mesmo tempo que acompanha um aumento das expectativas em face do futuro. “[...] o prolongamento dos projetos acadêmicos é, em geral, inconciliável com a idéia de, a curto prazo, obter um emprego seguro ou constituir família [...]” (Guerreiro & Abrantes, 2005 :158)

Pesquisa realizada por cientistas sociais do IPEA sobre o processo de transição para a vida adulta, mencionada anteriormente, aponta que o estudo vem ganhando importância e conseqüentemente os jovens têm permanecido mais tempo na escola, vide o aumento da proporção de pessoas, principalmente de mulheres, que não havia deixado a escola passado os 20 anos (Camarano, Kanso & Mello, 2006). “Enquanto em 1980, aos 15 anos, 50% do grupo de jovens já tinham deixado a escola, essa proporção reduziu-se para 10% em 2000” (Camarano, Kanso & Mello, 2006:131). Abramo (2005) ao apresentar uma análise inicial de pesquisa realizada com jovens de 15 a 24 anos afirma que a condição de estudante é válida para 64% dos entrevistados, sendo sua porcentagem maior entre aqueles que não fazem parte ainda da população economicamente ativa - PEA (84%).

Assim da mesma forma que para muitos jovens brasileiros de classe média, os jovens portugueses parecem se defrontar com uma escolha entre entrada no mercado de trabalho e investimento nos estudos.

Esta ‘escolha crítica’ (mercado de trabalho versus estudos superiores) é muito condicionada por variáveis sociais – classe, etnia, sexo, local de residência – bem como condições e experiências proporcionadas pelos próprios sistemas de ensino e de emprego, que tendem a delimitar oportunidades e vocações no sentido da reprodução das estruturas e das desigualdades sociais (Bourdieu, 1983:160).

Seja anunciando seu colapso, seja destacando sua importância como elemento fundamental de estruturação da sociedade e das identidades contemporâneas, não há dúvida que mudanças significativas têm reconfigurado a organização do trabalho e as formas de emprego. Segundo Guerreiro & Abrantes (2005) esta nova configuração do trabalho se daria na forma de flexibilidade, precarização dos vínculos laboriais, enfraquecimento dos sindicatos.

Mantendo-se, para a maioria dos jovens, um passo

indispensável na transição para a vida adulta e independente (sobretudo num país em que os apoios estatais aos jovens são ainda muito rudimentares), o processo de entrada no mercado de trabalho transformou-se rapidamente em sentidos oblíquos. Se, por um lado, o crescimento do nível de vida das famílias, o aumento dos trabalhos qualificados e das ofertas de formação concedem aos jovens mais condições de valorização profissional (Lindley, 2000), ao mesmo tempo a entrada dos jovens no mercado de trabalho é, hoje, marcada pela instabilidade e pelo risco. O aumento das taxas de desemprego e a generalização dos trabalhos precários e temporários, ambos atingindo a máxima expressão na faixa etária dos jovens (Smithson et al., 1998), empurram-nos para ciclos de inserção e desinserção, dando origem a bolsas de exclusão e, mais genericamente, ao prolongamento ou adiamento do processo de transição para a vida adulta (Guerreiro & Abrantes, 2005:162).

A exigência e competição no mercado parecem ter como consequência a constituição da família ou as atividades de lazer remetidas a um futuro. “A construção de biografias e identidades enfrenta, pois, uma descontinuidade entre a insegurança crescente no mercado de trabalho e os valores dominantes de segurança, planejamento e bem-estar na esfera pessoal-familiar” (Guerreiro & Abrantes, 2005: 161).

Consenso na literatura sobre o tema é a afirmação de que a finalização do momento de transição para vida adulta estaria completo com a constituição de uma nova família. “Tradicionalmente, a transição para a vida adulta corresponde ao momento em que os jovens, simultaneamente, abandonam o agregado familiar de origem e casam, constituindo uma nova família” (Guerreiro & Abrantes, 2005: 162).

A família, assim, continua sendo um marcador importante para os jovens e ao contrário do que se pensa, hoje, está em curso uma transformação, com diversidade de modelos e estruturas de famílias, mas não uma desintegração ou desaparecimento da família, como algumas abordagens por vezes parecem fazer crer. A família permanece a principal referência para a projeção de vivências e identidade dos indivíduos, como no caso dos países mediterrâneos (Galland, 2001). Segundo Pais (2005), filhos permanecem até mais tarde na casa dos pais, num estatuto de “semi-dependência”, em um regime de *welfare family*. “[...] apesar das queixas sobre o controle dos pais e a falta de liberdade, [...] a família aparece como uma instância fundamental para a vida da grande maioria: como estrutura central para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, como referência ética e comportamental e para o próprio processo de amadurecimento” (Abramo, 2005:60).

A família, não só de origem, é importante para os jovens. Abramo (2005) aponta que

em sua pesquisa a maioria dos jovens entrevistados é solteira, mas ressalta expressiva amostra (20%) que se declarou casada, oficialmente ou não, principalmente entre os com idade entre 21 e 24 anos. Além disso, um pouco mais de 20% dos entrevistados já vive a condição de maternidade ou paternidade.

Entretanto, parece haver uma especificidade nesta relação quando se leva em conta classe e gênero. Jovens de classe média apresentam-se céticos quanto ao casamento e parentalidade precoces, pois isto representa para eles constrangimento às oportunidades, experiências pessoais ou promoção profissional. Valorizam a necessidade de “realização individual”, “responsabilidade individual”, “bem-estar material”. Para jovens pobres, o casamento e/ou parentalidade parece se constituir como a via de entrada na vida adulta mais acessível, uma vez que em função de suas condições sócio-econômicas se vêem muitas vezes obrigados a abandonar a escola, e entrar prematuramente no mercado de trabalho. Apesar do aumento da escolaridade feminina que levou ao crescimento da sua participação no mercado de trabalho, cresceu também o percentual das mulheres jovens que fizeram a transição via constituição da família. A maternidade e o casamento começaram mais cedo a despeito do aumento da escolaridade e da maior participação feminina nas atividades econômicas (Camarano, Kanso & Mello, 2006). Camarano (2006) ao fazer as considerações finais sobre a pesquisa realizada com jovens brasileiros afirma que eventos ligados ao trabalho continuam extremamente importantes, principalmente para os homens; e que a vida adulta das mulheres continua sendo definida, principalmente pelo casamento e pela maternidade, embora o trabalho assuma cada vez mais relevância.

1.1.2 Definindo a transição

O estudo da transição juvenil tem se apresentado como um elemento chave da perspectiva do curso de vida nas Ciências Sociais. Segundo Pollock, seu uso se tornou atraente devido a sua simplicidade: “[...] há um processo de desenvolvimento baseado no tempo através do qual as pessoas fluem, embora em diferentes caminhos e velocidades” (2002:59). Entretanto, tal simplicidade pode-se revelar em uma armadilha conceitual, pois a metáfora da transição acaba por simplificar um processo complexo e não ajudar efetivamente a entender a maneira como os jovens negociam sua entrada na vida adulta (Pollock, 2002). Assim, é mister definirmos a maneira como esse conceito é adotado neste trabalho.

Segundo Pollock,

O movimento entre a infância e a vida adulta é geralmente considerado como um período transicional. Pessoas são vistas como estando “em trânsito”, deslocando-se entre dois lugares em termos de diferentes esferas de vida. Jovens negociam essas transições como “da escola para o trabalho”, “da dependência para a independência”, “de ser cuidado para cuidar de outros”. Implícito em todas essas transições está um nível crescente de responsabilidade, de auto-desenvolvimento, uma idéia que comporta um progresso positivo em um nível pessoal [grifo nosso] (2002: 60)

A citação acima nos parece elucidativa sobre os principais pressupostos presentes na utilização do conceito de transição: a idéia de desenvolvimento, progresso e teleologia. Nessa concepção, o jovem se encontra em um momento definidor de sua vida, ignorando a idéia de um processo contínuo que se daria ao longo da vida, com idas e vindas, mas no qual ele mudaria – mantendo a origem dos ritos, quase que magicamente – de um estado para outro. No caso, do estado infantil para o estado adulto, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, sendo o adulto resultado (esperado) desta operação. Claramente, a idéia de transição, definida dessa forma, se coloca assim coadunada à perspectiva através da qual tanto a infância quanto a juventude têm sido pensadas por diversas áreas de estudo (Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Saúde): socialização e desenvolvimento. Tal perspectiva tem tido efeitos na maneira como outros aspectos dessa tese têm sido definidos ao longo da história: a maneira como o adulto é pensado, a moratória (preparação) e a inserção no campo do trabalho para os jovens.

A transição tomada dessa forma acaba por generalizar e padronizar os caminhos e trajetórias e formatos de entrada na vida adulta, por exemplo, tomando como paradigmática a transição escola – trabalho. “Dois estados são identificados, escola como o ponto de partida, trabalho como o ponto de chegada, e a transição é o link ou espaço entre eles. Essa é a essência da perspectiva transicional: dois pontos e uma linha unidirecional entre eles que representa como se move do primeiro estado ao segundo” [grifo meu] (Pollock, 2002:60). Esta pequena afirmação nos coloca questões: é possível pensarmos em uma direção “unidirecional” não só para jovens mas para qualquer um? Como pensarmos a escola como ponto de partida em uma sociedade onde muitos não estão inseridos ou conseguem não ficar pelo caminho? E quem escolhe não estudar ou trabalhar? Não se torna adulto?

Pollock (2002) afirma que esse modelo de transição é baseado no passado e não acompanha as mudanças do mundo atual. Logo, o que não corresponde a esse modelo é

descrito como “‘fraturado’, ‘fragmentado’, ‘incompleto’, ‘atrasado’” (Pollock, 2002:63), como algo anômalo.

Existe de fato um número cada vez maior de jovens que ficam de fora do que tem sido considerado como rotas transicionais tradicionais. Quão grande devem ser as exceções das “transições dominantes” antes que comecemos a questionar a noção de “transições dominantes”? O problema de modelos antigos está em seus pressupostos básicos. Os pontos de início e fim e a ligação unidirecional entre eles estão cada vez mais inapropriados para representar experiências contemporâneas. Os pontos fixos de início e fim são representações falsas de posições de vida; eles simplificam grosseiramente as experiências de curso de vida ao ignorarem o que vem antes, e o que aconteceu depois da transição. [...] Similarmente, a ligação entre pontos de início e fim ignora o que acontece durante o espaço entre eles [grifo nosso] (Pollock, 2002: 63).

A suposta transição unidirecional também não faz sentido num mundo agora onde a certeza, as grandes narrativas são colocadas em questão. Hobsbawn (1994), ao falar do “Breve” Século XX, fala da impossibilidade de se prever o segundo milênio. Nas palavras de Pollock (2002), a certeza, na teoria social, deu lugar à declarações mais vagas de tendências. O exemplo dado pelo autor é o de classe social que hoje, seria “[...] difícil para definir e medir, e incapaz de fornecer o tipo de predições dadas anteriormente” (Pollock, 2002: 64).

Essa perspectiva parece datada em um contexto não mais existente.

Os modelos tradicionais de transição, consolidados após a Segunda Guerra, consideram uma linearidade no desenvolvimento do curso de vida, na qual uma dada sequência unidirecional de eventos e etapas ordena o caminho de um indivíduo, da infância à velhice. [...] A observação dessa sequência [escola – trabalho – novo domicílio] na sociedade do pós-guerra respondia a uma dinâmica, propiciada pelo crescimento econômico e do nível de emprego, que foi colocada à prova com as mudanças, entre outras, no mundo do trabalho, nos arranjos familiares e na nupcialidade (Camarano & Mello, 2006:17).

A noção de transição concebida desta forma nos remete ao trânsito de uma situação de dependência (infância) a uma situação de emancipação ou autonomia social; trânsito que se modificou, principalmente, pelo alargamento da condição de estudante no tempo e o atraso na inserção trabalhista e de autonomias de emancipação social dos jovens.

O contemporâneo observa mudanças no processo de transição marcada por duas ordens de fatores: uma pública – envolvendo o aumento da escolarização e as dificuldades crescentes de inserção profissional dos jovens – e outra de natureza privada – derivada da

desvinculação entre atividade sexual e união conjugal e entre união conjugal e parentalidade (Camarano & Mello, 2006). “Ou seja, aponta-se para uma flexibilização da linearidade na sequência dos eventos, sugerindo uma despadronização do processo de transição” (Camarano & Mello, 2006:18).

A transição, seja como movimento (a trajetória biográfica que vai da infância à idade adulta), seja como elemento do processo de reprodução social (quando são algo mais que histórias de vida pessoal), se apresenta como um reflexo das estruturas e dos processos sociais; processos que se dão de maneira conjunta, ou seja, consideram processos no nível da individualidade e subjetividade, e os contextos das estruturas sociais nas quais se desenvolvem aquelas subjetividades (Abramo & León, 2005).

Para Pais (2003), as trajetórias devem ser encaradas como um movimento (passagem da infância para vida adulta) e como um processo (de reprodução e produção social), como um processo de socialização dos jovens e de juvenilização da sociedade, ou seja, um processo de integração dos jovens na sociedade, ao mesmo tempo, em que há uma introdução no meio social de valores e estilos de vida próprios aos jovens. “Uma transição implica um limite a viver que a assimila a uma experiência da limitabilidade: um limite a ultrapassar, uma iniciação está se operando que faz renunciar a um certo estado anterior para permitir a ascensão a um novo estatuto psicológico [...]” (Boutinet, 2005:56)

Uma outra ressalva feita a essa perspectiva diz respeito ao fato de se contextualizar o jovem apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição. “Isso dificulta enxergá-los como sujeitos de direitos, com experiências e vivências tão importantes quanto as de pessoas que estejam em outras fases. Nesse caso, eles são definidos pelo negativo, pela ausência, ‘pelo que não seriam’ [...]” (Camarano, Mello & Kanso, 2006a: 35)

Apesar das ressalvas pertinentes apresentadas, usaremos o termo transição para a vida adulta neste trabalho. Entretanto, o conceito de transição adotado não é o de passagem de um estado estanco a outro, mas sim entendido como um processo subjetivo em direção à discursos e práticas referentes à vida adulta. Logo, não partimos da idéia de uma trajetória unidirecional, padronizada, bem definida com direção progressiva, mas sim de um movimento de aproximação, experimental, para construção e elaboração de uma identidade adulta. As polaridades deste processo – criança e adulto – estão hoje sendo redefinidas, uma vez que seus conceitos foram forjados em um momento sócio-histórico que não parece mais corresponder ao que vivemos na atualidade. Mas apesar destas redefinições, essas polaridades

são ainda referenciais, não só sociais, mas principalmente estruturais no processo de subjetivação, configurando o momento de deslocamento entre elas processo importante a ser investigado.

1.1.3. A transição no mundo contemporâneo: não-linearidade, singularização biográfica e futuro incerto

Segundo Pais (2005), nas últimas décadas algumas mudanças que estariam ocorrendo na atualidade estariam influenciando o momento de transição para a vida adulta. Mudanças em nível institucional e estrutural incidiram sobre o mercado de trabalho, o Estado-previdência e o sistema educativo; no nível societário, refletiram-se nas dinâmicas culturais e nas práticas sociais.

Como consequência, o fim da escolaridade, início em um emprego estável, saída da família de origem e formação de um novo domicílio não coincidem mais. “A observação dos calendários de entrada na vida adulta revela a desinstitucionalização atual das biografias padrão, e logo um aumento de percursos atípicos” (Lieberherr, 2007:325). Observamos hoje um “atraso” para cruzar as etapas e dessincronização dos limiares profissional e familiar, assim como uma desconexão entre a entrada na vida profissional e entrada na vida familiar, ambas ocorrendo de maneira cada vez mais tardia, em oposição a um “modelo de simultaneidade”, onde esses eventos aconteceriam todos ao mesmo tempo, próprio ao contexto das sociedades modernas (Galland, 2001; Galland, 2002 ; Deschavanne & Tavoillot, 2007).

O contemporâneo apresenta diversos problemas no que diz respeito à transição dos jovens para a idade adulta: falência em larga escala das indústrias tradicionais, elevadas taxas de mobilidade residencial, diversificação dos estilos de vida, crescente exigência de educação mais formalizada, percursos escolares mais prolongados, inserções profissionais mais tardias, flexibilização das relações laboriais, diminuição de empregos em função da tecnologia, dentre outros, obrigando o jovem adulto a permanecer na condição de “adolescente”, ou pelo menos em um momento intermediário, por mais tempo (Abramo & León, 2005; Pais, 2005; Kehl, 2004; Blatterer, 2007a). Logo, o chamado “prolongamento” da juventude não se dá somente em nome de uma maior possibilidade de experimentação dos jovens, em nome de uma moratória concedida pela sociedade; mas muitos países se deparam agora com dificuldades de integrarem um número cada vez maior de jovens em uma sociedade saturada em diversos campos, principalmente o do trabalho.

No que diz respeito à transição para a idade adulta, podemos observar uma mudança ou um abalo dos marcadores que tradicionalmente marcavam essa passagem. Segundo Zittoun,

Transições para adultidade têm sido mostradas como sendo processos altamente regulados na maioria das sociedades tradicionais; marcadores narrativos, ritualísticos e identitários eram meios para simbolizar a transformação da pessoa em um adulto, tanto para o indivíduo quanto para a comunidade. À medida que o grupo provém a pessoa com um sistema simbólico, o jovem adquire um sistema de orientação e um sentido de tempo através da socialização. Hoje em dia, esses sistemas simbólicos compartilhados não parecem existir mais, parcialmente por terem sido desgastados, e parcialmente devido ao fato da diversidade cultural e da circulação de bens simbólicos criarem uma ilusão de mercado livre de valores e significados (2007: 197).

Para Blatterer (2007a), a transição hoje se dá de forma desinstitucionalizada, com várias “primeiras experiências” não constituem mais marcadores de adultidade no sentido estrito. Assim, “espera-se que as pessoas criem aspectos principais de sua própria adultidade por meios de processos de maturação auto-guiados, e assim, a adultidade é mais agora um estado psicológico do que um estatuto social” [grifo do autor] (Blatterer, 2007a: 782). A passagem de uma idade à outra da experiência perdeu o automatismo, o tempo individual estando dissociado do tempo social (Boutinet, 1998).

Da mesma forma Pais (2003) acredita que houve uma progressiva dessincronização dessas passagens, conduzindo a um “prolongamento da juventude”, num “*continuum de passarellas*” que combina transições ocorridas na esfera pública da vida (da escola para o trabalho) e na privada (da casa dos pais para a conjugalidade). Para Pimenta, “[...] as novas formas de transição ou trajetórias diversificadas, que não seguem mais padrões pré-definidos, apresentam-se fragmentadas e também reversíveis” (2007:66).

Apesar de as mudanças sociais e econômicas afetarem, de alguma forma, todos os grupos sociais, as novas gerações têm sido confrontadas de um modo particular com a erosão de certos marcos de referência, até aí relativamente estáveis, no que se refere aos mecanismos de socialização e transição para a vida adulta. Para além de se terem reforçado os processos de singularização biográfica, as transformações no mercado de trabalho (flexibilização e precarização) e nas estruturas familiares (pluralização das formas de organização familiar) enfraqueceram as referências culturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais (Pais, 2005 :113).

Para Pais (2005), a idéia do “prolongamento da juventude”, frequentemente associada

às “dificuldades de transição”, estaria ancorada a dois pressupostos que ele parece questionar: o de que os jovens querem ser adultos a qualquer custo; e que para uma dada faixa etária, essa transição pode ser objetivada em eventos identificáveis. Ele alerta para que perspectivas homogeneizadoras esbarram num cenário de acentuada singularização de trajetórias, atitudes e comportamentos juvenis, negligenciando múltiplas transições, concomitantes ou não, contextualizadas nas biografias individuais.

Segundo Ribeiro, “vivemos hoje a quebra de uma vida linear. Esta tinha infância, juventude, idade adulta, maturidade, velhice. Ora, essas posições deixam de estar equacionadas ao longo de uma seqüência sem volta. Continuam tendo sentido, todas elas, mas não mais como datas, e sim como posições, que podemos saltar, repetir ou reciclar” (2004:27).

Passamos de modelo normativo relativamente simples concentrado em um mesmo tempo e espaço social para diversidade de modelos e percurso de entrada na vida adulta (Bidart, 2006a),

1.2 Da modernidade à pós-modernidade: da socialização à individualização

Partiremos do pressuposto de que as características que estamos considerando como sendo problemáticas para os jovens em sua transição para a vida adulta – não-linearidade, indeterminação, individualização, desinstitucionalização e incerteza – refletem o panorama atual no qual estamos inseridos no contemporâneo. Esse contexto denominado – pós-modernidade (Jean-François Lyotard, Mike Featherstone, Jean Baudrillard, Frederic Jameson), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), pós-industrialismo (Alain Touraine), hipermodernidade (Gilles Lipovetski), sociedade da informação (Daniel Bell), capitalismo tardio (David Harvey), modernidade reflexiva, modernidade tardia ou alta modernidade (Anthony Giddens), modernidade reflexiva (Ulrich Beck) – representa para alguns um corte com uma ordem anterior ou apenas uma extensão e radicalização de características existentes na modernidade, caracterizada justamente pela linearidade, certeza, institucionalização.

Assim, pretendemos discutir nessa seção o que exatamente configura o contexto atual que estamos vivenciando, para assim entendermos melhor as novas configurações e dificuldades na transição para a vida adulta.

O conceito privilegiado que será aqui discutido é o de individualização, e para tal, a interlocução estabelecida será com Ulrich Beck e Anthony Giddens. Apesar dos autores

utilizarem “modernidade tardia” e “modernidade reflexiva”, para simplificarmos a leitura, utilizaremos pós-modernidade, a não ser quando tratarmos de conceitos específicos desses autores.

1.2.1 A modernidade: tempo das certezas

A modernidade costuma ser entendida como um ideário ou visão de mundo que está relacionada ao projeto de “mundo moderno”, empreendido em diversos momentos ao longo da Idade Moderna e consolidado com a Revolução Industrial. Está normalmente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo. Em termos de seu ideário, está ligada ao Iluminismo e suas idéias de razão, progresso, teleologia e desenvolvimento. A modernidade é marcada pela confiança na razão, nas grandes narrativas utópicas de transformação social e o desejo de controle e transformação da natureza pelo homem através da razão. A época moderna pode ser considerada, exatamente, como uma época de revolução social cuja base consiste na substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista. Baseia-se na sociedade industrial e na centralidade e regularidade do tempo de trabalho.

Segundo Giddens (2002), não há uma pós-modernidade, mas sim uma radicalização e globalização das características da modernidade. De maneira geral, a modernidade para ele refere-se às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que se tornaram mundiais no século XX. A modernidade teria como equivalente o “mundo industrializado”. “Ele [mundo industrializado] se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção”. (Giddens, 2002:21). Refere-se também ao capitalismo, ao sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos quanto mercantilização da força de trabalho. Possui também a dimensão da “vigilância”, base da força organizacional associada com o surgimento da vida social moderna.

Para o autor, “a modernidade produz certas formas distintas, das quais a mais importante é o estado-nação. [...] Como entidade sociopolítica, o estado-nação contrasta de modo fundamental com a maioria dos tipos de ordem tradicional” (Giddens, 2002:21). A característica mais geral da modernidade seria a ascensão da organização, com formas específicas de territorialidade e vigilância, monopólio dos meios da violência pelo estado.

Em termos filosóficos e históricos podemos dizer que o século XVII foi marcado pelo pensamento cartesiano e o século XVIII pelo pensamento kantiano e sua tentativa de fornecer

uma racionalidade justificada transcendentemente. “Deste ponto de vista, a modernidade é melhor descrita como uma tentativa de estabelecer o escopo e os limites das diversas e distintas, mas interrelacionadas faculdades de razão, conhecimento e julgamento” (Norris, 2000: 26). Para muitos filósofos este é o momento definitivo da modernidade. Portanto, ao se pensar modernidade deve-se ter em mente o movimento estético-cultural que emergiu no início do século XX, mas também o discurso filosófico da modernidade (razão, iluminismo, progresso) que é mais antigo.

A modernidade seria assim definida por valores de verdade, progresso, justiça universal, paz eterna. Traz em si, segundo Lyotard, o discurso de “grandes narrativas” ou metanarrativas do Iluminismo, de Kant (razão, democracia), de Hegel (história como progresso), de Marx (forças e relações de produção, metáfora base e superestrutura, conflito de classes) (Norris, 2000). “Uma metanarrativa é uma estória que quer ser mais que apenas uma estória, quer dizer, que reivindica ter alcançado um ponto de vista onisciente sobre todas as outras estórias que as pessoas já contaram” (Norris, 2000:28). Segundo Lyotard, esses valores modernos devem ser superados na pós-modernidade, pois a metanarrativa “[...]envolve objetivo teleológico em direção a um ponto final” (Norris, 2000:29). Para Lyotard, devemos deixar para trás essas ilusões frente os fatos. “Vimos a supressão dos ‘trabalhadores’, da ‘democracia’, do ‘socialismo com uma face humana’ e de toda tentativa de trazer para a prática esses princípios” (Norris, 2000:29).

Na modernidade há uma ênfase na razão: Kant, Hegel e Marx colocavam sua fé no poder da razão para extrapolar confiança do passado para o futuro. Norris (2000) afirma que na visão de Lyotard isso deve ser ultrapassado.

Então devemos abandonar agora a fé, Lyotard acha, e ao invés, assumir a visão tolerante pós-moderna na qual existem inúmeras ‘narrativas pragmáticas naturais de primeira ordem’, cada uma delas tendo o direito de se expressar seus próprios valores, sistema de crença ou critério distintos que devem contar como um depoimento ‘verdadeiro’ ou ‘válido’ (Norris, 2000:29).

Assim, o final da modernidade significa o abandono da razão e da certeza, da finalidade e do progresso, da existência de uma verdade e de uma história. Dessa forma, pensando a questão deste trabalho, seja ele, a transição para a vida adulta por parte de jovens na atualidade, vemos que a investigação da pós-modernidade parece ser importante e esclarecedora, pois concomitante ao abandono desses valores, surgem a

desinstitucionalização, não-linearidade e multiplicidade das trajetórias de vida como novos aspectos que determinam escolhas e projetos dos jovens.

1.2.2 A pós-modernidade: o início das incertezas

Pós-modernidade, mais do que uma nova etapa na história do Homem, pode ser entendida como a condição sócio-cultural e estética do capitalismo contemporâneo, também denominado pós-industrial ou financeiro. O uso do termo se tornou corrente, embora haja controvérsias quanto ao seu significado e pertinência. Tais controvérsias possivelmente resultam da dificuldade de se examinarem processos em curso com suficiente distanciamento e, principalmente, de se perceber com clareza os limites ou os sinais de ruptura nesses processos.

A segunda metade do século XX assistiu a um processo sem precedentes de mudanças na história do pensamento e da técnica. Ao lado da aceleração avassaladora nas tecnologias de comunicação, de artes, de materiais e de genética, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições.

Hobsbawn (1994), em seu livro “Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991” caracteriza a Era de Ouro, em oposição à Era da Catástrofe (1914 – 2ª guerra), como sendo o período conhecido hoje como os “Trinta anos gloriosos”, ou seja os 25, 30 anos seguintes ao término da 2ª guerra mundial. Tal denominação é atribuída ao período de extraordinário crescimento econômico e transformação social “anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável” (Hobsbawn, 1994:15). Esse momento, que para muitos seria o auge da modernidade, é seguido por um período de fortes crises econômicas que por sua vez foram importantes para promoção de extremas mudanças sociais e culturais, e que conforme vimos anteriormente sobre a modernidade, no lugar da certeza, das narrativas e do progresso deram lugar à incerteza e um contexto marcadamente de crise.

No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem (Hobsbawn, 1994:25).

De modo geral, as críticas apontam para as raízes da maioria dos conceitos sobre o

Homem e seus aspectos, constituídas no século XV e consolidadas no século XVIII. A modernidade, surgida nesse período, é criticada em seus pilares fundamentais, como a crença na verdade, alcançável pela razão, e na linearidade histórica rumo ao progresso. Para substituir estes dogmas, são propostos novos valores, menos fechados e categorizantes. Estes serviriam de base para o período que se tenta anunciar - no pensamento, na ciência e na tecnologia - de superação da modernidade.

Segundo Lyon, a pós-modernidade descreve a condição social presente e pode ser definida como um “[...] mundo social em fluxo, onde unidades e uniformidades dão lugar para o flexível e o fluido” (2000: 221). Seu surgimento está contextualizado no final dos anos 1970 quando ocorreram mudanças na Europa e América do Norte: desenvolvimento tecnológico e mudança econômica da produção para o consumo. São referências empíricas do pós-modernismo: “zapear” por múltiplos canais de TV, “surfar na net”, centros de lazer como shoppings, turismo para lugares exóticos, educação multimídia (Lyon, 2000).

Em termos de fatores relacionados à infra-estrutura, pode-se dizer que a pós-modernidade começa com a passagem das relações de produção industriais para as pós-industriais, baseadas fundamentalmente em serviços e em trocas de bens simbólicos ou abstratos, como a informação e a circulação de "dinheiro" por caminhos virtuais. Contudo, se for a superestrutura o que define as alterações, a pós-modernidade nasce no processo de contestação das certezas metafísicas do pensamento moderno na segunda metade do século XX (por exemplo, gradualmente, cresceu a concepção de que nem o capitalismo seria demoníaco e nem o socialismo seria libertador, ou vice-versa). Não por acaso, as contestações relativistas surgiram justamente na Europa Ocidental e na América do Norte, em países onde a economia se encaminhava para o estágio de produção pós-industrial. Nesses países verificou-se o conjunto de fenômenos sócio-culturais que permitiram identificar esses novos valores.

Em sua origem, pós-modernismo significava a perda da historicidade e o fim da "grande narrativa". Segundo um dos pioneiros no emprego do termo, o francês François Lyotard, a "condição pós-moderna" caracteriza-se pelo fim das metanarrativas. A condição pós-moderna para Lyotard pode ser expressa na lógica que hoje precisamos fazer sentido de nossas vidas em um contexto múltiplo e aberto, proliferador de narrativas e jogos de linguagem (Norris, 2000). Os grandes esquemas explicativos teriam caído em descrédito e não haveria mais "garantias", posto que mesmo a "ciência" já não poderia ser considerada

como a fonte da verdade. Segundo ele, a pós-modernidade seria a derrota de uma única metanarrativa para muitas narrativas, verdades, valores, critérios.

Alguns autores preferem evitar o termo pós-modernidade. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, um dos principais popularizadores do termo pós-modernidade no sentido de forma póstuma da modernidade, atualmente prefere usar a expressão "modernidade líquida" - uma realidade ambígua, multiforme, na qual, como na clássica expressão marxista, "tudo o que é sólido se desmancha no ar". O filósofo francês Gilles Lipovetsky prefere o termo "hipermodernidade", por considerar não ter havido de fato uma ruptura com os tempos modernos - como o prefixo "pós" dá a entender. Segundo Lipovetsky, os tempos atuais são "modernos", com uma exarcebação de certas características das sociedades modernas, tais como o individualismo, o consumismo, a ética hedonista, a fragmentação do tempo e do espaço.

Para Bauman (*apud* Lyon, 2000), o que mudou foi a modernidade sólida que cessa de existir e em seu lugar surge a modernidade líquida. A primeira seria justamente a que tem início com as transformações clássicas e o advento de um conjunto estável de valores e modos de vida cultural e político. Na modernidade líquida, tudo é volátil, as relações humanas não são mais tangíveis e a vida em conjunto, familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas e assim por diante, perde consistência e estabilidade. Bauman pensa a pós-modernidade como um novo sistema cultural onde "[...] parece haver um tipo de incoerência sem direção no que é chamado pós-modernidade [...]" (Lyon, 2000:225). Segundo ele, dentre as características da pós-modernidade, estariam a quebra das fronteiras entre esferas (de-diferenciação), hiperdiferenciação, desorganização, controle policêntrico.

Racionalidade moderna parece suspeita, e incerteza está em abundância, e corpo e as emoções são mais importantes, e meio-ambiente e ecologia são abordados com uma nova seriedade. [...] mas nada disso soma para uma sociedade tida como estável, como sistema auto-regulador, se movendo em direção a um futuro melhor, como imaginado pelos principais teóricos da modernidade (Lyon, 2000:225).

Bauman afirma que as críticas em relação à pós-modernidade se baseiam na idéia de que há uma desintegração da sociedade, uma vez que a motivação para o trabalho e o sentido de produção, base da sociedade moderna, estão desgastados. O eixo central e o engajamento é mais como consumidor do que como produtor. O "princípio do conforto" estaria gradualmente suplantando o "princípio da realidade" (Lyon, 2000). Para Bauman, não há nada

de errado nisso, há sim algo novo.

Bauman argumenta corretamente que para a primeira parte de sua história, o capitalismo moderno colocou trabalho (ou pelo menos trabalho pago) em uma posição central. Trabalho tinha um papel central, ligando a motivação individual do trabalhador, os meios pelos quais uma rede de relações sociais e de amizade se desenvolvia, e a maneira como o sistema todo era mantido funcionando eficientemente. Mas o trabalho como trabalho pago sofreu algumas mudanças radicais no último quarto de século, e a idéia de um emprego seguro para toda a vida tem cada vez mais se tornado história. Emprego se tornou casual, *part-time*, incerto e inseguro [...] e a carreira múltipla, re-treinamento e aposentadoria precoce (demissão) parece mais a norma (Lyon, 2000:227).

Para Bauman há uma centralidade da escolha, a liberdade de escolha constitui a agência no habitat pós-moderno.

Mais do que o uso de ‘sociedade’, o termo ‘sociabilidade’ deve ser adotado para expressar a característica processual, o jogo de casualidade e padrão, e noção de estrutura como uma realização emergente. Agência humana está em primeiro plano, de maneira que as escolhas feitas na vida do agente somam para auto-constituição ou auto-construção. O item correspondente a ser deixado de lado é qualquer noção de ‘progresso’. Mobilidade e mudança pode existir, mas para nenhuma direção clara (Lyon, 2000:228).

Finalmente, acreditamos que a pós-modernidade é uma construção conceitual para tentarmos fazer sentido de nosso tempo, uma vez que mudanças na vida social (trabalho, casamento, educação, economia, etc) estão em curso (Lyon, 2000). Dessa forma, seja como um derivado da modernidade ou como nova categoria podemos pensar que parece haver uma relação entre esse contexto e a maneira como hoje os jovens realizam (ou não) a transição para a vida adulta.

O posicionamento de crítica à razão, à linearidade, à idéia de progresso da pós-modernidade parece estar no cerne da questão de porquê se tornar adulto e, principalmente, na idéia de que as trajetórias estão cada vez menos lineares e difusas. A própria noção de sociedade pós-industrial é indicativa dos problemas que a transição pela via do trabalho apresenta hoje. As idéias de multiplicidade, fragmentação, desreferencialização parecem relacionadas ao fato de hoje os ritos de passagem se darem de forma muito mais individualizada do que institucionalizada. Lyotard afirma que não há mais garantias, de que não há mais metanarrativas e que temos que fazer sentido de nossas vidas. Bauman diz que vivemos em uma realidade ambígua, com a incoerência e instabilidade dos valores e modos

de vida. A ênfase no contemporâneo recai na agência, no indivíduo e suas escolhas, principalmente em tempos de capitalismo tardio.

Ao pensarmos a questão da passagem para a vida adulta, cremos que um conceito-chave que pode nos ajudar a melhor pensar e desenvolver a questão é o conceito de individualização. Para tal, estaremos nos apoiando em uma leva de autores que recentemente tem considerado este como sendo uma característica marcante do contemporâneo. Dentre esses autores, destacamos os europeus Ulrich Beck e Anthony Giddens, que têm trabalhado na construção do arcabouço teórico desse processo, tomado como condição humana da modernidade tardia, cuja marca particular é a reflexividade ou auto-reflexão (Costa, 2004; Elliott & Lemert, 2009).

1.3 O conceito de individualização

“Ninguém contesta mais, hoje em dia, o caráter obrigatório da regra que nos manda ser uma pessoa, e cada vez mais uma pessoa”
(Durkheim, 1984:445-446)

Individualização é comumente associado à transição (Nugin, 2008; Côté, 2000; Arnett, 2000; Pollock, 2002). Aqui a utilizaremos como categoria de análise do que acontece fenomenologicamente com os jovens, e como discurso normativo vigente na atualidade; mas apesar de reconhecermos um espaço maior de liberdade, escolha e manobra para os jovens, não o consideramos como horizonte normativo a ser defendido tendo em vista as questões que iremos discutir a seguir.

A individualização tem sido considerada como a nova forma de socialização (Beck, 1999), como modo de produção social do indivíduo hoje, que estaria substituindo a socialização própria ao indivíduo moderno (Singly, 2000).

A individualização livraria os indivíduos de amarras, “encaixes”, como classe social, cor, gênero, assim como, família, Estado, religião, deixando um espaço de escolha individual maior, em comparação ao processo de socialização, principalmente no momento de transição para a vida adulta. Por outro lado, “desamarrado” de certas amarras sociais, o jovem se vê obrigado a sozinho, construir um percurso e história próprios, arcando de forma solitária com as conseqüências de suas escolhas, sejam elas bem sucedidas ou não.

Abordaremos a seguir, os conceitos e premissas da socialização e da perspectiva desenvolvimentista, modo de subjetivação próprio à modernidade, para em seguida, analisarmos o conceito de individualização, assim como seus efeitos sobre a transição para a vida adulta no contemporâneo.

1.3.1. A socialização e a perspectiva desenvolvimentista: bastiões da modernidade

“A idade adulta é a idade própria da adaptação. Amadurecer é achar seu lugar no mundo” (Emmanuel Mounier)

A utilização da palavra “adaptação” na citação acima define bem a idéia principal que embaseia todo o arcabouço teórico, origem, finalidade das idéias de socialização e da perspectiva desenvolvimentista. Produto da racionalidade moderna, tais teorias foram colocadas à serviço dos interesses e ideologia da época, que conforme vimos em seção anterior, visava o progresso, a evolução e teleologia da humanidade.

Neste contexto, na passagem para a sociedade industrializada, o Estado-nação recém organizado viu a necessidade da constituição de um coletivo de pessoas qualificadas que pudessem cumprir as funções necessárias junto ao universo de maquinário e tecnologia que eram nesse momento introduzidos no processo de produção. Surgia assim, a criança e o adulto, referenciados ao remetimento da criança à esfera escolar e familiar, e do adulto à esfera do trabalho.

[...] os Estados modernos, organizados dentro do princípio da racionalização da atividade social, produziram, ao menos parcialmente, uma racionalização das vidas dos indivíduos. Assim sendo, a infância pôde ser considerada (e racionalizada) como o período da socialização, e *ipso facto*, as teorias sobre socialização abundam na cultura ocidental. Esta socialização articula-se com o credenciamento à ‘vida produtiva’ (Castro & Jobim e Souza, 1994:103).

Como resposta ao interesse público cada vez maior com o bem estar das crianças, surgiu um movimento de estudos da infância destinado a colher informações sobre diferenças de idade e características físicas e psicológicas. Os primeiros anos desse movimento testemunharam o estabelecimento de inúmeros programas sociais – sociedades de ajuda às crianças, grupos juvenis, orfanatos, programas de saúde da criança – destinados a melhorar o tratamento e as condições de vida de crianças mobilizando médicos, assistentes sociais, psicólogos e educadores (Aiken, 1998). O campo dos estudos da infância surgiram em

resposta às mudanças do século XVIII e XIX, a partir da Revolução Industrial, para atender a necessidade de trabalhadores escolarizados, remetendo as crianças ao espaço escolar.

A escola se torna, assim, o enfoque de “vida natural” de todas as crianças e todos os jovens e a ritualidade da passagem de uma série a outra dá ritmo à integralidade de suas existências (Deschavanne & Tavoillot, 2007). À época da Revolução Industrial, ao contrário de hoje, “no que concerne o trabalho de crianças, o principal problema [1840-1850] não é a proteção da criança como tal, mas a produção de cidadãos qualificados e de recrutas” (Deschavanne & Tavoillot, 2007:172).

Como forma de regular esses espaços, uma diversidade de áreas – embasadas pelo cientificismo da modernidade – foram constituídas para “cuidar” desse adulto em potencial, a partir de teorias visando a socialização e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Tais teorias de formação introduzem, por sua vez, a problemática das categorias de idade e a diferenciação criança, jovem e adulto. De maneira resumida, essa diferenciação pode ser definida com a conceituação da criança (e jovem) como imatura, irracional, incompetente, associal e acultural, versus um adulto, por sua vez, maduro, racional, competente, social e autônomo.

Logo, tanto o processo de socialização – próprio à educação – quanto a perspectiva desenvolvimentista – espelhada na medicina – terá o objetivo de justamente promover essa transformação. O que prevalece é a “[...] crença que adultidade está no fim de uma jornada de desenvolvimento psicológico básico e de formação identitária” (Blatterer, 2007b:4). Importante que Blatterer, enquanto sociólogo acusa a Psicologia de uma orientação teleológica, mas reconhece que a sociologia também usa esse modelo.

Enquanto representações produzidas dentro da organização do Estado Moderno, a infância e a adolescência foram elaboradas no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento que passou a legislar sobre a saúde e a doença, a anormalidade e a normalidade, o que é desejável e o que é indesejável dentro das práticas de educação infanto-juvenil. Castro aponta que a Psicologia do Desenvolvimento vai estar implicada na conjuntura de fatores que caracterizam a modernidade, no qual “a idéia de emancipação e as noções ‘irmãs’ de controle e de previsão fizeram parte do projeto da Psicologia do Desenvolvimento enquanto uma disciplina moderna” (1995:101).

Para Castro (1995), a temporalização linear, homogênea e qualificável da sociedade moderna modelou o ideal de infância, impondo uma direção teleológica ao desenvolvimento humano. Assim, não só à infância, mas também ao adulto. De acordo com o princípio de que os indivíduos deveriam desenvolver suas capacidades intelectuais guiados pela consciência e pelo domínio de si e do mundo, eles poderiam assumir crescentemente uma apreensão cada vez mais elaborada, à medida que percorressem diferentes ‘etapas do desenvolvimento’, até atingir o nível mais complexo do pensamento racional (Monteiro & Castro, 2008). Exemplo disso é o fato da Psicologia do Desenvolvimento, no ensino em universidades, abordar a infância e adolescência como temas, enquanto o adulto, como grau de pessoa, é o objeto da Psicologia da Personalidade.

A Psicologia do Desenvolvimento, ao se debruçar sobre questionamentos sobre a direção e natureza das mudanças ontogenéticas, parte de pressupostos que estipulam e explicam “direções desejáveis para onde as mudanças do desenvolvimento devem tender” (Castro & Jobim e Souza, 1994)³. “Assim, as noções de desenvolvimento implicam, direta ou indiretamente, teleologias, já que demarcam a natureza do lugar social dos sujeitos segundo sua idade cronológica” (Castro & Jobim e Souza, 1994:100). A criança é tomada, assim como selvagem, como intelectualmente imatura e não-desenvolvida, logo, da mesma maneira que o homem primitivo “evoluiu” ao que hoje consideramos homem civilizado, o adulto seria o resultado deste processo evolucionista da criança. Se o estudo dos povos primitivos era usado para melhor conhecer o estágio de nossa civilização, o mesmo se daria com relação à criança. “O estudo da mente infantil poderia, entretanto, iluminar o processo pelo qual a mente humana se desenvolvia” (Castro & Jobim e Souza, 1994:101).

Na Psicologia, as obras de Piaget e Erikson são exemplares da perspectiva desenvolvimentista. Para Piaget (1967), em sua teoria de desenvolvimento cognitivo ou epistemologia genética, o indivíduo passa por quatro etapas estágios de desenvolvimento cognitivo ao longo da sua vida. Na epistemologia genética, o desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas cognitivas derivando cada estrutura de estruturas precedentes. Essas construções seguem um padrão denominado por Piaget de estágios que seguem idades mais

³ Para alternativas a essa perspectiva ver todo o trabalho desenvolvido por Castro nos últimos 20 anos a partir das discussões sobre a cultura de consumo e a teoria da ação. Castro, L.R. (org.) (1998) *Infância e Adolescência na Cultura do Consumo*. Rio de Janeiro: Nau Editora. Castro, L.R. (org.) (2001) *Crianças e Jovens na Construção da Cultura*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau Editora.

ou menos determinadas. “O desenvolvimento, portanto, é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior [grifo nosso]” (Piaget, 1967:11). Já Erikson, formulou um enquadre teórico sobre a formação da identidade baseado no ciclo vital, ou seja, a identidade “totalizada” de um indivíduo é fruto de seu “crescimento fisiológico, amadurecimento mental”, onde a adolescência é o momento de resolução da crise da identidade que determina a forma “ulterior” (Erikson, 1972). Ambos têm em comum a direção unidirecional de crescimento e evolução em etapas e sem retrocessos.

Os desdobramentos da perspectiva desenvolvimentista sobre a questão da transição para a vida adulta é a normatização da transição escola para trabalho pois é neste momento que, tradicionalmente, “[...]um jovem se torna apto a assumir responsabilidades adultas, e indica um mudança da criança dependente para o adulto independente” (Schoon et al., 2001:4). A partir do momento em que criança e adulto são pensados a partir dessa polaridade, o que é tomado como problemático é a transição e não a natureza de sua destinação. Por isso, o que se questiona são desvios do trajeto considerado padrão – sair da casa dos pais, não estar trabalhando – e não os conceitos de criança, jovem e adulto.

A perspectiva da transição está baseada nesta concepção desenvolvimentista fundamentada em um modelo de temporalidade.

[...] considerada como uma sucessão de pontos, contínuos e seqüenciais, perfazendo a linha temporal irreversível de passado, presente e futuro. [...] assim sendo, a infância e a adolescência são consideradas aqueles momentos da trajetória de vida cujo *telos* aponta, então, para a consecução de um outro estágio ‘mais desenvolvido’ – a vida adulta (Castro & Jobim e Souza, 1994:104).

Segundo Castro & Jobim e Souza (1994) os estudos do desenvolvimento humano abrangeram dois enfoques distintos: “biológico-evolucionista” e “pedagógico-normativo”. O primeiro está apoiado no modelo de crescimento orgânico proveniente da medicina, no qual as funções psicológicas são produto das mudanças de maturação organizadas em uma seqüência hierarquizada. Exemplo deste modelo é a teoria desenvolvida por Piaget, mencionada anteriormente. O segundo modelo é justamente a normatização do processo da passagem da infância à vida adulta, enquanto processo de socialização. “Sob este aspecto, as seqüências de eventos desenvolvimentais aproximam-se, nitidamente, da seqüência de dispositivos institucionais de credenciamento à vida adulta” (Castro & Jobim e Souza,

1994:102). Exemplo, trazido pelas autoras, é a organização dos processos educacionais e escolares serializados e normatizados de forma etária, pressupondo a seqüência gradual de mudança para uma etapa mais avançada.

Sobretudo, com a escolarização obrigatória na maioria dos países ocidentais a partir do começo deste século [século passado], o processo de socialização consolida-se dentro das práticas psicológicas emergentes de mensuração e padronização do desenvolvimento, naturalizando, enfim, o próprio conceito de desenvolvimento (Castro & Jobim e Souza, 1994:103).

A socialização é definida como um processo simples de aprendizagem das normas da vida social (por interiorização ou por alienação) que tem como resultado o indivíduo (Bajoit, 2000). “O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome de socialização. [...] a socialização é a imposição de padrões sociais à conduta individual” (Berger & Berger, 1976:203).

Assim como a idéia de “adaptação” que inicia a discussão desta seção, “[...] a socialização é um processo de configuração ou moldagem [grifo nosso]. A criança é configurada pela sociedade, é por ela moldada de forma a fazer dela um membro reconhecido e participante” (Berger & Berger, 1976:206). Exemplo simples do processo de socialização seria o condicionamento da criança quanto ao horário das refeições. Quando alimentada somente em horas determinadas, o organismo da criança é obrigado a se adaptar e ela passa a sentir fome somente nas horas determinadas, que atendam melhor aos interesses da mãe (Berger & Berger, 1976).

Numa espécie de representação gráfica, poderíamos dizer que a sociedade não apenas impõe seus padrões ao comportamento da criança, mas estende a mão para dentro de seu organismo a fim de regular às funções de seu estômago. O mesmo aplica-se à secreção, ao sono e a curtos processos fisiológicos ligados ao estômago (Berger & Berger, 1976: 201).

A socialização é concebida em duas etapas: socialização primária e socialização secundária (Berger & Berger, 1976; Setton, 2005). A socialização primária é o processo através do qual a criança passa ser um membro participante da sociedade, e resume-se basicamente à aquisição da linguagem, assegurando a posse subjetiva de um eu e um mundo exterior. Os agentes encarregados desta tarefa são o adulto, a família, a escola. A socialização secundária compreende os processos posteriores através dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico, principalmente o do trabalho (Setton, 2005).

Podemos dizer que o campo de excelência do processo de socialização é a educação, e portanto, trata-se de um conceito caro à sociologia da educação (Setton, 2005). Neste enquadre, é concebida como processo de construção da identidade social e pessoal do indivíduo na atualidade (Setton, 2005). “[...] o sucesso desse processo educacional seria caracterizado pela construção de um ser social totalmente identificado com os valores societários.” (Setton, 2005:338). Uma metáfora exemplar deste raciocínio é a apresentada por Wintersberg (*apud* Monteiro, 2006) na qual a escola seria uma fábrica onde o material bruto (crianças) é transformado por trabalhadores (professores) em produtos, no caso, os adultos.

A sociologia da educação aborda em seus estudos clássicos dois espaços tradicionais de socialização: a família e a escola (Setton, 2005). Enquanto a família estaria voltada para ensinamentos de caráter privado e doméstico, a escola a complementa, sendo responsável pela construção de indivíduos “morais e eticamente comprometidos com o ideal público” (Setton, 2005).

A sociedade do final do século XIX, segundo Durkheim, demandava a construção de espíritos solidários e altruístas para consolidar o projeto de modernidade do século XX. A educação moral das instituições família e escola teria a responsabilidade, portanto, de forjar a personalidade de um novo sujeito social, agora identificado com a proposta de uma sociedade burguesa e capitalista (Setton, 2005:338).

O processo de socialização concebido da maneira apresentada até o momento parte de uma concepção passiva da criança, da busca totalizante entre o indivíduo e a sociedade, ocorrendo através de um doutrinamento das crianças, da imposição de normas sociais e constrangimento pelo poder. “Mesmo considerando que uma visão mais recente sobre a socialização reconheça o papel ativo e produtor que as crianças e os jovens assumem nos processos de transmissão cultural, de forma geral, a ênfase do conceito permanece nas aptidões que devem aparecer no final do processo [...]” (Castro, 2009: 482). A socialização, assim, reduz os indivíduos à uma identificação coerente com papéis sociais identitários e com padrões normativos institucionais atribuídos a eles⁴.

Esta concepção tem sido revista e hoje, a socialização tem dado lugar à experimentação. As mudanças no processo de socialização são resultados de mudanças no contexto cultural industrial (tecnologia, economia e política) que criou crises e tensões nas

⁴ Setton (2005) apresenta uma alternativa a essa leitura com a sugestão da substituição de aprendizagem pela noção de “experiência”, conforme discutido por François Dubet, em seu livro “Sociologia da experiência” (1996).

instituições responsáveis pela socialização. Segundo Setton (2005), a visão de socialização moderna está ultrapassada. Na atualidade, contamos com um universo cultural plural e diversificado que oferece outras opções institucionais, quebrando a hegemonia da família e da escola. A socialização está hoje mais próxima do processo de subjetivação, e mais distante da aprendizagem.

Na atualidade, jovens vivem sua experiência pessoal num contexto ambíguo e difícil de uma dupla normatividade e de uma crise social. “Uma dupla normatividade na medida onde coexistem, em níveis diversos, as normatividades antigas que se enfraquecem enquanto que emergem, freqüentemente de maneira fragmentada, novos princípios de sentido” (Molitor, 2000:15). Logo, a normatividade antiga baseada no modelo do trabalho dá lugar a novas normatividades calcadas na comunicação (reconhecimento de si, construção identitária) e no consumo.

Assim, para Bajoit (2000), a socialização é, na atualidade, consequência da necessidade, do desejo do indivíduo de “agir com e sobre os outros”, ou seja, de fazer laço social, laço de troca com o outro, seja este concebido como ajuda ou como obstáculo (companheiro, adversário, concorrente ou inimigo). Na formação desses laços há construção de si e também a (re)produção da sociedade. Logo não é mais uma via de mão única; a sociedade, o adulto também são afetados pelo processo.

A sociedade industrial está fundada sobre a produção, e esse é um processo que submete o indivíduo ao coletivo [grifo do autor], de um lado exigindo dele um trabalho (que ele seja útil, disciplinado, que tenha mérito, que se sacrifique) à serviço do Progresso; e de outro lado, o submetendo às exigências da Razão, tanto racional (a ciência, a tecnológica) quanto razoável (razão do Estado, a lei da maioria). A sociedade na qual entramos –que chamam de ‘pós-industrial’ na falta de saber qual será sua especificidade – se apóia muito sobre o consumo, que instaura a primazia do indivíduo sobre o coletivo [grifo do autor], de um lado exigindo dele que goze da qualidade (técnica, estética, ética, ecológica) da vida, e de outro lado, que seja autônomo, responsável, e que auto-realize as potencialidades que possui e os direitos que lhes são reconhecidos (Bajoit, 2000:36).

Hoje, a socialização, não está mais somente referida a instituições – família, escola, empresa – mas sim a um conjunto de experiências diversas ofertadas pela sociedade, com as quais o indivíduo se depara. “A socialização torna-se aqui uma individuação marcada pela obrigação de ‘achar seu próprio rumo’, de ‘procurar seu desabrochar pessoal’, de ‘construir sua própria identidade’” (Dubar, 2000:45).

1.3.2 Individualização: a socialização no contemporâneo

O processo de individualização parece se configurar como conceito-chave na análise das questões abordadas neste trabalho. As concepções do “ser jovem” e “ser adulto”, da mesma maneira que a própria noção de transição, estão passando por um momento de reformulação devido justamente aos efeitos do discurso individualizante vigente no contemporâneo, que instaura uma nova lógica e racionalidade, diferente do que conhecíamos até então. Num mundo, agora, destradicionalizado não há mais o sentido único dado nos ciclos de vida, onde critérios como idade organizavam o curso de vida do homem. Logo a perspectiva identitária torna-se incerta e aberta a definições de forma permanente pelo indivíduo. “O indivíduo integrado na comunidade tradicional, vivendo como um indivíduo particular, não se colocava problemas identitários como os que escutamos hoje. O crescimento das identidades provém justamente da desestruturação das comunidades, provocada pela individualização da sociedade” (Kaufmann, 2004:17).

Em “Risk Society” (Sociedade do Risco), Beck defende que a socialização seria o começo de um “novo modo de societalização”, uma “mudança categorial” na relação entre indivíduo e sociedade (Beck, 1992). Nesse texto, ele afirma que a individualização é um produto de uma socialização complexa, contingente e portanto de alto grau. É definida como “uma característica estrutural de sociedades altamente diferenciadas e não ameaça sua integração, mas pelo contrário, a torna possível” (Beck & Beck-Gernsheim, 2008). A integração social não se daria mais pelos vínculos da tradição, mas através de uma “coletividade paradoxal de individualização recíproca”. A experiência coletiva a que todos estão submetidos é a fragmentação e individualização crescentes das biografias. “Nós entramos numa sociedade de reponsabilidade de si: cada um deve imperativamente encontrar um projeto e agir por si mesmo para não ser excluído do laço, qual que seja a fragilidade dos recursos culturais, econômicos ou sociais de que se dispõe” (Ehrenberg, 1995:14-15). O laço na atualidade é a individualização e a subjetividade se torna uma questão coletiva.

Beck (1992) segue adiante afirmando, entretanto, que se trata ainda de uma forma de societalização, uma forma mais avançada, onde consciências coletivas ou referência social são substituídas pelo indivíduo por si só. “O indivíduo ele mesmo torna-se a unidade de reprodução para o social no mundo vida” (Beck,1992:130). O paradoxo é que a diferenciação de situações sócio-biográficas é acompanhada ao mesmo tempo por um alto grau de padronização das biografias de vida. A padronização se daria devido à dependência ao

mercado de trabalho, por exemplo, que passa a determinar a escolha do indivíduo; e ao atravessamento da esfera privada e da esfera pública, uma vez que o indivíduo depende agora de instituições como o mercado de trabalho, educação, consumo, regulações do Estado-providência, de inovações e recomendações médicas, psicológicas e pedagógicas.

O processo de individualização não seria, para Beck, um processo restrito ao contemporâneo, mas estaria nos últimos anos sofrendo uma exacerbação de suas características, devido à contextualização atual de uma sociedade de risco. A idéia de risco não diz respeito ao que comumente associamos a essa palavra, como ameaça ou perigo. “O conceito de risco está diretamente ligado ao conceito de modernização reflexiva. Risco pode ser definido como uma maneira sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela modernização ela mesma [grifo do autor]” (Beck, 1992:21). Segundo Costa, risco assume, no trabalho de Beck, “a conotação de categoria estruturante da ‘segunda modernidade’ e abrange, para além das ameaças objetivamente existentes, os processos e os mecanismos sociais de percepção, decodificação e prevenção contra riscos” (1994:75).

A sociedade de risco surge no momento de enfraquecimento das instituições próprias à modernidade (família nuclear, Estado moderno, técnica e ciência na forma contemporânea), e constitui, assim “[...] o contexto no qual o fim das certezas (modernas) vê emergir – como possibilidade – a era da crítica e da reinvenção [grifo do autor]” (Costa, 2004:76).

Conforme dito anteriormente, Giddens (2002) denomina nosso contexto atual como alta modernidade ou modernidade tardia. Para ele, a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas é marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade. Esta fase de desenvolvimento conta com alguns conceitos-chave para este autor: auto-identidade (onde o eu é entendido reflexivamente pelo indivíduo em termos de sua biografia), cultura de risco (que seria o aspecto cultural fundamental da modernidade, em que a consciência do risco constitui um meio de colonizar o futuro) e o de desencaixe (definido como um descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo) (Giddens, 2002).

Segundo Giddens (2002), o caráter peculiar da vida social moderna se caracteriza pela separação de tempo e espaço, por mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional. “Além de sua reflexividade institucional, a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos,

recombinando-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço” (Giddens, 2002: 10). Novamente em relação a nossa questão, talvez possamos pensar que esses mecanismos de desencaixe e de separação tempo e espaço parecem estar em vigência nas definições do que é ser jovem, do que é ser adulto hoje. Quando se fala em "juvenilização" e "teenagização" da sociedade, parece que está se falando desses mecanismos de desencaixe onde adultos e jovens parecem estarem se deslocando de seus lugares referenciais tradicionais; e os lugares de saber, conhecimento, tradição, hierarquia encontram-se em suspensão e em intercâmbio.

Um dos aspectos mais destacados por Giddens (2002) como característico dessa modernidade tardia é a reflexividade, sendo este em seu trabalho mais um adjetivo para a modernidade – modernidade reflexiva. Esta reflexividade constitui-se não só no âmbito institucional – no qual a sociedade incorpora constantemente conhecimento ou informações novas em situações de ação que assim se reconstituem ou se reorganizam - mas também no âmbito individual, onde a auto-identidade é constituída reflexivamente através das narrativas do eu. “Nas situações a que chamo de modernidade ‘alta’ ou ‘tardia’ – nosso mundo de hoje – , o eu, como os contextos institucionais mais amplos em que existe, tem que ser construído reflexivamente. Mas essa tarefa deve ser realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades” (Giddens, 2002:10 – 11).

A modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional. A transformação do tempo e do espaço, em conjunto com os mecanismos de desencaixe, afasta a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos. Esse é o contexto da consumada reflexividade, que é a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas. A *reflexividade* da modernidade deve ser distinguida do monitoramento reflexivo da ação intrínseco a toda atividade humana. Ela se refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação” (Giddens, 2002:26).

A idéia de reflexividade incidindo sobre a construção identitária reflexiva, presente no pensamento de Giddens, pressupõe individualização e singularização da transição para a vida adulta no contemporâneo, onde o jovem cada vez mais é responsável pela construção de sua trajetória, não contando mais de forma tão presente com o amparo institucional, seja da família (como por exemplo, seguir a carreira de seus pais) seja do Estado (por exemplo, a determinação por parte dos governos soviéticos de qual profissão o jovem teria). Portanto, a transição enquanto fenômeno individualizado estaria sendo afetada pelo contexto social atual.

A reflexividade da modernidade se estende ao núcleo do eu. Posto de outra maneira, no contexto de uma ordem pós-tradicional, o eu se torna um projeto reflexivo. Transições nas vidas dos indivíduos sempre demandaram a reorganização psíquica, algo que era freqüentemente ritualizado nas culturas tradicionais na forma de ritos de passagem. Mas em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada – como quando um indivíduo saía da adolescência para a vida adulta. Nos ambientes da modernidade, por contraste, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social [grifo do autor] (Giddens, 2002: 37).

Ulrich Beck em seu livro “Risk Society”, já mencionado anteriormente, dedica um capítulo a apresentar e sistematizar o processo o qual chama de individualização. Segundo o autor, a individualização seria um processo importante, apesar de muitas vezes seu conceito e seu uso serem apresentados de forma ambígua.

A individualização não equivale à individuação, nem tampouco significa autonomia, emancipação, liberdade e auto-liberação da humanidade (Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 2008). “Não significa atomização, isolamento, solidão – o fim de todos os tipos de sociedade – ou desconexão” (Beck, Giddens & Lash, 1997:24). A conexão, compromisso e comprometimento com o próximo continua a existir, mas agora dizem respeito à novas exigências: “[...] o ajuste à lógica do mercado de trabalho, a dependência das oportunidades de consumo e de utilização de serviços, os limites do atendimento dos sistemas especializados de educação e saúde” (Costa, 2004:76).

Partindo da terminologia utilizada por Giddens (2002), a individualização pode ser definida como desencaixe do indivíduo de amarras e constringimentos sociais. O padrão de funcionamento do modelo de individualização – “modelo a-histórico de individualização” – é baseado em um tripé:

[...] desencaixe, remoção de formas sociais e compromissos prescritos historicamente no sentido de contextos de domínio e apoio tradicionais (a ‘dimensão libertadora’); a perda de segurança tradicional com respeito ao conhecimento prático, fé e diretrizes (a ‘dimensão desencantadora’); e – aqui o significado da palavra é virtualmente invertida em seu oposto – o re-encaixe, um novo tipo de compromisso social (o ‘controle’ ou ‘dimensão reintegrativa’) [grifos do autor]” (Beck, 1992:128).

Esse seria um “modelo a-histórico de individualização”, formatado em liberação, perda de estabilidade e reintegração.

No que diz respeito à liberação ou desencaixe de laços tradicionais, um exemplo clássico trazido por Beck seria o do estatuto de classe social e o de gênero. Assim, o caso das mulheres deixando a esfera do lar e a condição marital e se inserindo no mercado de trabalho está reconfigurando os laços de família tradicionais. Um ponto de liberação e que nos interessa diz respeito à esfera de produção, o trabalho. Beck faz menção especialmente à “flexibilização de horas de trabalho e a descentralização do lugar de trabalho (do qual o trabalho em casa é um caso extremo). Nesse sentido, novos tipos de sub-emprego pluralizados e flexíveis aparecem” [grifos do autor] (Beck, 1992:129).

‘Individualização’ significa, primeiro, a desincorporação, e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias. Daí a palavra ‘individualização’. A desincorporação e a reincorporação (nas palavras de Giddens) não ocorrem por acaso, nem individualmente, nem voluntariamente ou por diversos tipos de condições históricas, mas sim ao mesmo tempo e sob as condições gerais do welfare state, na sociedade desenvolvida de trabalho industrial, como vem se desenvolvendo desde a década de 1960 em muitos países industriais do Ocidente (Beck, Giddens & Lash, 1997:24-25).

Logo, não se trata somente de um desencaixe ou desincorporação. O contemporâneo provê os indivíduos de outras formas de encaixe, novos constrangimentos e uma rede de regulações do mercado de trabalho e do Estado de bem-estar social. “De direitos de pensão à proteção social, de bolsas de educação à taxas: todos são pontos de referência institucionais marcando o horizonte no qual cada pensamento, planejamento e ação moderna deve ocorrer” (Beck & Beck-Gernsheim, 2008).

Ao invés de ser dependente de formas sociais coletivas, o indivíduo se torna dependente de, por exemplo, políticas sociais, ou economia de mercado e moda para construir sua biografia pessoal. [...] O self se torna um projeto permanente onde nada está fixado por mais que um período limitado de tempo: estudos, trabalho, lugar de residência, relacionamento com amigos e família e até mesmo personalidade e formato do corpo se tornam sujeitos à questionamento e mudança (Wall & Olofsson, 2008: 435).

Mas nem por isso os laços tradicionais da sociedade industrial como classe social, família nuclear, papéis sexuais e carreira saem de cena. Eles meramente cedem o lugar de

protagonista para a auto-reflexividade. Assim, “pessoas com a mesma renda, [...] de uma mesma ‘classe’, podem ou mesmo devem escolher entre diferentes estilos de vida, subculturas, laços sociais e identidades. Saber a posição de ‘classe’ de alguém não pode mais determinar a perspectiva, relações, posição familiar, idéias políticas e sociais ou identidade dela” (Beck, 1992:131).

Para Beck (1997), as sociedades tradicionais forneciam pouca margem para autonomia individual uma vez que categorias eram pré-definidas, como por exemplo, a religião. Já a modernidade, uma vez secularizada, incentiva a construção identitária, tornando difícil se apoiar em parâmetros tradicionais para orientar a vida e as atividades (Elliott & Lemert, 2009). “Individualização, ou a organização reflexiva do self, demanda que as pessoas expliquem elas mesmas e se tornem abertas para o discurso ou deliberação reflexiva – tanto internamente quanto externamente” (Elliott & Lemert, 2009:48).

Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da ‘racionalidade’. No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria (Beck, Giddens & Lash, 1997:19).

Assim como Beck, Giddens preconiza a destradicionalização da sociedade, ou seja, a perda de lugar privilegiado da tradição, não significando um desaparecimento, mas a subordinação a um “crivo da avaliação reflexiva”.

Individualização de situações de vida e processos significa portanto que biografias tornam-se auto-reflexivas; biografia socialmente prescrita é transformada em biografia que é auto-produzida e continua a ser produzida. Decisões em educação, profissão, emprego, lugar de residência, cônjuge, número de crianças e assim por diante, com todas as decisões secundárias implicadas, não “podem” mais ser, elas “devem” ser feitas [grifo do autor] (Beck, 1992: 135).

E mesmo onde ela não seja percebida como decisão, é o indivíduo que arca com as conseqüências. Portanto, hoje, há muito mais eventos que são considerados como “fracasso pessoal”, como não passar no vestibular, estar desempregado, se divorciar. A este tipo de biografia, Beck irá denominar “biografia eletiva”, “biografia reflexiva” ou biografia ‘*do-it-yourself*’, que facilmente pode se tornar uma “biografia *breakdown*” quando uma série de infortúnios são creditados exclusivamente ao indivíduo.

As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente eram possíveis de serem superadas em um grupo familiar, em comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos (Beck, Giddens & Lash, 1997).

O caráter novo historicamente é que a biografia “do-it-yourself” que era esperada apenas de determinado grupo de pessoas, agora se estende a todos membros da sociedade, numa espécie de democratização de processos de individualização. Assim, não só homens, mas mulheres, jovens e crianças são encorajados a construir uma história independente da filiação coletiva ou grupal, qualquer que seja.

A crise das instituições e afrouxamento dos laços sociais e das referências que constituem as identidades pessoais e coletivas (dentre as quais destacamos o trabalho), abre caminho para a individualização. “Trata-se aqui do aprofundamento do processo de individualização que torna os indivíduos sujeitos da construção de sua própria identidade e biografia” (Costa, 2004:76).

O indivíduo tenta, sozinho, construir uma biografia de certeza sob condições de um mundo incerto (Zinn, 2008). As fontes de identidade coletivas e de grupo características da sociedade industrial (etnia, classe, etc) que eram a base de segurança das democracias e economias Ocidentais perdem sua mística e se “quebram” (*break down*), e o indivíduo é obrigado a constantemente formular e reformular novas classificações e categorias (Beck & Beck-Gernsheim, 2008). A individualização é, assim, a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem (Beck, Giddens & Lash, 1997).

Embora a individualização favoreça uma criação de identidades em um processo inovativo institucionalizado, sem ser forjado pelas forças da socialização (“individualização institucional”), por isso mesmo, conforme falamos anteriormente, o fracasso se torna exclusivamente pessoal, ou seja, descontextualizado de questões estruturais (Beck & Beck-Gernsheim, 2008:24).

Nessa sociedade individualizada, os riscos não só são mais numerosos, mas novos tipos de riscos pessoais aparecem, riscos das escolhas identitárias, produzindo novas demandas de dependência institucional em educação, terapia, aconselhamento, políticas (Beck, 1992).

Mais do que ‘grandes instituições’ determinando as vidas de ‘pequenos indivíduos’ [...] a teoria da individualização afirma que as pessoas hoje são somente integradas parcialmente na rede social. [...] as pessoas hoje devem constantemente realizar o trabalho de auto-construção e auto-criação inventivo para poderem evitar que suas identidades acabem em pedaços (Elliott & Lemert, 2009:47).

Em um contexto de incerteza, o indivíduo se sente “incerto” e inseguro para controlar sua conduta e tomar suas decisões sem um enquadre fornecido *a priori* (Ehrenberg, 1995). Logo, a questão do contemporâneo é uma questão identitária por excelência. “No centro das questões relacionadas ao uso de psicotrópico e à comunicação, encontramos ao mesmo tempo a questão identitária – o laço entre a responsabilidade que pertence a cada um e a que depende do coletivo. O indivíduo incerto é, evidentemente, um pleonasmo [grifo nosso]” (Ehrenberg, 1995:304). Para o autor, a solidão da escolha é o motivo para o aumento do uso de drogas e da busca por relações virtuais, recursos aos quais o indivíduo recorre na tentativa de encontrar uma mediação e um alívio no peso da responsabilidade e da incerteza da necessidade de agir por si mesmo.

Há um constrangimento a se individualizar, a se constituir como indivíduo, planejar, entender, desenhar a si mesmo e agir como indivíduo, e em caso de fracasso arcar com suas conseqüências (Beck & Beck-Gernsheim, 2008). Você pode escolher o que você vai escolher, mas tem que escolher. A condição social comum é a escolha, e a flexibilidade para se adaptar constantemente ao mercado. “Se não quiserem fracassar, indivíduos devem estar aptos a planejar para longo prazo e se adaptar para mudanças; eles devem organizar e improvisar, determinar objetivos, reconhecer obstáculos, aceitar derrotas e fazer novas tentativas. Eles precisam de iniciativa, tenacidade, flexibilidade e tolerância para frustração” [grifo meu] (Beck & Beck-Gernsheim, 2008:4).

1.3.3 Individualização e juventude

A individualização não está restrita aos jovens, mas os atinge de forma mais profunda na sua socialização devido à erosão de alguns marcos ou referenciais estáveis (por ex. mutações esfera do trabalho ou formas de família). Essa erosão que pode ser atribuída ela mesma à individualização reforça por sua vez esse processo de construção de si. Os jovens assim são obrigados a compor, criar, inventar as novas formas de vida e maneiras de estar no mundo (Schehr, 2000).

O próprio fato de não haver mais a juventude (denominador comum), nem as juventudes (diferenças), mas sim os jovens já é efeito da individualização (Schehr, 2000). Se a transição para a vida adulta é um momento de (re)construção identitária, momento que passa por processos de (re)filiações e de recusa de filiações, como isso é afetado a partir do momento em que não há mais referenciais a serem recusados? Embora a individualização permita uma construção identitária do jovem como um sujeito singular de sua experiência, com uma maior dinâmica, instabilidade e experimentação, isso também causa maior angústia.

Como forma de socialização, a individualização acarreta a fragmentação das trajetórias escolares, sociais e profissionais, e uma singularização das experiências. A autenticidade é o novo fio condutor biográfico ligando experiência ao contexto (Schehr, 2000).

Nos estudos sobre transição, a noção de agência e escolha fica destacada numa sociedade na qual os constrangimentos estruturais tradicionais, em certo nível, perderam sua significância preditiva na vida dos jovens (Lehmann, 2004).

O conceito teórico de Beck de sociedade de risco, quando aplicado aos problemas da transição escola – trabalho, sugere que a dissolução de elementos tradicionais estruturais da sociedade industrial, como classe, gênero, etnia, levou a processos de transição mais incertos, fragmentados, e ultimamente individualizados (em oposição a determinados estruturalmente) [pela família e escola] (Lehmann, 2004:380).

Nugin (2008) relata de forma detalhada o impacto do processo de individualização na transição para a vida adulta de jovens, ao fazer uma comparação entre a experiência de transição em uma Estônia comunista e uma Estônia após a queda deste regime, do “encaixe extremo” ao seu oposto. No processo de se tornar adulto, os jovens estonianos contavam com estruturas sociais para se integrarem na sociedade. Durante o período soviético, na Estônia, as autoridades controlavam a transição. Depois de se formarem na universidade, os jovens eram alocados em seus trabalhos futuros pelo governo, a partir do desempenho do estudante durante seu período escolar. As posições mais prestigiadas ficavam para os melhores alunos e as menos atraentes para os menos sucedidos em seus estudos. “Essa alocação amarrava a pessoa a seu trabalho por um certo número de anos. Assim, ter um certo futuro dependia menos do indivíduo e mais do sistema, logo uma afiliação política imaculada e bons resultados nos estudos levavam a um futuro seguro” [grifos nossos] (Nugin, 2008:187).

Da mesma forma a residência era alocada por autoridades municipais a partir de pré-requisitos como ser casado, ter filho, ter um emprego fixo. “Assim, casar e ter filhos em uma

idade precoce para esse fim [ter residência] era muito comum [...]”(Nugin, 2008:187). Com a queda do comunismo, essas estruturas foram destruídas, deixando os jovens livres para fazerem suas escolhas, mas ao mesmo tempo, não contavam mais com a certeza de um destino social, tendo que arcar individualmente com as condições de crise que surgiram (queda da taxa de emprego, aumento do desemprego para grupo etário de 18 a 24 anos) no novo contexto (Nugin, 2008). Segundo a autora, apesar das dificuldades enfrentadas, a avaliação geral dos jovens foi positiva com relação à mudança política. As incertezas eram lidas como aberturas para novos horizontes, novas oportunidades (Nugin, 2008).

O exemplo acima trata de um caso extremo do processo que vimos aqui discutindo, mas sem dúvida, ilustra o que com maior ou menor intensidade, os jovens estão hoje vivenciando.

No passado recente, famílias, trabalho e comunidade sofreram transformações. Normas e valores tradicionais que vinham sendo seguidos como diretrizes coletivas estão desaparecendo e sendo substituídas por identidades e biografias individualizadas. O processo de destradicionalização cria um ambiente de incertezas e risco. [...] Características tradicionais da transição de obtenção do estatuto adulto – da educação para mercado de trabalho, da casa dos pais para lar individual, de filho à pai/mãe – tornaram-se mais e mais indistintos na sociedade de hoje. [...] Seguidores da teoria do risco sugerem que essas mudanças causam incerteza e stress constantes nos jovens (Nugin, 2008:192).

Para Giddens (2002), o termo “ciclo de vida” se aplica com maior precisão a contextos não-modernos que aos modernos. Na modernidade tardia, o curso da vida é visto como uma série de “passagens” pelas quais o indivíduo transita, mas de forma desinstitucionalizada e não acompanhada de ritos formalizados. “Não é só em termos da falta de rituais que as passagens da vida diferem de processos comparáveis em contextos tradicionais. Mais importante é que essas transições são trazidas para a trajetória reflexivamente mobilizada da auto-realização, e superadas por meio dela” (Giddens, 2002:78).

Assim, a tarefa de “adulterar” se torna por um lado, mais livre, mas ao mesmo tempo, mais solitária, e se desdobra em uma construção de si enquanto um sujeito adulto. Tendo em vista hoje uma maior fragilidade e instabilidade dos marcadores simbólicos, como por exemplo, a conjugalidade, a inserção profissional, para definir e dar contorno ao começo de uma vida adulta, os jovens se deparam com uma exigência psíquica maior de construir, a partir de suas próprias experiências, referenciais e valores a sua condição de adulto. Essa

parece ser a maior responsabilidade para os jovens hoje, a de participar, de forma singular, de um processo de subjetivação de construção da identidade adulta, de forma a assumir as conseqüências de seus atos e de suas escolhas. Como nos diz Zittoun (2007), a marca da transição para a vida adulta seria a responsabilidade simbólica, entendida como a responsabilidade de responder por suas escolhas. Assim, as decisões biográficas passam a ser menos divididas com a família e a sociedade.

Como há diferentes possibilidades de ser jovem há diferentes formas de transição. As questões levantadas até o momento em relação a uma desinstitucionalização, individualização e não-linearidade da transição para vida adulta estariam portanto restritas a um universo de jovens pertencentes ao meio urbano, principalmente de classes média e alta.

A individualização como princípio moral acarreta novas frentes de trabalho psíquico para os jovens que se vêem diante da tarefa de se construir como sujeitos singulares nas condições relativamente incertas do contemporâneo. A desregulamentação das trajetórias biográficas consolidadas institucionalmente pela via do trabalho e da conjugalidade dá lugar à situação paradoxal de maior amplitude de escolha e, simultaneamente, não ter o que escolher. Por um lado, expandem-se os horizontes num mundo que oferece amplas oportunidades sem que haja uma determinação apriorística disso ou daquilo; por outro lado, não há um roteiro, um mapa que norteie onde há oportunidades, e como são, ou devem ser, as escolhas a serem feitas (Castro & Correa, 2005: 12).

Segundo Pochmann, “[...] o adolescente, hoje, não mais encontra um campo mapeado de significações para as transformações que sofre. Se de um lado, isso dificulta enormemente a sua trajetória, [...], por outro lado isso o obriga a um contato com um campo cultural muito mais amplo e diferenciado” (2004:199). Efetivamente, a responsabilidade de solução para suas próprias questões recai também sobre ele, o que, sem dúvida alguma, subjetiva as questões antes tratadas na coletividade.

Para La Mendola (2005) a modernidade forneceu um grande incentivo à afirmação do si-mesmo, do próprio potencial. Os modelos de socialização contemporâneos que conferiram – ou, ao menos, declararam querer conferir – um espaço cada vez maior às características individuais moveram-se nessa direção, incitando seus agentes e, em primeiro lugar, os pais, a respeitar as escolhas e as inclinações dos mais jovens.

Podemos pensar esse momento da vida como um momento de risco, definindo risco como “uma interpretação do enfrentamento do perigo na persecução dos objetivos” (La

Mendola, 2005: 59), uma vez que se passa do conhecido para o desconhecido, da “irresponsabilidade” para a responsabilidade.

Segundo La Mendola, toda situação de risco comporta uma rede de segurança, um campo de possibilidade assegurado. “[...] junto com a dimensão do perigo – sempre implícita nos comportamentos arriscados, como obstáculo que se interpõe à consecução dos fins -, é preciso examinar as dimensões que conferem o sentimento de segurança [...]” (La Mendola, 2005 : 63).

Dessa forma, a transição depende de uma rede de suporte que possibilite a autonomia (esse é processo de socialização por definição), pois “a autonomização dos jovens é também constituída de dependência(s)” (Pais, 2005). Para La Mendola (2005), esta elaboração de sistemas de proteção não exclui, ao contrário, deve prever explicitamente, oportunidades dos sujeitos assumirem responsabilidades.

Trata-se, então, de compreender quais são as estratégias para reduzir os fatores de perigo e aumentar os de segurança. Desse ponto de vista, todo o discurso das garantias sociais e das formas institucionais organizadas na modernidade para responder a essa necessidade, ou seja, a questão do *welfare state* e de suas transformações, assume um papel central. [...] Trata-se, em realidade, de encontrar uma forma de legitimar a importância do arriscar-se, sabendo, contudo, que essa disposição, bem como o resultado dos comportamentos, em termos de sucesso ou fracasso, depende igualmente das ‘redes de proteção’ que se estendem sob quem aceita o risco (La Mendola, 2005 : 63-64).

Esta rede de suporte para esse momento de risco que seria o da transição para a vida adulta pode ser constituída pela família ou em alguns países pelo Estado, embora este último em alguns países venha cada vez mais se ausentando desta função.

Portanto, essas mudanças no cenário contemporâneo estariam favorecendo uma prevalência da agência sobre a estrutura. Entretanto, Pais alerta que:

A ênfase na agência individual, no processo de desenhar os percursos, não deveria implicar, contudo, um negligenciamento do peso que as estruturas econômicas, sociais e culturais têm nas trajetórias juvenis, embora alguns acreditem que as escolhas enfatizam a individualidade a ponto de ultrapassar as segmentações sociais, como as de gênero ou classe social. Também há limites nas constrangedoras sociedades centradas no indivíduo: embora a difusão do desejo de aceder à individualidade (feita de escolhas, auto-realização, autonomia e autenticidade) se tenha generalizado, as efetivas condições de

possibilidade de concretização desse desejo encontram-se desigualmente distribuídas (Pais, 2005: 113-114).

A juventude é levada a cada vez mais se constituir de maneira autônoma, não só no que diz respeito a referenciais e identificações, mas também no apoio ou “rede” estrutural disponível (familiar e estatal), assumindo assim, de forma não contextualizada e solitária os riscos das escolhas de vida.

1.3.4 Responsabilização pela precariedade: efeitos da individualização na juventude

Frente ao imperativo e empuxo ao processo de individualização, o sujeito se vê hoje compelido a além de uma questão ética de ser responsável por seus atos, a também se responsabilizar por sua vida, escolhas, fracasso ou sucesso, de forma cada vez mais solitária. Assim, o “indivíduo mais ou menos voluntariamente carrega o peso da responsabilidade de suas tentativas em auto-determinação biográfica encontrem o azar” (Blatterer, 2007:30).

O que parece prevalecer aqui, em termos sociológicos, é que um peso maior é dado à agência, em detrimento da estrutura, e portanto de que tudo é possível, desde que as capacidades individuais sejam mobilizadas. Como consequência, os problemas sociais, as questões e determinações de estrutura são transformados em disposições psicológicas: sentimentos de culpa, ansiedade, conflitos e neuroses (Beck & Beck-Gernheim, 2008; Ehrenberg, 1995). Blatterer (2007b) denomina “falácia epistemológica da modernidade tardia”, o excesso de subjetivização e individualização dos estágios de vida.

Tal falácia seria o excesso do peso atribuído às escolhas individuais (ao poder da agência), uma vez que o discurso veiculado é que as amarras da estrutura, mais do que rede de proteção e amparo, seriam na verdade empecilhos, constrangedores na forma de categorias como classe, gênero e etnia.

A tese da individualização tem sido usada para demonstrar as maneiras nas quais as certezas do passado desmoronaram e foram transformadas em uma ‘estrutura’ mais fragmentada e menos previsível. Logo, a probabilidade de ter experiências similares ao de nossos pais foi substituída por um campo maior de possibilidades. [...] Esse aumento nos caminhos diferentes que estão abertos para jovens dão origem a um certo número de escolhas por parte do indivíduo. Tendo feito um número de tais escolhas, um sentimento de responsabilidade individual então se segue, que facilita a crença que oportunidades estão disponíveis para aqueles que trabalham por isso. (Pollock, 2002: 65).

A noção de precariedade surge nos anos 1980, com a chamada “nova pobreza” oriunda da crise mundial dos anos 1970, e era geralmente referida aos “desempregados no fim de percurso e jovens que jamais trabalharam”, ou seja, para o aposentado, ou em vias de, e para o jovem geralmente de classe baixa (de banlieu, já que sua origem é francesa) (Paugam, 2000; Vultur, 2010). Até anos 1980, a precariedade estava associada exclusivamente às categorias populares, mas seu uso passou a ser estendido para grupos da população até então considerados como perfeitamente adaptados à sociedade moderna e vítimas apesar disso da conjuntura econômica e da crise do emprego (Vuille & Schultheis, 2007). Tornou-se conceito-chave para a sociologia, juntamente com estudos sobre crise, precariedade e exclusão, após o final do período conhecido como “Trinta anos gloriosos”.

O estatuto precário, como podemos ver, está ligado ao âmbito do trabalho, e diz respeito às novas formatações em prol de uma flexibilização das condições de trabalho que este tem assumido nas últimas décadas. Logo, precariedade é o jogo de instabilidade e estabilidade de emprego e condições e salários do trabalho. “Estar precário significa viver na insegurança permanente para uns, e ter um mau emprego – quer dizer um trabalho desvalorizado e pouco remunerado – para os outros” (Paugam, 2000:16).

Trata-se da incerteza, ausência de garantias, benefícios e de cuidados tradicionalmente ligados ao emprego de duração indeterminada. Uma grande parte dessa população é constituída de jovens entrando no mercado de trabalho.

Esses últimos [jovens] são confrontados a ‘uma precariedade pluriforme’ que se traduz por uma ausência de status e de direitos sociais, uma falta de autonomia econômica e doméstica, uma perspectiva de carreira à longo prazo reduzida e de rendas instáveis assim como uma inclusão frágil nos programas de proteção social. (Vuille & Schultheis, 2007:15).

Assim, mais do que origem social ou nível de diploma, deve-se levar em conta a posição geracional, e sua relação com as outras para estabelecer os que estão em “risco de precariedade”. Conforme falamos anteriormente, a precariedade para o jovem é a individualização da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso social.

Pode-se então avançar a hipótese que face à precarização do emprego e à erosão do modelo de integração social ‘tradicional’ [casamento], os jovens se acham cada vez mais frequentemente forçados a recorrer a uma forma de bricolagem biográfica e desenvolver permanentemente estratégias face à ausência de suporte familiar e do trabalho assalariado (Vuille & Schultheis, 2007:16).

Ao contrário de sua origem, ligada mais a estratos da classe baixa, a noção de precariedade tem sido pensada, na atualidade, como própria à realidade de jovens de maior poder aquisitivo, de classes mais elevadas.

A precariedade atinge grupos de jovens que, em média, possuem um capital escolar mais elevado que as gerações precedentes; a diferença entre o valor potencial dos títulos escolares (enquanto bilhete de entrada no mercado de emprego) e o valor real diminuído por uma inflação considerável contribui a acentuar o sentimento de crise por parte de jovens e seus familiares (Vuille & Schultheis, 2007:16).

A responsabilização pela precariedade seria justamente a situação com a qual os jovens de classe média se deparam, no momento de entrada na vida adulta, de precisarem lançar mão de recursos próprios para fazer esse processo de (re)construção identitária, que envolve escolhas importantes, tendo que assumir de maneira descontextualizada as conseqüências de estarem fazendo essa transição em um cenário de precariedade estrutural. Logo, o que procuramos apontar aqui não é para uma desresponsabilização do jovem quanto a suas escolhas, mas sim, de contextualizar o enquadre estrutural na qual essas escolhas precisam ser feitas.

1.4 Rio de Janeiro e Quebec: especificidades, contextos e realidades diferentes

Ao analisarmos conceitos como transição para a vida adulta, adulto, jovem, moratória, trabalho; faz-se necessário ter em mente o fato de que estamos tratando de conceitos construídos no bojo de realidades sócio-históricas, não só temporais, mas também espaciais. Assim, ao propormos uma análise comparativa entre a juventude carioca e a juventude quebequense, devemos, ao longo da leitura deste trabalho, sempre levar em conta o fato de se tratar de duas realidades diferentes, com especificidades, particularidades, motivo até mesmo pelo qual, justifica-se o caráter comparativo do estudo. Tal preocupação é importante para evitarmos o erro de realizar julgamentos qualitativos de superioridade e inferioridade, progresso e atraso. Da mesma maneira, ao lançarmos mão de teorias oriundas do contexto do hemisfério norte como referenciais, é preciso evitar uma apropriação *tout court*, na tentativa de uma aplicação destas teorias com experiência de indivíduos de outras realidades, sem maiores reflexões e questionamentos.

Tal preocupação e justificativa aparecem presentes, por exemplo, na publicação “Devenir adulte aujourd’hui : perspectives internationales”, na qual ao trazer pesquisas realizadas em diferentes países, de diferentes continentes, Bidart (2006a) pondera que a transição para a vida adulta deve ser analisada levando em conta diferentes fatores: a estrutura

social (legislações, políticas públicas), o contexto sócio-econômico e político (sistema educativo, mercado de trabalho, forma de cidadania), os sistemas culturais (modelos de transmissão inter-geracional, concepções filosóficas e religiosas, emergência de novos valores) e também pessoais (histórias familiares, eventos biográficos, interações relacionais).

Uma primeira especificidade a ser levada em conta diz respeito a como os dois países – Brasil e Canadá – se localizam enquanto coordenada espaço-temporal. Em uma primeira análise impressionista sobre os dois países, facilmente a classificação feita é do Brasil como um país moderno, em contraste ao Canadá como sendo um país pós-moderno. Entretanto, tal distinção não é absoluta, possui nuances.

O Brasil, como a maioria dos países periféricos, sofreu a “mundialização da modernidade” (Domingues, 1998), fruto em parte da globalização, e apresenta e responde em grande parte a essas mesmas ideologias. Entretanto, observamos também a coexistência de aspectos, manifestações, elementos próprios às sociedades tradicionais. Conforme afirma Roberto Da Matta, reconhecido antropólogo brasileiro, no Brasil, assim como em outras sociedades “semi-tradicionais”, vivemos uma lógica de múltiplas esferas: a esfera da casa (de pessoas que dividem a mesma natureza) e a esfera da rua, (universo público no qual as relações individualizadas são baseadas no dever), ocorrendo muito facilmente uma confusão, transposição e simultaneidade entre essas esferas, entre o privado e o público. Sociedades e economias periféricas, como o Brasil, mostram uma combinação de aspectos, onde processos de modernização se misturam à práticas e costumes tradicionais.

Assim, concordamos com a argumentação de Domingues, que diz que

[...] a modernidade avançada, ou a “alta modernidade” em que nos encontramos hoje assume aspectos distintos no Brasil. Se é possível encontrar até traços de uma cultura pós-histórica, pós-moderna, portanto num sentido próximo ao que lhe atribui Jameson (1991), no Brasil trata-se antes de uma radicalização das tradições da modernidade (conquanto um “modernismo” radical (cf. Arruda, 1997) se ache hoje deslocado, até porque a modernidade já habita entre nós). Sem dúvida, observa-se um aumento de reflexividade (cognitiva e discursiva, com novos desenvolvimentos expressivos) em algumas áreas e a flexibilização de alguns tipos de relação (como em parte o casamento, porém nem tanto a sexualidade). Aquelas tradições não têm, todavia, em geral visto seus fundamentos questionados – ao contrário, eles têm sido propostos como a única alternativa civilizatória possível. [grifo do autor] (1998: 225)

O próprio contexto da província de Quebec, onde está localizada a capital Quebec, apesar de seu pertencimento ao Canadá, país reconhecidamente numa lógica pós-moderna, apresenta ainda, fortemente, traços de uma perspectiva da modernidade (como importância ainda de valores como família, religião, língua, pertencimento sócio-geográfico). Domingues (1998) afirma que países europeus e norte-americanos de forma alguma romperam com as principais instituições da modernidade tradicional (economia capitalista, estado racional-legal, família nuclear, crença no progresso, etc.).

Portanto, ao se conceitualizar sociedades modernas e pós-modernas, devemos enfatizar a dimensão espacial, e não temporal, logo não teleológica, já que observamos a co-existência de modernidades diferentes, dentro de um mesmo país. Wall & Olofsson (2008) realizaram uma comparação de como jovens de duas regiões da Suécia, uma área urbana e outra rural, entendem e lidam com o risco, observando diferenças marcantes.

Um exemplo interessante da co-existência de “múltiplas modernidades” é o estudo realizado por Nugin (2008). A autora realizou uma pesquisa em seu país – Estônia, antiga república soviética - com dois grupos de jovens de gerações diferentes, no momento em que iniciavam o equivalente ao segundo grau. Um grupo que estava nesse momento escolar durante o regime comunista, e outro, já no momento de sua queda. Os resultados por ela encontrados apontam a existência de diferenças, principalmente na maneira como os jovens lidam com as incertezas, e as estratégias que desenvolvem para lidar com elas, sendo os primeiros de maneira mais coletiva, com alto grau de socialização, e os segundos, já de maneira marcada pelo processo de individualização. A passagem do país por um duplo processo de transformação, do comunismo para economia de mercado, e de sociedade moderna para modernidade tardia teve efeitos em como os jovens de cada geração percebem a vida adulta, a juventude e como lidam com a incerteza.

O impacto disso se dá não só em aspectos econômicos, mas também sociais e culturais. Galland (2001) é um dos nomes no assunto que alerta para a importância de levar em conta modelos institucionais e culturais, e não só econômicos para pensar a diversidade e diferenças no acesso à vida adulta. Uma de suas pesquisas, amplamente conhecida sobre o acesso à vida adulta, é a comparação feita entre os países europeus, no qual se destaca a oposição nítida entre países do norte e países do sul. Tais diferenças são fruto do tipo de Estado, economia, política social de cada país, assim como de aspectos como família, religião.

Países como Portugal, Grécia, Espanha, Itália – países onde prevalece um modelo “familiar”, ou seja, a família como principal facilitador do acesso à vida adulta para os jovens (coabitação, suporte econômico) - o acesso à independência é mais lento do que países anglo-saxões ou nórdicos (Dinamarca, Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha) – onde encontramos o modelo “público”, com o Estado como grande agente financiador da autonomia, através de bolsas de estudos, complementação de renda, dentre outros.

Na Dinamarca, à época da pesquisa, 6 de cada 10 jovens dinamarqueses eram beneficiários de ajuda social.

Aos 18 anos todo indivíduo é considerado como adulto e este estatuto não dá acesso somente aos direitos civis e à responsabilidade penal; dá acesso também à direitos no que diz respeito à sociedade: ele é pensado para favorecer o acesso dos jovens, a partir desta idade, à autonomia: isso se traduz concretamente por ajudas públicas bem generosas à destinação dos jovens adultos – seja sobre a forma de bolsas para os estudantes, bolsas no qual o princípio é universal já que não se é mais responsabilidade dos pais, os jovens são considerados como adultos – seja sob a forma de ajuda aos desempregados ou aos jovens sem recursos (Galland, 2001: 634).

Jovens suecos possuem uma situação privilegiada se comparados a jovens de outros países ocidentais no que tange a independência financeira, uma vez que contam com subsídios sociais substanciais, embora decrescentes, destinados a ajudá-los em seu processo de acesso à autonomia. Um jovem sueco pode, por exemplo, receber benefícios para acomodações até os 29 anos de idade, quando na condição de desempregado (Westberg, 2004).

A análise dos dados da pesquisa mostra que jovens de países mediterrâneos saem muito mais tarde da casa dos pais, em comparação aos jovens de países nórdicos. “Entre 22 e 25 anos, por exemplo, não há mais que 15% de dinamarqueses que vivem com os pais, enquanto que 88% dos italianos e 89% dos espanhóis ainda estavam” (Galland, 2001:631).

Em outros países, como a França, o acesso à vida adulta é garantido pela ajuda da família, complementada às vezes por ajuda do governo. Segundo Galland (2001), o modelo francês de acesso à autonomia parece ser intermediário entre o modelo familiar mediterrâneo e o modelo público nórdico, já que a conjunção entre dispositivos familiares e dispositivos governamentais.

Na construção desse panorama, pesam tanto aspectos sócio-econômicos, como, por exemplo, altas taxas de desemprego nos países mediterrâneos, e grande presença de ajuda

pública nos países nórdicos; quanto as tradições culturais de ambos países. Bidart (2006a) lembra que prevalecem na Dinamarca valores de independência que remetem à tradição histórica de iniciativa individual e igualdade, característico das sociedades protestantes. Já para os espanhóis, a família é parte central da identidade do jovem e a autonomia é construída dentro dessa esfera. Gaviria (2006) ao estudar a saída do âmbito familiar para os jovens espanhóis, percebeu que para o jovem espanhol, ser adulto não é estar separado da família. Para estranhamento de jovens de outras culturas, o jovem espanhol prefere morar com a família antes do casamento, do que morar sozinho ou em coabitação com outras pessoas. Para eles, viver só representa solidão. Já para jovens nórdicos, a localização do quarto na casa dos pais aproxima-se da porta à medida em que ficam mais velhos, levando eventualmente à saída do espaço familiar, antes dos 20 anos (Singly, 2000).

Se fizermos um exercício de transportar essa leitura para o caso aqui estudado, podemos dizer que o contexto dos jovens de Quebec se aproxime mais da realidade dos países “nórdicos” (tanto culturalmente quanto sócio-economicamente), e os jovens cariocas possam se identificar mais aos jovens “mediterrâneos”, até mesmo pelas óbvias raízes latinas em comum. Conforme veremos em capítulos seguintes, a saída mais cedo da casa dos pais, experiências de autonomia mais precoce, assim como laços familiares mais fortes, dificuldades econômicas e diferentes participações e abordagens do Estado ⁵para a juventude são diferenciadas para os dois grupos. Países da Europa, os Estados Unidos, o Canadá tomam a juventude como responsabilidade do Estado, como política pública, enquanto essa arena no Brasil é ainda muito recente e diminuta.

Cabe destacar, também, as grandes diferenças no que diz respeito à constituição das duas sociedades. Enquanto o Brasil constitui-se como uma sociedade altamente caracterizada pela divisão de classes sociais, Quebec parece ser constituída por uma “grande classe média”, estando os pólos – classe alta e classe baixa – apesar de existentes, menos demarcados. Essa estratificação atinge fortemente a juventude, dando a ela um contorno bem particularizado. “Dificuldades decorrentes de uma sociedade ainda marcada por expressivas disparidades sociais, obstáculos para o acesso e a permanência no sistema educacional, ingresso ainda precoce e difícil no mercado de trabalho e a persistência de significativa faixa de excluídos são algumas das questões enfrentadas por jovens brasileiros” (Camarano, 2006:7).

⁵ Apesar da ressalva feita por Papinot & Vultur (2010) quanto ao fato do Estado-providência canadense ser mais liberal e distinguir-se dos Estados social-democratas europeus, e serem portanto menos protetivos, acreditamos que em comparação ao Estado brasileiro, as políticas públicas e a assistência à juventude estão muito mais estruturada.

Logo, no Brasil, uma parcela não desprezível, embora decrescente, de jovens que estão no mercado de trabalho nunca frequentou a escola. A situação de renda e cor é especialmente determinante na realidade dos jovens. Segundo indicadores sociais do IBGE/2002, os jovens que vivem em famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo tinham, em média, cinco anos de estudo, enquanto que 9,5 anos de estudo para jovens de famílias com renda acima de um salário mínimo. No Brasil, negros e pardos com mais de 10 anos de idade têm menos anos de escolarização do que brancos. Enquanto a população branca de 10 anos ou mais tem em média sete anos de estudo, a população negra e parda tem em média cinco anos de estudo (Brenner, Lânes & Carrano, 2005).

Não poderíamos deixar de mencionar a alarmante estatística quanto à expectativa de vida para jovens pobres. “Do total de óbitos causados por homicídios, 56,6% ocorreram entre a população de 15 a 29 anos [em 2000]. Isso levou a que aproximadamente 4,5% dos homens de 15 anos não completassem o seu 30º aniversário devido a essa causa de morte, ou seja, não chegassem à idade adulta” (Camarano & Mello, 2006:13-14).

Assim, de maneira mais marcada, a experiência de juventude se apresenta mais multifacetada, diversificada e desigual no contexto brasileiro, em comparação ao contexto quebequense, em função da divisão de classe social. Interessante estudo de classe feito por Bidart (2006b) mostra essa mesma avaliação entre jovens franceses. Ao acompanhar 87 jovens durante 09 anos, a pesquisadora concluiu que os jovens pobres, para se definir adultos, dão valor à elementos estatutários, ao que lhes falta; enquanto que os jovens de classes mais abastadas, ao aspecto subjetivo e abstrato (sentir, decidir). “Assim, a origem social, para além das diferenças no calendário biográfico, marca as representações do que é ‘ser adulto’” (Bidart, 2006b :176).

Para além da experiência juvenil, a própria transição para a vida adulta sofre impacto e é configurada pelo contexto social. A diferença diz respeito basicamente a um reordenamento do processo de transição. Enquanto jovens de classe baixa, a grande maioria de jovens brasileiros, segue um modelo de transição antecipada para a vida adulta em relação a seus congêneres das classes favorecidas, uma pequena parcela, que detém mais rendimentos e maior nível de escolaridade já apresenta um comportamento bem próximo ao de países desenvolvidos, com a moratória juvenil e prolongamento da juventude, ou retardamento de entrada na vida adulta em relação a décadas anteriores. “Na verdade, o Brasil é também

extremamente desigual no espaço concedido à moratória juvenil, e essa desigualdade certamente aumentou no decorrer das últimas décadas” (Madeira, 2006:145).

Assim, o importante a ser considerado é que temos dois grupos de jovens, um, pertencente a uma sociedade “não-tradicional”, mas já com influência de valores pós-modernos (principalmente por se tratar de jovens de classe média); e outro, jovens de uma sociedade de referencial mais “pós-moderno”, mas que ainda convivem com resquícios da modernidade. E, portanto, o que temos são efeitos desses discursos e práticas sobre a possibilidade de escolhas de cada grupo de jovens, do que é “crescer”, do que é ser jovem, do que é ser adulto, num contexto específico.

2 JUVENTUDE E ADULTIDADE



6

A escolha de incluirmos a charge acima em nosso trabalho se justifica por acreditarmos que ela, enquanto representação imagética, descreve bem o panorama atual que nos propomos discutir. A preocupação com a transição para a vida adulta por parte da sociedade, conforme vimos no capítulo anterior, tem se destacado como um assunto importante, não só na esfera pública, mas tem também se manifestado na esfera privada, no que concerne a novas relações familiares entre pais e filhos. O caminho padrão tradicional, da idade de maioridade, final da escolarização, primeiro emprego e saída da casa dos pais (sozinho ou com cônjuge) não parece mais constituir a norma de transição para a vida adulta, de fato, vemos, de tempos em tempos vinculações na mídia sobre reportagens, sobre “geração canguru”, “geração bumerangue”, “transição iô-iô”, dentre outros. Vimos que os motivos para tal “fenômeno contemporâneo” estão no campo econômico – dificuldade de inserção no mercado de trabalho, prolongamento da escolaridade em busca de melhor qualificação – como também no campo cultural – o valor da família em sociedades de origem latina, novas reformulações das relações amorosas. Como qualquer mudança, esta tem trazido questionamentos, curiosidades, interrogações, e em alguns casos, angústia.

À título também ilustrativo, trazemos aqui, como exemplo de como essas questões passam a circular também pela cultura. Recentemente, fez sucesso um filme francês intitulado “Tanguy”⁷, cujo nome passou a ser mais um dos adjetivos – “geração Tanguy” - atribuído aos jovens que completos 20 anos ou mais, residem ainda com seus pais. A trama do filme gira em torno das situações criadas pelos pais de Tanguy – um jovem de 28 anos, doutorando em cultura chinesa – que não parece se incomodar com o fato de ainda residir com os pais, pelo contrário, considera isso a situação ideal. A história é baseada em fatos verídicos de pais e

⁶ Charge intitulada “Dustin” de Steve Kelley e Jeff Parker, em Jornal O Globo, 2 de novembro de 2010.

⁷ Tanguy (2001) de Étienne Chatiliez,

filhos que recorreram à tribunais de justiça: pais demandando que seus filhos saíssem de casa, ou filhos demandando o direito a continuar morando com os pais, como no caso do filme.

Esse é um dos exemplos que temos presenciado no contemporâneo, o que tem levado ao surgimento de uma nova conceituação e formatação do que entendemos como “ser jovem” e “ser adulto”. Sabemos que não há um adulto e jovem “em si”, que essas categorias são definidas e compreendidas em uma relação dialética de oposição e contraste, onde a estabilidade de denominações de conteúdo escondem variações históricas e sociais de definição de conteúdo que diferem de um país a outro, de uma época a outra. Assim, não só a transição passa hoje por mudanças, mas a “natureza” dos pólos dessa transição estão sofrendo impacto do contexto atual.

2.1 A fronteira entre juventude e adultidade

Já é lugar comum a afirmação que a juventude é um conceito construído histórica e culturalmente. As definições sobre o que é ser jovem, quem é jovem, e até quando pode ser considerado jovem têm mudado no tempo e são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais. Tais definições refletem disputas nos campos políticos e econômicos, e também conflitos entre e intrageracionais (cf. Bourdieu, 1983).

Entretanto, uma vez que observamos modificações na maneira que tem sido feita a transição para a vida adulta, com seus limites estando cada vez mais difusos, as próprias definições, não só de juventude, mas também de adulto também tem sofrido modificações. Segundo Nugin, a “integração em estruturas sociais demora muito mais hoje do que em décadas passadas, e não está completa nem mesmo com 30 anos. Foi sugerido que devido à falta de clareza na fronteira dos processos de transição, a idade deve ser tratada como contextual, e a idade numérica não é mais um critério suficiente para definir juventude” (2008:192). Os limites de idade não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. No outro extremo, há o alargamento do tempo de juventude até os 30 anos (Novaes, 2006).

Segundo Abramo & León (2005), a definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser

definidos rigidamente; é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas.

Psicólogo do desenvolvimento e estudioso do assunto, Jeffrey Jansen Arnett, afirma que os processos sociais do mundo presente prolongam a chegada da adultidade, mas não prolongam a infância. O processo que levou a juventude a ganhar destaque, também nos leva a questionar a adultidade. Para ele, a adultidade não é mais uma finalidade. Há uma tendência de se considerar adultidade como um conceito que representa normas tediosas (estar pronto, finalizado) e juventude como um conceito representando abertura (percepção de brincadeira e desenvolvimento). Os jovens assim parecem representar os valores característicos das sociedades modernas tardias – individualização e flexibilidade. Adultidade por sua vez significa ordem, rotina e normas, valores ligados à sociedade moderna (Nugin, 2008).

Embora as fronteiras entre juventude e adultidade estejam cada vez mais turvas, essas definições não estão necessariamente em oposição, mas sim se posicionando de forma contextual. Em pesquisa realizada em uma antiga república da União Soviética, o estatuto considerado como sendo oposto ao adulto não foi o da juventude, mas sim a infância (Nugin, 2008). A vida adulta foi definida como algo que diz respeito aos sentimentos internos. O adulto é alguém que tem uma vida adulta e age como tal, planeja o futuro, pensa de forma madura, é capaz de assumir responsabilidades e é independente. Ao mesmo tempo (e talvez por isso), a vida adulta é vista como algo chato e como algo da ordem da completude, onde nada novo poderia ser acrescentado. Os entrevistados, por sua idade cronológica, seriam considerados adultos, mas recusam esse estatuto, pois não querem ser “chatos e sérios” (Nugin, 2008).

Assim, há várias maneiras de ‘ser jovem’, como também de ‘ser velho’, sem esquecer que essas próprias classificações não são dadas, e sim fenômenos socioculturais. No caso de nossa sociedade, apenas para exemplificar, basta pensar nas nebulosas fronteiras entre infância e adolescência, adolescência e juventude, juventude e maturidade, maturidade e velhice. Todas essas categorias e sua duração são discutíveis e sujeitas a constantes revisões, redefinições e reinterpretções (Velho, 2006: 194).

Nesta seção, nos debruçamos sobre as definições de juventude e adultidade, atentos às novas configurações que têm tomado na atualidade.

2.1.1 O conceito de juventude: pluralidade e diversidade

A juventude enquanto parte do ciclo vital, tal como genericamente definida, na sociedade moderna ocidental, começa com as mudanças físicas da puberdade (de maturação das funções fisiológicas ligadas à capacidade de reprodução), com as concomitantes transformações intelectuais e emocionais e termina, em tese, quando se conclui a “inserção no mundo adulto” (Abramo & León, 2005:7).

O termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficou por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 90, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida⁸.

No Brasil, o tema da juventude tem tomado corpo de forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para quem se preocupa com ações e iniciativas dirigidas aos jovens. Prova disso, temos o exemplo recente na história de nosso país da criação de um Conselho Nacional de Juventude, responsável pela construção de um Plano Nacional de Juventude e de um Estatuto da Juventude.

Faz-se necessário pensar a juventude, pois trata-se de uma definição social que hoje está em questão, uma vez que a condição juvenil sofreu uma profunda transformação nas últimas décadas, assim como se transformaram as representações sociais a seu respeito. “As mudanças do período histórico recente produzem, além da extensão temporal do período juvenil, que o transforma numa etapa do ciclo de vida longo a ponto de se comportar fases internas distintas, mudanças de conteúdo da condição juvenil” (Abramo & León, 2005:34).

⁸ Gauthier (2008) confere uma filiação ao que hoje se constitui como sociologia da juventude aos estudos de educação de Durkheim e o “problema das gerações” de Mannheim. Segundo a autora, a sociologia da juventude tem se constituído como campo de estudos especializado forte dentro da sociologia, principalmente na França e no Canadá francês. Seu surgimento se deu a partir da década de 60, com ascensão da juventude na cultura, mas sua consolidação se deu somente nos anos 1980, quando ganhou força enquanto produção, a partir do contexto da crise do emprego.

De forma geral existe hoje uma tendência, no Brasil, baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o IBGE), de localizar a faixa etária da juventude entre os 15 e 24 anos, considerando, é claro, a existência de profunda variação de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais dos indivíduos.

A Organização Internacional da Juventude define juventude tendo como parâmetro a faixa etária entre 15 e 24 anos, opção esta utilizada na maioria das análises demográficas. No entanto, muitos têm entendido juventude como um processo e não apenas como uma categoria etária. Para tal, recorre-se à forma como estes sujeitos expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. A Organização Pan-Americana de Saúde resume juventude como uma categoria sociológica, que constitui um processo sociocultural demarcado pela preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, no plano familiar e profissional (Minayo et al, 1999).

A concepção greco-romana entendia como juventude os indivíduos com idades entre 22 e 40 anos. Hoje, de acordo com a maioria dos organismos internacionais, considera-se como jovem a faixa etária de 15 a 24 anos. “A seqüência infância-juventude-maturidade foi ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo das disputas sociais, econômicas e políticas. Falar dos dilemas e perspectivas da juventude contemporânea é falar de alta modernidade, de sociedade de mercado, de sociedade do conhecimento, do processo de globalização e das crescentes desigualdades sociais nas quais se ancoram antigos e novos sentimentos de indiferença, de medo, de intolerância” (Novaes & Vannuchi, 2004: 11).

Segundo as Nações Unidas, “do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade” (Rodríguez, Castro, Abramovay et al., 2005: 25). No caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. “Segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos” (Rodríguez, Castro, Abramovay et al., 2005: 25). A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a

maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo.

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens (Rodríguez, Castro, Abramovay et al., 2005: 25).

Tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, podendo estender-se entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos, como se constata em algumas formulações de políticas públicas. Esses limites estão longe de serem definidos. Podemos observar isso, por exemplo, nas definições completamente diferentes e díspares sobre a faixa etária da juventude na América Latina: entre 7 e 18 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras, a população jovem corresponde aos menores de 25 anos (Abramo & León, 2005).

Segundo Pochmann (2004), ao longo do século XX, a esperança de vida ao nascer do brasileiro aumentou consideravelmente, o que tem provocado um nova forma de contextualizar a juventude dentro do ciclo vital. “Em 100 anos, a expectativa média de vida ao nascer simplesmente dobrou, passando de 33,4 anos para 63,5 anos para o homem e de 34,6 anos para 70,9 anos no caso da mulher” (Pochmann, 2004:220). Em razão disso, muitos países abandonaram o conceito de juventude restrito à faixa etária de 15 a 24 anos.

Esta disparidade de definições de parâmetros de juventude reflete não somente o contexto o qual os sujeitos encontram-se inseridos, mas também interesses de outros atores sociais e outras instâncias de poder, que podem usar ou não a juventude para seus interesses próprios. Como diz Bourdieu (1983), são relações de poder que definem quem é jovem e quem é velho em uma sociedade. Assim, faz diferença um país que considera como jovem alguém de 35 anos e outro que inclui na juventude uma criança de 7 anos.

Na atualidade, ganha força um discurso de que a infância estaria desaparecendo e estaríamos em um tempo de “crianças adultas e adultos crianças” (Postman, 1999).

Entretanto, Castro (2002) problematiza a questão da infância hoje, questionando uma naturalização desse conceito e alertando para um certo pessimismo que aposta em uma morte da infância. Para a autora, a infância seria uma construção de um grupo social e não existiria enquanto um “em si”.

[...] criança e adulto são construções que se definem reciprocamente e, como dispositivos discursivos para a ação e orientação no mundo, surgem marcados pela posicionalidade, ou seja, os discursos não são neutros, mas construções da realidade, a partir de condições de materialidade e posições de poder. Assim, as definições do que seja a criança e o adulto estão sempre enquistadas nas lutas, nos embates, nos confrontos e atritos entre os vários grupos de interesse da sociedade (Castro, 2002:49).

Logo, a juventude como grupo social, como parte do ciclo vital ganha força na atualidade por motivos diversos que procuramos discutir ao longo deste trabalho, a partir de materialidades e relações de poder que se configuram no contemporâneo. Da mesma forma, a adolescência e juventude enquanto período preparatório, enquanto moratória passa a ser questionada. Haveria interesses em manter uma certa característica do universo adolescente, como o da irresponsabilidade provisional: estes jovens se encontram em uma espécie de “terra de ninguém social”, pois são adultos para certas coisas e crianças para outras. Dessa forma, encontram-se em uma existência separada, que os deixa “fora do jogo”, justamente a partir de interesses e conflitos de relações de poder.

Os conflitos se evitam enquanto os velhos conseguem regular o ritmo de acesso dos mais jovens, regular suas carreiras e os planos de estudo, controlar a rapidez com fazem carreira, freiar os que não sabem fazê-lo, aos ambiciosos que querem “correr antes de saber andar”, que “se empurram” (na realidade, quase nunca tem necessidade de freiar a ninguém, porque os jovens – que podem ter 50 anos – já interiorizaram os limites, as idades modelos, quer dizer, a idade que poderão “aspirar razoavelmente” a um posto, nem sequer tem idéia de solicitar isso antes do tempo, “antes que lhe chegue a hora”) (Bourdieu, 1983: 173).

Ao se pensar a juventude como fazendo parte do ciclo vital, parece haver uma confusão para se definir o limite superior (com a idade adulta), uma vez que há um consenso de que critérios biológicos dariam conta do limite inferior (com a infância). Como esse limite superior se daria através de um critério social, apresenta variações de contexto social e histórico.

De fato, para estabelecer a idade de início da juventude se observa um razoável consenso em dar prioridade aos critérios derivados de um enfoque biológico e psicológico, no entendimento de que o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas representa uma profunda transformação da dinâmica física, biológica e psicológica que diferencia o adolescente da criança. No entanto, no estabelecimento do limite superior surgem dúvidas. As fronteiras da juventude em relação à fase adulta são de fato difusas [grifo nosso] (Rodríguez, Castro, Abramovay et al., 2005: 23).

Deschavanne & Tavoillot (2007) resumem bem as três interpretações vigentes sobre juventude na atualidade: *juventude como exclusão* (marcada pelo desemprego e precarização econômica e social), *juventude como recusa da idade adulta* (“geração Tanguy”) e *juventude como entrada na idade adulta* (recusa da tese da adolescência interminável, emergência de uma nova idade da vida destinada à preparação para entrada na vida adulta). Para Galland (2001), defensor desta última perspectiva, não é que hoje a “idade da irresponsabilidade” própria à juventude tenha se alongado, na verdade, o período de acesso às responsabilidades e a fase de experimentações existenciais se estende num mundo incerto e problemático.

2.1.2 Modelo de subjetivação adolescente, juvenilização da sociedade: o adolescente como ator referencial

“Poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que se oferecem ao adolescente contemporâneo – mas a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais” (Kehl, 2004:93).

Se a infância tem seu surgimento – enquanto categoria específica, tal como hoje a conhecemos, como um mundo independente ao mundo adulto – na passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna – século XVII – podemos afirmar que a adolescência tenha seu surgimento muito mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, e a juventude ainda mais tarde, no início dos anos 1950 – século XX – de forma concomitante com o surgimento da sociedade de consumo.

A invenção da adolescência moderna é baseada no prolongamento da escolarização em função da instituição do ensino secundário também de forma compulsória, como parte da “quarentena” de que fala Ariès (1981). “[...] a legislação sobre a obrigação escolar e a idade do trabalho liberam as crianças, posteriormente, no século XX, os adolescentes, da influência precoce de um destino social” (Deschavanne & Tavoillot, 2007:365). E, acompanhado desta democratização do ensino secundário, a emergência de uma cultura jovem, a partir dos anos

1950, contribuiu para a formação deste grupo social específico. Brandão & Duarte (1990) contextualizam o surgimento de uma cultura jovem nos anos 1950, mais especificamente nos Estados Unidos. O pós-guerra americano fez com que o país experienciasse um grande desenvolvimento e crescimento econômico, e conseqüentemente, um impulso do consumismo. Com a necessidade de busca de um mercado externo, a cultura de consumo foi amplamente difundida, tornando-se o principal influenciador da cultura mundial pós-guerra. Com isso, a partir de 1950, essa sociedade possibilitou o surgimento de uma cultura jovem, fazendo com que grande parte da indústria cultural fosse dirigida à juventude norte-americana através de revistas, filmes, discos, etc. O mercado voltou-se então para esta emergente cultura jovem.

Segundo Gauthier (2005), a juventude nasceu com os *baby-boomers* como fenômeno demográfico, a partir da consolidação do Estado providência, durante o esplendor da economia dos “Trinta anos gloriosos. “A ideologia da juventude está, por exemplo, prontamente conectada ao imperativo de flexibilidade no mercado de trabalho, onde subscreve suprimento de recursos humanos que estão abertos para mudança e portanto aptos a serem maleáveis à flutuações estruturais – deixando de fora, no processo, os que passaram dos quarenta e são considerados “velhos demais” (Blatterer, 2007:81).

A juventude transforma-se assim em ideal e valor para a sociedade contemporânea. “O entendimento a respeito da juventude é de uma categoria social particularmente disposta à inovação, à transformação e adesão a movimentos de transformação, por sua singular posição de um certo distanciamento com relação aos constrangimentos e compromissos sociais estabelecidos, e sua potência renovadora” (Abramo & León, 2005 :26).

Se, portanto, a juventude, em sua pluralidade e complexidade, tem se tornado objeto de estudo e de políticas públicas, principalmente a partir de seu eixo de análise de transição para vida adulta, cabe também nos debruçarmos em relação à operação simbólica feita pelo sujeito nessa transição, que enquanto processo subjetivo aproxima-se do conceito de adolescência.

Para Coutinho (2002), a adolescência é um fato cultural, que ocorre em um período etário específico e singular da vida que depende fundamentalmente da noção de indivíduo, sendo seu surgimento contextualizado na família burguesa, nos séculos XVIII e XIX. Surgiu num momento histórico em que as esferas pública e privada encontravam-se claramente delimitadas, cabendo ao adolescente encontrar a solução para a passagem de uma para outra.

A adolescência, segundo a autora, diz respeito aos aspectos psicológicos e sociais em questão. “Em outras culturas, não há adolescência, mas sim um momento de transição ou de passagem, marcado por cerimônias e atos rituais” (Coutinho, 2002: 68), que oficializam o acesso à maturidade e à sociedade. A adolescência seria uma operação feita individualmente por cada jovem no seu processo de entrada na vida pública.

Calligaris (2000), através de um olhar psicanalítico sobre a cultura, apresenta a idéia de que a adolescência seria um mito inventado no começo do século XX, que vingou, sobretudo no pós-2^a guerra mundial. “Esse fenômeno [adolescência] é novo, quase especificamente contemporâneo. É com a modernidade tardia que essa moratória se instaura, se prolonga e se torna enfim mais uma idade da vida” (Calligaris, 2000:16).

Este “aparecimento” da adolescência se deu com o surgimento do individualismo, quando a morte se tornou uma experiência individual, não mais submetida e continuada na vida da comunidade, a medida em que esta continuava a existir. Assim, crianças e adolescentes se tornam a consolação, a promessa de continuação de existência. Em uma cultura agora individualizada, não há mais lugares pré-estabelecidos que o sujeito ao nascer vem a ocupar em uma rede social. Agora, espera-se que se construa e invente um lugar para si, uma posição diferente à reservada pela tradição.

A infância é uma invenção moderna, a idéia de um tempo de vida distinto da idade adulta, miticamente feliz, protegido pelo amor dos pais e não definido simplesmente pela espera apressada de se tornar adulto. Graças às crianças e aos jovens, a insatisfação torna-se suportável, pois os pais e os adultos estendem a elas o sentido e a expectativa de suas vidas. “A infância preenche a função cultural essencial de tornar a modernidade suportável” (Calligaris, 2000:65).

Quanto mais a infância se afasta de um simples consolo estético, quanto mais é encarregada de preparar o futuro, ou seja, de se preparar para alcançar um (impossível) sucesso que faltou aos adultos, tanto mais ela se prolonga. Isso, inevitavelmente, força a invenção da adolescência, que é um derivado contemporâneo da infância moderna (Calligaris, 2000:67).

O que na infância é proibição, na adolescência torna-se uma promessa que funciona como espelho. A semelhança física com o adolescente ajuda a manter estes sujeitos protegidos, pois a felicidade seria “mais gratificante”, mais próxima, pois trata-se de um ideal não só comparativo mas também identificatório (Calligaris, 2000; Kehl, 2004). O adolescente,

enquanto mito moderno, seria a imagem do adulto gozando felizmente, sem impedimentos, sem deveres. A adolescência “é o ideal coletivo que espreita qualquer cultura que recusa a tradição e idealiza liberdade, independência, insubordinação, etc” (Calligaris, 2000:73). A partir desta identificação a um ideal adolescente baseado em uma imagem de felicidade, promessa, liberdade, gozo, irresponsabilidades; talvez haja por parte dos adultos um esforço em manter este ideal identificatório preservado de todos os “dissabores” da vida adulta.

Conforme nos diz Ribeiro (2004), a juventude representa, para os adultos, uma fase da vida em que se almeja o máximo de liberdade e o mínimo de responsabilidade.

[...] a juventude atualmente constitui um certo ideal social, que talvez jamais termine. A idéia de liberdade pessoal, em nossa sociedade, está cada vez mais marcada por valores que associamos à mocidade. O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem (Ribeiro: 2004: 27).

Para Ribeiro, a juventude como contestação é um fenômeno moderno, surgido a partir da Revolução Francesa. Seu surgimento é marcado pela impregnação do valor de novo, de renovação e mudança, uma vez que há a necessidade de se opor ao “Antigo Regime” (servidão, preconceito, mentira). “Desde então a juventude tem sido um valor importante [...] a partir da Revolução Francesa, contudo, ser moço passa a ser algo positivo e, mais que isso, prioritário na agenda” (2004: 23).

Parece ser este quadro que dita, ao longo dos últimos anos, o papel da juventude definida como uma fase da vida, quando já se saiu da infância e da dependência, e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento, da paternidade, da produção, onde há a existência de um espaço livre para a busca do próprio caminho e da contestação sistemática. Uma proporção significativa da população está sempre nesse limiar, nessa passagem, nesse momento indeterminado, e assume cada vez mais uma “posição de proa” na sociedade (Ribeiro, 2004).

Para Kehl, o prestígio da juventude é recente. Até a primeira metade do século XX, os valores vigentes e aparência de respeitabilidade e seriedade prevaleciam. “Um homem de 25 anos já portava o bigode, a roupa escura e o guarda-chuva necessários para identificá-lo entre os homens de 50, e não entre os rapazes de 18” (Kehl, 2004:90). A partir de então, “[...] os adolescentes e jovens começaram a sair de uma certa obscuridade culposa e obediente à qual

discursos médicos e morais os haviam relegado para se transformarem em uma faixa da população privilegiada pela indústria cultural” (Kehl, 2004: 90).

Conforme visto anteriormente, desde o seu surgimento, há uma relação importante do jovem junto à sociedade de consumo, pois o jovem representa o ideal cultural contemporâneo, ideal de liberdade, reconhecido nele pelos adultos. Talvez se tornando este ideal os jovens tenham conseguido participar de forma mais concreta na sociedade, pois ao adquirirem este valor ganharam visibilidade e relevância. “Tudo leva a fazer da adolescência um ideal social. É até bem possível que a adolescência surja na Modernidade como ideal necessário” (Calligaris, 2000:57).

Através do consumo ocorre uma verdadeira reviravolta onde o modelo adolescente reconhecido pelo adulto – de liberdade, juventude e novidade – torna-se o almejado por ele. Até os anos 50, o ideal, principalmente estético dos adolescentes era a idade adulta. Antes dos anos 50, não havia oposição jovem x não-jovem. Existia o “homenzinho” (Carmo, 2001) que buscava se vestir como um adulto.

Segundo Kehl, “ser jovem virou *slogan*, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa” (2004: 92). A associação entre juventude e consumo favoreceu o aparecimento de uma cultura adolescente altamente hedonista.

O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as outras faixas etárias. O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades (Kehl, 2004: 93).

Se a juventude é tradicionalmente definida como uma construção sócio-cultural, que se situa no limite entre dependência infantil e autonomia da idade adulta, imaturidade sexual e maturidade, formação de faculdades mentais e aquisição de autoridade e poder (Juncken, 2005), fica claro que à luz dos tempos atuais, estes marcadores caem por terra, numa simples observação de nossos jovens a partir de mudanças culturais como a idade de acesso ao voto, o exercício da sexualidade, o acesso à moradia independente, etc.

O aumento da esperança de vida também é um fator importante a ser abordado. “Desse ponto de vista, a definição das fases da vida, pontuada em seus extremos pelo nascimento e

pela morte, sofre também uma alteração profunda, cujas conseqüências permanecem ainda obscuras para nós” (Peralva, 1997:23). O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro, em modelo cultural do presente, levando a uma valorização da juventude, entendida como conjunto de valores e estilos de vida, e não propriamente como um grupo etário específico.

Em suma, estaríamos, na contemporaneidade, vivenciando uma substituição do modelo adulto por um modelo adolescente. Nas palavras de Morin, “o velho sábio virou o velhinho aposentado. O homem moderno virou ‘coroa” (1984:152). A velhice estaria, neste modelo, desvalorizada e a idade adulta, se rejuvenescendo. “A juventude, por seu lado, não é mais, propriamente falando, a juventude: é a adolescência. A adolescência surge enquanto classe de idade na civilização do século XX [grifo do autor]”(Morin, 1984: 153). Da mesma forma, Coutinho (2002) afirma que o século XX é o século da adolescência.

[...] o adolescente ocupa um lugar cada vez mais importante no imaginário social, a tal ponto que, ao final do percurso histórico [Modernidade], novamente não é mais tão óbvia a distinção entre as diversas etapas da vida: todos parecem adolescentes. Após séculos de construção de distintos grupos etários, hoje observamos a eleição da adolescência como um período ideal de vida, no qual todos desejam se situar eternamente (Coutinho, 2002: 89).

Esta substituição de modelos não se daria sem conseqüências. Uma delas seria a ausência do adulto como portador do lugar de transmissão, interdição e confronto (Cardoso de Oliveira, 2006). Na contemporaneidade, o sujeito, e por conseqüência o adolescente, passa a viver o presente desconectado do passado e do futuro, perdendo assim o sentido de sua continuidade histórica. “O viver enquanto um processo de construção que se dá ao largo do tempo, vem sendo substituído por um viver que se constrói através de projetos de curto prazo, mediado pelo agora, arrebatando do sujeito o contato com suas limitações em prol de uma identidade performática” (Cardoso de Oliveira, 2006:13).

Para Kehl (2004) o aumento da delinqüência juvenil é um sintoma da sociedade, efeito do que ela chama de *teenagização* da cultura ocidental, ou seja, da valorização desse mito adolescente construído no contexto da cultura de consumo. “[...] o adolescente “sem lei”, ou à margem da lei, é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações” (Kehl, 2004:96). Segundo ela, a vaga de “adulto” na nossa cultura está desocupada. A desvalorização da experiência esvazia o sentido da vida deixando os jovens à deriva, sem terem a quem ou

aonde se remeterem. “Eles buscam encontrar nos mais velhos alguma perspectiva de futuro, mas encontram um espelho deformado de si próprios. Quando os adultos se espelham em ideais teen, os adolescentes ficam sem parâmetros para pensar o futuro. Como ingressar no mundo adulto onde nenhum adulto quer viver? O que os espera, então?” (Kehl, 2004:97).

O conceito de juventude se torna então algo a ser almejado e um grupo identificatório aonde todos querem se incluir, “um estado de espírito, um jeito de corpo, um perfil de consumidor”. “Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto” (Kehl, 2004: 90).

Assim, podemos nos perguntar se essa valorização da adolescência como ideal social contemporâneo, a emergência de um modelo de subjetivação adolescente, o que acaba por colocar o adolescente como ator referencial da sociedade (temos o exemplo de novas denominações como pré-adolescente e pós-adolescente) não estariam não só dando um novo significado para o que é ser jovem hoje, como também ressignificando a própria idéia de adultidade. “[...] a perda da nítida definição de características que identificam o que é ser adulto, inclusive em termos de hábitos uma vez que socialmente há uma tendência à ‘juvenilização’ dos adultos, em particular quanto à aparência e costumes” (Blatterer, 2007a).

Ao nos depararmos com o que alguns autores chamam de “juvenilização” ou “*teenagização*” da sociedade, ou uma valorização de um modelo de subjetivação adolescente, cabe nos questionar sobre quais os efeitos da adoção desse modelo para o processo de socialização dos jovens. Se é em oposição a um passado e a um futuro que os jovens constituem sua subjetividade, o que ocorre quando esses lugares se encontram esvaziados, quando a experiência e a história deixam de ser valores, quando podemos definir os sujeitos como referenciados somente à adolescência, ou seja, como pré-adolescentes, adolescentes e pós-adolescentes?

Uma outra preocupação diz respeito à juvenilização da sociedade, com os indivíduos desejando cada vez menos assumir funções e responsabilidades “adultas”. Como coloca Pimenta, “[...] a transição de uma fase para outra permite que os papéis sociais sejam transferidos e as responsabilidades sejam assumidas por outros membros de uma sociedade. Em outras palavras, que uma geração suceda a outra” (2007:71). E quando ninguém quer suceder?

2.1.3. A moratória e o direito a “viver a juventude”

“O que aconteceu durante o século XX para transformar jovens de cidadãos produtores em dependentes de suas famílias, do sistema educacional e/ou Estado? E baseado em que lhes foram negados seus direitos para contribuir para a sociedade e a economia para a plenitude de suas capacidades produtivas?”
(Côté, 2000:167).

A idéia de um tempo de preparação está presente tanto na Psicologia, ao falar da adolescência enquanto processo psíquico (Hall, 1904; Erikson, 1972; Calligaris, 2000), como também nas Ciências Sociais, ao falar da juventude e do direito de “viver a juventude”, do direito à moratória, na especificidade da condição juvenil. Logo, ambas as áreas tratam de uma moratória, seja de ordem mais subjetiva ou mais social. A moratória, enquanto consequência de re-arranjos internos estruturantes do processo da adolescência, parece, como veremos a seguir, estar sendo utilizada como argumento para se colocar a juventude em um tempo de espera para se ter o acesso a prerrogativas e “problemas” da vida adulta.

A moratória é um momento de suspensão pelo qual os jovens ficam colocados pela sociedade, onde já não fazem mais parte do universo infantil, mas ainda lhes é negado o pleno acesso à vida adulta. Jovem é o “homem marginal”, indivíduo que se acha entre às margens das culturas e não está plenamente adaptado à nenhuma (Schehr, 2000).

Se nas sociedades tradicionais, o rito iniciático tinha a função de fazer e simbolizar a passagem de um estatuto para outro através de um ritual ou provas, hoje, a prova é permanecer nesse limbo entre esses dois momentos da vida. “A sociedade individualista substituiu os ritos de passagem, conversões súbitas e por vezes brutais de uma idade à outra, por uma longa moratória da juventude” (Deschavanne & Tavoillot, 2007:388)

[...] há um sujeito capaz, instruído e treinado por mil caminhos – pela escola, pelos pais, pela mídia - para adotar os ideais da comunidade. Ele se torna um adolescente quando, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a competição não é reconhecido como adulto. Aprende que, por volta de mais dez anos, ficará sob a tutela dos adultos, preparando-se para o sexo, o amor e o trabalho, sem produzir, ganhar ou amar; ou então produzindo, ganhando e amando, só que marginalmente (Calligaris, 2000:15-16).

Ou seja, uma vez transmitido os valores sociais mais básicos, há um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização de realizar os ditos valores.

No contemporâneo, tal suspensão é representada como um tempo de gozo, de irresponsabilidade, e como valor ao qual os jovens teriam “privilégio” de usufruir.

Além da idéia de gozo, a moratória é considerada como uma forma de proteção, de tutela dos jovens. Talvez seja possível fazer uma relação com a forma como os direitos sociais foram e são ao longo da história, por um lado, utilizados como instrumento de proteção de crianças e adolescentes, mas por outro, como forma de mantê-los afastados e excluídos de uma experiência mais completa e ativa na sociedade (Monteiro, 2006). Cabe questionar se, portanto, a existência de um interesse novo sobre uma nova parcela chamada agora juventude, e a suposta necessidade da criação de políticas públicas para esse segmento da sociedade, não seria uma forma de estender a um número maior de pessoas um discurso de tutela.

Se há uma crítica à relação entre adolescência e moratória, conforme entendida pela Psicologia, devido a um caráter universalizante, parece-nos que a noção de direito de “viver a juventude” não é muito diferente. Parece se tornar um universal, pois assume o sentido de se poder reivindicar ou garantir acesso aos bens e privilégios que a classe alta possui. Logo, esse direito parece entrar no conjunto de respostas à pobreza e à desigualdade social que vivenciamos em nosso país.

[...] com base em uma visão da necessidade de operar um resgate da dívida social com os segmentos pobres ou vulneráveis da juventude, esses atores buscaram recuperar a possibilidade de jovens terem acesso a certos serviços, demandando o direito a “viver a juventude”, o que significava em grande medida, usufruir da moratória que jovens de classes médias e altas já usufruíam, com programas de formação educativa e/ou de retorno à escola, além da possibilidade de viver o tempo livre (IBASE/POLIS, 2007 :10).

De outra forma, “fundamentadas num outro tipo de percepção, as necessidades e questões dos jovens são compreendidas como componentes da dívida social histórica que o país tem com as classes despossadas e, particularmente, como conseqüências do modelo econômico adotado nas últimas décadas” (IBASE/POLIS, 2007: 15). Bourdieu (1983) fala da diferença entre o jovem trabalhador que sofre coerções do universo econômico real, só contando com a solidariedade familiar, e o estudante, que tem acesso às facilidades de uma economia de assistidos, “fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preços reduzidos, etc” (1978:113).

O que podemos observar em trabalhos como o do IBASE/POLIS (2007) e de Abramo & León (2005), é que há uma enormidade de atores sociais presentes e interessados na definição de juventude, constituindo ela, portanto, objeto de interesses: gestores públicos, ONGs e entidades da sociedade civil, fundações empresariais e organismos de cooperação internacional, núcleos acadêmicos e instituições ligadas à ONU.

É importante lembrar que a existência desses vários atores sociais não é ingênua, pois impactam a definição própria de juventude, pois “a conformação de políticas e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os sujeitos jovens” (Sposito; Silva; Souza, 2006 apud IBASE/POLIS, 2007:12). Nos diversos documentos e diagnósticos elaborados por todos esses atores, prevalecem as idéias de vulnerabilidade e exposição aos riscos, como singularidade da juventude, e que por isso devem ser criadas políticas específicas (IBASE/POLIS, 2007).

Esses diagnósticos têm a pretensão de identificar as questões e necessidades dos jovens e apontam para demandas que se configuram mais no campo das questões sociais (inserção social, desemprego) que de questões políticas (de participação). Entretanto, podemos nos indagar se na verdade esses diagnósticos acabam por não refletir as preocupações e questões, não só dos jovens, mas principalmente dos adultos, e não seriam os motivos por detrás da idéia da moratória social e do direito à juventude.

Analisemos a questão da inserção social e seu problema mais aparente, o desemprego. Uma questão que salta aos olhos é o peso demográfico da população juvenil brasileira. Segundo dados do IBGE em 2005, o país contava com cerca de 50 milhões de jovens (computada a faixa entre 15 e 29 anos), mais de um quarto do total de brasileiros (IBASE/POLIS, 2007). Fica cada vez mais tácito que não há mercado de trabalho suficiente para comportar todo esse contingente. A juventude tem que enfrentar altas taxas de desemprego e a precariedade da ocupação profissional (IBASE/POLIS, 2007).

Nesse sentido, tem sido chamada a atenção para a singularidade da experiência histórica dessa geração quanto às dificuldades de construir perspectivas de vida e processar a inserção social (processos constituintes da juventude) num momento histórico que se verifica o agravamento das desigualdades e da exclusão, ou seja, as dificuldades relativas a entrar numa sociedade onde cabe cada vez menos gente [grifo meu] (IBASE/POLIS, 2007:15).

Ou ainda nas palavras de Cohn,

Esse ponto é particularmente importante quando se trata de um segmento social específico no ‘ciclo de vida social’ – a juventude – uma vez que em tese são os jovens os postulantes à ocupação de postos de trabalho no mercado, quando na realidade esta é apenas uma das possibilidades de sua inserção social, e certamente, na atual realidade, não a mais promissora delas quando se pensa o mercado de trabalho no sentido clássico do termo, mesmo que se diferencie o mercado formal do informal (Cohn, 2004).

Segundo IBASE/POLIS (2007), os jovens já tiveram maior peso na composição da população do país e nunca foram incorporados com facilidade ao mercado de trabalho. Logo, numa sociedade “onde cabe cada vez menos gente”, uma possibilidade de “solução” é criar outros critérios, como a idéia de uma moratória, para quem pode ser reconhecido como devendo “estar dentro do jogo”.

Retomando a questão da transição para a vida adulta, a moratória aparece como uma forma de dar conta da questão do panorama da dificuldade de inserção social de jovens. Assim, padrões de transição mais fluidas são decorrência do crescimento de desemprego e encolhimento da participação da força de trabalho combinado com aumento no tempo passado na escola (Schoon et al., 2001). Encontramos aí a justificativa para a criação da moratória.

O alongamento do período de socialização, como no início do século, é rapidamente visto como solução primeira ao aumento do desemprego. O jovem desempregado se torna responsável por seu futuro, o qual deve preparar por meio dos estudos. Isso teve como consequência a manutenção de jovens adultos na reserva da esfera produtiva por mais tempo e preparar o que viria a se tornar a flexibilidade de emprego. É nesse contexto que aparece a idéia de alongamento da juventude, que é a maneira de definir a juventude contemporânea [...] (Gauthier, 2005: 33).

Além disso, o prolongamento do período escolar ajuda a corroborar essa visão. Em resposta à transformação tecnológica e à mudança na natureza das oportunidades de trabalho, jovens estão sob crescente pressão para continuar a educação *full-time* para além dos 16 anos, e adquirir qualificações formais.

Novas formas de provisão educacional e uma demanda crescente por uma força de trabalho melhor educada e altamente qualificada tem tido um impacto enorme na experiência de jovens. [...] Enquanto nos anos 1970 o padrão predominante era deixar a escola com a idade mínima e mover diretamente para um trabalho, nos anos 1990, a maior parte dos jovens estavam

continuando na educação integral depois da idade dos 16 anos (Schoon et al, 2001:5)⁹.

Logo, como decorrência a educação aparece em primeiro lugar como formulação de um direito universal para a juventude. “Ou seja, adquirir 12 anos ou mais de estudo significa dez anos a mais de juventude” (Madeira, 2006:145).

Segundo relatório IBASE/POLIS (2007) mais da metade dos jovens não está na escola e no ano de 2005, 18,4 milhões de jovens entre 15 e 29 anos não haviam concluído o ensino básico e não estavam freqüentando nenhuma escola. Trata-se de um caso grave que merece atenção, mas a preocupação de se dar conta desse problema parece estar de acordo com a lógica da preparação, da escola como lugar da moratória, e portanto como “espaço social” onde a sociedade pode “depositar” essa parcela da população que parece ameaçar a usufruir dos cada vez mais parques bens disponíveis.

Nas palavras de Bourdieu,

Parece que um dos efeitos mais poderosos da situação de adolescente decorre desta espécie de existência separada que os coloca socialmente fora do jogo. As escolas do poder e, em particular as grandes escolas, colocavam os jovens em recintos separados do mundo, espécies de espaços monásticos onde eles levam uma vida à parte, fazem retiro, retirados do mundo e inteiramente ocupados em se preparar para as mais ‘altas funções’ [...] (1983:114).

Assim, a moratória é uma “estratégia” (Molitor, 2000) de retardamento da entrada na vida adulta e usa mão de diferentes artifícios como o comum ano sabático pré-universidade nas sociedades européias e norte-americanas. É também “uma sala de espera” fornecida pelos adultos destinada “[...] a conter as frustrações e as decepções de jovens que só encontram barreiras no curso de suas trajetórias de acesso ao mundo do trabalho” (Plomb, 2007:247).

Portanto, parece-nos como afirma Bourdieu, que “[...] a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades” (1983:112). O objeto da disputa é a transmissão do poder e dos privilégios entre as gerações.

Assim, a divisão de idade entre jovens, adultos e velhos, parece estar a serviço dos interesses dos que ocupam um lugar de poder na sociedade, no caso, os adultos, para

⁹ Schoon et al. (2001) descrevem exemplos de programas governamentais ingleses criados na década de 70 para dar conta do contingente de jovens que estavam saindo do sistema educacional e não achariam empregos. Job Creation Programme (JCP), Youth Opportunities Programme (YOP), New Training Initiative, Youth Training Scheme (YTS), todos proviam algum tipo de experiência de trabalho para os jovens após saída do sistema educacional, como medida de evitar o desemprego e manter os jovens fora das ruas.

manutenção de suas prerrogativas e privilégios. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações’ (Bourdieu, 1983:113). A moratória está diretamente relacionada a essa disputa da divisão de poder, pois com o tempo de sucessão se alongando, “[...] a idade em que se transmite o patrimônio ou os cargos se torna mais e mais tardia, [...]” (Bourdieu, 1983:120).

As sociedades contemporâneas submetem os jovens de certa forma a um *‘double bind’*, a uma dupla coação contraditória, ao lhes demandar ser cada vez mais cedo autônomo. [...] [voto aos 18 anos, vida sexual mais livre] Mas ao mesmo tempo, lhes demanda que prossigam os estudos, oferece estágios cada vez mais longos e ‘bicos’ para ter ‘experiência’, de tal maneira que a entrada no trabalho ‘de verdade’ é retardada (Singly, 2000:16).

Em troca de todo o gozo e irresponsabilidade, a sociedade exige do jovem que se mantenha “fora do jogo”, não ameaçando o seu controle, como por exemplo do mercado de trabalho. “Ao dar ‘compensações aos jovens’ em troca da “recusa ao poder”, a geração mais velha os mantém em um estatuto de dependência prolongada conforme seus interesses” (Galland, 2001:616).

Os limites da juventude, desde a Idade Média, visavam manter um estado de irresponsabilidade do jovem, sem ameaçar a supremacia dos adultos (Bourdieu, 1983). A infância foi segregada por um objetivo, reservar o mercado de trabalho aos adultos, à época da Revolução Industrial. Toda a perspectiva de abordagem científica da infância foi construída com essa finalidade. A adolescência está para a escolaridade assim como a juventude como moratória está para a inserção profissional, neste sentido, de adiar a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho. Retomando Bourdieu (1983), a divisão entre jovens e velhos é na verdade uma “divisão (no sentido de repartição) dos poderes”, estabelecendo limites e lugares. “Da mesma maneira que os velhos têm interesse em remeter os jovens a sua juventude, os jovens também têm interesse em remeter os velhos a sua velhice” (Bourdieu, 1983:120). Não é a toa que essa entrevista foi publicada originalmente em uma publicação intitulada “Les jeunes et le premier emploi”.

A moratória enquanto vendida como privilégio ou direito, esconde a parte de sofrimento também imposta ao jovem que se encontra nessa situação na qual ficam num limbo sem data certa de acabar, retardando a vida. “A juventude não pode ser simplesmente definida como uma espera ou uma falta de estado do adulto. Os jovens são atores, sujeitos de

suas histórias, mesmo se eles não se inscrevem ainda em certos papéis sociais centrais como o de trabalhador, do esposo(a) ou de pais [...]” (Bidart, 2006a:10).

A juventude está em sofrimento, isto é, suspensa entre dois mundos em uma busca de sentido e valor (Breton, 2007) e encontra dificuldade de achar seu lugar no mundo, de se integrar e projetar sua vida no futuro. “O jovem adquire o direito de votar, de dirigir, de se casar e outras coisas, mas ao mesmo tempo, continua a se achar em uma relação de dependência material com seus pais, às vezes dependência afetiva. Não é mais uma criança sem ainda ser um homem ou mulher” (Breton, 2007:14). O sofrimento vem do sentimento de estar despossuído de futuro, não poder se construir como sujeito. Uma consequência seria condutas de risco (suicídio, toxicomania, distúrbios alimentares violência, comportamento sexual de risco), tentativa dolorosa de se inscrever no mundo, de ritualizar a passagem (Breton, 2007).

Esse é o caso dos jovens de Montréal participantes da pesquisa de Molgat (2007) apresentada anteriormente. Para muitos dos respondentes, alcançar independência financeira através do trabalho é expresso como uma forma de “alívio” do período de grande incerteza da juventude. Neste sentido, o período da juventude ao contrário de ser um período agradável, de liberdade e escolha, foi vivido como difícil, de dependência ou dificuldades financeiras (Molgat, 2007).

Finalmente, a moratória, além de uma forma de “socialização das desigualdades”, é vista também uma forma de proteção social. Castel (2003) trabalha também com a noção de risco. Segundo o autor, vivemos em um tempo – pelo menos os países desenvolvidos, mais seguro, pois sem guerra, mais civilizado e no qual a natureza está controlada. A noção de risco para ele é social, na verdade mais do que risco (que pressupõe previsibilidade, controle e indenização) Castel (2003) fala de prejuízos ou danos, cujo controle não é mais uma questão do coletivo, mas uma estratégia individual. O crescimento da previdência privada é um exemplo dado trazido pelo autor. Castel (2003), entretanto, dá ênfase à questão da proteção social (que protege o indivíduo dos riscos de degradação como doença, acidente, velhice).

Um bem chamado ‘seguridade social’ se tornou um direito para a imensa maioria da população e ela deu origem a uma multidão de instituições sanitárias e sociais que tomam conta da saúde, educação, incapacitados por idade, deficientes físicos e mentais. De tal maneira que pode-se descrever esses tipos de sociedade como ‘sociedades de garantias’, que asseguram, em qualquer tipo de direito, a seguridade de seus membros (Castel, 2003:5 - 6).

Entretanto, o autor coloca que o que hoje chamamos de ‘insegurança’ moderna é fruto não da ausência de proteção, mas sim do inverso. É como se o repertório cada vez maior de ações, leis, instituições e direitos que protegem acabam multiplicando demandas e universo de pessoas a serem incluídas. “A busca de proteção cria assim ela mesmo a insegurança.” (Castel, 2003:6). No caso da juventude “protegida” pela moratória, talvez uma nova interpretação emergente possível seria a de uma situação de risco, para esses sujeitos, uma vez que “[...] hoje estar protegido, é também estar ameaçado (Castel, 2003:7).”

Hoje, a juventude parece reivindicar menos a liberdade que segurança. A autonomia cultural estando conquistada e a autonomia econômica sendo mais dificilmente acessível, os jovens se remetem aos adultos solicitando assistência e proteção (Deschavanne & Tavoillot, 2007). Se antes, o objetivo era mudar o mundo, hoje, busca-se forçar a entrada nele.

2.2 Uma nova adultidade? A reformulação da idéia de adulto na contemporaneidade

“When you grow up, your heart dies”.

(The Breakfast Club)

A partir de meados dos anos 1980 surge, no cinema americano, uma corrente de filmes dedicados ao público *teen* que a partir da globalização foi propagada em diversas partes do mundo ocidental – incluindo o Brasil – que tratava das angústias e problemas dos adolescentes de classe média com relação não só aos relacionamentos amorosos, mas também com relação à saída da condição juvenil. Dentre esses filmes, destaca-se “The Breakfast Club”, do qual faz parte a frase acima, dita por uma das personagens, no momento em que, juntamente com outros jovens que cumprem uma detenção na escola em um sábado, refletem sobre ser este o último ano na escola, e portanto, o início da vida adulta.

Conforme vimos discutindo acima, a partir da consolidação de uma cultura juvenil, acoplada e disseminada por uma cultura de consumo, o adulto enquanto referencial na sociedade vem perdendo seu valor, e para alguns jovens, de estatuto almejado tornou-se algo a ser evitado. Procuraremos nesta seção discutir as origens e o contorno atual que esse estatuto – adulto – tem ganhado para os jovens no contemporâneo.

2.2.1 O conceito de adulto

Apesar de sua centralidade na vida social e até mesmo equivalência ao conceito de personalidade, a adultidade, não foi objeto de estudo das ciências sociais e psicológicas durante muito tempo, e a própria origem de sua palavra e uso não são tão remotos.

Representa um conceito central na imaginação social como meio longo da vida humana, uma etapa social central do curso de vida institucionalizado e da biografia padrão, definindo a experiência da infância, da adolescência e da velhice (Blatterer, 2007). A noção de ‘*personhood*’, nas sociedades Ocidentais, é simbolizada através das idéias de autonomia, auto-determinação, racionalidade, aspectos que significam o que é ser uma pessoa plena, um membro pleno da sociedade, o que ficou desde muito associado à noção de adulto. Tão poderosa é a associação de ‘*adulthood*’ com ‘*personhood*’ que adultos que não personificam ideais de competência plena, como adultos com deficiências, os enfermos e frágeis são através da infantilização relegados às margens, para uma quase-infância (Blatterer, 2007).

Erikson (1978) dedicou um livro ao tema, intitulado “Adulthood” e neste afirma que o termo não apresenta a concretude que os conceitos de infância e adolescência apresentam na literatura¹⁰. A dificuldade de definição de adultidade pelas ciências sociais pode ser observada no sentido de que este aparece mais através do uso de imagens e não conceito, e sua definição é feita por negação, prescrição. (Jordan, 1978). “Historicamente, o conceito emergiu por um processo de exclusão, como um produto final resultando de definições anteriores de outros estágios no ciclo de vida humano” (Jordan, 1979:189). Blatterer (2007b) fala de como a sociologia não deu ênfase ao estudo da adultidade, classificava como um universo único o conjunto de práticas e experiências ocorridas aos 18, 21, 25 anos, sem diferenciação.

A emergência da palavra ‘adulto’ se deu no período que corresponde à modernidade. Enquanto adjetivo, “adulto” apareceu no fim do século XIV para significar aquele que chegou ao final da infância. A partir dos séculos XVIII e XIX vira substantivo, e finalmente, no século XX, os dicionários reconheceram a forma substantivizada (Boutinet, 2005). De acordo com Oxford English Dictionary, a palavra ‘*adulthood*’ começou a ser usada no século XIX (Blatterer, 2007b; Jordan, 1978). “O termo ‘adulto’ em si, é, claro, consideravelmente antigo, mas entretanto, uma aquisição relativamente recente. Deriva do particípio passado do latim adolescere, ‘crescer’, mas também pode ter sido adotado diretamente do francês adulte, também uma adaptação do latim do século XVI” [grifos do autor] (Jordan, 1978:192). Côté (2000) apresenta a etimologia da palavra adulto como derivado de adolere (fazer crescer), sendo adultus (crescido) o passado particípio.

¹⁰ A palavra *adulthood* só existe no idioma inglês dentre as línguas européias (Côté, 2000). Recentemente alguns autores de língua francesa começaram a usar *adulteité*, como tradução de *adulthood* (Gaudet, 2009). No Brasil, encontramos o uso de adultidade em Castro (2002).

Em sua origem, o conceito de adultidade surgiu a partir de 3 condições sócio-históricas que ao longo da história ajudaram em sua consolidação: a ascensão do calvinismo, a despolitização da família e o feminismo (Jordan, 1978). Segundo Jordan (1978), a lógica que fundamenta as religiões protestante e puritanas, não partia de uma concepção teleológica de crescimento pessoal, maturação, progresso; uma vez que o homem já estava, em grande medida, pré-destinado. Com o Calvinismo, há possibilidade para uma teleologia que enfatizava a salvação pelo esforço, abrindo espaço para as noções de desenvolvimento e maturidade psicológica (Jordan, 1978). Outra pré-condição necessária para sua emergência foi a despolitização da família. Até o século XVII, em países como Inglaterra e Estados Unidos, a família era vista como um “*little commonwealth*”, que tinha um “governador”, o pai. Assim, reciprocamente, o rei era o “pai” de seu povo, George Washington era o “pai de seu país”, e o pai era o “rei” de sua casa. Quando esse tipo de imagem deixa de ser usada na cena política, o pai, na esfera privada, perde seu posto de “rei”. Tal mudança é consolidada com a luta feminista. Até então, ‘*womanhood*’ e ‘*manhood*’ sobrepujam a noção de ‘*adulthood*’. Com a luta pelo sufrágio feminino, na esfera política, a diferenciação deixa de ser por gênero, para incluir outros fatores como raça, idade. “De certa forma, então, democracia política tornou a distinção entre o adulto político e a criança política mais importante” (Jordan, 1978:194).

Essa prevalência da distinção homem e mulher sobrepondo o adulto é retratada também na literatura. A literatura inglesa do século XVII girava em torno da família e retratava papéis familiares – pai, mãe, esposa, filho, servo – mas não aparecia uma distinção de geração (Côté, 2000). As pessoas não faziam distinção etária antes. A cultura pré-industrial ocidental não conhecia a categoria social definida. “Você era homem ou mulher, se não fosse criança.” (Blatterer, 2007b:11). As diferenças eram de papéis e deveres e não de crescimento, maturidade, como já visto no clássico de Ariès (1981). “Ser adulto tinha pouco a ver com sabedoria, oportunidade, responsabilidade, ou um conhecimento superior do mundo, como agora” (Côté, 2000:16).

Entretanto, o conceito sofreu deslocamentos de significado desde então e adultidade como entendemos hoje é um artefato da cultura americana do século XX (Jordan, 1978), contextualizada no pós-2ª guerra mundial, quando aparece na consciência pública e entra no vocabulário da vida cotidiana como meta desejável. Como exemplo, data de 1952 uma edição do tradicional “Reader’s digest” um teste para saber se se era de fato adulto ou não (Blatterer, 2007b). A adultidade padrão que predominou no século XX foi forjada nos “Trinta anos gloriosos”, entre o final da 2ª guerra mundial e o início da crise do petróleo na década de

1970, com a institucionalização de um modelo particular de adultidade, baseada no “american way of life” (Hobsbawn, 1994).

O termo se consolidou nos EUA no início do século XX devido à moda da noção de maturidade psicológica, que à época começou a se desenvolver em uma metáfora para o estatuto de adulto (Blatterer, 2007b). A maturidade biológica (reprodução sexual) deu origem a uma maturidade jurídica – maioridade legal – e uma maturidade psicológica. (Boutinet, 2005).

Maturidade atua como uma metáfora central abrangendo realizações normativas e atributos de adultidade. Embora o termo seja mais associado com o desenvolvimento biológico, maturidade tende a ser usada para descrever competências e disposições sociais e psicológicas do indivíduo. Enquanto ser maduro não necessariamente faça da pessoa um adulto aos olhos dos outros [...], quando ligada à adultidade, maturidade denota um estado final para o desenvolvimento biológico, psicológico e social. A noção de maturidade social traz uma dimensão extra. Toma como ponto de partida a premissa que adultidade é constituída nem tanto pela significância que indivíduos atribuem para suas próprias atitudes e ações, mas pelo tipo de validação social que elas atraem (Blatterer, 2007b:12).

A adultidade do século XX foi moldada também por aspectos sócio-econômicos como o Fordismo (modo de gerenciamento e organização que tinha como objetivo o crescimento econômico e a estabilidade à longo prazo, lealdade do empregado, promoção na carreira) “Para os empregados e suas famílias isso significava que existiam caminhos de carreira planejáveis com objetivos previsíveis no caminho, e um destino conhecido: aposentadoria com pensões asseguradas pelo governo. No mundo do trabalho, a acumulação de experiência com a idade era visto como um bem valioso e era visto como possibilitador, e não inibidor, de segurança de emprego” (Blatterer, 2007b:14).

O significado de crescer era claro: trabalhar em tempo integral, casar e constituir família cedo. “Tornar-se adulto era uma questão de seguir um curso de vida que se assemelhava a uma verdadeira marcha pelas instituições de casamento, parentalidade e trabalho” (Blatterer, 2007b:14). “[...] até pouco tempo, a vida adulta era facilmente assimilada a um longo rio tranquilo, imagem espontânea que se forjava para se representar seu progresso [...]” (Boutinet, 2005:12).

Assim, a adultidade se torna a idade da evidência, da norma e o modelo de referência para jovens e velhos. Modelo esse que poderia ser resumido por: branco, ocidental,

masculino, classe média, racional e performático (Boutinet, 2005). Surgia assim uma normatividade e expectativa baseada na estabilidade e previsibilidade de vida de grupos dominantes e reproduzidas culturalmente, principalmente em experiências de homens brancos, heterossexuais, classe média (Blatterer, 2007b).

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, adultidade é vista como ponto de referência, a partir do qual outras etapas são julgadas, visto como um tempo estático de segurança (Côté, 2000).

Entretanto, como veremos, a adultidade foi afetada da mesma forma que a juventude, e passa por reformulações à luz do processo de individualização. Assim, “há um consenso na literatura em torno de que adultidade perdeu muito de seu papel estrutural e significado tradicional e tornou-se mais um fenômeno psicológico.

2.2.2 O novo adulto

A coexistência de pensamentos como “jovens não crescem mais”, e “crianças crescem muito rápido” são evidência de uma perplexidade, composta pelo fato que sociedades modernas não fornecem respostas definitivas para quando a adultidade começa. Conforme vimos, não há acordo oficial sobre qual idade termina a juventude nem qual idade começa a vida adulta.

No contexto da individualização avançada, temos “*new adults*”, “*new adulthood*” e “*contemporary young adults*”. “[...] novos adultos são membros de uma geração nascida em um mundo já suficientemente mudado pelos efeitos de uma economia neoclássica e consenso político neoliberal para assegurar outro descritor que os separa de gerações prévias” (Blatterer, 2007b).

Esta confusão quanto às fronteiras da juventude e da vida adulta podem ser observadas, por exemplo, na abundância de termos e conceitos que proliferam tentando dar conta deste fenômeno, muitas vezes denominado juventude prolongada ou pós-adolescência. Um número expressivo de pessoas com idade entre vinte e trinta e poucos anos parecem estar vivendo vidas que dificilmente são comparáveis com o que tradicionalmente tem sido entendido como vida adulta.

Alguns autores (cf. Erikson) defendem que há um prolongamento da adolescência e outros afirmam que se trata de uma nova configuração da vida adulta. A chamada pós-

adolescência é um termo comumente usado para abordar um estágio vivenciado por indivíduos que “longe de buscar a prerrogativa adulta de seus pais [...] demandam de forma veemente um prolongamento virtual indefinido de seu estado não-adulto” (Blatterer, 2007a: 777-778). Vemos o surgimento de novas denominações como “*adultescents*”, “*kidadults*” nos Estados Unidos e Austrália, “*nesthocker*” na Alemanha, “*KIPPERS (kids in parents’ pockets eroding retirements savings)*” no Reino Unido e “*Boomerang Kids*” no Canadá (Blatterer, 2007a).

Na contramão da idéia de prolongamento ou extensão da adolescência, Arnett (2000) propõe uma nova adultidade, uma “adultidade emergente”. A adultidade emergente é proposta como uma nova concepção de desenvolvimento para o período do final da adolescência até os vinte anos, com um foco nas idades 18-25 anos. Tratar-se-ia de um período distinto demograficamente, subjetivamente e em termos de explorações identitárias (Arnett, 2000).

Eu argumento que este período, adultidade emergente, não é nem adolescência nem juventude, mas é teoricamente e empiricamente distinta de ambas. Adultidade emergente é distinguida pela independência relativa de papéis sociais e de expectativas normativas. Tendo deixado a dependência da infância e adolescência, e não tendo ainda entrado as responsabilidades duradouras que são normativas na adultidade, adultos emergentes com frequência exploram uma variedade de direções de vida possíveis no amor, trabalho e visões de mundo [grifo do autor] (Arnett, 2000: 469).

Arnett (2000) alerta que como a adolescência, a adultidade emergente é um período de curso da vida que não seria universal, mas sim culturalmente construído. “Adultidade emergente, então, não é um período universal mas um período que existe somente em culturas que adiam a entrada no papel e na responsabilidade de adulto até bem depois do final da adolescência. Logo, adultidade emergente seria mais facilmente encontrada em países que são altamente industrializados ou pós-industriais” (Arnett, 2000: 478). Assim, este conceito parece se referir a jovens de países industrializados que estariam em um momento de exploração de possibilidades no amor, no trabalho e no mundo.

O conceito de adolescência prolongada, comentada por Erikson, como moratória psicossocial dada aos jovens (idéia de experimentações livre de papéis para construção de um lugar na sociedade) sempre foi contextualizado como típico de sociedades industrializadas (Arnett, 2000). Temos que ter cuidado ao pensarmos a realidade brasileira. Novamente, esta realidade parece própria à jovens de classes média e alta. Mas mesmo assim, devemos investigar se se trata mais de uma questão moratória (exploração de lugares sociais) ou

dificuldade de acesso a esses lugares (desemprego, etc.). Como também pondera Arnett (2000), limitações nas oportunidades educacionais e ocupacionais também influenciam na extensão com a qual jovens podem experienciar o final da adolescência como período experimental. “À medida que as sociedades se tornam mais afluentes, elas estão propícias a dar aos jovens a oportunidade pela moratória extensa da adultidade emergente, porque não têm necessidade por mão de obra jovem” (Arnett, 2000:478). Mas por outro lado, mesmo os países em desenvolvimento mas altamente populosos, sofrem com a falta de emprego para os jovens, o que pode colocá-los talvez não em uma moratória, mas em um limbo.

Arnett (2000) defende que há duas distinções que caracterizariam a adultidade como uma nova etapa de vida: uma distinção demográfica e outra subjetiva. A distinção demográfica diz respeito ao fato de haver uma grande variabilidade demográfica dos eventos de transição (dessincronização). Segundo ele, os anos de adultidade emergente (18-25 anos) são caracterizados por um alto grau de diversidade e instabilidade demográfica.

Outra distinção é mais de ordem subjetiva. Segundo Arnett (2000) os sujeitos não se vêem como adolescentes, mas muito deles não se vêem completamente como adultos, refletindo um sentido subjetivo da maioria de que deixaram a adolescência, mas ainda não entraram completamente na adultidade. Para o autor,

Talvez seja difícil para jovens sentirem que alcançaram a adultidade antes de estabelecerem uma residência estável, realizarem o término da escolaridade, estarem acomodados em uma carreira, casados [...]. Entretanto, talvez surpreendentemente, a pesquisa indica fortemente que essas transições demográficas têm pouco a ver com concepções do que significa ser adulto para adultos emergentes. Consistentemente, em uma variedade de estudos com jovens no final da adolescência e início dos vinte anos, transições demográficas como término da educação, acomodação em uma carreira, casamento, e parentalidade estão no final em importância entre critérios possíveis considerados necessários para alcançar a adultidade (Arnett, 2000:472).

De qualquer forma, parece haver uma contradição na maneira na qual os jovens parecem pensar a vida adulta. Por um lado, parece haver uma projeção na vida adulta de idéias de definição, segurança, felicidade e estabilidade. “A vida adulta é, assim, concebida como um período de estabilidade, em que os jovens vivem casados, em casa própria e com os filhos” (Guerreiro & Abrantes, 2005:164). Os marcadores clássicos da vida adulta tradicionalmente estariam ligados à família, manutenção de relações estáveis, trabalho e moradia independente. O que parece ser uma equação esquemática simplificada – estabilidade

econômica mais um consenso normativo – funcionou durante muito tempo como modelo de uma identidade adulta.

Por outro, parece haver uma certa relutância em fazer essa passagem, pois ela representaria justamente a entrada no campo da responsabilidade. “A vivência individualizada, livre e emocionante projeta-se como espelho invertido da vida adulta, considerada rotineira, aborrecida e desinteressante” (Guerreiro & Abrantes, 2005:165). Entretanto, apesar dessa relutância, pesquisas realizadas com jovens europeus revelam que ao falarem do futuro, esses jovens revelam possuir a intenção de aderir a esse modelo de vida como “trajeto natural da vida”. Os 30 anos parecem ser a fronteira simbólica entre esses dois tempos. “O casamento tende a significar, para muitos jovens, um modo de institucionalização da transição entre um passado de liberdade e errância e um futuro que se pretende de estabilidade e responsabilidade” (Guerreiro & Abrantes, 2005: 165).

Segundo Pais, “um adulto é ‘responsável’, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e provisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos” (2003: 30). Assim, aspectos da vida adulta são identificados com idéias de certeza, estabilidade: trabalho diário estável, relacionamentos estáveis, moradia independente e parentalidade. “Do ponto de vista da psicologia desenvolvimentista, dos indivíduos adultos é esperado que tenham feito decisões vitais que forneçam uma direção na vida; tenham adquirido um conjunto de preferências estáveis, princípios guias da vida e um leque de competências sociais” (Blatterer, 2007a:773-774).

Blatterer (2007a) discute a idéia de que a adultidade é considerada como um estatuto gratuito do ator social. Segundo ele, dificilmente se discute o sentido, o conceito de adultidade. Há uma associação muito forte entre adultidade e conceito de “pessoa”. Com isso ele parece dizer que a definição normativa do que é ser uma pessoa racional, completa, bem desenvolvida equivale à identidade do que é entendido como um adulto. Em sua pesquisa, Arnett (2000) observou que as características que demarcariam a adultidade seriam muito mais de ordem subjetiva e psicológica: aceitar responsabilidade por si mesmo e tomar decisões de forma independente. Assim, da mesma forma, está presente a idéia do adulto como pessoa auto-suficiente, completa.

Além da completude, outra característica que parece ligada a idéia de adulto é o da

independência. Em uma perspectiva desenvolvimentista, há uma série de etapas ordenadas em uma seqüência lógica aonde através do crescimento e envelhecimento chega-se a um avanço no desenvolvimento físico, cognitivo, psíquico e social. Esta perspectiva desenvolvimentista conta com dois conceitos: independência e maturidade, eixos de análise da fase da vida que definem quem é e quem não é adulto. “As construções tradicionais sobre a idade adulta baseiam-se na concepção de que o indivíduo adulto é aquele que atingiu um estado de maturidade final (física e emocional). Invariavelmente, esse estado é definido como independência (econômica ou financeira e afetiva da família de origem)” [grifo do autor] (Pimenta, 2007:69).

Entretanto, não é possível hoje (nem nunca) considerar independência dessa forma. “O problema está no fato de que esse modelo tende a reduzir a diversidade e complexidade da biografia humana a uma linha do tempo unidirecional e irreversível, além de estabelecer enquanto condição para a aquisição do estatuto de adulto, a maturidade entendida como independência” (Pimenta, 2007:69). A vida adulta assume assim um lugar idealizado.

A vida adulta aparece como um construto gratuito, ou seja, o comportamento adulto, assim como a adultidade como fase da vida, estão implícitos em todas as análises de sociedades. O ator – seja indivíduo, sujeito descentrado ou sistema - é uma corporificação da adultidade. A menos que crianças ou idosos sejam explicitamente o foco da investigação, o adulto constitui o modelo de ator que comanda a fase central da maioria das iniciativas sociológicas. “Mesmo quando os sociólogos estão explicitamente preocupados com infância, adolescência, juventude velhice, a adultidade está sempre presente como um ponto de referência; [...] constituindo um padrão de presença de categoria que serve como cenário heurístico para uma análise de todas as formas de ação social” (Blatterer, 2007a: 772-773).

Como bem coloca Blatterer (2007a) às condições sociais correspondem um sistema de valores. A noção de adultidade, e nossa associação contemporânea de adultidade com estabilidade, segundo Blatterer (2007a) vêm de experiências e expectativas da geração *baby boom*. Este autor sugere que o período da história Ocidental que mais promoveu a institucionalização de um modelo particular de vida adulta foi o período compreendido entre o final da Segunda Guerra e a crise do petróleo do início de 1970. Após a Segunda Guerra, a economia industrial nesta época contou com uma fartura e estabilidade nunca antes visto. O período de 1945 até início dos anos 70 presenciou um esforço dos diversos setores da sociedade em prevenir uma recorrência da Depressão de 39, o que alavancou idéias de

estabilidade, expansão e crescimento.

Durante este período o casamento cedo e a formação de família tornaram-se a experiência a ser vivida por muitos adultos. Da mesma forma, havia uma fidelidade dos empregos, com planos de carreira longas com destino certo: aposentadoria. “No mundo do trabalho, a acumulação de experiência com idade era vista como um valor e a crescer, mais do que inibir a seguridade profissional” (Blatterer, 2007a:775). Uma vez adulto e empregado, podia-se esperar continuar o mesmo para resto da vida, sua identidade estava estabilizada, pois dividia-se o ambiente de trabalho com as mesmas pessoas, a área geográfica onde se vivia permaneceria a mesma pelo resto da vida

Conforme mencionado anteriormente, na sociedade Ocidental parecia ser vigente uma equivalência entre adultidade e pessoa completa. Uma pessoa completa é simbolizada através das idéias de autonomia, auto-determinação e escolha; são precisamente essas idéias que constituem o significado do que é ser uma pessoa completa, um membro completo da sociedade; e isso da mesma forma encontra-se presente na associação básica do que é ser adulto, excluindo infância e velhice. A adultidade seria assim uma metáfora para pertencimento na sociedade através do alcance da personalidade plena (Blatterer, 2007a).

A centralidade da adultidade na vida moderna teria menos a ver com o seu posicionamento no meio do caminho da vida humana do que com sua aparente desejabilidade, o que parece estar sendo agora substituído pelo modo de vida jovem/adolescente.

Ser adulto hoje é ser flexível, maleável e aberto a mudança para atender às exigências dos ambientes sociais plurais. Formas de reconhecimento de adultidade mudaram da validação social de modos de vida orientados para certeza, predicabilidade, estabilidade e planejamento a longo prazo, para validação da incerteza, risco e projetos de curto prazo. Essas seriam práticas que são parte da gramática social de uma nova adultidade que está emergindo de uma constituição mútua de condições e práticas sociais (Blatterer, 2007a).

Segundo Singly (2000),

Um modelo que se baseia sobre o acesso à idade adulta definido como objetivo prioritário não corresponde [...] às sociedades modernas avançadas, que funcionam sobre um outro mito, o da busca de si, que pode levar à retomada dos estudos, a deixar seu cônjuge, a ter um período de vida ‘solo’, a refazer a vida comum, a pedir demissão de sua empresa para recomeçar uma nova atividade” (Singly, 2000:10).

Singly fala de um enclausuramento causado pela idade adulta que teria o risco de uma “instalação definitiva e pouco atraente”. A idade adulta é codificada negativamente quando ela é assimilada ao fim do trabalho sobre si, e conseqüentemente, com seu caráter de rigidez e estabilidade (Camarano, Mello & Kanso, 2006b; Singly, 2000).

Essa definição é construída a partir do discurso presente no contemporâneo da flexibilidade, da individualização. Singly (2000), contrariando Ehrenberg afirma que a depressão do homem contemporâneo não é resultado de um excesso de flexibilidade ou de concorrência de performance, mas sim de “[...] uma dissonância entre o desejo de uma vida rica em atravessamentos e uma realidade muito uniforme, presa ao desenrolar de carreira profissional e família” (Singly, 2000:10).

Assim, o adulto teria a ver com a busca de auto-realização, com a necessidade de se livrar das obrigações e responsabilidades (Singly, 2000). Para o autor isso não configura uma sociedade “pós-adolescente”, mas sim uma nova maneira de viver. Para ele, talvez o “modelo de homem super investido na sua atividade profissional, símbolo por excelência do ‘adulto’, pode estar sendo colocada em questão” (Singly, 2000:18).

O que parecemos estar vivenciando é uma redefinição da adultidade contemporânea, uma redefinição de seu ideal normativo; de suas representações e expectativas no nível das práticas, embora a equivalência adulto e pessoa permaneça como ponto de referência, mais do que um retardamento da entrada na vida adulta (adiamento do término da formação escolar, da entrada no mercado de trabalho, da saída da casa dos pais, da independência financeira, da parentalidade), com a existência de um tipo específico de vivência de esferas antes consideradas características dos jovens, num enquadre singular, experimental (Abramo & León, 2005; Blatterer, 2007a).

Apesar de não existir uma representação única de adulto, em sua pesquisa, Pimenta (2007) observou que a responsabilidade foi a característica definidora do “ser adulto” mencionada com maior frequência. “[...] em suma, ser responsável, é ‘ser adulto’” (Pimenta, 2007:131). Um esboço de definição de adulto seria “uma pessoa que ingressou na vida ativa e, ao manter um relacionamento e formar uma família (ter dependentes), assumiu um conjunto de responsabilidades. Para atingir esse estatuto, é preciso ter maturidade” (Pimenta, 2007:131).

A idéia do “ser adulto” na fala de jovens da pesquisa realizada por Pimenta (2007) aparece ligada além à idéia de responsabilidade, à idéia de trabalho e emprego. “Entretanto, a maior parte do que significa “ser adulto” tem a ver com aquilo que se faz, isto é, com práticas comumente associadas ao mundo adulto, como “trabalhar”, “pagar as contas”, “sustentar-se”, “ajudar a família”, “cuidar da casa”, dos afazeres domésticos, das crianças, etc [grifo do autor]” (Pimenta, 2007:132).

Para os participantes dessa pesquisa, o indivíduo torna-se adulto a partir do momento em que começa a trabalhar e, então, assume responsabilidades dentro do ambiente de trabalho e no interior do espaço doméstico provendo-se a si próprio e aos familiares (Pimenta, 2007). Isso se destaca entre jovens do sexo masculino de classe média entrevistados, que falam da importância do reconhecimento, da promoção no trabalho como índice de adultidade (Pimenta, 2007). “Nesse sentido, a identidade adulta é construída tanto pelo indivíduo que reconhece em si a condição de adulto, como pela interação social com outras instâncias que reconhecem capacidades socialmente atribuídas à pessoa tida como ‘madura’ e ‘responsável’” (Pimenta, 2007:134).

Molgat (2007) realizou uma pesquisa sobre o que é ser adulto, junto à jovens da província de Quebec. O autor entrevistou jovens com idade entre 25 e 29 anos, e a eles perguntou: “Você tem a impressão de ser adulto?” Seus resultados mostram que a adultidade é definida pelos jovens tanto em termos de características individuais quanto marcadores transitórios. Dentre as características individuais, destacaram-se falas sobre “responsabilidade por si”, “tomar decisões independente”, “se tornar financeiramente independente” (Molgat, 2007).

Essa responsabilidade da idade adulta pode ser dividida em dois tipos: responsabilidade por si e responsabilidade com os outros (Molgat, 2007). A noção de responsabilidade tem sido apontada como aspecto relevante e é melhor analisada na próxima seção.

2.2.3 Responsabilidade: atributo da vida adulta

A responsabilidade parece ser um atributo importante, juntamente a atributos como autonomia e independência na definição de adultidade (Bidart, 2000; Arnett, 2000; Deschavanne & Tavoillot, 2007; Gaudet, 2002; Molgat, 2007; Pimenta, 2007). Na pesquisa

apresentada no livro “Retratos da Juventude Brasileira”, a responsabilidade é indicada pelos jovens como delimitando o fim da juventude por 63% dos entrevistados (Abramo, 2005).

O conceito de responsabilidade foi, desde os primórdios dos estudos da juventude, usado como um critério diferenciador. Talcott Parsons, um dos sociólogos fundadores da “cultura juvenil”, em seu artigo “Age and sex in the social structure of the United States” de 1942, definiu a adolescência como uma cultura da irresponsabilidade (Galland, 2001; Galland, 2002). A cultura jovem é definida por Parsons – dentro do contexto da *high school* americana – a partir de um posicionamento ambíguo com relação à cultura adulta e na profunda separação dos papéis masculinos e femininos, que enfatiza o caráter de irresponsabilidade da vida juvenil. “Seu traço dominante, segundo Parsons, consiste em *‘prendre du bon temps’*, em contraste com o imperativo de responsabilidade própria aos papéis adultos masculinos” (Galland, 2001:612). Assim, o prolongamento do ensino, com a educação secundária, cria esse universo de moratória para jovens. “Mudanças econômicas e sociais durante os últimos tempos prolongaram o período de dependência dos pais e a idade com a qual os jovens são considerados aptos a assumir responsabilidades de ‘adultos’” (Aiken, 1998:2).

Galland (2001) retoma esta leitura feita por Parsons e ao tratar da juventude européia no momento de acesso à vida adulta, afirma que estaríamos passando por um novo prolongamento de estudos, não como pós-adolescência, pois segundo o autor a adolescência é um prolongamento da irresponsabilidade do adolescente, e a juventude é uma aproximação com as responsabilidades do mundo adulto. “Não é mais a ‘irresponsabilidade’ que poderia definir a juventude. Seria mais a aprendizagem progressiva de responsabilidades, sob proteção mais ou menos aproximada, de acordo com situações nacionais, da família ou do Estado” (Galland, 2001:636). Autores que trabalham com a idéia de “adulthood emergente” ou “adolescência prolongada” (Arnett, 2000; Côté, 2000) também vão se basear na noção de responsabilidade, no caso o desejo de permanecer no tempo da irresponsabilidade, para definir o momento de passagem para a vida adulta.

Do ponto de vista legal, a responsabilidade também caracteriza o adulto. Um adulto é uma pessoa que é capaz de assumir a responsabilidade por seus atos, numa idade que tem sido definida de certa forma arbitrariamente, mas em torno de 18, 21 anos. Mas também do ponto de vista subjetivo.

Se anteriormente a responsabilidade aparecia relacionada a funções desempenhadas na sociedade, aos papéis sociais designados, sendo melhor traduzida por uma responsabilidade intergeracional (obrigações e deveres familiares e comunitários); na atualidade, a responsabilidade que jovens têm hoje é de construção de si enquanto adultos, enquanto sujeitos. Logo, outra maneira de pensar a responsabilidade é a responsabilidade de si mesmo de ser responsável pelas escolhas, servir de referência própria, pelo sucesso e pelo fracasso, conforme vimos no estudo sobre individualização. “Esse sistema de responsabilidades cada vez mais pesadas é por sinal muito bem interiorizada pelo adulto; de fato quando se pergunta a esse último o que define melhor a vida adulta, é a primeira qualidade que evoca espontaneamente e associa diretamente à idade adulta [...]”(Boutinet, 1998: 230).

O desmapeamento do discurso científico-tecnológico e das grandes narrativas feito pela individualização faz com que recaia sobre o jovem a responsabilidade de uma solução para suas próprias questões, subjetivando as questões antes tratadas na coletividade (Alberti, 1996). Num contexto de mutação, o indivíduo é deixado a si mesmo para traçar seu caminho através de caminhos múltiplos. Ele se torna responsável – ele responde – pelo sentido que dá a sua vida, mas também dos laços que faz (Gaudet, 2001).

Para Zittoun (2007), a especificidade da transição juvenil estaria na aquisição de responsabilidade simbólica.

Eu proponho ver o acesso à responsabilidade simbólica como um marco distintivo da transição juvenil: a obrigação social para eles de responderem por suas escolhas de consumo e sua expressão pessoal. Um corolário é que dos jovens se espera não mais lidarem com problemas da vida através da brincadeira, como crianças, mas engajarem em experiências culturais ‘adultas’ [grifo do autor] (Zittoun, 2007:194).

Para a autora, já que não contamos mais com sistemas simbólicos compartilhados, precisamos improvisar seus sistemas de valores e inventar sentidos para nossas vidas. Frente à multiplicação de discursos atuais, temos que dar conta de nossa conduta simbólica, e somos implicados implicitamente com uma responsabilidade simbólica (Zittoun, 2007). A transição juvenil é o que marca o acesso das pessoas para a responsabilidade simbólica. O jovem, portanto, tem que definir sua própria perspectiva de tempo e um sistema de orientação próprio. Isso não é tão simples pois ao mesmo tempo que são convocados a criarem e desenharem seus modelos de transição, são também responsáveis por darem conta dessa diferença perante às normas sociais.

Assim, juventude pode ser qualificada como o período durante o qual pessoas vivem através de rupturas e transições; a eles é pedido que exerçam sua responsabilidade simbólica para conferir uma perspectiva de tempo e um sistema de orientação para suas condutas. Daí a seguinte tensão: jovens são livres para criar seus sistemas de orientação e desenvolver seus próprios sentidos de significado para o mundo, mas são responsáveis pelas discrepâncias entre essas e as normas consensuais (Zittoun, 2007:199).

De maneira semelhante Gaudet (2001), que se dedicou ao estudo da responsabilidade no momento de entrada na vida adulta, parte da hipótese de que o laço de responsabilidade caracteriza esse momento do ciclo de vida, da mesma forma que a independência e autonomia, enquanto um tipo de troca próprio à socialização. Esta – sofrendo os efeitos da reflexividade – dá um contorno maior à responsabilidade, pois conforme afirmamos acima, o jovem tem a necessidade de responder por si.

Gaudet (2001; 2002) trabalha com duas concepções de responsabilidade: responsabilidade retrospectiva e responsabilidade projetiva. Segundo a autora, na perspectiva ética, a responsabilidade é um movimento de resposta ao outro que supõe a existência de um laço social. A conceituação de responsabilidade mais comum se baseia em uma perspectiva causalística. Essa seria a responsabilidade retrospectiva, presente por exemplo na definição jurídica do conceito, que parte da idéia que o sujeito responde pelas conseqüências de seus atos ao chegar a uma determinada idade, oferecendo uma reparação, caso necessário.

A responsabilidade projetiva, ao se distanciar de uma compreensão causal e individualista, em sua dimensão ética, de interação com o outro, é mais interessante para se pensar a entrada na vida adulta (Gaudet, 2001). A responsabilidade projetiva, no lugar de pensar nas conseqüências dos atos passados, supõe que o indivíduo deve avaliar as conseqüências de seus atos futuros. O engajamento amoroso, parental e familiar da vida adulta são exemplos de responsabilidades projetivas.

Em abordagem similar, Deschavanne & Tavoillot (2007) definem responsabilidade causal – a responsabilidade por seus atos – e responsabilidade final – a responsabilidade por outrem. Em sua pesquisa, a última é bastante ressaltada pelos jovens nas entrevistas. Para jovens dinamarqueses, por exemplo, a vinda do filho marca a passagem da responsabilidade de si à responsabilidade de outrem (Deschavanne & Tavoillot, 2007).

De fato, a parentalidade é mencionada pelos jovens como a “maior” de todas as responsabilidades (Gaudet, 2002; Westberg, 2004). “O conceito de responsabilidade é uma noção muito maior que engajamento e obrigação. Os laços de responsabilidade se inscrevem em uma temporalidade futura e a parentalidade é certamente o exemplo mais típico: ela necessita de uma visão de futuro mais importante que a maioria dos outros engajamentos” (Gaudet, 2001:79)

Em sua pesquisa, Gaudet (2002) entrevistou 33 jovens de classe média¹¹, com idades entre 25 e 30 anos, moradores da região de Montreal. Os resultados revelaram três práticas de responsabilidades definidas pelos jovens¹²: ‘responder à’, ‘responder por’ e ‘responder perante’.

O ‘responder à’ definiria a adultidade, segundo os jovens, da mesma forma que a independência e a autonomia, e diz respeito a responsabilidade com o outro, seria equivalente à responsabilidade projetiva (Gaudet, 2001) ou final (Deschavanne & Tavoillot, 2007). “Muitos jovens entrevistados explicaram, por exemplo, que o momento quando passaram a morar com um cônjuge foi muito mais significativo em sua passagem para a idade adulta que o momento de saída da casa dos pais” (Gaudet, 2001:79). A parentalidade também foi citada como uma responsabilidade dirigida ao outro e como um passo decisivo na representação que os indivíduos fazem de seu estatuto adulto.

O ‘responder por’ seria o equivalente à responsabilidade retrospectiva, que responsabiliza o indivíduo por seus atos. No caso dos jovens tem a ver com dimensão identitária, faz com que o indivíduo se posicione. O ‘responder por si’ comporta a independência profissional em sua dimensão simbólica (Gaudet, 2001). A modalidade de ‘responder perante’ é a resposta a um outro institucional, responder perante a Lei.

A maior parte dos entrevistados explica que uma nova tomada de consciência determina o momento onde se tornaram adultos. Essa tomada de consciência resulta de um processo onde indivíduo ‘responde por’ ele mesmo através de experiências concretas e tomadas de decisões. As decisões que levam o jovem a se afirmar e se autonomizar através de escolhas profissionais e familiares são precisamente práticas de responsabilidade, como nós a definimos (Gaudet, 2002: 206).

¹¹ À título de curiosidade, vale a nota que Gaudet (2002) escolheu fazer a pesquisa com jovens de classe média, uma vez que percebeu uma falta de conhecimento sociológico sobre esse público específico em Quebec.

Na passagem para a vida adulta, ocorre a passagem da responsabilidade ‘responder por’ si – a responsabilidade retrospectiva e a construção identitária – para a ‘responder à’ – responsabilidade projetiva, concepção de futuro. Logo, a responsabilidade é um eixo importante de definição da vida adulta, o que é corroborado em nossa pesquisa, conforme veremos posteriormente.

2.3 Políticas públicas e juventude: alguns comentários

A forma de se definir e experienciar a juventude e a transição para a vida adulta varia de acordo com o contexto econômico e social, e mantém uma relação retroalimentadora com as políticas sociais e públicas de cada país. “Em linhas gerais, podemos afirmar que as políticas públicas (e, nelas, as políticas para a juventude) traduzem a visão que um governo tem de uma área social sobre a qual pretende intervir” (Teles, 2008:192).

Nosso objetivo aqui é fazer uma rápida discussão sobre o panorama de políticas públicas para juventude no Brasil. Embora não pretendamos fazer uma comparação com as políticas de Quebec, chama nossa atenção o fato de como a sociedade quebequense parece ter uma preocupação e maior investimento com a juventude, destacando-se até mesmo no contexto canadense, com relação às outras províncias¹³. Entretanto, ressalvas devem ser feitas, a primeira sendo que enquanto a política pública com relação à juventude de Quebec seja de caráter provincial, no Brasil, a maioria de seus dispositivos e discussão se dá em nível federal. Assim, a comparação entre as dimensões do universo a ser atendidos por essa política já seria injusta, dado a população de cada país, mas ao nos determos sobre a realidade provincial, isso se mostra mais desigual ainda. Para fins de ilustração, enquanto, a cada ano, no Brasil, 34 milhões de pessoas tentam fazer sua entrada no mercado de trabalho, sendo em sua maioria jovens (IBGE, 2010), a população da província de Quebec, em sua totalidade, está estimada em pouco mais de 10 milhões (Statistique Canada, 2010)¹⁴.

A idade, como critério organizacional, vem ao longo da modernidade, servindo de base para a regulação e estruturação da vida em uma “temporalização”, permitindo ao Estado e suas instituições burocráticas regularem direitos (ao estudo, ao trabalho, à aposentadoria) e

¹³ Alguns dispositivos governamentais disponíveis em Quebec, dedicados exclusivamente para a juventude: Secretariat de la Jeunesse (secretaria provincial responsável por todos os assuntos relacionados à juventude), Carrefour Jeunesse et Emploi (atendimento social e psicológico para jovens entre 16 e 35 anos visando a inserção profissional), dentre outros.

¹⁴ Não encontramos um número sobre a população de jovens no Estado do Rio de Janeiro, mas com relação ao Brasil, em 2000, 47 milhões se encontravam com idade entre 15 e 29 anos, representando cerca de 28% da população (Camarano & Mello, 2006).

obrigações, assim como facilitar o monitoramento (voto, ajuda financeira, consumo álcool). As políticas sociais se configuram como os instrumentos mais eficazes nessa regulação, formando um quadro de experiências para os indivíduos, assim como dando corpo à categorias de idade como infância e adolescência, através da escolarização, por exemplo. Lima (2006) exemplifica o período “fordista” como principal formatador do ciclo de vida, através da organização do percurso de vida, segundo o esquema ternário (infância, juventude e vida adulta). Ao longo dos tempos, o Estado, através de leis sociais e políticas públicas tem atuado na formatação do ciclo de vida, através de instrumentos de especialização e hierarquização visando, primordialmente, os objetivos da organização fordista: preparação para o trabalho na idade educativa, trabalho para idade adulta e repouso merecido para a aposentadoria (Lima, 2006). “Para a juventude, as leis regulando a escolaridade obrigatória e o trabalho infantil favorecerem a emergência de uma idade inteiramente consagrada à educação e formação” (Lima, 2006:56).

A configuração dos direitos resultam das lutas dos trabalhadores e dão origem as primeiras políticas sociais no mundo. Naquele contexto, entre fins do século XIX e início do século XX, a questão social emerge como universal e requer a intervenção do Estado para enfrentá-la, tal enfrentamento ocorre com políticas sociais, que tem como características responder as questões do trabalho geradas pela Revolução Industrial (jornada de trabalho exaustiva, condições de trabalho insalubres, baixa remuneração, entre outras). Os direitos sociais estão, portanto, circunscritos às relações de trabalho (Monteiro, 2006).

No que tange à infância, é a partir de uma preocupação com a esfera de trabalho que todo um conjunto de leis e ações serão criadas, separando as crianças em um universo separado. Devido ao progresso econômico, tecnológico e científico durante a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, a demanda por trabalhadores físicos sem formação declinou. A demanda agora era agora por trabalhadores com pelo menos alguma educação para trabalhar nas máquinas e gerenciar a produção da economia em desenvolvimento. Assim, as crianças passaram a passar mais tempo na escola e menos tempo realizando trabalho físico. As que continuaram passaram a ser objeto de atenção e intervenção do Estado. Essas preocupações sociais e políticas eram estimuladas e disseminadas por trabalhos e pesquisas sobre a infância que tomavam força em diversos campos, conforme vimos no primeiro capítulo desta tese.

Será em torno também do trabalho, mas principalmente sobre a condição juvenil de entrada na vida adulta, que a preocupação das políticas pública se apresenta, seja para promover e ajudar os jovens menos-qualificados a realizarem sua inserção social, ou, de alguma forma, como é o caso de alguns países, financiando, ou amenizando a moratória para jovens de classes mais abastadas, para quem não há lugar no mercado de trabalho, tendo em vista a crise do emprego existente nas últimas décadas. “Ao institucionalizar um direito à independência na maioridade [grifo nosso] sem hierarquização considerável em função da idade ou do estatuto social, os Estados intervêm para ‘desprender’ os jovens adultos de suas famílias mesmo se esses não alcançaram sua integração profissional” (Van de Velde, 2006:37).

Em países como Dinamarca, observa-se hoje uma institucionalização social do período do “jovem adulto” como um período de experimentações, de moratória. Em consonância à essa perspectiva, o Estado atua com uma política de desfamiliarização, através de ajuda estatal, no qual há a passagem do princípio de responsabilidade parental para o princípio de independência de todo cidadão de mais de 18 anos. Assim, o jovem a partir de 18 anos passa a ter direito à subsídios, como bolsa de estudo, que o ajudem na aquisição de uma vida independente. Outros exemplos de ajuda fornecida é uma renda ao se deixar a casa dos pais (o valor era de 916 euros em 2004), ou o direito à auxílio desemprego a partir de 18 anos, mesmo nunca tendo trabalhado (Van de Velde, 2006).

Singly (2000) defende a intervenção do Estado na ajuda aos jovens com as dificuldades em busca de sua independência, uma vez que esses não encontram mais condições favoráveis à entrada na vida adulta.

Mas se a questão colocada se baseia na constatação que a sociedade não garante mais entrada e continuidade na independência econômica, fator importante para se tornar plenamente si mesmo, então o jovem deve ser ajudado diretamente para que ele não esteja mais embaraçado por uma relação de dependência interpessoal (Singly, 2000:15).

Entretanto, critica o contexto francês, onde, em sua maioria, a ajuda aos jovens venha mediada pela família, através de políticas familiares, e não chega ao jovem individualmente, mantendo assim sua dependência. Assim para Singly (2000) a ajuda mediada pela família deveria ser substituída por uma ajuda direta ao jovem adulto. Do ponto de vista identitário, o jovem adulto permanece “filho de”. “A criança-adulto recebe um presente que deve ser pago

em retorno: ela permanece dependente de seus pais, que tem dessa forma uma fonte de poder, origem da relação de dependência pessoal [...]” (Singly, 2000:15).

De acordo com o relatório IBASE/POLIS (2007), a emergência do tema das políticas públicas de juventude e de direitos que devem ser a ela assegurados no Brasil é recente, datando de 10 anos atrás. Anteriormente, houve uma maior ênfase, durante e após o processo de democratização brasileiro na infância e adolescência, a partir da concepção de minoridade, risco social, controle e direitos. Segundo IBASE/POLIS, “durante todo o último quartel do século passado, o foco da preocupação ficou centrado nas questões das crianças e dos adolescentes em situação de risco, [...] como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos desses segmentos” (2007: 8).

Da mesma forma, segundo Abramo & León (2005), no Brasil, houve predomínio da adolescência enquanto fase de desenvolvimento que exige proteção. A juventude só tomou relevo nos anos 90, abrangendo um público acima de 18 anos, tendo como preocupação social as dificuldades de inserção e integração social (trabalho e violência). A diferença da juventude estaria em ser um “[...] momento diferenciado da idade adulta, exatamente por estarem ainda construindo seus espaços e modos de inserção” (Abramo & León, 2005:8).

De maneira geral, o motivo para a preocupação do governo com a juventude e a conseqüente formulação de políticas públicas para seu atendimento se dará pelos seguintes motivos que são interligados: a evidente explosão demográfica; o controle da violência, relacionada ao universo juvenil; e a preocupação com a inserção profissional de jovens de classe baixa.

No Brasil, a questão da juventude entrou na agenda tanto das políticas públicas quanto dos estudos populacionais pelo temor de uma explosão demográfica. Primeiro, pela sua magnitude: 47 milhões tinham de 15 a 29 anos em 2000. Esse número é resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980 chamada de ‘onda jovem’. Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970, também contribuiu para acentuar esse temor (Camarano & Mello, 2006).

Sposito (2009) em seu levantamento sobre estudos de pós-graduação realizados sobre a juventude no Brasil ressalta que a questão social e o crescimento da violência no país estão entre os principais motivos da visibilização dos segmentos juvenis na arena pública.

O debate sobre políticas públicas distingue juventude da adolescência como faixa etária, considerando a adolescência como etapa de preparação para o futuro e juventude como fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social (Abramo & León, 2005). Portanto, a juventude passa a existir como novo assunto de preocupação devido ao fato que os jovens não conseguem mais sair “normalmente” dessa condição que se quer socialmente passageira (Plomb, 2007). Assim, a relação juventude e trabalho passa a fazer parte da discussão de políticas públicas.

Apesar de as questões relativas ao trabalho juvenil não estarem entre as modalidades principais de atividades mais freqüentes, questões sobre a inserção dos jovens no mundo do trabalho compõem o grupo dos cinco objetivos mais citados e previstos nesses programas e projetos. Essa tendência revela um aumento da importância que esses dois focos, a participação juvenil e a inserção dos jovens no mundo do trabalho, têm assumido nos programas de políticas públicas de juventude. (Frezza, Maraschin & Santos, 2009).

Abramo & León (2005) ao fazerem uma retrospectiva das representações das ações com os jovens, mostram que até os anos 70 vigorava a idéia da juventude como transformação social, centralizada na figura do estudante. Posteriormente aos anos 70, emerge o tema dos “meninos de rua”, da defesa dos direitos destas crianças, o adolescente em situação de risco e carência. A partir dos anos 90, a dificuldade de inserção (desemprego 16-24 anos), saúde (DST, gravidez precoce, drogas), violência (vítima e autor) ganham também destaque nas ações para os jovens. Esses autores questionam se o que ocorre em relação às ações é uma extensão em termos de faixa etária de ações já desenvolvidas com adolescentes em situação de risco, sem considerar a especificidade da condição juvenil, colocando-os ainda sob a ótica de proteção e tutela, sem lidar com demandas de autonomia e participação e elementos de conflito da condição juvenil (Abramo & León, 2005).

O debate sobre a juventude suas políticas públicas tem contado com a participação de diversos atores, de âmbitos distintos, em diferentes arenas públicas, para além dos gestores, mas também ONGs e entidades da sociedade civil; fundações empresariais e organismos de cooperação internacional financiando projetos da sociedade civil e programas públicos; universidades através da realização de pesquisas para diagnósticos e fomentando espaços públicos de debate; além de grupos e organizações juvenis demandando e propondo políticas e espaços de participação para a definição destas. (Abramo & León, 2005). Este último aspecto tem sido muito enfatizado sobre a formulação de políticas públicas “de” juventude e não, “para” a juventude. “Significa passar das tradicionais políticas “para” a juventude, isto é,

políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para políticas de juventude, isto é, políticas concebidas e elaboradas com a participação direta ou indireta dos jovens [...]” (Barrientos-Parra, 2004:139).

Interessante a contribuição de Cohn (2004) de que os jovens “tidos como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor” foram sempre excluídos das políticas sociais. Segundo a autora, nos países que experimentaram modelos de bem-estar social, a garantia dos direitos universais é expressão de um contrato de solidariedade social entre gerações baseado no ciclo vital dos indivíduos pautado pelo trabalho. Segundo ela, no Brasil, houve uma marginalização dos jovens da rede de proteção social devido ao vínculo específico dos direitos sociais à situação dos indivíduos no mercado de trabalho. Como consequência, os direitos sociais são vinculados à condição dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, não sendo, portanto, universais, mas sim contributivos e compulsórios (Cohn, 2004). Logo, excluídos dos direitos sociais, começa-se a pensar a necessidade de criação de políticas públicas específicas para a juventude. A construção da pauta de direitos a serem garantidos pelo Estado e o diagnóstico das necessidades e demandas da juventude ainda está sendo trabalhada, num processo de construção de uma “política nacional de juventude” (IBASE/POLIS, 2007).

Os motivos que levam a colocar em evidência a juventude no panorama das políticas públicas – explosão demográfica, violência e inserção profissional – tratam de um recorte, específico, de uma juventude: jovens de classe baixa.

No ano 2000 havia mais de 18 milhões de jovens fora da escola. Desses, quase dois milhões eram analfabetos, 91,9% viviam em famílias com renda per capita de até um salário mínimo e 70% habitavam a região mais pobre do país, a região nordeste. Dos quase 16 milhões matriculados nas diversas escolas brasileiras no censo de 2000, 66,3%, estavam na faixa etária entre 15 e 19 anos e 24,3% entre 20 e 24 anos. No Ensino Superior estavam apenas 10,9% desse total (IBGE, 2001/2002) (Brenner, Lânes & Carrano, 2005).

Dados alarmantes como esses mais do que justificam a preocupação e a elaboração de projetos e programas que possam atender essa população. Entretanto, contestamos se se justifica o esquecimento e exclusão de jovens que não compartilham dessa situação social. Enquanto os jovens de classe média tiveram seu espaço através dos movimentos estudantis, principalmente nos anos 1960, desde o final do século passado, o foco das políticas públicas

tem sido na adolescência (entendida como jovens com menos de 18 anos) em situação de risco ou em “desvantagem social” (Abramo, 2005).

A caracterização dos jovens que são beneficiados pelos programas e projetos de políticas públicas prioriza diferentes critérios, tais como: a situação econômica e social; o acesso ou não a bens culturais, sociais e educacionais; a faixa etária; uma possível situação de conflito com a lei; dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Baseados em tais critérios, os projetos e programas parecem tentar englobar os jovens ditos em vulnerabilidade social. (Frezza, Maraschin & Santos, 2009).

Essa “preferência” confirma-se, principalmente, entre as propostas para inserção profissional dos jovens. Segundo Abramo (1997), os programas disponíveis tendem a ter como objetivo a diminuição das dificuldades de integração social dos jovens “carentes” e se constituem ou como programas de ressocialização (oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”); ou programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que não parecem promover uma verdadeira qualificação para o trabalho). Para a autora, essa perspectiva é regida pelas idéias de controle social da ameaça que esses jovens possam vir a representar para a sociedade. “É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pela seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”” . (Abramo, 1997: 26).

Pode-se então inferir que a preocupação federal se dirige aos jovens desprovidos econômica e socialmente. Evidentemente que, nesse contexto, os demais jovens acabam por ser beneficiados por leis e algumas políticas/programas. Entretanto, o esforço governamental tem um viés de classe social associado a uma política de discriminação positiva, ou seja, a ação do governo coloca à parte aqueles que, no tempo e no espaço, tiveram mais facilmente acesso aos direitos fundamentais (Teles, 2008:201-202).

Assim, a juventude que pode apresentar alguma ameaça é que se torna objeto da “cruzada” governamental, relegando a um segundo plano, se não excluindo totalmente, os que usufruem do que é tomado como “proteção e tutela” da moratória. Na análise do contexto de países desenvolvidos (Bidart, 2005; Galland, 2001; Vultur, 2008) observamos que a inexistência de diferenças e desigualdades de classe tão marcantes favorece que o Estado seja mais democrático na formulação de políticas públicas para a juventude.

A especificidade da classe social acaba por ser uma das dificuldades na formulação de políticas públicas para a juventude, pois não se trata de uma juventude, mas de várias juventudes, ou seja, uma multiplicidade de questões e experiências da “condição juvenil”. A dificuldade das políticas públicas para a juventude está no “[...] fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses comuns a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (Bourdieu, 1983:113). Por exemplo, a diferença entre jovens estudantes e jovens trabalhadores.

Além disso, observa-se uma grande diversidade de iniciativas, descontinuidades e contradições na execução de projetos em diferentes contextos. Uma, dentre as muitas limitações na organização é a forma desarticulada com que são planejados e implementados. Com muita frequência, os programas são setorizados em focos específicos, como educação, emprego, saúde, atividades culturais, atividades esportivo-recreativas e outros, podendo comprometer os resultados das iniciativas, reduzindo o seu campo de ação (Frezza, Maraschin & Santos, 2009).

Apesar das dificuldades, é inevitável o avanço das iniciativas governamentais e não-governamentais. O arcabouço jurídico da juventude no Brasil encontra-se na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios, em artigos específicos. Existem ainda uma série de diplomas legais (lei da meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer, Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes; dentre outros) e de programas governamentais que explicitam esses direitos (Barrientos-Parra, 2004).

Observamos uma maior iniciativa e investimento do governo brasileiro na juventude, construída no mandato dos últimos governantes e tem se materializado tanto em arcabouço jurídico para a juventude – Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, Estatuto da Juventude – e ações, como Projovem (programa do governo federal voltado para jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, alfabetizados, com o objetivo de reinseri-los na escola e no mundo do trabalho). Estudos recentes identificaram, no final do ano de 2002, 33 programas/projetos governamentais, ainda que com características de fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática (Teles, 2008). Apesar dos esforços e avanços recentes, ainda é necessária uma maior ampliação das ações governamentais para assim, atender à multiplicidade e pluralidade de condições juvenis.

3 TRABALHO

“Juventude perdida: altamente qualificada mas sem perspectivas, jovens europeus fracassam no mercado de trabalho”¹⁵.

“Desemprego e morte, lado a lado. Estudo mostra que número de homicídios de jovens sobe junto com aumento da ociosidade”¹⁶.

As manchetes das reportagens acima mostram que se há algo democrático e que não faz distinção de classe ou idade é o problema da inserção profissional para os jovens. Conforme vimos nos capítulos anteriores, o horizonte do risco e da precariedade paira sob a cabeça de todos, mas especialmente sobre a juventude, em todas suas formas.

Ambas as reportagens, coincidência ou não, foram publicadas no mesmo dia, em cadernos diferentes do mesmo jornal. Apesar de abordarem a relação entre juventude e (des)emprego, trazem uma leitura e abordagem bem diferentes sobre o assunto. A primeira matéria, sobre jovens europeus, retrata a angústia e falta de perspectiva de jovens espanhóis, ingleses, alemães e franceses, que alcançados os 20 anos e terminado os estudos, não conseguem encontrar um lugar no mercado de trabalho e acabam alocados em sub-empregos. Parecem já configurar uma geração, marcada por essa angústia (a reportagem fala do número de clínicas de psicoterapia as quais os jovens alemães têm recorrido), denominada como “*mileuristas*” (por terem salários que não chegam a mil euros mensais) ou “*baby losers*”, em referência à geração anterior, os “*baby-boomers*”.

Já a segunda, sobre a juventude brasileira, não escapando a sua tradição, vista anteriormente, aborda as relações entre a falta de emprego e as altas taxas de óbito de jovens entre 15 e 29 anos. Usando dados obtidos em uma tese de doutorado de uma economista, a tônica da reportagem deixa claro a preocupação da sociedade com essa parcela da juventude, que na falta de perspectivas, acaba escolhendo atividades ilícitas – como o tráfico – como alternativa, constituindo-se assim como problema e objeto de controle social.

Toda criança e jovem (e ainda alguns adultos) se deparam com a questão (e muitas vezes cobrança): O que você vai ser quando crescer? A resposta dada e esperada diz respeito a uma identidade-identificação com uma profissão, dizendo respeito a um tempo futuro – vida adulta, e não a, por exemplo, características físicas, estado civil, etc. Esse é só um exemplo ilustrativo para mostrar como desde a separação e criação de idades da vida – infância,

¹⁵ Jornal O Globo, Caderno O Mundo, 17 de maio de 2009.

¹⁶ Jornal O Globo, Caderno Economia, 17 de maio de 2009.

adolescência, juventude, adultidade e velhice – o trabalho tem sido o ponto sobre o qual as definições têm sido construídas, com a adultidade correspondendo ao exercício pleno desta atividade, conforme vimos.

O trabalho ocupa lugar central na vida cotidiana. É centro de preocupações e investimentos individuais e coletivos; é fonte de renda, estrutura nosso calendário, é mecanismo de integração social. Pesquisa realizada por Paugam, nos anos 1980, observou que “[...] quanto maior a precariedade da situação de emprego, maior o risco de rupturas sociais e familiares e de redução de sociabilidade [...]” (200:14).

Entretanto, vimos também que passamos, na atualidade, por um momento de reconfiguração dos valores, tradições e instituições que até o momento vinham servindo de orientação para nossas vidas, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Dentre esses, a esfera do trabalho, apresenta-se como uma das mais atingidas por processos de individualização, reflexividade, flexibilização, e tendo em vista sua importância enquanto organizador da vida e da sociedade, pretendemos neste capítulo discutir como as mudanças por ele sofrida impactam os jovens, e principalmente, o momento de entrada na vida adulta.

Num panorama de crise do emprego, que tem tido suas modalidades, funções e significados reformulados, são os jovens, que se encontram mais vulneráveis a essas mudanças. “[...] no Brasil, a taxa de desemprego entre jovens de 16 a 24 anos subiu de 17,9% em janeiro para 21,1% em março [2009], na maior alta entre os grupos etários [...]” (Jornal O Globo, 17 de maio de 2009). Vimos também que para atenuar os efeitos desta crise, esses sujeitos têm sido “convidados” a permanecerem “fora do jogo” (nas palavras de Bourdieu, 1983), em uma moratória que se prolonga cada vez mais, não ameaçando assim os poucos postos de emprego ainda disponíveis para os adultos. A imagem do desempregado que pouco a pouco toma lugar nas diferentes facetas da realidade social e econômica tem transformado o jovem de herói (do movimento juvenil, da potência) em vítima da crise (Gauthier, 2008).

Em relação à distribuição etária do desemprego, em 2001, os índices totais de desemprego chegaram a 27,3% para os jovens entre 15 e 19 anos e 18,9% para os entre 20 e 24 anos de idade. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2002, dos 17,2 milhões de jovens ocupados, 10,5 milhões tinham entre 20 e 24 anos e apenas seis milhões estavam em empregos formais. Entre os jovens desocupados, em 2001, aproximadamente 50% deles estavam à procura do primeiro emprego (Brenner, Lânes & Carrano, 2005).

O profundo pessimismo com o futuro e com a sociedade em geral por parte dos jovens franceses é explicado pelos altos índices de desemprego presentes desde os anos 1970. Dos jovens entrevistados por Galland (2009), 25% declararam confiar no futuro, em contraste aos 60% dos jovens dinamarqueses, país onde existem índices menores de desemprego e uma extensa rede de políticas para juventude. Para esses jovens, “[...] tornar-se adulto era aceder a uma segurança econômica quase sempre definitiva até à morte; esse estado de espírito ficou para trás, salvo no funcionalismo público, toda situação se tornou potencialmente precária” (Galland, 2009:15).

Malgrado este panorama pessimista, observamos que o trabalho constitui ainda um valor importante e desempenha uma função especial para os jovens, tanto no Brasil, quanto em outros países (Guimarães, 2004; Korman, 2007; Provonost & Royer, 2004). No processo de transição para a vida adulta, encontram-se em jogo diversos elementos, conjugalidade, parentalidade, fim da escolaridade, saída da casa dos pais; entretanto, neste trabalho o foco incide sobre o trabalho, uma vez que o reconhecemos como elemento possibilitador dos demais, por exemplo, através da independência econômica, aspecto tão ressaltado pelos jovens como atributo da vida adulta.

O processo de transição para a vida adulta é complexo e heterogêneo, refletindo as diversidades da sociedade. No entanto, independência econômica parece ser um pré-requisito importante para a transição. Assim, a possibilidade de se gerar renda para a sobrevivência/independência passa a ser uma condição necessária, o que significa a entrada no mercado de trabalho, principalmente, para os homens (Camarano, Mello & Kanso, 2006a:37).

Não pretendemos aqui fazer uma discussão muito profunda sobre o significado do trabalho, sua origem e desenvolvimento. Objetivamos nos centrar sobre seu contexto atual e o impacto sobre a experiência de entrada na vida adulta. Em termos de definição, consideraremos a noção de que o trabalho remunerado – emprego – é atividade física e/ou intelectual destinada a produzir bens e serviços sob diferentes formas, executada na esfera pública, demandada, definida e reconhecida como útil pelos outros e, em função disso, por eles remunerada (Gorz, 1988; Provonost & Royer, 2004).

3.1 O trabalho hoje

O trabalho, na forma na qual conhecemos, praticamos e colocamos no centro da vida individual e social é invenção da modernidade e generalizada com o industrialismo (Gorz,

1988). É diferente da tarefa (repetição dia após dia) e do labor, do trabalho de casa, do trabalho artístico. Em seu formato normativo era definido como sendo regulado por um contrato de duração indeterminado, para execução de uma ação a partir de uma qualificação bem definida. Além disso, tinha como características a homogeneidade de categorias profissionais e de salários, a estabilidade e gestão em continuidade de carreiras.

O trabalho típico é um formato de emprego conquistado pelas lutas operárias a partir do final do século XIX. Enquanto vínculo social, ligava o empregador ao empregado por quase toda a vida, no enquadre de um emprego regular em condições de trabalho que assegurava, ao menos minimamente, ao trabalhador o destino de seu futuro (Gauthier, 2008).

A estabilidade proporcionada pelo trabalho era tal que o calendário da vida era organizado pela vida profissional. “Em uma sociedade produtivista, os modos de integração se apóiam em grande parte na atividade profissional que assegura aos indivíduos a segurança material e financeira, relações sociais, uma organização do tempo e de espaço, uma identidade” (Paugam, 2000:3).

O período conhecido como “Trinta anos gloriosos” forneceu uma série de condições (generalização progressiva da segurança social, aumento tamanho e estabilidade das empresas, crescimento do salário estatutário no setor público, maior ação sindical e formulação de leis trabalhistas) que contribuiu para instituir a norma típica do emprego correspondendo ao contrato de trabalho de duração indeterminado (Paugam, 2000).

O contexto no qual esse tipo de trabalho pôde florescer era de um Estado providência, de inspiração keysiana, que se desenvolveu com crescimento do emprego pleno, que por sua vez requisitava uma série de necessidades novas: desenvolvimento de atividades do tipo terciário, do salário, acesso massivo de mulheres ao emprego assalariado, prolongamento do período de formação escolar, aumento da qualificação escolar (Guillaume & Nandrin, 2000).

O Taylorismo, enquanto modelo de administração predominante à época normalizava as relações de trabalho, reduzindo ao necessário as relações coletivas. Também não havia necessidade de se implicar pessoalmente. Tudo era formalizado, as maneiras de produção, os gestos, a duração e o volume de produção. Ao trabalhador era demandado apenas sua força física (Boisard, 2009).

Entretanto, a partir do final da década de 1970, um cenário de crise se instaurou, juntamente a novos dispositivos ideológicos que surgiam abalando essa formatação até então padrão do trabalho e suas relações.

Boisard (2009) nos fornece um exemplo ilustrativo interessante sobre a metamorfose do trabalho sofrida na passagem da modernidade para a pós-modernidade. Ao retratar o contexto francês, o autor nomeia o camponês, do início do século XX, como figura exemplar. Seu universo é o do campo, agricultura, trabalho físico, onde realiza um trabalho sem necessidade de conhecimento teórico, baseado na experiência e na transmissão. Seu ritmo de trabalho é determinado pela natureza e pelas estações do ano. Não possui férias nem final de semana. Toda sua vida girava em torno do trabalho.

A partir dos anos 1960, surge a figura do operário de fábrica de automóveis. O universo não é mais o campo, mas sim construído a partir da industrialização. O operário assume um lugar central na sociedade. A classe operária passa a ser a “classe redentora”, portadora de um mundo novo. Diferentemente do camponês, o operário não é proprietário de seus meios de produção. Não havia lugar para o trabalho intelectual nem o serviço neste contexto.

Finalmente, o trabalho paradigmático das condições de trabalho atual, segundo Boisard (2009) é a “esteticista”, devido ao caráter extremamente inter-pessoal de sua função, que caracteriza o trabalho hoje. Na atualidade, a indústria do serviço passa a dominar (banco, comércio, transporte, ensino, saúde, cultura). Não há mais uma única imagem do trabalhador, mas sim uma diversidade de imagens representativas. As mulheres passam a fazer parte desse cenário.

Bauman (2001) usando o “idioma atual” mostra o processo de desencaixes e reencaixes pelo qual o trabalho vem se reconfigurando. Em sua opinião, o primeiro desencaixe feito, o “ponto de partida da ‘grande transformação’ que criou a nova ordem industrial foi a separação dos trabalhadores de seus meios de sustento” (Bauman, 2001: 29). Nesse momento, a produção e a troca deixaram de estar inscritas num modo de vida mais geral e o trabalho virou uma mercadoria. Isso liberou o trabalho para ser recombina em outros arranjos e destruiu o vínculo “natural” entre terra, trabalho humano e riqueza, declarando assim o fim do campesinato.

Com o processo de industrialização da sociedade, criou-se a necessidade de mão de obra trabalhadora. Com o fim do trabalho no campo, um grande regimento de homens fica disponível para ser incorporado nessa nova dinâmica, a partir do momento em que haviam se “emancipado” do trabalho. Segundo Bauman, “os trabalhadores da terra primeiro tinham de ficar ociosos, para serem vistos como recipientes dessa ‘força de trabalho’ pronta para ser usada e para que ela fosse chamada de fonte da riqueza potencial por seu próprio direito” (2001:30). Tal emancipação, liberdade não durou muito tempo, pois logo um outro “reencaixe” se deu, a substituição por outra ordem, “pré-projetada, ‘construída’, produto do pensamento e da ação racionais” da modernidade, da industrialização e do capitalismo.

A maior ferramenta de “reencaixe” usada a favor do capitalismo foi o sistema de produção fordista.

O mesmo Henry Ford um dia duplicou os salários de seus trabalhadores, explicando que desejava que eles comprassem seus carros. [...] A verdadeira razão para essa medida pouco ortodoxa foi o desejo de eliminar a irritantemente alta mobilidade da força de trabalho. Ele queria atar seus empregados às empresas Ford de uma vez por todas e fazer render o dinheiro investido no treinamento – e fazê-lo render outra vez, com a duração da vida de trabalho de seus trabalhadores [grifo nosso] (Bauman, 2001:32).

Surgia aí o reencaixe que ligando o capital ao trabalho criava a centralidade do trabalho como o entendemos, como balizador da subjetividade, da moralidade (“ganharás teu pão com o suor do teu rosto”, “o trabalho dignifica o homem”). O modelo fordista garantia (e necessitava) a continuidade, estabilidade, projeção de uma carreira ao operário, em troca de sua fidelidade. Qualquer um que conseguisse seu primeiro emprego na Ford iria terminar sua vida de trabalho no mesmo lugar (Bauman, 2001).

Mas o formato do trabalho e suas relações estaria, para Bauman, mais uma vez, passando por um processo de “desencaixe” na atualidade. Hoje, um jovem americano com nível moderado de educação espera mudar de emprego pelo menos 11 vezes durante sua vida (Bauman, 2001). Agora o novo desencaixe, ao invés de emancipação, é vendido como flexibilidade. O capital agora sendo “menos sólido e mais fluido”, muda de país, é virtual e não precisa mais do trabalhador na solidez típica do modelo fordista. O lucro é obtido a partir da idéia e não de objetos materiais. “Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho significa o fim do emprego ‘como o conhecemos’, trabalhar com

contratos de curto prazo, contratos precários ou sem contratos, cargos sem estabilidade e com cláusula de ‘até novo aviso’” (Bauman, 2001: 35-36).

Da mesma forma, Beck em seu livro *Risk society* (1992) fala da despadronização do trabalho (destandardization of labor). Segundo Beck (1992), a centralidade do trabalho da sociedade industrial se deve ao fato desta ser fonte de sustento e ocupação – eixos de vida na era industrial – e juntamente com a o eixo família, formar o sistema de coordenada bipolar na qual a vida se situa, como vimos na socialização, como organizador da vida. “A existência adulta é mantida completamente sob o balanço do trabalho assalariado, não só devido às demandas de tempo que o trabalho em si faz, mas também do tempo gasto fora do trabalho, antes e depois, em pensando e planejando-o. Até mesmo a ‘velhice’ é definida pela não-ocupação” (Beck, 1992:139). Não é à toa que a carteira de trabalho se torna um grande documento identificatório do cidadão.

Como a família, entretanto, “a ocupação perdeu muito de suas seguranças e funções protetivas de antes” (Beck, 1992:140). Junto com isso, as pessoas perdem o eixo central da vida originada na sociedade industrial. Para ele, é a passagem do sistema padronizado do emprego pleno para o sistema flexível e pluralizado do desemprego o maior operador da mudança no modo de vida contemporâneo. O sistema padronizado do trabalho (de contrato, hora e local definidos) foi se diluindo a partir da flexibilização de seus três pilares – legislação, espaço e tempo de trabalho – e os limites entre trabalho e não-trabalho se tornaram fluidos. Com isso, formas plurais e flexíveis de desemprego estão se espalhando, em um “sistema de sociedade de risco de desemprego”, que passa a não ser a exceção, a anormalidade e algo a ser combatido, mas sim parte do funcionamento.

Se considerarmos essas conseqüências da despadronização do tempo e local de trabalho em suas totalidades, então podemos dizer que a transição está ocorrendo na sociedade industrial, de um sistema uniforme de trabalho pleno pela vida toda organizado em um único local industrial, com a alternativa radical de desemprego, para um sistema repleto de risco de desemprego, flexível, plural, descentralizado, que, entretanto, irá possivelmente não mais causar o problema de desemprego no sentido de estar completamente sem um trabalho pago (Beck, 1992:143) [grifo do autor]

O enfraquecimento do Estado nacional social, a partir dos anos 1970 e da sua conseqüente capacidade de atuar como piloto da economia com a finalidade de manter equilíbrio social teve como conseqüência a descoletivização (enfraquecimento dos sindicatos, por exemplo), individualização e insegurança da esfera do trabalho. Além disso, a busca por

maior competitividade e rentabilidade por parte das empresas tem levado à flexibilização das relações de trabalho, que se desdobram em formas “atípicas” de contrato, contratos de duração determinada, sub-contratos, horários instáveis, trabalho por demanda, flexibilização de tarefas de trabalho, tempo parcial, intermitente, independente, em casa, desemprego, alternância de períodos de atividade/inatividade. (Castel, 2003; Gauthier, 2008).

Assim, as mutações nas formas de emprego nos últimos 30 anos nas economias industrializadas estão dando origem ao surgimento do emprego atípico, empregos associados aos estatutos que não correspondem à definição tradicional do salário (uma pessoa que trabalha para um só empregador em uma relação de subordinação, sobre os laços da empresa e por uma duração indeterminada) (Bernier, 2007).

A crise com relação ao trabalho traz como consequência para o trabalhador a sensação de insegurança com relação ao emprego, uma distância entre a representação e a realidade do trabalho, e a degradação das condições psicossociais do trabalho. O trabalho atípico traz em seu rastro a exclusão da proteção social, um tratamento diferente (condição de trabalho, salário, vantagens sociais) e relação de trabalho triangular (Bernier, 2007).

Cada vez mais as trajetórias profissionais são marcadas pela descontinuidade e precariedade. Para Castel, na sociedade salarial, a condição salarial tornou-se a encarnação por excelência da normalidade, da moralidade e da dignidade moral. Jovens são os mais ameaçados pelas mudanças dessa sociedade salarial, um retorno a um estágio anterior, sem proteção social, sem regulação das relações de trabalho pelo direito (Guillaume & Nandrin, 2000). O acesso ao mercado de trabalho tornou-se mais complexo, com os golpes de recessão econômica que se sucederam desde as primeiras crises de petróleo dos anos 1970 (Guillaume & Nandrin, 2000).

Segundo Statistique Canada, o fenômeno do trabalho atípico afeta mais de 1/3 da população ativa canadense, sendo os jovens os mais afetados. A inserção nos trabalhos menos desejados é a maneira que jovens encontram de participar no mercado de trabalho, tornando-se para estes sujeitos uma maneira de viver sua vida de trabalho (Bernier, 2007).

Mesmo os que contam com uma estabilidade de emprego precisam fazer um esforço constante de adaptação, pois tudo muda continuamente (Boisard, 2009). As injunções permanentes à mudança e à flexibilidade suscitam mais angústia do que ajudam a compreender e controlar as evoluções em curso. Numa perspectiva radicalmente

individualista, os indivíduos são obrigados a se virar sozinhos para se adaptarem, sem garantia de que seus esforços irão assegurar uma situação profissional satisfatória (Boisard, 2009). “As carreiras profissionais, se podemos ainda empregar esse termo que pressupõe um mínimo de continuidade, parece, no contexto do capitalismo mundializado, minado pela incerteza” (Boisard, 2009:173).

As conseqüências se estendem para além da esfera prática, mais do que uma crise do emprego, fala-se em uma crise do futuro. “A incerteza que reina concerne não só o estatuto, mas também a natureza do trabalho dos anos futuros dissuade os assalariados de se projetarem no tempo e os impede de imaginar o futuro de suas carreiras” (Boisard, 2009:17). O que era a exceção está se tornando a regra (Beck, 1999).

A obrigação do trabalho se dilui, sua duração se abrevia e se fragmenta; temos cada vez menos necessidade de profissionais, portanto, de adultos para efetuar as tarefas indispensáveis ao funcionamento de nossa sociedade. O trabalho temporário, o trabalho em alternância, o trabalho à distância, o trabalho fragmentado, o trabalho intermitente constituem tanto formas novas em sua flexibilidade quanto fonte de emprego [...] (Boutinet, 1998: 114).

O desencaixe e flexibilidade – o padrão que não deve ter maiores dificuldades em demitir seus funcionários, o Estado que passa a redistribuir os riscos entre os indivíduos – são condições para a mobilidade (geográfica, temporal) exigida pelo mercado de trabalho hoje. O que parecemos presenciar é a transposição da flexibilidade do trabalho em uma flexibilidade subjetiva. “[...] as pessoas foram removidas dos compromissos de classe e têm agora que se referir a si mesmas no planejamento de suas biografias individuais de mercado de trabalho” (Beck, 1992:87). Para atender a essa demanda do mercado, o indivíduo agora deve carregar consigo características que sejam compatíveis à nova realidade. O “modelo biográfico” de Beck substitui o enquadre da organização tayloriana do trabalho. O preço de estar liberado de certos constrangimentos coletivos é a obrigação de ser livre, a intimação a ser bem sucedido, tendo que lidar com o sentimento constante de “insegurança social” (e seu caráter desmoralizante) (Castel, 2003), ou com a “corrosão do caráter” (a flexibilidade do tempo requer uma flexibilização do caráter) (Sennet, 2007).

A individualização das tarefas impõe a mobilidade, adaptabilidade, disponibilidade dos operadores. É a tradução técnica da exigência de flexibilidade, que marca a passagem de longas cadeias de operações estereotipadas efetuadas em um contexto hierárquico por trabalhadores intercambiáveis para a responsabilização de cada indivíduo ou de unidades pequenas

às quais é incumbida de gerenciar elas mesmas sua produção e de assegurar a ela a qualidade (Castel, 2003:44).

Nessa dinâmica a mão de obra juvenil vem a calhar pela suposta flexibilidade e adaptabilidade atribuída ao universo juvenil, assim como pela maior fragilidade com relação ao adulto nos jogos de força na sociedade. Segundo Paugam (2000), os jovens são os mais atingidos pelos empregos precários. Em sua análise da sociedade francesa, o autor observou que a probabilidade de um jovem de menos de 25 anos ter um CDD (contrato de duração determinada) é maior que os trabalhadores de 35 a 44 anos (Paugam, 2000). Da mesma forma, Gauthier (1994) explica que a presença dos jovens nos empregos “precários” corresponde à segmentação tradicional do mercado de trabalho onde certos tipos de emprego são reservados a uma mão de obra jovem.

As conseqüências dessa segmentação se manifestam em condições de trabalho precários para os jovens. Retrato recente realizado com os jovens mostra que estes são submetidos a regimes de trabalho com carga horária maior de 8 horas por dia, estando a maioria inseridos em emprego informais, recebendo salário mínimo ou menos por mês (Abramo, 2005).

A especificidade juvenil no contexto da flexibilização da esfera do trabalho não está relacionada à idade, mas sim ao fato de serem estes os que “estão chegando” (“*nouveaux arrivants*”) no mercado (Castel, 2001). Segundo Castel (2001) a imagem de que os jovens trazem novas características, como a recusa a um emprego permanente, que seriam responsáveis por criar novas formas de atividades é seria um discurso projetado neles pelos adultos. Na verdade, os jovens são levados a experimentarem em primeira mão as transformações profundas que afetam o mundo do trabalho, que são relações cada vez mais aleatórias. O estatuto de “*nouveaux arrivants*” faz com que eles se submetam mais facilmente às novas políticas de gerenciamento de mão de obra, fazendo que o trabalho perda consistência mas não importância para estes sujeitos (Castel, 2001).

Alguns autores ainda tendem a defender a tese da maior adaptabilidade do jovem ao contexto de precariedade. Para Provonost & Royer (2004), os jovens quebequenses estaria adaptados à complexificação do processo de inserção profissional. “A inserção precoce em um emprego permanente que pensamos conservar até a aposentadoria não aparece mais como valor dominante na esfera do trabalho [para os jovens]” (Provonost, G. & Royer, C., 2004:34). Em sua avaliação, os jovens hoje realizam uma inserção mais flexível, baseada em experiências de tentativa e erro, em busca da “vocaçãõ”.

Também Vultur (2008) ao fazer uma análise da situação da inserção profissional entre jovens quebequenses, no período de 1976 a 2002, conclui que no contexto de Quebec, não se trataria de uma “marginalização econômica dos jovens” em prol dos adultos ativos e aposentados. Segundo o autor, seria um duplo movimento de por um lado, retardar a estabilização, crescente, dos jovens no mercado de trabalho e por outro, desacelerar a saída das pessoas com mais de 55 anos por meio de aposentadoria progressiva e antecipada. Assim, os jovens chegam ao mercado de trabalho, mesmo que mais tarde do que as gerações precedentes. Cada classe de idade assume sua parte no “disfuncionamento do mercado de trabalho”, não havendo conflito de geração. Para o autor, os jovens esperam mais, mas em contrapartida se beneficiam de diversas formas de enquadramento (família, mundo escolar, programas de ajuda à inserção profissional).

Assim, trabalho atípico, “*petit boulot*”, trabalho de estudante, emprego precário, estágio remunerado são as opções reservadas aos jovens, enquanto estes aguardam o emprego “de verdade”. Ao ser perguntado sobre a diferença entre um emprego “de verdade” e um “*petit boulot*”, um jovem suíço respondeu que o primeiro é um trabalho que “respeita o indivíduo (Plomb, 2007).

3.2. A importância do trabalho na construção da identidade adulta

Segundo Pimenta (2007), a categoria “ser adulto” é uma construção social. Para a autora, tornar-se adulto é, em primeiro lugar, um processo de formação identitária características das sociedades humanas, parte do processo de socialização. A socialização é um processo complexo que implica práticas sociais, relações objetivas e representações subjetivas, que tem como produto a definição de uma identidade (Pimenta, 2007). “A socialização é, portanto, um processo de construção da identidade social por meio da interação/comunicação com os outros, em que os indivíduos se apropriam subjetivamente do ‘mundo social’, a que pertencem, ao mesmo tempo em que se identificam com papéis que aprendem a desempenhar corretamente” (Pimenta, 2007:128).

Dentro da tradição de estudos sobre a socialização secundária, o trabalho é considerado o lugar de excelência, no qual, ocorrem processos importantes de construção identitária e de inserção na sociedade, pensamento presente já na obra de Durkheim. Para ele, a profissão implica uma disciplina moral indispensável à integração do sistema social. A divisão do trabalho desenvolve o associativismo, o comunitarismo, reforçando a

complementaridade entre os homens e os obrigando a cooperar, por criar uma solidariedade orgânica entre eles (Purgam, 2000).

Dessa forma, a experiência do trabalho não é uma experiência social entre as outras, mas o vetor principal de integração social. A inserção em outras esferas sociais não é equivalente à integração gerada a partir da atividade profissional (Papinot & Vultur, 2010). A sociedade industrial moderna é considerada uma “sociedade de trabalhadores” e se distingue de todas as precedentes, pelo trabalho socialmente remunerado ser, justamente, o fator de socialização mais importante (Gorz, 1988).

É pelo trabalho remunerado (e mais particularmente pelo trabalho assalariado) que nós pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e identidade sociais (quer dizer uma “profissão”), somos inseridos em uma rede de relações e de trocas onde nós nos medimos aos outros e nos vemos conferidos de direitos sobre eles em troca de nossos deveres para com eles (Gorz, 1988:30).

O aspecto público do trabalho moderno confere a identidade social, a existência na esfera pública; diferentemente da Antiguidade, onde o trabalho estava restrito à família, à necessidade econômica na esfera privada (Gorz, 1988).

Com o decorrer do tempo, a dimensão profissional foi adquirindo maior importância na definição da identidade dos indivíduos, à medida que se tornava um “bem” cada vez mais raro. Ao sofrer mudanças, o trabalho condiciona transformações identitárias (Dubar, 1991).

Ehrenberg (1995) ao dissertar sobre as agruras do sujeito contemporâneo nos dias de hoje, no panorama de incerteza e adoecimento, defende que a vida profissional funciona como um modo de reconhecimento pessoal e de se integrar nas relações. Teria um caráter socializante, de contato com o outro, que nem a vida familiar fornece mais. Segundo o autor, é a opção que as mulheres têm tido no contemporâneo, uma vez que não estão mais restritas ao espaço familiar, que de qualquer jeito não possui mais as mesmas funções socializantes.

Portanto, a partir dessa ideia de socialização e construção de identidade, podemos pensar que o trabalho, o momento de inserção profissional pode ter um papel importante na construção de uma identidade de adulto, uma vez que o adulto tem seu papel social tradicionalmente associado ao de trabalhador.

A etapa de vida de estabelecimento da identidade adulta é tradicionalmente marcada pela inserção profissional. O elo tradicional entre juventude e trabalho é o que se reconhece como um elo socialmente construído (Guimarães, 2006).

O “dever de inserir-se” na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um “dado” natural que tenha sempre existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra “inserção” (tanto quanto transição, empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da “inserção dos jovens” que só se tornou um “problema social” e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente (Dubar, 2001 *apud* Guimarães, 2006:174).

Assim, na França como em outros países, foi somente no final do século XIX que ganhou sentido social a idéia de uma passagem entre dois estados – de aluno para trabalhador, a partir da institucionalização da escolarização compulsória. Até então a idéia de inserção (e transição) não fazia sentido, uma vez que mesmo na mais tenra idade, filhos de camponeses, operários e artesãos já participavam produtivamente (Dubar, 2001 *apud* Guimarães, 2006).

Já no auge da modernidade, no período de intenso crescimento e desenvolvimento pós-Guerra, os jovens passaram a ter uma “passagem pré-programada”, uma passagem da escola ao emprego de maneira quase imediata. Segundo Guimarães, “tal automatismo retirava qualquer pertinência histórica à própria categoria ‘inserção’. E não apenas porque os empregos se expandiam, mas porque prevalecia uma estreita correspondência entre os níveis e gradações do sistema de ensino e os níveis e gradações do sistema de classificação das qualificações em vigor no sistema de emprego” (2006:175).

Entretanto, ao final dos chamados “Trinta anos gloriosos”, na década de 1970, os jovens deixaram de vivenciar essa segurança da “passagem pré-programada” e passaram a enfrentar uma situação de “inserção aleatória” (Guimarães, 2006) devido à mudanças na esfera do trabalho e no sistema de emprego: rompimento da equiparação trabalho e emprego remunerado, queda do modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo, e enfraquecimento dos contratos de longa duração, quando a esfera de trabalho passa a sofrer efeitos de processos de individualização, característicos do momento atual.

Tornado, assim, ‘objetivamente disforme’ (nos termos de Offe, 1989) ou ‘despadronizado’ (no dizer de Beck, 1992, que cunha a expressão *destandardization of labor*), o trabalho – ou a inserção no trabalho, para seguir nos termos precedentes - passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um

sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente institucionalizados. A individualização decorrente põe nos ombros do trabalhador, jovem ou adulto, a responsabilidade de enfrentar todas as incertezas e novos riscos, enquanto gerenciador solitário do seu próprio percurso (Guimarães, 2006:175-176).

O jovem hoje se vê confrontado a dar conta do paradoxo entre um destino (ainda) socialmente esperado – que codificava a passagem à vida adulta como um movimento que, começando na família, estendia-se à escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e com a participação política – e as suas (escassas) chances de realização para parcela não-desprezível das novas gerações (Guimarães, 2006).

Mas conforme vimos, ao longo da história da humanidade, parece ser a transformação em um sujeito-produtivo, ou seja, em um indivíduo inserido na lógica de produção e contribuição na sociedade que tem configurado para o jovem, seus pares e a comunidade da qual faz parte a sua assunção a uma identidade adulta, a um reconhecimento enquanto adulto. Conforme afirma Costa, “as expectativas que se formam em relação à atuação dos indivíduos, no que diz respeito à idade, representam um poderoso vínculo entre a personalidade e o sistema social” (Cardoso, 2006:20). Logo, é no momento de entrada na vida adulta que se espera, tradicionalmente, que por sua transformação em um sujeito-produtivo, o jovem encontre um novo lugar no sistema social, e ao mesmo tempo sofra transformações em sua subjetividade no sentido de tornar-se adulto.

Na lógica de uma equivalência de sujeito-produtivo e sujeito-adulto, no momento em que esse espaço da produção passa por modificações e mudanças, é de se esperar que efeitos sejam sofridos na passagem para a vida adulta. “Num momento em que todas as instâncias da sociedade são atingidas por um movimento de instabilidade e fragmentação, em função de macro-determinantes econômicos e sociais, o jovem se encontra diante da demanda de absorver todas as transformações, dando-lhes sentido dentro da expectativa de ascender à condição de sujeito-produtivo” (Korman, 2007:30). E podemos acrescentar, sujeito-adulto. O trabalho ao invés de ser um papel social, com a função de organizar e orientar a entrada na vida adulta, passa ao registro de “escolha”, a ser considerado como uma expressão de auto-realização. Ao invés de, por exemplo, se seguir a profissão de professor por ter um histórico na família de professores, a escolha em ser professor se encaminha como resultado do desenvolvimento de um processo identitário auto-referenciado.

O peso do trabalho, em uma sociedade que passa a ser regida sob os preceitos da lógica da individualização aumenta muito. Como exemplo, podemos mencionar a escolha da carreira, do curso de ensino superior que o jovem deve fazer. Uma vez que nos vemos, agora, responsáveis pelo sucesso ou fracasso de nossas escolhas, sem podermos contar mais com uma rede de apoio, a escolha da carreira torna-se mais importante ainda. Assim, jovens de classes mais baixas, que conseguem chegar ao ensino superior optam por cursos como Pedagogia, Serviço Social, no qual sua inserção estaria mais “facilmente” garantida, tanto pela concorrência ser menor, aumentando sua chance de entrada, quanto por serem cursos que não impedem que possam trabalhar para garantir sua existência, concomitantemente. Já para jovens de classe média, frente à obrigatoriedade de assumir de forma individual as consequências de suas escolhas, talvez, uma certa paralisação aconteça, fazendo com que a busca da “carreira” certa acabe se dando de forma quase *ad infinitum*, escondendo o receio atrás de discursos como de realização pessoal, e adiando sua entrada na disputa por um emprego.

Birman (2006) e Costa (2006) falam de implicações de mudanças operadas na esfera da natureza do trabalho no “tornar-se adulto”. Birman (2006) lembra como nos anos 1960, tornava-se adulto mais cedo, pois predominava um cenário de confiança no futuro, havia um dinamismo da economia brasileira que abria enormes possibilidades de trabalho e inserção. Mas para ele, hoje, “os impasses econômicos e sociais da sociedade brasileira contemporânea criam um gargalo seletivo, que é preocupante para a juventude, configurando uma situação bastante diferente da que existia nos anos 1960, quando o leque de possibilidades existentes no mercado de trabalho era bem maior” (Birman, 2006:39). Costa (2006) fala da perda do valor do trabalho enquanto referencial para os jovens. “As mudanças na natureza do trabalho resultaram, sobretudo, em ‘falta de trabalho’. Pensemos bem: lutamos durante séculos e séculos para mostrar que o trabalho dignifica o sujeito; que o trabalho era fonte de virtudes como a previdência, a diligência, a disciplina, a responsabilidade, etc. De repente, tudo isso parece conversa de tolo [...]” (Costa, 2006:20). Devido ao desemprego, a crise tem como consequência a redefinição do horizonte temporal na qual os indivíduos pensam seu futuro. Para os jovens, a temporalidade na qual eles são convidados a inscrever suas aspirações profissionais toma uma forma diferente. A incerteza se insinua até mesmo no sistema de formação. Para alguns jovens, a continuação nos estudos, em uma escola ou por uma aprendizagem não faz mais nenhum sentido (Plomb, 2007).

Assim, parece ficar claro a relação importante e forte existente entre a juventude,

principalmente no momento de sua passagem para a vida adulta, e a esfera do trabalho e da inserção profissional, e como as mudanças nessa esfera têm impacto sobre o sujeito. Nas palavras de Korman,

Qualquer teorização sobre a relação do jovem com as formas de localização profissional existente se faz na dependência de uma teorização da própria relação do sujeito com o mundo. As sociedades contemporâneas têm sido marcadas por profundas transformações que impõem uma nova cartografia mundial às relações de produção, que por sua vez repercutem fortemente sobre os sujeitos. As formas voláteis e cambiantes nas quais se estrutura o mundo do trabalho atual acarretam não apenas impactos econômicos, mas também psicológicos para os sujeitos (2007:25).

Pesquisas realizadas em países norte-americanos e europeus reforçam a importância do trabalho como um valor importante para os jovens, através do qual se busca realização pessoal, mas também vantagens materiais. Junto com a família, o trabalho ocupa ainda um lugar central para os jovens (Provonost & Royer, 2004; Dion, 1990). Dados obtidos em diversas fontes no Brasil também apontam para importância que o trabalho possui para o jovem, e como se torna um valor importante (emprego) e uma preocupação em suas vidas (desemprego) (Folha de São Paulo, 2008; Guimarães, 2004; Guimarães, 2006, Korman, 2007).

Recentemente, pesquisa realizada pelo Datafolha e publicada em caderno especial intitulado “Pesquisa Jovem Século 21” com 1541 jovens em 168 cidades do país revela que o jovem brasileiro “quer emprego”. “Seus maiores sonhos são materiais: realização profissional, comprar imóvel e veículo e ficar rico. Seus principais valores são família, saúde, trabalho e estudo (Folha de São Paulo, 2008:2). Essa mesma pesquisa aponta que quando perguntados sobre seu maior sonho, 33% dos jovens mencionaram trabalhar em uma profissão (18%) e ter um emprego (15%). Assim segundo a pesquisa, em relação aos sonhos do jovem brasileiro, “as respostas que moças e rapazes deram ao Datafolha dão a impressão de que a palavra ‘sonho’ suscita neles mais o desejo de tratar de inquietações cotidianas, imediatas e previsíveis para cada faixa de idade (Folha de São Paulo, 2008:3). O conjunto das aspirações e sonhos inclui ainda ter uma casa, terminar os estudos e constituir família. “Em suma, pois para 40% dos jovens, o sonho maior é resolver uma ansiedade compreensível e convencional para a idade – e, provavelmente, não só para essa idade: cuidar da vida, encontrar um lugar ao sol, ter um emprego decente e definir sua identidade por meio do trabalho de que gosta [meu grifo]” (Folha de São Paulo, 2008:3). Na mesma pesquisa, o desemprego aparece nas perguntas sobre maior medo (7% desemprego) e sobre maior problema do Brasil (13%). Hoje,

1 em cada 5 jovens está desempregado, em 2005 quase metade dos desempregados no Brasil tinha entre 15 e 24 anos e a quantidade de jovens desempregados subiu 107% entre 1995 e 2005 (Folha de São Paulo, 2008).

Segundo Guimarães (2004), o trabalho se apresenta como uma categoria-chave no imaginário juvenil e assume três representações para o jovem: como um valor, como uma necessidade e como um direito. Em pesquisa realizada pela autora, que fez parte de extensa pesquisa realizada recentemente com jovens brasileiros e resultou na publicação “Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional”, quando perguntados sobre preocupações e interesses, os jovens colocam o trabalho como valor principal: 17% em primeiro lugar, como assunto atual de maior interesse, 26% entre os problemas que mas o preocupam, entre as urgências que resolveriam, na própria vida ou no mundo atual (12%, atrás de violência e miséria) e campeão de respostas entre os problemas mais citados no Brasil, com 30% das respostas (Guimarães, 2004). Assim para a autora, o sentido do trabalho é, para os jovens, antes uma demanda a satisfazer do que um valor a cultivar, figurando no centro da agenda de necessidades, interesses e urgências, pessoais e sociais (Guimarães, 2004).

Enquanto necessidade, a referência feita é ao tema do emprego. Nessa pesquisa, cultura, amor, família, religião, sexualidade, droga e até violência são preteridos diante do trabalho. O trabalho (em relação à educação e segurança) é o único que, sendo um assunto de interesse para os jovens, é também um problema destacável (26% dos jovens o têm como o principal problema); a educação, que aparecera como o assunto mais relevante não aparece na opinião dos jovens como um problema (Guimarães, 2004). Assim, o desemprego, ou falta de emprego é a faceta problemática do trabalho que atinge e preocupa em igual medida todos os jovens, justamente por serem o segmento etário onde é mais sentida a pressão de busca de inserção. Como afirma Guimarães,

Ademais, assim registrado, o problema é percebido por todos, não importando a situação ocupacional, a sugerir que o desemprego não é o fado apenas dos desempregados, sendo vivido como um ‘real’ problema por todos os jovens brasileiros, estejam eles ocupados, desempregados ou inativos. E, mais uma vez, os assim-chamados (ou reportados pelos adultos) enquanto ‘temas juvenis’, como sexo e drogas, se esvaecem a ponto de perderem significação estatística (2004:16).

O trabalho também ganha a representação de direito, dentro do contexto da cidadania. A cidadania para os jovens é definida basicamente como direitos sociais (21% das respostas),

e dentre eles, destaca-se o direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão (11% das respostas) (Guimarães, 2004). Quando perguntados sobre a criação de um novo direito, 27% dos entrevistados reivindicaram o direito ao trabalho (Abramo, 2005).

Ao responder a pergunta sobre qual seria o legado subjetivo do trabalho para os jovens, Guimarães (2004) destaca a relação com a idéia de necessidade, de independência, de crescimento e de auto-realização. Portanto, conforme re-afirma em artigo posterior, concordamos com Guimarães (2006) quanto a importância que o trabalho possui para os jovens no momento de vida de entrada na vida adulta, seja pela idéia de necessidade, quanto de independência, ao contrário, do que se é afirmado sobre como sendo comum ao universo juvenil, como busca do prazer, diversão, sexo, drogas. Assim, “longe de estar se tornando ‘subjetivamente periférico’, [...] o trabalho – ou mais precisamente, a ausência dele – parecia ser um elemento importante a organizar o imaginário da juventude brasileira” (Guimarães, 2006:181). Apropriando-se dessa nomenclatura, para a questão da entrada na vida adulta, acreditamos que o trabalho é subjetivamente central. Essa importância parece estar menos relacionada a uma ética do trabalho, e mais ligada a uma urgência, necessidade, demanda de dar conta de um problema, o de se tornar independente.

O conjunto de evidências até aqui alinhadas aponta para a importância, tanto macrossocial quanto individual, tanto estrutural como subjetiva, da experiência vivida pela atual geração de jovens brasileiros no que concerne ao movimento de autonomização de status via inserção no trabalho. Custosa, marcada por percalços, tal transição parece estar sendo desafiada por um contexto de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que torna o provisório e transitório ensaio e erro (da assim chamada busca ‘juvenil’ por uma adequada inserção) uma sorte de fado generalizado e de inquietante duração (Guimarães, 2006:183).

Se seguirmos a linha de raciocínio de Singly (2000) de dissociação de autonomia e independência no processo de individualização de jovens, o trabalho assalariado tem destaque. “Ter uma atividade assalariada ou profissional suficiente para sustentar suas necessidades é um critério decisivo de independência; ela é definida socialmente, tirando algumas críticas, como o elemento mais significativo para não se estar/ser dependente de alguém” (Singly, 2000:13).

O debate sobre a transição para a vida adulta tem uma das suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho (Lieberherr, 2007). Não

somente porque a inserção no mercado de trabalho se constitui num dos momentos privilegiados dessa transição, como porque ela é condição de possibilidade para que outras dimensões da passagem para vida adulta se efetivem (morar sozinho, casar, ter filhos).

Há uma marca diferencial entre a escola e o trabalho, onde parece haver uma continuidade entre, por exemplo, o ensino médio e o ensino superior, e o corte em relação a uma condição infantil se dá somente na inserção profissional. Trazemos um exemplo da fala de um jovem.

É interessante porque, depois da pré-escola, veio direto o ensino fundamental e ninguém me perguntou se eu queria continuar estudando [...] Depois para o ensino médio, aconteceu a mesma coisa, tudo numa linha, em série. De repente, pára tudo, corta essa seqüência, e agora vem a tal coisa do ‘qual curso você vai fazer?’ Qual a sua futura profissão? [...] Lá em casa já falaram que eles vão segurar tudo até a formatura e depois é comigo mesmo. Só que o emprego agora não está fácil, não vem mais naquela seqüência (Korman, 2007).

Esta fala reflete claramente a idéia de individualização na passagem para a vida adulta. O “é comigo mesmo” parece identificar o que o jovem sente como responsabilidade no processo de construção de uma identidade adulta.

Os primeiros estudos sobre transição, datando de 1930 e 1940, tinham em sua origem estudos sobre o desemprego juvenil, e visavam investigar a causa de alguns jovens não conseguirem trabalho, no contexto europeu e norte-americano. Junto com o interesse pós-guerra sobre a mobilidade social, influenciaram o interesse sobre a transição para a vida adulta a partir de duas perspectivas: “como os jovens conseguem trabalho, e até que ponto os jovens de classes trabalhadoras conseguem empregos que possam facilitar a sua ascensão na hierarquia social” (Pollock, 2002:61)

Conforme afirma Guimarães (2006), a transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais, na primeira infância, à assunção plena dos papéis sociais de adulto. “Entretanto, a forma como o mercado de trabalho vem se reestruturando põe em risco tal movimento de autonomização de status, central no ciclo de vida (Guimarães, 2006:177). Essas mudanças podem ser resumidas como flexibilidade e informalidade do contrato de trabalho (carga horária variável, contrato temporário), mudança na sociedade da centralidade do trabalho e do emprego orientado pelas crenças de permanência, continuidade e previsibilidade, difusão tecnológica,

mundialização do mercado, desordenamento das relações (Guimarães, 2006; Korman, 2007, Sennett, 2007).

No mundo de incertezas, procura-se intensificar o grau de preparação e especialização para se estar mais apto a concorrer, por exemplo, no mercado de trabalho. Entretanto, essa preparação não garante resultados, não é possível controlar os desdobramentos da vida na atualidade. Como traz Novaes (2006), os jovens pobres já não embarcam mais no “mito da escolaridade”, a escola não é mais garantia de emprego. “[...] jovens brasileiros com escolaridade mediana experimentavam, em 2002, taxas de desemprego mais altas que os de escolaridade mais baixa” (Camarano & Mello, 2006:18).

Os movimentos entre a escola e o trabalho estão em mutação, o processo de transição se alongou e complexificou, atrasando assim a entrada dos jovens no mercado de trabalho, por exemplo. Ela não se faz mais necessariamente de maneira unívoca, linear, direta, da formação inicial à inserção profissional, mais supõe interseções de formação e de vida ativa. Para um grande número de jovens, a formação não termina mais ao fim da escolaridade obrigatória, mas se estende ao nível secundário e mesmo terciário, e sua vida ativa não começa mais no primeiro emprego uma vez que sua formação esteja concluída, mas já antes. Um número crescente de jovens passa por estados intermediários entre a formação inicial e o emprego (combinação de formação e emprego, diversas formas de emprego não padrão como que trabalhos de tempo parcial ou de duração determinada, inatividade, etc.) (Lieberherr, 2007). O processo de transição e de formação são hoje marcados por *détours*, pausas, mudanças, novas orientações, etc.

A inserção profissional acontece muito menos diretamente e não é mais o ponto de encontro quase imediato e automático entre um diploma e um posto que corresponde a uma formação. A concepção normativa de inserção que prevalece há cerca de vinte anos (uma ‘boa’ inserção é um acesso rápido a um emprego estável e a um contrato de duração indeterminado) se viu assim colocada em cheque, resistindo mal à realidade atual e às transformações econômicas e sociológicas (Lieberherr, 2007:323).

Schoon et al. (2001) aponta que nas últimas três décadas a transição juvenil tem sido cada vez mais associada com à elevação de riscos de desemprego. Gauthier (2008) ao fazer um apanhado geral sobre a sociologia da juventude destaca o lugar e relevância que estudos sobre a inserção profissional têm tomado neste campo, muito a partir das mutações do

mercado de trabalho das últimas décadas, e as conseqüências disso justamente para a transição para a vida adulta.

Evidentemente, essas mudanças afetam as condições em que se dão hoje a transição entre a escola e trabalho e, por conseqüência, o início da vida profissional, e expressam os contextos históricos e as dinâmicas sociais em que vivemos. Antes o jovem era um aprendiz, com vínculos mais frágeis e instáveis, que a partir da experiência adquirida e aprendizagem levariam a uma solidez enquanto profissional, numa mesma linha temporal e teleológica da transformação da criança em adulto.

Uma vez modificadas as condições de entrada na vida profissional, que se tornaram mais fragilizadas, também a identidade de adulto, que anteriormente era assegurada pelo trabalho, é fragilizada também.

“Todavia, as mudanças recentes na estrutura dos mercados de trabalho, em especial nos grandes mercados metropolitanos, pareceram estender a parcelas ponderáveis da população ativa um traço que considerávamos como ‘juvenil’. Fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais tornaram-se moedas correntes num contexto marcado pelo aumento dos patamares de desemprego, pela ampliação do tempo de procura de trabalho e pela recorrência na desocupação (Guimarães, 2006:172).”

Essas mudanças modificam valores, referências e formas de se relacionar, mas também o entendimento de si, perspectivas de futuro e a própria formação de uma identidade adulta. Para Korman, na obtenção de um emprego, “[...] o que está em jogo não é apenas a obtenção de um trabalho em si, mas a própria condição de sujeito” (2007:104).

Korman (2007) relata pesquisa que realizada ao longo de vários anos, na qual acompanhou jovens universitários no seu planejamento profissional, e observa que há uma intensificação do momento de inserção no mercado de trabalho experimentado como “crise”. Seriam os jovens universitários (classe média e alta) os mais impactados pelas transformações no mundo do mercado de trabalho, de produção, o que acarreta segundo a autora, a marginalização de grupos até recentemente integrados às expectativas de desenvolvimento. “Cada vez mais os jovens universitários percebem o seu contexto econômico e social, o mercado de trabalho e a própria vida profissional como estando dominados por forças que lhes escapam” (Korman, 2007:13). Assim, segundo ela, os jovens universitários se deparam com diversos questionamentos: Como planejar carreira num mundo de incertezas? Como se posicionar diante da demanda de se tornar produtivo? (Korman, 2007).

Essa “crise” de jovens universitários, no final da faculdade se dá devido à impossibilidade de pensar projetos futuros e tem como consequência na vida desses sujeitos acontecimentos como adiamento de formatura; trancamento, transferência e evasão do curso. “No aspecto subjetivo, coincide com a descrição de uma sensação de angústia diante da idéia de futuro com algo que não lhes pertence ou lhes é marginal, na medida que não vêem possibilidades de atuar sobre ele” (Korman, 2007:28).

A escassez de empregos que os jovens enfrentam, juntamente a uma extensão do período escolar, pode acabar por levar o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de “adolescente”, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública.

Portanto, frente ao panorama de aridez e escassez de oportunidades de inserção profissional, o jovem, sem a identidade de “sujeito-trabalhador” e “sujeito-adulto”, sem ter esse referencial como garantia, se vê às voltas com a tarefa de buscar outros referenciais (em si mesmo) para a construção de sua identidade adulta. Essa mudança do patamar e definição de responsabilidade, consigo mesmo e não com a sociedade, parece estar promovendo uma reformulação do próprio conceito de adulto.

Entretanto, apesar do cenário de mudanças e re-configurações no contemporâneo, os marcadores simbólicos possuem ainda uma função importante para os jovens no momento de passagem para a vida adulta. Os principais índices de avaliação da transição para idade adulta continuam sendo escola, trabalho e família. A partir da análise de diversos trabalhos podemos observar que a transição para a vida adulta aparece muito relacionada à transição escola para mercado de trabalho (Pais et al., 2005; Galland, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2005, IPEA, 2006). Pesquisa realizada recentemente com jovens aponta que a inserção profissional (e atributos e valores associados a ela como independência, autonomia), por exemplo, continua sendo parâmetro para definição do que é ser adulto (Pimenta, 2007).

3.3 Políticas públicas, trabalho e juventude: alguns comentários

Para dar conta das dificuldades enfrentadas pelos jovens no acesso a postos de trabalho, faz-se necessário a construção de políticas públicas a partir da relação entre juventude, educação e trabalho. A necessidade da formulação de políticas voltadas para essa questão se evidencia a partir da condição dita fragilizada da maioria dos jovens, sendo elas, a defasagem entre as exigências demandadas pelo mercado formal de trabalho e a possibilidade

encontrada pelos jovens de se instrumentalizarem para o atendimento a essas demandas; e o menor grau de articulação institucional e política dos jovens, se comparado ao grau de articulação dos adultos. (Frezza, Maraschin & Santos, 2009).

O direito social, característico do Estado de bem-estar social, garante o acesso ao bem-estar e segurança, procurando proteger o cidadão da lógica do mercado através de políticas públicas (como é o exemplo da aposentadoria). Entretanto, no caso dos jovens, vemos uma contradição, pois o acesso a tal direito tem como condição a participação e contribuição enquanto trabalhador. A identidade social e o acesso aos direitos sociais é definida pela situação de emprego. Em uma sociedade cada vez mais liberal, tal associação se estreita mais ainda. “Nas nossas sociedades, a integração profissional assegura aos indivíduos o reconhecimento de seu trabalho, no sentido de sua contribuição à obra produtiva, mas também, ao mesmo tempo, o reconhecimento de direitos sociais derivados” (Paugam, 2000:96).

Assim, a questão com a juventude passa a ser de como incluí-la como beneficiário desses direitos, mesmo estando ainda excluída do mercado de trabalho. Se a infância é beneficiária através do direito à educação – considerado o direito social originário – uma vez que no horizonte está a formação do futuro cidadão e trabalhador (Monteiro, 2006); a juventude passa a ter o “direito à qualificação”, em continuidade à formação, e a uma aproximação – mais informal, menos contumaz, de caráter mais experimental – através do “direito individual à experiência profissional” (estágios, trainees, etc.).

Um exemplo que podemos trazer é da sociedade francesa, que visando tratar desta questão, vê surgir uma “idade de inserção”, entre a idade educativa e a idade do trabalho. Assim, jovens entre 16 a 25 anos, tornam-se beneficiários de uma legislação e medidas de inserção ao emprego em diversas modalidades criadas exclusivamente para eles (contrato jovem em empresa, contrato iniciativa – emprego, contrato emprego – solidariedade, contrato emprego – consolidado) (Lima, 2006). Lima (2006) faz uma crítica sobre o contexto quebequense, pois para ela, neste último, as medidas de inserção dos jovens continuam ou restritas à esfera da educação – através de sistema de bolsas ou empréstimo estudantil – ou ao regime de ajuda social, aos mais pobres. A abordagem com o jovem fica mais dependente ao seu estatuto – de estudante ou carente – do que a idade. O universo juvenil acaba ficando ainda muito próximo ao universo educativo. As experiências de trabalho possíveis são o “trabalho de verão”, feito nas férias; ou estágios. Já a sociedade francesa, trata a questão da

inserção profissional como uma esfera separada da educação e formação, com programas e legislações dedicados exclusivamente, com subsídios que não perpassam a vida estudantil (Lima, 2006)¹⁷.

O universo brasileiro, novamente, é marcado pela questão da classe social e as medidas de inserção profissional parecem ficar restritas à preocupação – e controle social – com jovens pobres.

A análise do *Plano Nacional de Juventude* (Brasil, 2004) permitiu-nos outras considerações. Ficou perceptível, nesse documento, a relação existente entre o conjunto de justificativas para se incrementar as oportunidades de trabalho de jovens de baixa renda com o discurso de marginalização — que é frequentemente endereçado à juventude pobre e/ou de periferias. Identificamos, ainda, a implicação entre a falta de ocupação e o subemprego com um provável destino de delinquência desses jovens — como se, por não ter alguma ocupação formal (participação em projetos ou trabalho), esse determinado jovem se tornaria um adulto marginal (Brenner, Lânes & Carrano, 2005:200).

Em levantamento feito sobre produções acadêmicas produzidas sobre o tema juventude e trabalho, Corrochano e Nakano (2009) obtiveram a avaliação de que programas e projetos governamentais (ou não) estão mais fortemente preocupados em “educar”, “qualificar”, “formar” jovens, especialmente jovens pobres, do que construir alternativas efetivas para jovens no campo do trabalho (Corrochano e Nakano, 2009).

Destacamos como iniciativa exclusiva sobre a questão da inserção profissional do jovem, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. O público alvo do PNPE compreende jovens de 16 a 24 anos, sem experiência prévia no mercado de trabalho formal, que possuem renda familiar per capita de até meio salário mínimo, que estejam cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio, com destaque para quatro dos principais focos de discriminação social: gênero, raça/cor, portadores de necessidades especiais e jovens em conflito com a lei (Brenner, Lânes & Carrano, 2005).

¹⁷ Em seu texto, Lima (2006) traz como exemplo o programa TRACE desenvolvido pelo governo francês que visa possibilitar o acesso ao emprego através de um acompanhamento feito por um conselheiro de inserção por um período de 18 meses permitindo os jovens em dificuldades de ter acesso a medidas de formação de emprego em seu percurso. Esse programa é apenas mencionado, mas apesar das críticas feitas às políticas públicas juvenis de Quebec, o programa TRACE parece se assemelhar muito ao programa Carrefour Jeunesse et Emploi, existente na província de Quebec. Entretanto, a crítica da autora é corroborada pela inserção que a questão do jovem tem, por exemplo, no programa Emploi Quebec, iniciativa do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social, onde o emprego juvenil é reduzido ao “emprego de estudante”.

Embora seja uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, o ensino ainda aparece relacionado, assim como um recorte de classe.

Assim, parece prevalecer entre as políticas de inserção profissional de jovens um viés de controle social, por isso, um direcionamento às classes mais baixas, e as estratégias adotadas pelas iniciativas públicas para encontrar saídas para o desemprego juvenil parecem se restringir à formação e, conseqüentemente, o retardamento de seu ingresso no mercado de trabalho (Corrochano, 2005). Faz-se necessário repensar a direção que as políticas públicas relacionadas à inserção profissional dos jovens para que estas se tornem mais inclusivas (direcionadas a não só jovens de baixa renda), como também não fiquem restritas ao universo de qualificação, incidindo de forma mais concreta sobre questões e problemas do mercado de trabalho.

4 COORDENADAS CONTEXTUAIS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo apresentamos a metodologia construída e utilizada para investigar como os jovens cariocas e quebequenses experienciam sua entrada na vida adulta.

Com a oportunidade da realização do estágio de doutoramento na cidade de Quebec, a pesquisa tomou a direção de um estudo comparativo entre essas duas realidades, a da juventude quebequense e a juventude carioca. Uma vez que estamos considerando que valores, referências e mediações da família e da cultura são importantes nesse momento da vida, acreditamos ser de extrema relevância um estudo comparativo. Lembramos que o contexto apresentado e a comparação realizada dizem respeito a jovens de classe média, de ambas as cidades, para quem o problema de entrada na vida adulta, conforme problematizado nesse estudo, parece ser pertinente, uma vez que parecem ser mais impactados pelo contexto da individualização. Visando uma melhor compreensão dos resultados, apresentamos uma breve contextualização histórica da província de Quebec, assim como um esquema explicativo de seu sistema universitário, uma vez que os entrevistados tinham todos cursado o ensino superior, condição para participar da pesquisa.

4.1 Coordenadas contextuais

4.1.1 Quebec – especificidades culturais e estruturais¹⁸

Conforme mencionado, tive a oportunidade de fazer um estágio de doutoramento (bolsa sanduíche) de 6 meses em Quebec, sob co-orientação da Professora Madeleine Gauthier, referência nos estudos da sociologia da juventude e membro e ex-diretora do Observatoire Jeune et Société¹⁹, e assim, realizar um estudo comparativo entre jovens de Quebec e jovens do Rio de Janeiro. Entretanto, para melhor entender as análises e resultados

¹⁸ As informações que serão apresentadas foram recolhidas ao longo de conversas nos 6 meses de estágio em Quebec e posteriormente corroboradas ou retificadas nas seguintes fontes: <http://stat.gouv.qc.ca/>, <http://www.revolutiontranquille.gouv.qc.ca/>, <http://www.gouv.qc.ca/portail/quebec>

¹⁹ O Observatoire Jeunes et Société reúne professores de universidades, estagiários de pós-doutorado, estudantes de graduação e pesquisadores de Quebec e do Canadá; professores associados de diversos países e parceiros de diferentes áreas interessados na temática da juventude. O OJS comporta uma programação científica e uma estratégia orientada para o estudo dos jovens na fase de transição (fim dos estudos, inserção profissional, formação da família, participação social e cívica, etc.). Seus objetivos principais são: participar no desenvolvimento de um campo de pesquisa de jovens em idade de transição (15-30); coletar e analisar informação sobre jovens levando em conta sua diversidade, estabelecendo comparações em nível local, nacional e internacional; divulgar ao público, principalmente jovens de Quebec, organizações governamentais, comunitárias e educacionais, a produção de suas pesquisas (fonte <http://www.obsjeunes.qc.ca/>).

referentes aos jovens quebequenses entrevistados, acreditamos ser importante a apresentação de uma contextualização desta sociedade.

Um primeiro fato importante a ser levado em conta é o conhecimento da especificidade cultural e social da província de Quebec dentro do contexto canadense. Ao me preparar para a viagem, acreditava que estava indo para o Canadá e durante muito tempo considerei que realizaria uma comparação entre jovens brasileiros e jovens canadenses, até me dar conta, através de informações explícita e implicitamente transmitidas, de que se trata na verdade de um universo (língua, religião, políticas sociais, sistema educacional, legislação, etc.) à parte do país. Portanto, a análise feita neste estudo diz respeito a jovens quebequenses e jovens cariocas. Apesar de no Brasil não identificarmos diferenças tão marcantes entre as diferentes regiões e estados a ponto de justificar uma análise separada, optamos por qualificar os jovens como cariocas e não brasileiros. Ao se pensar e discutir Quebec, não há como não levar em consideração sua especificidade e luta identitária.

4.1.2 Conhecendo e entendendo Quebec: a filiação francesa

Quebec (em francês Québec) é uma das dez províncias do Canadá, sendo a maior em extensão territorial e a segunda mais habitada, com uma população de 7,83 milhões²⁰, representando cerca de 24% da população do país. A maior cidade da província é Montreal, a segunda maior do país e sua capital é a Cidade de Quebec.

O que veio a se tornar a atual província de Quebec foi o primeiro ponto de chegada de exploradores europeus – franceses – na América do Norte, dando início à colonização européia nesta região. Jacques Cartier chega à região de Gaspé em 1534 e toma posse de um território habitado há milênios por autóctones (ameríndios e Inuits). Em 1608, Samuel de Champlain atraca às margens do norte do rio São Lourenço num local que os ameríndios chamavam de Kébec, dando início ao povoamento da região. Este fato histórico explica a herança lingüística, religiosa (de maioria católica) e cultural de Quebec e sua particularidade dentro do Canadá, que por sua vez, teve sua colonização majoritariamente influenciada por ingleses, escoceses e posteriormente, estadunidenses.

Apesar de seu conhecido multiculturalismo, presente em cidades como Montreal, Toronto e Vancouver, e seu bilingüismo oficial (inglês e francês), apenas a província de

²⁰ Em 1º de julho de 2009 (Statistique Canada). Importante notar que a população somente da cidade do Rio de Janeiro somava 6,051 milhões em 2004 (IBGE).

Quebec tem como língua oficial o francês. Há somente uma única província (Nova Brunswick) oficialmente bilíngüe, prevalecendo nas demais províncias, o inglês como língua principal. Entretanto, o inglês e francês possuem o mesmo estatuto em tribunais federais, no Parlamento, e em todas as instituições federais. Os cidadãos têm o direito, sempre que houver demanda suficiente, de receber serviços do governo federal em inglês ou francês, e para as minorias que utilizam um dos idiomas oficiais é garantido suas próprias escolas em todas as províncias e territórios do país.

O movimento de resistência e diferenciação (e mesmo separação) de Quebec com relação às demais províncias canadenses esteve presente desde sua fundação, como por exemplo, o Ato de Quebec. O Ato de Quebec de 1774 foi uma lei do Parlamento do Reino Unido que estabeleceu procedimentos de governação na Província do Quebec (1763-1791). Entre outros elementos, esta lei restabeleceu o uso do direito civil francês para assuntos privados, mantendo o uso do direito comum inglês para a administração pública (incluindo os processos penais), substituiu o juramento de fidelidade, pois ele já não fazia referência à fé protestante, e garantiu a livre prática da fé católica. O propósito desta lei era de reconhecer sua filiação e assim, garantir a fidelidade dos canadenses franceses. Também, dentro do Canadá, Quebec é reconhecida, desde 2006, como uma nação, ou grupo distinto, dentro do país, sendo a cidade de Quebec chamada de "*la capitale nationale*" (a capital nacional)²¹.

Tensões identitárias e por vezes separatistas marcam a história de Quebec. Constatam em sua história a realização de dois referendos consultando à população quanto à permanência da província como parte do Canadá. Em ambas, os quebequenses optaram por continuarem como parte do país, mas sempre com uma pequena margem de diferença (o último realizado em outubro de 1995 obteve o apertado resultado de 50,58% NÃO e 49,42% SIM).

A Revolução Tranquila (*Révolution Tranquille*) pode ser trazida aqui como exemplo paradigmático do posicionamento de Quebec e seus habitantes, dentro do país. A Revolução Tranquila foi um período de transformações sócio-políticas ocorridas na província do Quebec, durante a década de 1960, visando uma maior emancipação (da Igreja Católica e do domínio anglófono), desenvolvimento econômico e estabelecimento de um estado especificamente

²¹ A atual bandeira de [Quebec](#), oficialmente, denominada *Fleurdelisé*, adotada em [1948](#), possui duas faixas brancas, uma na vertical e outra na horizontal, formando uma cruz, um símbolo das antigas bandeiras reais da [França](#). Bandeiras azuis, com uma flor-de-lis desenhada no meio, foram usadas por forças militares francesas, comandadas pelo [General Montcalm](#), na batalha de Carillon, uma das mais importantes batalhas de resistência à conquista inglesa.

quebequense como identidade nacional. Como características principais, ela foi marcada por: uma rápida e efetiva secularização da sociedade; a criação de um *État-Providence* (estado de bem-estar social) e uma transformação da identidade nacional entre os *Québécois* francófonos (de *franco-canadenses* para o termo *Québécois*).

Tais mudanças foram resultado de importantes transformações dentro da sociedade do Quebec, ocorridas de maneira processual durante os anos 1960 e 1970. Entre aquelas geralmente citadas estão: investimentos maciços no sistema de ensino público²²; criação de um ministério da educação; criação do *Parti Québécois* (Partido Quebequense), sindicalização do funcionalismo público; desenvolvimento do sistema social, promoção da cultura e da língua, medidas do governo provincial dispostas a aumentar o controle dos quebequenses sobre a economia da província (a qual, até então, tinha sido em larga parte dominada por anglo-canadenses e investidores estadunidenses) e nacionalização da produção e distribuição de eletricidade (com a criação da Hydro-Quebec para controlar e gerenciar a maior fonte de riqueza da província).

Como resultado, um elevado senso de identidade e de capacidade nacional provida pelas múltiplas reformas resultou na transformação do discurso nacionalista do Quebec. Foi durante a Revolução Tranquila que os *franco-canadenses* passaram a ser reconhecidos como *Québécois(es)*, marcando uma evolução distinta do nacionalismo passivo para uma busca mais ativa da autonomia política.

Até o começo do século XX, a vida econômica do Quebec estava estreitamente ligada à agricultura e à indústria florestal. Em seguida, com o aceleramento da urbanização e o crescimento industrial, muitos habitantes das regiões rurais se deslocaram em direção às cidades. Quebec possui vastos recursos naturais, entre eles, estão inúmeros rios e lagos, sendo atualmente, o maior produtor de energia elétrica do Canadá, motivo pelo qual, segundo alguns, a resistência do restante do país em concordar com a separação de Quebec.

4.1.3 O sistema educacional de Quebec

O percurso dentro do sistema educacional quebequense pode ser resumido no quadro abaixo:

²² Data de 1967 a criação dos CÉGEPS, sistema educacional pós-secundário vigente até hoje em toda a província. No ano seguinte teve início uma reformulação do sistema universitário, com a criação da rede Université du Québec, visando elevar o nível do ensino nas universidades de língua francesa, equiparando-a às demais universidades da América do Norte.

QUADRO 2 Sistema educacional da província de Quebec

NÍVEL EDUCACIONAL	FAIXA ETÁRIA
Maternal	5 anos
Primário	6 - 11 anos
Secundário	11 - 17 anos
CÉGEP ²³	
Opção 1	17-19 anos
Opção 2	17 - 20 anos
Universidade	19 anos -

No momento em que o jovem chega ao CÉGEP, ele deve optar entre dois percursos diferentes:

- Opção 1 – Estudos pré-universitários – o estudante escolhe entre Ciências Humanas, Ciências Puras, Línguas, Artes e Letras, Cinema, dentre outras. É considerado como uma preparação para os estudos universitários. Tem duração de 2 anos. Geralmente a carga horária do curso é de 16 a 20 horas, o que possibilita que o jovem, muitas vezes, trabalhe concomitantemente ao estudo.
- Opção 2 – Formação profissional – o jovem sai com um diploma e uma formação, como por exemplo, técnico em enfermagem, agente policial, técnico em informática, e atendente de ambulância. A duração é de 3 anos.

O Bacharelado tem, normalmente, a duração de 3 anos, o Mestrado 2 anos e o Doutorado sem duração pré-definida. O Mestrado é tido como um complemento quase obrigatório ao Bacharelado em certas profissões. Além disso, é muito comum, após o

²³ O CÉGEP - *Collège d'enseignement général et professionnel* – é uma instituição exclusiva do sistema educacional da província de Quebec e equivale ao College do sistema educacional americano (educação pós 2º grau), podendo ter um cunho mais profissionalizante ou funcionando como pré-requisito para o estudo universitário.

Bacharelado, os jovens fazerem um curso de complementação/especialização, com duração de mais ou menos 1 ano, ao qual no final recebem um Certificado²⁴.

O acesso ao CÉGEP é pago, sendo, entretanto, de valor acessível à grande maioria da população. Já a universidade em Quebec, também paga, possui um valor um pouco maior, mas sendo ainda, mais acessível se comparado ao restante da América do Norte (custo de cerca de 1300 dólares canadenses por período letivo, segundo uma das jovens entrevistadas). Entretanto, há um grande e eficiente sistema de bolsas subsidiado pelo Governo da província, disponível à grande maioria dos jovens que garante o pagamento do curso assim como a subsistência dos alunos.

4.2 Coordenadas metodológicas

Participaram da pesquisa 19 jovens, com idades entre 25 e 30 anos (12 jovens do sexo feminino e 7 jovens do sexo masculino)²⁵, com curso superior completo (pelo menos um ano de formado) e que tenham se declarado como fazendo parte, econômica e socialmente, da classe média²⁶. Ao trazermos esse contexto da entrada na vida adulta marcada, predominantemente, pela desinstitucionalização e individualização, consideramos a pertinência da realização desse estudo com uma faixa circunscrita da juventude brasileira, seja ela, jovens de classe média.

²⁴ O programa de Certificado possui, normalmente, a duração de 30 créditos. Já um Bacharelado exige 90 créditos. Ex: Bacharelado em Filosofia com Certificado em Economia, Bacharelado em Geografia com Certificado em Pedagogia.

²⁵ A escolha dessa faixa etária deveu-se ao fato de considerarmos o momento de entrada no mercado de trabalho após conclusão do ensino superior como um momento relevante para a temática da passagem para a vida adulta. Apesar de na literatura encontrarmos estudos feitos com jovens mais velhos (Blatterer, 2007) e informalmente diversos jovens com mais de 30 anos terem demonstrado interesse em participar, optamos por delimitar um recorte possível de ser analisado em uma pesquisa de doutorado.

²⁶ Este estudo não se propôs a trabalhar com indicadores sócio-econômicos pré-estabelecidos, como por exemplo, averiguar a renda de cada participante, no momento de sua seleção. Ao invés, privilegamos a declaração/percepção/experiência/imaginário/acesso à serviços e bens dos jovens quanto a pertencerem ou não a esse universo. Exemplos de uma jovem quebequense e uma jovem carioca justificando seu pertencimento à classe média: “Ah, eu sou definitivamente classe média. Mesmo nos últimos anos meus pais começaram a ter um salário maior mas não somos considerados ricos.(...) eu acho, se meus pais querem algo eles podem comprar, sem problemas, eles não precisam olhar o orçamento e dizer hum, talvez não esse mês, sabe. Eles podem viajar uma ou duas vezes por ano e eles apertam um pouco no mês seguinte, sabe, não têm problemas” Aline, 25 anos, quebequense. “Olha, se for falar em termos de acesso, acesso às coisas eu diria que média. Mas se for falar em termos familiares, em termos de conquistas familiares eu diria que baixa. Porque eu venho de uma família realmente muito pobre e embora meus pais já tenham tido casa própria, hoje em dia eles não têm. É... então, por isso, pra você ter idéia eu e meu irmão fomos os primeiros da família a se formarem, né, ensino superior, então, então não sei direito como dizer. Em termos de acesso pessoal, eu poderia dizer, pô, já viajei pro exterior, coisa que meus pais nunca fizeram, é, eu falo línguas, freqüento lugares, né, de enfim, acesso à cultura, agora, realmente em relação a familiar, eu diria que baixa.” Andréa, 30 anos, carioca.

Para alcançar os objetivos apresentados utilizamos a seguinte metodologia:

- a) Dinâmica desenho “movimento da vida” – Nessa dinâmica, os jovens eram convidados a desenharem em uma folha de papel em branco, algo que viesse inicialmente em associação livre, que simbolizasse o movimento de sua vida, incluindo tanto o passado quanto o futuro (ANEXO 1²⁷).
- b) Dinâmica “linha do tempo” – Aos jovens foi pedido que completassem duas “linhas do tempo”, uma tendo como ponto inicial o nascimento e ponto final o momento atual; e uma segunda, de caráter mais projetivo, que partia do momento atual para o futuro. Assim, os jovens eram orientados a marcarem na primeira linha (PASSADO – PRESENTE), os eventos, acontecimentos, situações mais importantes e significativos de suas vidas, com as respectivas datas ou idades nas quais ocorreram; e na segunda (PRESENTE – FUTURO), o que gostariam e/ou planejam para suas vidas no futuro (ANEXO 2²⁸).
- c) Entrevistas semi-estruturadas – O roteiro de entrevista composto por 26 perguntas englobando os seguintes tópicos: dados gerais, percepção de ser adulto e ser jovem, passagem para a vida adulta e relação com o trabalho. As perguntas funcionaram como um guia, tendo cada entrevista seguido uma direção própria, respeitando o curso associativo de cada entrevistado. Foram realizadas no período entre setembro de 2009 e novembro de 2010, e tiveram duração média de 50 minutos (ANEXO 3).

Essas duas últimas dinâmicas foram incluídas após a realização das primeiras entrevistas, nas quais, foi percebido certa dificuldade e constrangimento dos jovens de iniciarem a entrevista imediatamente. Assim, como uma forma de “aquecimento”, preparação e organização das idéias, essas dinâmicas passaram a ser realizadas também, o que se mostrou muito interessante e acabou por contribuir com mais dados para a estudo.

A apresentação e análise dos resultados dos dois universos de jovens investigados – cariocas e quebequenses – são feitas simultaneamente para melhor explicitar e discutir semelhanças e diferenças encontradas.

²⁷ O anexo 1 contém um exemplos de desenhos do “movimento da vida”.

²⁸ O anexo 2 contém um exemplo de “linha do tempo” de um jovem carioca e um exemplo de “linha de tempo” de um jovem quebequense.

4.2.1 Os jovens

Conforme apresentado anteriormente, a pesquisa de campo foi realizada com jovens cariocas e quebequenses²⁹, objetivando apreender as experiências e conceituações sobre a transição para a vida adulta, possíveis novas reformulações do estatuto de adulto, e, a função e importância do trabalho nesse momento. Em ambos universos, foram respeitados os critérios anteriormente mencionados, e a seleção e abordagem dos jovens se deu através da rede social da pesquisadora, ou seja, com o recurso à rede de amigos e conhecidos que pudessem indicar jovens para a pesquisa que atendessem ao perfil apresentado.

Apresentamos, a seguir, dois quadros com as principais características gerais dos jovens participantes de cada cidade.

QUADRO 3 Características (idade, profissão, formação, estado civil) dos jovens da cidade do Rio de Janeiro

JOVEM	IDADE	PROFISSÃO	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL
Andréa	30	Psicóloga	Bac. e Mestrado Psicologia	Noiva
Denise	25	Desempregada	Bac. Nutrição	Solteira
Paulo	30	professor/estudante Mestrado	Geografia	Solteiro
João	25	analista de sistema	Politécnico	Solteiro
Helena	30	Psicóloga	Bac e Mestrado Psicologia	Solteira
Wagner	30	professor de ingles	Bac. Economia	Solteiro
Letícia	26	Cantora	Bac. Licenciatura Música	Solteira
Cristina	29	Médica	Bac. Medicina	Casada
Patrícia ³⁰	27	Engenheira	Bac. Engenharia de Produção	Casada

Procuramos, tendo em vista a grande diversidade de regiões da cidade do Rio de Janeiro, e suas respectivas especificidades, tentar encontrar jovens de diferentes origens e

²⁹ Nomes de todos os jovens entrevistados foram substituídos para garantir o sigilo.

³⁰ Patrícia é natural da cidade de Belo Horizonte, mas reside no Rio de Janeiro há cerca de 4 anos quando foi transferida para a cidade em função de um concurso público no qual foi aprovada. Como Belo Horizonte possui características similares ao Rio de Janeiro no que tange o objeto desta pesquisa, e em função de seu grande interesse, não nos opusemos à sua participação.

pertencimentos, dentro da experiência de classe média. O quadro abaixo relata o bairro de nascimento e/ou moradia da maior parte da vida dos jovens e universidade na qual cursaram ensino superior³¹.

QUADRO 4 Bairro de moradia e universidade cursada dos jovens cariocas entrevistados

JOVEM	BAIRRO	UNIVERSIDADE
Andréa	Copacabana	UFRJ
Denise	Ilha do Governador	Gama Filho (particular)
Paulo	Leblon	UFF
João	Méier	Gama Filho (particular)
Helena	Tijuca	UFRJ
Wagner	Leblon	PUC (particular)
Letícia	Botafogo	UNIRIO
Cristina	Ilha do Governador	UFF
Patrícia	Lagoa	UFMG

Abaixo, a descrição do conjunto de jovens quebequenses participantes do estudo, composto de 6 jovens do sexo feminino e 4 jovens do sexo masculino. Todos são nascidos na província de Quebec e residem, no momento, na cidade de Quebec.

QUADRO 5 Características (idade, profissão, formação, estado civil) dos jovens da cidade de Quebec

JOVEM	IDADE	PROFISSÃO	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL
Jérémie	30	gerente de setor de informação	Bac. Ciências da Computação	casado
Maude	28	gerente de projeto/ estudante certificado	Bac. Estudos Internacionais	solteira
Aline	25	estudante certificado	Bac. Geografia	solteira
Anne-Sophie	26	pesquisadora/estudante mestrado	Bac. Sociologia	viúva

³¹ Procuramos evitar a equivalência classe média e zona sul.

Isabelle	25	estudante mestrado	Bac. Filosofia	solteira (moradora/namorado)
Denis	26	estudante mestrado	Bac. Filosofia	solteiro (moradora/namorada)
Amelie	28	estudante doutorado	Bac. e Mestrado Estudos Internacionais	casada
Daniel	27	administrador de restaurante	Bac. Ciências Humanas	casado
Nadia	25	engenheira alimentar	Bac. Engenharia Alimentar	solteira
Martin	28	Pesquisador	Bac. Mestrado Geologia	solteiro

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma vez que finalizado o percurso teórico necessário à compreensão das questões abordadas neste trabalho, assim como, esclarecidas as coordenadas metodológicas utilizadas na investigação dos objetivos propostos, pretendemos apresentar a análise do material obtido junto aos jovens participantes da pesquisa.

A análise do material será apresentada seguindo a ordem na qual a metodologia foi desenvolvida no campo, qual seja, desenhos do “movimento da vida”, “linhas do tempo” e entrevistas.

5.1 Análise dos desenhos do “movimento da vida”

No momento de desenharem o que mais simbolizava o movimento de suas vidas, os jovens aproveitaram para fazer algumas reflexões de “onde vieram e pra onde estão indo”. Conforme mencionado no capítulo anterior, os jovens eram convidados a fazer um desenho que melhor representasse o movimento de suas vidas como um todo. O convite era recebido com surpresa e os jovens demonstravam, a princípio, certo embaraço e confusão. Uma vez entendido o pedido, alguns jovens realizavam rapidamente a dinâmica, enquanto outros se debatiam com a dificuldade em se expressarem. Quando finalizavam o desenho, pedíamos para que os participantes apresentassem o desenho e em alguns casos perguntas foram feitas sobre elementos específicos retratados. A categorização deste material foi realizada a partir da análise dos desenhos feita pela pesquisadora em conjunto com o relato explicativo feito por cada jovem. Os desenhos dos jovens tanto de Quebec quanto do Rio de Janeiro foram então divididos em três dimensões temáticas:

- 1) Altos e Baixos – desenhos que representam a idéia de que a vida tem altos e baixos, sucessos e fracassos, avanços e retrocessos. Não se trata de um movimento uniforme, há “surpresas” no caminho.
- 2) Esperançosos – desenhos nos quais aparecem elementos da natureza, agradáveis, que simbolizam a esperança no futuro e a busca da felicidade.
- 3) Encruzilhadas – desenhos que mostram vários caminhos, possibilidades e escolhas a serem feitas na vida. Isso pode ser vivido como algo positivo ou como algo angustiante.

QUADRO 6 Divisão dos desenhos do “movimento da vida” por dimensão temática e por cidade³²

DESENHO/CIDADE	RIO DE JANEIRO	QUEBEC
Altos e Baixos	3	4
Esperançosos	4	3
Encruzilhadas	-	2

Tanto os jovens de Quebec quanto os jovens do Rio de Janeiro expressaram certo ceticismo e pragmatismo de que a vida transcorre em um movimento não-uniforme, com “altos e baixos”, com momentos felizes e tristes, com avanços e retrocessos. Como exemplo, temos Anne-Sophie que desenhou um mar com ondas, “às vezes calmo, às vezes agitado”. Da mesma forma, Helena desenhou um movimento ondular e ao falar sobre o desenho, disse que isso representava a “incerteza quanto ao futuro, quanto ao seu destino” e também as “reviravoltas” da vida.

Interessante notar que jovens quebequenses e cariocas apresentam-se de maneira semelhante, esperançosos quanto ao futuro, reconhecendo-se como estando em um processo de progressão, melhoramento e crescimento como pessoas. As jovens Isabelle e Amelie desenharam, respectivamente, um sol e um “sopro de vida”, assim como Cristina que desenhou uma borboleta voando. Interessante notar a associação feita pelos jovens de esperança e felicidade com a natureza (sol, borboleta, etc). Wagner, por sua vez, desenhou uma “espiral do progresso” que simboliza bem o que os jovens associaram a seus desenhos “esperançosos”, a idéia da vida como transcorrendo em direção teleológica. Ao mesmo tempo, são desenhos que mostram não fixação, disponibilidade, fluidez, qualidades demandadas na atualidade (Breton, 2007).

Quanto à categoria Encruzilhadas, tivemos duas jovens quebequenses, que desenharam imagens nas quais é transmitida a idéia de um caminho a ser seguido, mas repleto de bifurcações, opções e decisões a serem escolhidas e a serem tomadas. Entretanto, a fala de ambas as jovens, ao contrário de revelar um discurso positivo em relação à liberdade e quantidade de escolhas a serem feitas, mostraram uma angústia quanto a isso. “A travessia da adolescência ou juventude não é uma linha bem direito balizada, mas mais um atalho de linhas quebradas” (Breton, 2007). Já os jovens cariocas ficaram todos concentrados entre as outras duas categorias, talvez pela oferta de escolhas não se apresentar tão claramente para essa realidade.

³² Conforme relatado anteriormente, esta dinâmica foi incluída após o início do trabalho de campo a partir de dificuldades observadas com os jovens. Portanto, dois jovens brasileiros e um jovem quebequense não fizeram o desenho, pois este instrumento metodológico ainda não havia sido incluído.

5.2 Análise das linhas do tempo

Nessa dinâmica, os jovens foram convidados a marcarem em uma linha do tempo, do nascimento até a presente data, os momentos mais importantes de suas vidas, e em uma outra, o que planejam e desejam para o futuro. Os eventos foram classificados em categorias e computados o número de vezes que cada evento foi mencionado por cada sujeito, mesmo se mencionados mais de uma vez.

QUADRO 7 Número de ocorrências por linha do tempo PASSADO-PRESENTE dos jovens cariocas e quebequenses

	RIO DE JANEIRO		QUEBEC
Estudos	30	Estudos	23
Trabalho	20	Viagens	17
Relacionamento Amoroso	18	Questões familiares	12
Questões familiares	9	Relacionamento Amoroso	10
Doença, depressão, acidentes	9	Mudança cidade, saída casa dos pais	4
Viagens	8	Filho	2
Crescimento pessoal, sentimentos	5	Infância	2
Carteira motorista, carro	5	Depressão	1
Projeto pessoal	3	Acidente	1
Infância, adolescência	2	Engajamento político	1
Filhos	1	Emprego “de verdade”	1
Mudança de cidade, saída casa dos pais	1		
Lazer	1		
Outros	4		

QUADRO 8 Número de ocorrências por linha do tempo PRESENTE-FUTURO dos jovens cariocas e quebequenses

	RIO DE JANEIRO		QUEBEC
Crescimento pessoal, valores	14	Família	12
Trabalho	13	Crescimento pessoal, valores	7
Família	12	Estudo	7
Comprar casa/apartamento	4	Comprar casa/apartamento	4
Viagens	3	Trabalho	4
Namoro	1	Namoro	3
Sair de casa	1	Serenidade e coerência	3
Sair da cidade grande	1	Projeto de vida	2
Outros	3	Sair da cidade grande	2
		Viagens	1
		Outros	2

De maneira geral, tanto para jovens cariocas quanto para jovens quebequenses, o PASSADO-PRESENTE é experienciado como tempo da formação, experimentação, preparação, e o PRESENTE-FUTURO como sendo o da concretização e da realização de projetos e o final do processo de “crescimento” enquanto pessoa. É importante que a ressalva do recorte de classe seja lembrada, pois se trata de um universo juvenil específico da classe média. Ao observarmos os dois momentos distintos, podemos notar que os ‘Estudos’ figuram em primeiro lugar no rol de momentos marcantes do passado, no caso, infância, adolescência e juventude. Foram computadas menções a escolas primárias e secundárias, incluindo aí, entradas e saídas no sistema educacional, formaturas; e também nível universitário, tanto Bacharelado, MBA e Mestrado, incluindo também desistências. No momento PRESENTE-FUTURO, o ‘Estudo’ perde relevância, permanecendo, entretanto, ainda em terceiro lugar entre os jovens de Quebec. Podemos atribuir isso a duas situações: a faixa etária – as idades dos jovens quebequenses entrevistados é, em média, ligeiramente mais nova que dos jovens cariocas – e complementarmente, o sistema educacional da província, que torna o Mestrado quase compulsório ao término do Bacharelado para muitas carreiras.

Ainda com relação ao caráter de formação atribuído ao momento PASSADO-PRESENTE, cabe destacar o número de menções ao item ‘Viagens’. Em ambos casos, foram incluídos marcações referentes à viagens nacionais e internacionais, além de intercâmbios. Este item ficou em segundo lugar para o universo dos jovens quebequenses, e em conjunto com o item ‘Estudo’ pode ser interpretado como constituindo os eventos, por excelência, da experiência juvenil, funcionando, talvez, como marcadores simbólicos de passagem para uma outra experiência, considerada por eles mais próximas, ou definitivamente de entrada, na vida adulta. Entre os jovens cariocas, somente 4 marcaram viagens em suas linhas do tempo, sendo para todos de caráter internacional (férias ou intercâmbio). Também para os jovens quebequenses as viagens realizadas tiveram como destino países estrangeiros, incluindo localizações bem diferentes de seus lugares de origem, como Haiti e Congo, e constituíram experiências de médio, longo prazo, de 6 meses a mais de 1 ano vivendo fora do país, estudando, trabalhando ou como voluntários em projetos sociais. Todos os jovens, com exceção de 2, mencionaram essas experiências que vinham quase sempre acompanhadas de relatos de amadurecimento, crescimento e mudanças pessoais. A questão da viagem é retomada no conjunto da análise das entrevistas.

Se compararmos o número de eventos PASSADO-PRESENTE e PRESENTE-FUTURO, podemos observar que o número total de eventos é maior no primeiro, tanto para

jovens cariocas quanto para jovens quebequenses. Os jovens de ambos os lugares parecem conseguir descrever, “recheiar” melhor sua história até o momento, do que projetar, prever, datar e sonhar o futuro (ANEXO 2). Tal ocorrência pode ser, possivelmente, contextualizada no panorama de incertezas característico dos dias atuais.

Interessante que se observarmos os quadros, podemos perceber que no futuro “adulto” o ‘Trabalho’ ganha uma importância que era quase inexistente no presente “juvenil”, para a maioria dos quebequenses. Apesar de no momento PASSADO – PRESENTE de jovens do Rio de Janeiro, a questão do trabalho se posicionar em destaque, é importante ressaltar que este é composto por um conjunto de “bicos”, trabalhos informais, temporários, que não tiveram papel de subsistência na vida dos jovens, como veremos melhor na análise das entrevistas, configurando-se em uma experiência muito mais informal do que para os jovens quebequenses.

Vale ressaltar que no caso carioca o somatório dos eventos relacionados à categoria ‘Trabalho’ se deve principalmente à linha do tempo de dois jovens especificamente, João e Patrícia. João tem um perfil um tanto diferenciado. A opção por ter feito um 2º grau técnico – Analista de Sistema – possibilitou uma inserção profissional mais precoce, já passando a ser contratado oficialmente (carteira assinada), a partir dos 16 anos. Sua inserção levou a sua emancipação aos 17 anos para que pudesse abrir sua própria firma de consultoria. Suas experiências se mostram diferenciadas com relação a de seus pares. No momento PRESENTE – FUTURO, ele já menciona “aposentadoria” e “netos”. Talvez possamos atribuir essa lembrança a essa inserção “precoce” no mundo do trabalho. Um paralelo interessante pode ser feito com as falas do jovem Paulo, que pelo contrário, aos 30 anos, se queixa de sua inserção tardia no mercado de trabalho e parece demonstrar certa angústia em função disto. Já Patrícia, em função de uma séria crise econômica enfrentada por sua família à época de sua adolescência, contribuiu para que buscasse fonte de sustento para suas necessidades. A jovem começou a fabricar e vender trufas na escola e para festas, e durante a faculdade, trabalhou como professora particular.

Dentre os jovens de Quebec, há somente uma única menção à ‘Emprego’ no momento PASSADO – PRESENTE, que é denominado pela jovem em questão como “emprego de adulto”. A análise das entrevistas mostra, entretanto, que os jovens quebequenses em sua grande maioria relataram experiências de trabalho durante sua adolescência e juventude, experiências essas que diferentemente dos jovens cariocas, possibilitaram, em sua maioria,

independência financeira da família (custeio de estudo, moradia independente, viagens, etc.). A explicação para essa ausência pode ser entendida a partir do fato que essas experiências de trabalho já são consideradas como algo “comum” àquela realidade. O emprego em tempo parcial, o trabalho de estudante, trabalho temporário, trabalho de verão, o *petit boulot* fazem parte do rol de experiências laborativas dessa sociedade, daí talvez não merecendo destaque entre as experiências marcantes desses jovens. Nadia, por exemplo, marcou na linha do tempo PRESENTE – FUTURO que planeja ter uma série de “empregos de experiência” até os 30 anos, para depois, ter um emprego fixo e iniciar sua própria empresa.

Além do trabalho, temos também a presença em ambas realidades, no momento PRESENTE-FUTURO, de forma mais marcante, dos itens ‘Família’, ‘Comprar casa/apartamento’, atributos “clássicos” da vida adulta. Também de forma coerente ao que tem sido discutido na literatura, observamos também um prolongamento dos estudos, com a considerável existência de mestrado e doutorado no tempo futuro, dentre os jovens de Quebec.

Em ambos os casos ‘Questões familiares’ estão presente de forma parecida como tendo sido eventos marcantes em suas vidas. Dentre as experiências mencionadas temos morte ou nascimento de algum parente (avó, pai, marido, irmãos, sobrinho), com destaque para o evento de separação dos pais.

Para ambos os grupos de jovens, o futuro é apresentado de maneira mais disforme, fluida, sem datas pré-definidas e como um conjunto de eventos e acontecimentos que deverão, segundo suas palavras, “acontecer tudo junto”. Para além de eventos concretos, como casar, ter filhos, trabalhar; observamos que os jovens parecem se preocupar com coisas de ordem mais subjetiva, como “felicidade”, “serenidade”, “adquirir conhecimento”, dentre outros.

A análise nos fez pensar que prevalece, entre os jovens, ainda uma perspectiva teleológica no que diz respeito ao ciclo de vida, e que uma vez adultos, eles irão alcançar um fim, uma meta, como por exemplo, ser “feliz” ou a “velhice feliz”, ou ainda, chegarem em um estatuto permanente de “serenidade e estabilidade amorosa”, “coerência”. Uma vez que terão passado por um processo de aprimoramento, de evolução, estarão aptos, portanto, a “ajudar pessoas”, contribuir para a “paz no mundo”, “pensar no mundo”, e à experiências mais elevadas, relacionadas à “Deus” e “fê”. Essa idéia de crescimento e progresso é corroborada pelos desenhos, conforme visto anteriormente. Lembremos que são jovens cuja subjetivação

foi marcada pela experiência escolar (socializante e teleológica), assim como por experiências juvenis de moratória, ambas apontando o remetimento para o futuro de aspectos da vida.

5.3 Análise das entrevistas

Passemos agora à análise do material principal coletado durante a pesquisa. Trata-se da análise realizada de 19 entrevistas semi-estruturadas, totalizando cerca de 660 minutos de gravação em áudio. As entrevistas foram transcritas em sua totalidade, sendo que as realizadas em francês e inglês foram traduzidas para o português. Em seguida, realizamos uma série de leituras livres com o objetivo de nos familiarizarmos com o material para a construção de macro-categorias. Essas últimas serviram então para uma primeira ordenação do material do campo empírico, assim como para seleção de falas mais relevantes e ilustrativas dos jovens. As entrevistas foram analisadas através de análise de conteúdo qualitativo, e como qualquer estudo qualitativo, não se pressupõe conclusivo ou absoluto (Nugin, 2008). Trabalhamos então com essas macro-categorias que foram agrupadas em novas categorias, mais refinadas, construindo um viés mais analítico do material. As categorias que servem de eixo de análise são 5.3.1. *A ambivalência no processo de se tornar adulto*, 5.3.2. *A formatação da transição para a vida adulta de jovens cariocas e quebequenses: individualização e contexto cultural*, 5.3.4. *Moratória como espaço de subjetivação: discurso e prática juvenis no contemporâneo*, 5.3.5 *A importância do trabalho na transição para a vida adulta*.

Ao contrário do inicialmente esperado neste estudo que se propôs comparativo, encontramos, em linhas gerais, maiores aproximações do que grandes diferenças no que diz respeito às falas dos jovens cariocas e quebequenses. Dessa forma, as categorias acima englobam os dois universos e as falas de jovens quebequenses e cariocas serão apresentadas conjuntamente, mas devidamente identificadas.

5.3.1 A ambivalência no processo de se tornar adulto: entre o desejado e o evitado

Uma das perguntas elencadas no roteiro de entrevistas era feita de maneira bastante objetiva e visava obter dos jovens uma resposta quanto ao posicionamento de se considerarem adultos ou não. Para além dessa pergunta específica, observamos que essa questão identitária permeou todo o conteúdo das entrevistas, oscilando entre o reconhecimento enquanto adulto (justificado pelo fato de trabalhar, por ser independente economicamente, por morar sozinho), ou a recusa deste estatuto, por justamente não se ter ascendido a esses atributos, ou o receio em fazê-lo.

Para uma primeira aproximação desse universo de respostas, apresentamos abaixo um quadro representativo do posicionamento dos jovens quanto a essa questão.

QUADRO 9 Identificação dos jovens quebequenses quanto à identidade adulta

JOVEM	Idade de saída da casa dos pais	Idade do primeiro trabalho	Considera-se adulto
Jérémie	19	12	“Os dois”.
Maude	17	16	“Adulto”.
Aline	17	16	“Estou chegando lá”.
Anne-Sophie	18	16	“Eu ainda não cheguei lá”.
Isabelle	21	18	“Bem entre os dois”.
Denis	20	18	“Jovem”.
Amelie	16	15	“Eu sou adulta mas me sinto jovem”.
Daniel	18	17	“Eu sou um adulto. Eu saí de casa e tive que virar adulto”.
Nadia	18	17	“Começo a ser um adulto”.
Martin	19	17	“Não acho que passei ‘pro outro lado’ ainda”.

QUADRO 10 Identificação dos jovens cariocas quanto à identidade adulta

JOVEM	Idade de saída da casa dos pais	Idade do primeiro trabalho	Considera-se adulto
Andréa	Não	18	“Ora como adulto, ora como jovem”.
Denise	Não	Não	“Cronologicamente, já bem adultinha”.
Paulo	29	20	“Na transição, mais adulto do que jovem”
João	22	16	“Jovem”.
Helena	25	17	“Adulta”.
Wagner	Não	20	“Adulto com quê de jovialidade extremamente forte”.
Letícia	Não	22	“Jovem adulta”.
Patrícia	23	15	“É como se eu me fantasiasse de adulta”

Trazemos as falas acima como forma de ilustrar o posicionamento dos jovens entrevistados, entretanto, não temos a pretensão de tomá-las como auto-definições estanques, pois como veremos abaixo, a tônica dos discursos é marcada justamente pela ambivalência em relação a ser adulto.

Em uma primeira análise das falas apresentadas, chama nossa atenção a idéia de que se tornar adulto é, para os jovens, um processo e não uma mudança de estado que se daria como um corte. *“Estou chegando lá”, “Eu ainda não cheguei lá”, “Não acho que passei ‘pro outro lado’ ainda”, “Ora como adulto, ora como jovem”, “Na transição, mais adulto do que jovem”,* ilustram justamente essa percepção de que os jovens se reconhecem em um movimento de aproximação, entrada, passagem para esse “lá”, a vida adulta. Por configurar um processo, o “lá” parece indicar um ponto final que será alcançado, no caso o “ser adulto”. Como veremos a seguir, o adulto assume para os jovens um destino final a ser alcançado, em alguns momentos almejado, como o local onde se encontra a “felicidade”, a “seriedade”, a “coerência”, como podemos observar nas linhas do tempo PRESENTE-FUTURO; e em outras ocasiões, algo que parece provocar certa resistência e receio, justamente por representar um término do processo, onde a mudança, a experimentação não seriam mais permitidas. Essa última característica aparece presente, por exemplo, na fala de Wagner, *“Adulto com quê de jovialidade extremamente forte”,* como uma resistência em abrir mão do universo juvenil.

Ao nos debruçarmos sobre o quadro, podemos observar que apesar das idades médias de primeiras experiências de trabalho e de saída da casa dos pais dos jovens quebequenses serem consideravelmente mais baixas do que dos jovens cariocas – sendo que quatro dos jovens cariocas residem ainda com seus pais – estes fatos não parecem ter influência no reconhecimento de uma identidade adulta para esses jovens, já que somente dois jovens quebequenses se declararam exclusivamente adultos. Assim, mesmo tendo passado por marcadores clássicos como saída da casa dos pais, primeiro emprego; os jovens de Quebec não reduzem somente à critérios concretos, mas incluem também uma dimensão subjetiva. Molgat (2007) em pesquisa trazida anteriormente também com jovens quebequenses mostrou que a adultidade é definida por eles tanto em termos de características individuais quanto marcadores transitórios.

Elaboramos um mapa simbólico do que vem a constituir o universo adulto para os jovens de nossa pesquisa, e a ambivalência nele presente, utilizando as construções feitas por eles não só sobre a adultidade, mas também sobre a juventude, que ao ser apresentada em contraposição ao universo adulto, nos ajuda a melhor entendê-lo.

5.3.1.1 Adulto é... “*você ter que se virar sozinho*”

Unanimidade entre todos os jovens, tanto cariocas quanto quebequense, citada como característica marcante da vida adulta, a responsabilidade ganhou destaque, mesmo não tendo contado com uma pergunta específica no roteiro de entrevistas. Essa característica foi atribuída por todos, explícita ou implicitamente, como sendo o atributo que diferencia o adulto do jovem. Em suas palavras, o jovem seria o que está “livre” das responsabilidades, responsabilidades essas que estão reservadas aos adultos e à vida adulta.

“Adulto. Pra mim ser jovem é, agora, não ter responsabilidade. É ter inocência. É mais, eu diria, é mais... não ter plena consciência do perigo e coisas assim. Quando alguém se torna adulto ele deve encarar, justamente, o mundo adulto, com responsabilidade, o dinheiro, e todas essas coisas que são justamente... Eu não diria, eu acho que é a pressão social, a necessidade de ter sucesso, etc, coisas assim. Isso, é justamente, mais responsabilidade, eu diria, individual, social, no trabalho, etc. É mais simples. Pra mim, é a diferença entre o mundo adulto e ser jovem, é mais isso.” Daniel, 27 anos, quebequense³³

“Adulto é quando realmente define isso. Você tem que se virar sozinho, tem que correr atrás, tem que... dar conta, das suas responsabilidades em geral. Você tem que pagar as suas contas, você tem que correr atrás das coisas, não dependente mais de ninguém”. Cristina, 29 anos, carioca

Assim, para os jovens de ambas localidades, a noção de adulto é construída em oposição ao universo juvenil. A vida adulta consiste em assumir um rol de responsabilidades, consigo próprio e com o outro, enquanto a juventude é percebida como momento da irresponsabilidade ou da falta de responsabilidade, concessão essa assegurada pelos adultos através da moratória. Percebemos em suas falas, a juventude como lugar protegido, no sentido de que os jovens possuem ainda uma “margem de erro”, como se ao jovem fosse permitido ainda tentar, experimentar, e portanto, errar, algo que já não é mais permitido ao adulto, que *“[...] não tem mais desculpa que é jovem, tá testando, não sabe direito o que fazer. [...] pressupõe-se que ele saiba, pressupõe-se que ele... que ele... já tenha certeza entre aspas das coisas”* Andréa, 30 anos, carioca .

Em contrapartida, o adulto é definido, muito em concordância com a perspectiva desenvolvimentista, como um produto final, como objeto totalizado e idealizado, a quem essa possibilidade de erro não é mais permitida. Ilustrativo desse pensamento, trazemos as falas das jovens Helena e Cristina, que ao falarem da experiência de estagiário e de acadêmico de Medicina, apontam o lugar de experimentação do jovem, que está sob supervisão, não tendo portanto a responsabilidade final.

³³ As falas dos jovens são apresentadas em itálico e os grifos correspondem a aspectos que procuramos ressaltar.

“Então, ser adulto é quando você já tem mais compromissos, né, você tem responsabilidades, você responde por seus atos, então, de coisas simples mesmo, de contas, de trabalho. Quando você é jovem, você tá fazendo estágio, por exemplo, é diferente, a exigência é outra, você não tem obrigação de, né, de, de, de fazer tudo certo, quando você tá... quando você já é adulto não, aquilo já tem um outro sentido, o trabalho já tem um outro sentido, você tem obrigações, tem que responder aquilo de maneira correta. Assim, tem mais responsabilidade”. Helena, 30 anos, carioca

“Eu lembro que quando a gente se formou... ah, a responsabilidade do médico é o CRM, é o carimbo e é diferente porque quando você é acadêmico você faz, você prescreve também, você é...tem condutas, mas tem sempre uma supervisão de um médico superior, né e aquilo é um...como se fosse um...uma garantia pra você que você tá ali, não tá com aquela responsabilidade da conduta, responsabilidade do paciente. Na verdade quem tá com a responsabilidade é aquele médico que carimbou, que está supervisionando você. E quando a gente se forma, pros médicos, é, aquilo é um peso, né, “agora o carimbo é meu e o CRM é meu, e eu que vou me responsabilizar”, e aquilo é um peso porque qualquer coisa que você, qualquer conduta errada que você possa fazer vai em cima do seu carimbo, você que é o responsável. Então, assim, dá um frio na barriga quando a gente se forma, em relação a isso”. Cristina, 29 anos, carioca

As falas acima trazem a responsabilidade do universo adulto que aparece qualitativamente de forma diferenciada, se comparada à experiência dos jovens: “mais responsabilidade”, “aquela responsabilidade”. Patrícia, jovem carioca, também associa a adultidade à responsabilidade, mas no sentido que se passa a incluir um rol cada vez maior de responsabilidades, ou seja, na forma de um acúmulo progressivo de responsabilidades. Para a jovem, por exemplo, quando se sai da casa dos pais, “*você passa a ser responsável por coisas que antes os seus pais eram [...] e quando você casa, eu acho que aparece uma responsabilidade com a pessoa também. Que você não faz só o que você quer!*”. São as formas de responsabilidade definidas por Gaudet (2002) específicas desse momento da vida dos jovens: responsabilidade projetiva ou o “responder por”, vistos no capítulo 2.

Mas também, em concordância ao discurso geral disseminado socialmente para os jovens de classe média, os jovens parecem desqualificar a juventude como um momento de menor importância em relação à vida adulta, pois “*Um adulto é responsável, o jovem é, não é responsável. Assim em tese né, isso na minha cabeça*” (Wagner, 30 anos, carioca) e sua única responsabilidade atenderia ao esperado no processo de socialização, o estudo.

“Ah, jovem eu acho que é mais aquela fase assim de você não ter responsabilidades... é... vamos colocar assim, a escola, a única responsabilidade que você tem é estudar, e o resto você não precisa fazer nada. Não tem responsabilidade nem dentro da sua casa, entendeu? Eu acho que jovem é um pouco isso, é o não ter responsabilidades.” Denise, 25 anos, carioca

Ao mesmo tempo, ao excluírem a responsabilidade como atributo do jovem, parecem, também de acordo com o discurso social vigente de valorização da juventude, resguardá-la, protegê-la como um momento especial que deve ser apreciado. Os jovens de Quebec parecem reconhecer essa prerrogativa da irresponsabilidade conferida aos jovens, assim como a

liberdade de poder fazer escolhas de maneira mais descompromissada, ainda sob a condição da experimentação concedida aos jovens, escolhas essas que definirão a vida futura, daí, talvez o medo de se aproximar do universo adulto, onde se arca com as conseqüências dessas escolhas.

“Eu acho que tem muitas oportunidades, e não muitas responsabilidades. E também ter a liberdade de escolher muitas coisas sem ter muito impacto no resto da sua vida. Quanto mais novo se é, mais se pode experimentar. E não importa se você faz algo e falha, e faz outra coisa, ou decide seguir aquele caminho, você pode ir naquela direção, você ainda tem tempo de voltar, e sabe, fazer o que quiser. Eu sinto isso agora... a pressão, eu estou sentindo que se eu fizer uma escolha, as escolhas têm mais importância na minha vida, sabe. Tem mais impacto no meu futuro. Eu sinto que eu ainda tenho muitas oportunidades pela frente, mas porque eu estou fazendo escolhas, as oportunidades estão cada vez mais se afunilando para uma coisa, ou para um campo” Isabelle, 25 anos, quebequense

“Bem, bem, bem... eu não sei. Eu diria que é um período de nossa vida onde..., é um período da minha vida na qual eu devo... eu devo fazer escolhas para o futuro, eu devo preparar o futuro. Eu também acho que é um período que é muito marcado... Geralmente, um jovem, eu tenho a impressão que é também ir à escola. Ir à Universidade, estudar, eu acho que isso também entra na categoria ‘fazer escolha para mais tarde’. Eu acho também que é um período marcado por uma certa ausência de grandes responsabilidades. Geralmente não se tem filhos, não se tem com quem se ocupar. [...] Um período que é muito, muito mutável. Nos colocamos bastante em questão. Não há ponto de estabilidade. Não se tem trabalho, casa, coisas desse tipo. Então, é um período onde faz-se essas escolhas [...]” Denis, 26 anos, quebequense

As falas acima ilustram bem o impacto do discurso da individualização sobre os jovens. A idéia vendida como oportunidade, não só possibilidade, mas obrigação do indivíduo precisar fazer escolhas é uma das premissas básicas do processo de individualização. Interessante notar que é uma fala presente entre os jovens de Quebec, que expressaram essa angústia também através dos desenhos ‘Encruzilhadas’.

Uma vez reconhecendo essa suposta liberdade, há um reconhecimento por parte dos jovens da juventude como um período “privilegiado”, atendendo ao discurso de moratória (Calligaris, 2000).

“Ser jovem.... Penso que a juventude é algo muito valorizado na nossa sociedade. Porque quando falamos sobre jovem, oh, você é jovem, é sortudo, você tem a juventude, tem a vida. Eu acho que a juventude é considerada um período privilegiado. Eu me considero jovem, com 26 anos. Eu acho que é um período privilegiado da vida, do qual nós aproveitamos”. Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Anne-Sophie reconhece na fala de adultos a “inveja” em relação a ser jovem, de se poder fazer escolhas e ter a “vida toda pela frente” (Calligaris, 2000).

“Eu, eu gosto da posição que ocupo no momento. De ser, de ser jovem, eu acho que eu começo a me acostumar com o momento de ser adulto, a transição, passamos da adolescência pra vida adulta. Eu acho que a juventude serve pra que nós possamos aprender a viver um pouco assim, a fazer uma transição. É um período que gosto muito, aprendemos muito, temos escolhas a serem feitas. Muita coisa acontece, também, no nível de, como forjamos nossa personalidade. Tem também muitas

decisões que tomamos sobre o futuro, também. A escolha que fazemos no nível da escola, sobretudo, tem muitas implicações, sobre nosso futuro. Ao mesmo tempo é um período de liberdade, pode-se dizer, como não ter ainda as responsabilidades que chegarão. Ao mesmo tempo é um período essencial pro nosso futuro, também.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Já entre os jovens cariocas, além das falas sobre a (ir)responsabilidade, destacam-se falas ligadas a um processo de descoberta e de construção enquanto sujeito, de uma primeira aproximação com as responsabilidades do universo adulto, portanto, de experiências de experimentações, testes e possibilidades de erro, através de um espaço transicional, mediados por “objetos transicionais” como “título de eleitor, abrir conta no banco”.

“Eu acho que é o momento em que você vai testando um pouco, como é que você fica diante do outro, em relacionamentos, em amizades, é o momento de mais construção e sem muito compromisso, é... então ao mesmo tempo em que você tem uma certa liberdade, você também é...por não ter muitos compromissos, muitas coisas, você também fica preso a certos, né, você não tem uma independência financeira, então eu acho que é o momento de conflito também. Você quer fazer muitas coisas, mas você não tem possibilidade, mas você também tem muitas coisas, mas você também tem muita possibilidade de fazer outras coisas que mais velho você não vai poder fazer”. Helena, 30 anos, carioca

“Juventude eu acho que ainda é... um momento de descobertas, pega um pouco isso da adolescência... só que ao mesmo tempo essas descobertas tem um peso de decisão, peso do rumo, do rumo que a vida ta tomando. Ser jovem então é você... acho que é ta num limiar entre adolescência e vida adulta que é bem complicado...[...] Faço, acho que adolescência é uma coisa mais descompromissada mesmo, acho que tem ainda os pais ali, tem uma presença forte, acho que a decisão de... decisão das coisas, acho que é mais por parte dos pais ainda, lógico que variando, tem países que os jovens têm mais voz do que outros, mas de uma maneira geral acho que os pais têm ainda um peso. Já na juventude, eu acho que é um momento que o jovem começa a ter que falar por conta própria, tomar decisões por conta própria, falar em seu nome, tomar suas decisões, ter seu título de eleitor, abrir sua conta no banco, ser responsável por ela, é... enfim, trabalho, a decisão do estudo, vai continuar a estudar, não vai, vai por que caminho...” Andréa, 30 anos, carioca

“Eu acho que jovem é quando você ta nessa transição de criança pra vida adulta, é uma fase de mudança, é tanto corporal quanto mental. Você vê muita informação que você adquire e ao mesmo tempo você tem a percepção de que você sabe muito, que você entende tudo, mas na verdade você não tá entendendo nada, você simplesmente tá começando a conhecer a vida realmente, as responsabilidades, o momento que você começa a ter que enfrentar as coisas que antes você não enfrentava. Quando criança, seus pais que resolviam pra você”. Cristina, 29 anos, carioca

Assim, ao falarem dessa aproximação, os jovens cariocas enfatizam não só o caráter experimental, mas também o conflito, dificuldade e certo sofrimento presentes no processo de entrada na vida adulta e abandono da juventude idealizada e idílica. Patrícia relata tratar em sua terapia da “dor do crescimento” que representa pra ela deixar a juventude.

A responsabilidade foi muito claramente associada pelos jovens (cariocas e quebequenses) à independência econômica. Logo, ser responsável é poder a si mesmo (e família), arcar com seus custos, tomar conta de si, “*pagar as próprias contas*” Isabelle, 25 anos, quebequense.

“Essa responsabilidade de ter uma família, mas também as responsabilidades econômicas. Deve pagar tudo, então deve trabalhar pra poder pagar as coisas.” Maude, 28 anos, quebequense

“Penso em... envolve muita coisa. Responsabilidade seria, por exemplo, financeira...pensaria, seria você não endividar, dar conta das coisas que você deve, pagar as contas do dia-a-dia, né, da casa, luz, tudo, sem gastar demais, além da conta... saber administrar financeiramente o seu dinheiro, é...responsabilidade civil também. Você respeitar aos outros e não ultrapassar os limites e assim e ter seu...seu...seu equilíbrio. Que mais? Responsabilidade? Eu nunca parei pra pensar nisso...” Cristina, 29 anos, carioca

“E outras coisas também, né, você vai pagar conta, você tem coisas em seu nome, é...que seja pequenas coisas, mas você tem. Então, né, você não tem ninguém que vá fazer por você, você tem que gerenciar a sua casa, gerenciar a sua vida”. Helena, 30 anos, carioca

Assim, a partir dessa “responsabilidade econômica”, o jovem passa a ter de responder a outras responsabilidades, conseqüentes disso e relacionadas aos atributos clássicos da vida adulta, com o trabalho, com filhos, com a família (Gaudet, 2002; Molgat, 2007; Deschavanne & Tavoillot, 2007).

“Eu acho o trabalho, eu acho ter filhos, ser mais organizado, talvez, ter uma casa, carro, tudo isso. Mais coisas pra administrar, né, do que quando nós somos mais jovens. [...] Mas eu acho que na minha situação, e na situação dos jovens que estão próximos a mim, no nosso período de juventude, nós não temos todas essas responsabilidades ainda, eu acho que é na vida adulta que isso vai acontecer, mas isso pode acontecer mais cedo pra outras pessoas, mas pra mim e pros meu grupo, é mais assim que acontece.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Eu acho que é ter uma família, por exemplo. Porque eu acho que quando se é adulto, ter uma família, a responsabilidade vem junto. E ter filhos, porque isso é uma responsabilidade muito grande, que não tem comparação. Isso, como responsabilidade... eu acho preparar sua aposentadoria, por exemplo. Começar a se ocupar dos pais que estão... que envelheceram.... [...]” Denis, 26 anos, quebequense

Na fala de alguns jovens é possível encontrarmos também uma certa exacerbação do peso da responsabilidade em suas vidas, e que denominamos anteriormente neste trabalho como uma responsabilização pela precariedade. Assim, os jovens, impossibilitados de identificarem (ou se permitirem) os efeitos de constrangimentos estruturais em suas vidas, se vêem obrigados a “fazer escolhas certas”, atribuírem objetivos alcançados à “sorte” e a pensarem sua trajetória pessoal meticulosamente como tentativa de garantia de sucesso, reservado a aqueles que “fizerem por onde”.

“É o desconhecido, é você não saber, não saber se o negócio vai dar certo. Se você vai conseguir, se vai ser uma coisa de ascensão, ou de manutenção e não de quebrar a cara lá na frente, e ter que voltar pra casa dos pais. Acho que o ponto difícil é esse, sem saber se isso é estar fazendo a melhor escolha.” Andréa, 30 anos, carioca

“É mais no nível pessoal, se faço a boa escolha, o que vai acontecer, será que tomei a decisão certa, a questão é justamente fazer a escolha correta pra minha vida. Mas eu sou otimista quanto ao futuro. Penso que muitas coisas boas vão acontecer comigo se fizer escolhas certas” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Eu acho que eu tenho mais medo de errar do que vontade de mostrar o que sei, sabe? [...] Eu acho que na hora eu pensei assim: ‘Não posso deixar essa oportunidade passar, sabe? Pode ser que ela demore muito a voltar, e se eu deixasse ela passar lá por medo, medo de não dar conta [...]’” Patrícia, 27 anos, carioca

Essa preocupação tem como efeitos, por exemplo, a busca por uma qualificação que não cessa, na tentativa de atender ao mercado de trabalho. Denise relatou que optou por fazer um intercâmbio, apesar de não ser algo que previa e gostaria, pois acha que aprender inglês é imperativo para que possa conseguir um emprego. Paulo se penitencia até hoje pelo fato de ter escolhido fazer capoeira, e não inglês quando era criança.

“Então eu fiz meu bacharelado, assim, e, quando eu tinha 21, 22 anos, eu tive um burn out. Ali, eu me dei conta de como era muito, muito preocupada com o desempenho, de como foi ridículo ter um burn out, numa idade tão precoce. [...]eu coloquei nas minhas costas muita responsabilidade, que não deveria antes dos 20, então eu, eu virei uma adulta, eu peguei responsabilidade de adulto. Mas eu tinha as emoções de uma criança! Do lado racional, eu era adulta, mas emotivamente eu era ainda uma criança. Então eu tive um burn out.” Nadia, 25 anos, quebequense

Os efeitos de assumir de forma solitária a condição de precariedade generalizada na qual vivemos podem ter conseqüências mais sérias para o jovem, como por exemplo, a experiência de *burn out* descrita no relato de Nadia.

5.3.1.2 Adulto é... “Sem a independência econômica, eu acredito que nem a independência afetiva ela se concretiza, né”

Ao contrário da responsabilidade, o roteiro de entrevista tinha dentre suas perguntas o pedido de que os jovens pudessem definir, com suas palavras, o que entendiam por dependência e independência. Independência e autonomia, juntamente com responsabilidade, são consideradas dimensões estruturais da adultidade (Singly, 2000; Molgat, 2007; Bidart, 2005).

Os jovens, de ambas as localidades, ao responderem a essa questão acabavam todos por fazerem uma diferenciação que se manteve em todas as falas: dependência/independência econômica e dependência/independência emocional (ou psicológica). Assim, ao pensarem a adultidade e a polarização dependência/independência, acabavam por definir o adulto como sendo aquele que possui independência econômica (auto-sustento, sem precisar de ajuda da família), e forçosamente, por consequência, torna-se independente emocionalmente (não precisa de ninguém para tomar suas decisões, etc.).

“[...] mas é o que me seduz assim... que é a pessoa ser independente [...] Cara... é muito, é muito foda isso, mas, cara, pra mim é... chega até ser triste mas pra mim independência é não precisar de ninguém. Tipo assim, eu vou resolver sozinha. [...] Se não tiver ninguém aqui pra me ajudar, não importa. Eu posso... que posso contar comigo. Assim, isso por um lado é ótimo, né, porque realmente

na vida, no fundo, no fundo, é só você e você mesmo, né, lá no fundinho não tem ninguém, é só você, mas por outro, é um pouco exagerado, assim, da minha parte. [...]”. Letícia, 26 anos, carioca

Interessante a fala de Letícia que se declara seduzida pela idéia de ser independente, e que segundo ela a faz se encantar também com a idéia de ser adulta. Em sua entrevista declarou que acha “[...] *lindo crescer, eu acho lindo a pessoa ser independente e ser maduro*”. Essa definição condiz com os resultados encontrados por Nugin sobre a definição de adulto para os jovens da Estônia. Para eles, adulto é aquele que “tem controle sobre seus sentimentos, leva uma vida adulta e age como um adulto, planeja o futuro, pensa de forma madura, é capaz de assumir responsabilidades e é independente” (2008:194).

Apesar de em um primeiro momento, estabelecerem esse predicativo totalizante ao adulto – ser independente –, alguns jovens ao refletirem sobre isso, relativizavam a independência emocional, ao reconhecerem a impossibilidade de se ser completamente independente emocionalmente do outro, tarefa que seria impossível mesmo para um adulto. Independência – entendida como independência econômica – e autonomia – equivalente à independência emocional da qual falam os jovens – são atributos considerados de acesso à vida adulta (Singly, 2000), pressupondo a totalização destes no adulto.

“Ser auto-suficiente. Quanto mais independente, você sabe, não conseguir tomar conta de você ou esperar que alguém faça algo por você. Isso pra mim é dependência. De novo, tem o lado emocional, de se apoiar em alguém, ter um ombro no qual se apoiar. [...] Independência é conseguir cozinhar pra você mesmo, cuidar de si, se arrumar, essas coisas. Financeiramente, ter um emprego, conseguir se sustentar, sabe, essas coisas.” Jérémie, 30 anos, quebequense

“Eu acho que dependência é... você precisar de outras pessoas pra você é... viver, você ter as coisas, você, é... depende de qual sentido, sei lá. Existe o fato de você depender de alguém pra se locomover, depender pra custear as suas coisas, seus gastos, do que você precisar. E independer também é, pra resolver as coisas, você é capaz de resolver as coisas sozinho e não precisa de outra pessoa pra resolver por você, te dê um suporte, né, eu acho independência é isso”. Cristina, 29 anos, carioca

A família, como esperado, aparece na fala dos jovens como parâmetro em relação a qual os jovens podem se denominar como independentes ou dependentes, tanto emocionalmente quanto financeiramente.

“Também coisas pessoais, também, né, de não pedir ajuda, de não, os comentários deles já não me incomodam tanto como antes, quando eu morava com eles [pais]. Eles não podem julgar a minha forma de viver, podem ter uma opinião sobre o que eu faço mas eles não vão decidir pra mim. Não podem colocar pressão como antes.” Maude, 28 anos, quebequense

“[...] Eu acho que é fazer escolhas para você mesmo, isso é ser independente. Mas eu ainda acredito que, eu não sou completamente independente porque eu ainda dependo deles [família] financeiramente [...] Ser dependente é precisar de alguém na sua vida. Ser independente é, sabe, saber que você vai achar um caminho sozinho, através dos seus recursos. Tendo dito isso, eu não acho que você faça tudo sozinho. Eu acho que idealmente nós sempre dependemos um pouco das pessoas.” Isabelle, 25 anos, quebequense

A questão financeira, econômica, ou melhor, a dependência ou independência financeira apareceu de forma marcante entre os jovens. Para eles, ela aparece como critério divisor do momento de independência dos pais, e portanto, de maior proximidade à vida adulta.

“Dependência e independência? Acho que quando penso em dependência eu penso em dependência financeira. A partir do momento que disse pra minha mãe que ela não precisava mais me sustentar foi como um momento de liberação. Uma liberação pra mim, mas também pra ela. [...] Então a independência financeira era a base, pois foi essa independência financeira que me deu uma independência maior, agora sou capaz de atender minhas necessidades, sou capaz de administrar minha vida, de tomar conta da minha conta de luz, coisas assim.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Adulto ... Considero... porque já faz muito tempo que sou independente, já faz mais de 10 anos que não moro mais com minha família. Então sou independente economicamente, me sinto sozinha na vida, pode acontecer qualquer coisa a minha família não vai me ajudar. Se eu tivesse problemas econômicos minha família não me ajudaria porque eles não, também não tem como ajudar.” Maude, 28 anos, quebequense

Assim como para Anne-Sophie, Wagner e Paulo falam, de maneira enfática da condição da independência econômica para uma ascensão a uma independência emocional, e consequentemente a uma ascensão a um estatuto de adulto, ou como diz Paulo, “potência de ser homem, de ser adulto, de ser mulher”.

“Dependência, tentar ser pragmático, ela pode ser emocional e pode ser financeira. Se você tem a financeira, dependência financeira, ela pode e mexe absolutamente com todos os aspectos emocionais na cabeça de qualquer ser humano, seja eu, você ou qualquer um. É, então eu acho assim, você trabalhar pra ter uma independência financeira embora, a idéia de independência total do ser humano seja uma brincadeira e é assim como a idéia de liberdade total, é uma outra brincadeira, e que se você não entende isso fica complicado, cabe a você entender isso ou não, cabe a você buscar essa tua independência financeira, ou seja, ganhar dinheiro por si mesmo, si próprio, só isso. É, claro, que a dependência emocional pode ter de todas as maneiras, você pode misturar muito a dependência financeira, seu pai, é, você pode ter dependência emocional da sua mãe, por não cortar o cordão umbilical, mas você não cortou porque você não saiu de casa, você não saiu de casa porque você não tem dinheiro. Uma coisa pode estar muito ligada a outra, pode estar”. Wagner, 30 anos, carioca

“[...] É hoje, eu nunca fiz, eu não fazia essa leitura não, tá, mas acho que hoje enquanto jovem eu defino muito a independência como a capacidade de tomar as coisas, decisões, de ter responsabilidade, é, ... agora eu não associava com a necessidade de independência econômica, isso não estava associado na minha juventude, não estava, e hoje eu tenho completa noção de que está associado. Independência sem independência econômica, nem a independência afetiva você, nem a dependência afetiva se realiza. (Fica confuso). Sem a independência econômica, eu acredito que nem a independência afetiva ela se concretiza, né.[...] Porque eu acho que a independência econômica, e aí tá ligado ao mundo do trabalho, ela, subjetivamente, eu acredito que ela tem, ela te traz uma potência, uma potência de ser homem, de ser adulto, de ser mulher, de ser adulto, de tomar suas decisões, não há tantas outras mediações envolvendo suas escolhas, suas, e eu acho que te dá uma noção de que você banca sua vida, você vive sua vida, tá, e as dimensões relacionadas ao medo, ao... preocupação, eu acho que elas se diluem muito mais. Eu acho que quando a gente tá na casa dos nossos pais, e ainda com uma independência econômica muito presente, eu acho que tem também um, ... uma construção dessa dependência, né, ela tá invisível ali mas ela existe.” Paulo, 30 anos, carioca

Uma vez que a independência econômica assume importância como definição do ser adulto, podemos observar também que as falas relacionadas ao trabalho também são presentes nesse contexto, como critério de adultidade.

De fato, os poucos quebequenses que se denominaram de alguma forma como adulto apresentaram como justificativa justamente o fato de trabalharem, ou seja, de atuarem no papel tradicionalmente atribuído ao adulto, e portanto, de terem que lidar com a “realidade adulta”.

“Eu diria provavelmente que ainda é o trabalho. Invisto cerca de 1/3 da minha vida, 1/3 do meu tempo semanal nisso, sabe? Tudo vem sempre depois do trabalho, sabe? Eu também acho que tem uma questão física. Quando comecei a ter meu próprio canto [...]” Jérémie, 30 anos, quebequense

Conforme vimos, Jérémie se considera “os dois”, adulto e jovem, e o que o faz pensar ser adulto é o fato do tempo de sua vida dedicado ao trabalho, o que o faz abrir mão de realizar atividades e ter experiências mais “juvenis”, e portanto, “mais divertidas”. Da mesma forma, Nadia diz que “começa a ser adulto”, e sua via de acesso é justamente o trabalho, ou como ela coloca, “a realidade do trabalho”.

“Ok, é bem simples. Mas, mas, eu ganhei um pouco de responsabilidade. Eu não estou com emprego integral, mas mesmo assim, eu acho que o fato de ser responsável por alguma coisa... De ter que confrontar... colegas de trabalho, questões financeiras, orçamento... Eu acho que é muito uma questão de ser responsável por si.[...] Sim, há mais decisões. Mas também, ser responsável por si e pelo trabalho que faz. Porque, na escola, eu não sei se é diferente, você trabalha pra ter uma nota, mas você não é, você não é... não é, é um trabalho mas mais, você não está constantemente em contato com pessoas, você não está constantemente...[...] Tudo mudou! Quando uma coisa muda, tudo muda. [...]Não é um emprego, eu tenho um emprego onde eu era confrontada com muitas coisas, no nível pessoal, no nível profissional. Então trouxe mais mudanças do que se fosse um emprego fácil, então, ? É verdade que eu me sinto diferente. Eu me sinto mais... me sinto mais adulto.[risos] Eu me sinto como se eu... no sentido que eu me sinto que tenho mais consciência de minha responsabilidade.” Nadia, 25 anos, quebequense

Já os jovens cariocas também falam sobre o trabalho, mas ao contrário dos jovens quebequense, o trabalho aparece em seu negativo, ou seja, enquanto falta e demanda, logo, como justificativa para o fato de ainda se considerarem jovens, uma vez que essa entrada é muito mais difícil e complexa na realidade carioca.

“Medo de encarar esse mundo. Eu nunca me imaginei com 30 anos morando com meus pais, quando eu era mais nova. Tinha aquelas brincadeiras, a gente colocava a idade em cada quadradinho, o nome dos maridos, a idade que ia casar, não sei que, eu sei que sempre me via casando com 24 anos, já tendo uma profissão, e morando sozinha... enfim, não é a realidade.[...] É, acho que hoje a instabilidade do mercado de trabalho, a instabilidade das coisas, da economia deixa o ser adulto uma coisa amedrontadora. Você não sabe, se daqui a 6 meses você vai estar empregada, daqui a 6 meses, se você tiver com apartamento alugado se você vai dar conta de manter o aluguel, suas despesas... eu acho que muito em função dessas contingências todas os jovens adultos estão morando em casa.” Andréa, 30 anos, carioca

Logo, se como vimos anteriormente, a responsabilidade é o atributo diferencial do adulto, para os jovens, ela possui uma dimensão de concretude representada pela independência econômica, aspecto considerado determinante para os jovens quebequenses se reconhecerem enquanto adultos, e justificativa para os jovens cariocas não se reconhecerem totalmente como tal. Os jovens parecem colocar a concretude da independência econômica como condição à independência emocional, numa tentativa talvez de encontrar uma justificativa para sua dificuldade ou recalcitrância em lidarem com a entrada na vida adulta. Como vimos, os jovens quebequenses, apesar de desfrutarem de maior independência econômica, apresentam as mesmas falas de resistência ou distanciamento com relação a se identificarem como adultos (QUADRO 9).

5.3.1.3 Adulto é... “se perguntar que tipo de pessoa eu vou me tornar”

“Ter que se virar sozinho”, “dar conta”, “ter certeza”, “não poder errar”, “não precisar de ninguém”, esses são alguns dos predicativos atribuídos ao adulto pelos jovens que pudemos identificar em suas falas. Não é sem relação que os jovens parecem temer se tornarem adultos, e parecem se agarrar fortemente à identidade de jovem.

“[...] Eu tô chegando. Eu acho que eu tenho medo de ser adulto, porque ser adulto significa que você está ficando mais velho, significa que... Eu tenho um, eu tenho uma fobia com a morte. Se ser adulto significa envelhecer, significa que... é como se o tempo estivesse correndo. Eu acho que é por isso... mas tô chegando.” Aline, 25 anos, quebequense

“Dá pra perceber que é muito, muito essa transição. Dá pra perceber muito a minha resistência em certos momentos, com compromissos, com as escolhas que eu fiz, dá pra perceber muito... Eu posso dizer que... eu percebo a resistência mas percebo também um momento de ceder a essa resistência... [...].” Paulo, 30 anos, carioca

A relutância e receio em se tornar adulto aparece claramente na fala de João, ao ser perguntado sobre a possibilidade de casar no momento. Mesmo estando em uma relação estável há cerca de 4 anos, João parece relutar a se casar, um passo considerado por ele definitivo em direção à vida adulta.

“Até o negócio de casamento, fico num deadlock como se fala em informática. Tenho que fazer um negócio, mas pra isso esse cara tem que vir pra cá e ele tem que sair daqui e ai não dá. Aí o negócio do casamento eu fico nessa neura de me achar jovem, e tipo, ‘caramba tô casando, pô casar é coisa de velho.’ Fico nessa, caramba e agora?’ Já conversei isso com ela [namorada], sabe tipo, desculpa mas é isso que eu sinto, entendeu? [...]. Mas... não é que eu tenha dúvida, eu tenho esse negócio que eu não sei explicar o que é. É... esse deadlock, essa... esse vai ou não vai de... de me achar novo, de eu achar ‘tipo, já???’ Entendeu? Foi tudo tão natural, que caramba, já? E, de repente não foi, e eu sei que não foi, eu já tô com 25 anos, não sei se é razão ou o coração, não sei o que é...” João, 25 anos, carioca

Assim, a vida adulta e o ser adulto são descritos e considerados pelos jovens como sendo algo, diferentemente da juventude e do jovem, como caracterizados pela seriedade, estabilidade, coerência, sapiência.

“A imagem também de ser adulto é se instalar, ser sério, ter uma casa, é ter..., eu não sei ; tudo o que vem com nossa necessidade de consumir...[...]” Martin, 28 anos, quebequense

“Adulto é ser coerente com... eu acho chegar a um objetivo, a etapa final, de felicidade e coerência. De ser capaz de ser coerente com seus ideais [...] É isso, ser capaz de ser coerente consigo mesmo e seus ideais, no que você faz e no que você diz, no que você pensa de verdade, tentar não ser só mais um. É a isso que aspiro, se conseguir, eu posso pretender ser um adulto” Martin, 28 anos, quebequense

“[...] ser adulto é saber seu lugar na vida, saber que ela é, é sustentá-la de qualquer maneira, quer dizer, estar compromissado em uma relação com alguém, começar a ter os planos certos, por exemplo, um apartamento, uma casa, um emprego estável, ter responsabilidades” Denis, 26 anos, quebequense

Estes atributos são por vezes negativizados, uma vez que dão a idéia de fixidez e estabilidade, o que viria até em oposição ao discurso individualizante, de estar aberto e flexível à mudanças, características creditadas e valorizadas no jovem.

“..... eu sempre preferi ser... jovem . É.... [...] não sei, [receio] de ficar sério demais...” João, 25 anos, carioca

“Eu acho que a vida fica muito séria, quando você é meio adulto, você tá nessa tensão, ai Meu Deus eu tenho que fazer isso, tem que fazer aquilo, não relaxa... Eu vejo um pouco mais por isso.[...] É, de ter que assumir aquelas responsabilidades todas e de não ter mais um tempinho, assim de viver, assim a vida normal, poder parar e olhar a praia assim, não digo nem em termos de que tenho que investir mais dinheiro, mas digo uma coisa assim de conversar com amigos, sabe quantas vezes você vira pro seu amigo Caraca, não posso falar agora, tô ocupado, tô no trabalho, tô com trabalho até a cabeça, entendeu, sabe essas coisas assim de...” Denise, 25 anos, carioca

“Então é...basicamente isso, já,é, em termos, você é adulto, você tem que se preocupar com...a forma que você tá atuando, com que você tá fazendo e, é uma visão sem dúvida, também, bem mais, preocupada com o seu futuro. É também uma visão de um futuro bem diferente. Isso é essencial também. É uma preocupação com o futuro. Não existe, eu acho, quando você, ou existe uma maneira muito mais branda quando você é jovem, ou seja, jovialidade ta muito ligada também, que interessante, à não preocupação. Se você parar pra pensar, é você não se preocupar com nada, e não se preocupar com nada tem um quê de inconseqüência também”. Wagner, 30 anos, carioca

Para alguns, essa estabilidade associada à idéia do adulto como produto resultante do processo de desenvolvimento e de socialização é agradável, uma vez que corresponde a uma segurança identitária.

Conforme visto anteriormente, Letícia se declara “seduzida” pela idéia de ser adulto. Para a jovem, a idéia do adulto como independente e autônomo parece ser o ponto que a faz positivar essa identidade.

“ [...] mas de qualquer forma, a imagem que me seduz do adulto é essa. É a pessoa que mora sozinha, que é independente, que trabalha e que assim tem o seu trabalho, como... assim... como viés de estar no mundo e, sabe não abrir mão disso, do seu desejo de ser isso ou aquilo outro, e sabe atravessar seja o que for, pra isso ficar salvo, intacto e é uma pessoa que a partir disso busca resolver o resto, assim. Essa é a imagem que me se seduz, mas no fundo, eu acho que ser adulto é bem mais que isso, assim sabe” . Letícia, 26 anos, carioca

De forma semelhante, Maude fala da felicidade encontrada à medida que cresce e passa a ter uma segurança maior sobre quem é e sobre sua vida. Essas duas falas ratificam a idéia presente que perpassa o discurso dos jovens sobre o adulto como produto final de um processo de desenvolvimento. Nas palavras de Denis, que em determinado momento de sua entrevista diz estar tornando-se uma pessoa, e que o momento de passagem para a vida adulta seria o momento de se *“perguntar que tipo de pessoa eu vou me tornar”*.

“Eu prefiro ser adulto. ... Sei lá, acho que com a idade, todo ano eu me sinto mais feliz. Aqui tem muitas pessoas que falam que ser adolescente é a melhor coisa, melhor etapa da vida, mas eu não concordo com isso porque a adolescência é um período que você ainda está se conhecendo, você não sabe muito bem quem é você. Os amigos tem uma influência enorme sobre você, você não sabe muito bem o que quer da vida. Acho que pra mim a adolescência foi um período difícil, e, agora que estou me definindo como mais como ser humano, eu me sinto melhor e acho que as coisas vão melhorando.” Maude, 28 anos, quebequense

A dificuldade em se identificar como adulto não é exclusiva dos jovens. Singly (2000) fala de uma pesquisa feita com adultas, na qual a maioria se mostrou embaraçada, com dificuldade em se afirmar adulto (mesmo tendo há muito tempo passado dos 30 anos).

A adultidade apesar de não representar para todos algo almejado, não está desaparecendo enquanto referencial para os jovens. A noção de que há um “lá” está presente, mesmo que cause angústia se considerada enquanto o final de um processo, visão que muitos jovens parecem refutar com a idéia de que não se pára de crescer ou mudar ao longo da vida. “A idade adulta é codificada negativamente quando ela é assimilada ao fim do trabalho sobre si, logo o inacabado é o sinal, ao contrário, de uma parte ainda escondida de si” (Singly, 2000:10).

Por outro lado, para outros jovens, justamente a idéia de estabilidade e certeza, associadas à vida adulta, pode ser positivizada, conforme visto na fala de Maude. Questões de ordem mais concreta como a independência econômica parecem contribuir também para a identificação dos jovens enquanto adultos.

5.3.2 A transição para a vida adulta de jovens cariocas e quebequenses: individualização e contexto cultural

Conforme visto anteriormente a idéia de transição entendida como passagem “abrupta” do estado infantil para o estado adulto não tem sentido em uma sociedade e contexto des-tradicionalizados. Vimos também que a passagem para a vida adulta tem sido estudado como momento fecundo para interferência e impacto do processo de individualização sobre os sujeitos, no caso, jovens (Blatterer, 2007b Singly, 2000; Schehr, 2000). Veremos nesta seção, como os jovens participantes da pesquisa relatam sua experiência de entrada na vida adulta, assim como o impacto da individualização nos dois contextos locais, se “encaixes” ou categorias da modernidade, como a família, estão mesmo perdendo sua força de determinação neste momento.

5.3.2.1 A transição para a vida adulta como processualidade

A análise das falas dos jovens quebequenses e cariocas demonstrou que para esses sujeitos a passagem foi ou tem sido vivida, experienciada e percebida como um processo de aproximação à vida adulta, em detrimento a uma experiência de passagem abrupta, mais determinada por eventos singulares e pontuais.

“Então assim, eu não gosto de pensar em pontos assim, em pontos marcantes, embora existam é claro. Então assim, eu acho na minha opinião, tudo é processo, absolutamente tudo, não talvez nessas sociedades, né, mas eu acho que na nossa sociedade...comigo pelo menos, tudo que acontece comigo tendo a pensar que é processo.” Wagner, 30 anos, carioca

Jérémie, por exemplo, descreve um longo processo que começou no início da adolescência e se estende até o seu final.

“Eu acho que é muito... Você começa fazendo, sabe, adolescência é a fase inicial da vida adulta, adolescente, 11,12,13, algo em torno disso, você começa a ter mais responsabilidade nas tarefas de casa e tal. A escola começa a ficar mais importante, você chega no Segundo grau e começa a focar mais. Os primeiros anos de Segundo grau você começa a se preocupar: que direção eu vou tomar? Vou ser isso ou aquilo? [...] Então esses são os primeiros pensamentos que você tem como um adulto... 14,15,16 você começa a ter seus primeiros trabalhos. Esse é o próximo passo de um adulto que não é mais só tarefa de casa. Você começa a ter seu próprio dinheiro e percebe, se eu quiser algo eu tenho que guardar dinheiro. Dinheiro agora tem valor. [...] Quando você chega, pra mim foi 19 anos, pra outras pessoas 18, 19, 20, algo em torno disso você vai pro CÉGEP. [...] Esse é pra mim o ponto de mudança pra vida adulta da infância. Sabe, primeiro ano de CÉGEP as pessoas fazem muitas festas e tal, segundo ano, terceiro ano são mais sérios, pessoas começam a pensar no trabalho, começam a procurar trabalho na área e depois disso, eles estão por conta própria, já estão trabalhando e se sustentando nesse momento” Jérémie, 30 anos, quebequense

Uma vez que não reconhecem mais a transição para a vida adulta enquanto etapas a serem ultrapassadas, os jovens tendem também a considerar as “fronteiras” entre juventude e adultidade de maneira menos nítida e definida. Abaixo, falas de uma jovem quebequense e

um jovem carioca. Maude se mostra angustiada com relação a isso, pois ao identificar em si características que atribui a uma criança (sentimento de rejeição), isso parece de alguma forma abalar sua identidade enquanto pessoa adulta.

“O que que determina o fim [da juventude]? É difícil porque acho que não tem um momento fixo, uma coisa assim, porque, tem momentos que ainda hoje eu penso sou uma criança, não deveria...[...] Seria na minha forma, às vezes na minha forma de me sentir facilmente rejeitada, ou na minha forma de, não é no comportamento porque eu acho que na minha forma de ser quero ser adulta e parecer adulto, mas às vezes seria na forma de sentir ou na minha forma de reagir a uma situação.” Maude, 28 anos, quebequense

Já João mostra a facilidade da transição entre as idades, que para ele, acabou sendo imperceptível e fluida. Lembremos que João é um jovem que desde cedo teve experiências de trabalho, tendo inclusive sido emancipado aos 16 anos para abrir sua própria empresa. Este jovem parece ter encontrado no trabalho uma via pela qual a transição para a vida adulta tenha sido facilitada.

“Às vezes eu até falo pra Andrea que pra mim as coisas foram tão naturais, foram fáceis que eu não vejo assim tipo tanta diferença quando eu tinha 15 anos”. João, 25 anos, carioca

Na transição processual, os eventos de passagem estão mais distribuídos ao longo do ciclo de vida, significando para os jovens que esta tão pouco termina ao chegar à idade adulta. A transição é assim um processo constante de mudança e “aprendizado” que se perpetua ao longo da vida do indivíduo.

“Lógico que continuamos aprendendo quando somos adultos mas, como posso dizer isso, não pára a aprendizagem mas paramos, é menos, por isso que amávamos a escola, eu, eu parei de ir à escola, mas a noção de aprendizagem é bem diferente. Se falamos, a escola da vida, que é a da vida adulta, comparativamente de quando éramos criança. Acho que é isso.” Daniel, 27 anos, quebequense

« Eu acho que... eu acho que a transição pra vida adulta digamos assim, só vai acabar quando eu morrer. Porque como eu te falei mais cedo, a preocupação, ela é fundamental no quesito adulto. Então, no dia, que assim é... por lógica, você tá morto assim, não vou entrar nisso agora, mas eu acho que essa transição não acaba nunca né.” Wagner, 30 anos, carioca

Assim, surge entre os jovens uma nova definição de adulto, não mais visto como rigidez, produto final, estabilidade fim de processualidade, mas sim, de acordo com o “mito da busca de si”, próprio ao discurso contemporâneo, da flexibilidade e individualização (Singly, 2000).

Apesar de defenderem a processualidade da passagem para a vida adulta, os jovens, ao serem perguntados, conseguiram identificar eventos que caracterizariam, objetivamente e simbolicamente, esse momento.

Tanto os jovens de Quebec quanto os jovens do Rio de Janeiro elencaram eventos como saída da casa dos pais, primeiro emprego, término da escolaridade, etc, como sendo significativos na passagem para a vida adulta, em consonância com o comumente discutido por autores da sociologia da juventude (Pais, 2003; Galland, 1990). A seguir, alguns exemplos ilustrativos:

“Eu acho o primeiro emprego da pessoa, de repente, né. Primeira vez que ela tá empregada, assina a carteira de trabalho dela, eu acho que é um momento importante seria, quando ela sai da casa dos pais, eu acho, decidi ir morar sozinha, né, por alguma razão ou porque, pra buscar oportunidade de trabalho de repente ela, começa a ter que enfrentar as coisas sozinha, acho que coisas novas, novas experiências”. Cristina, 29 anos, carioca

“Ah, quando vai morar sozinho, né, quando entra no mercado de trabalho assim, de uma forma mais efetiva, porque às vezes ele já tá trabalhando mas não consegue ainda se sustentar, né, então eu acho que quando ele consegue seu sustento, quando ele tá morando sozinho ou quando ele vai gerenciar uma casa, quando ele casa e, acho que são alguns fatores”. Helena, 30 anos, carioca

“Acho que morar sozinho, sair de casa, né? Pode morar sozinho, dividir um apartamento, ou casar... acho que sair de casa, ou dentro de casa colocar um limite e dizer olha, to morando aqui mas... minha vida é minha vida e ponto. O trabalho. Você se sustentar financeiramente eu acho que isso é um grande ponto, né, pois a partir do momento que você tem o seu dinheiro, você paga as suas contas e faz com seu dinheiro o que você bem entender, é, você tem... eu acho que é um momento importante, você não ter que dar satisfação ou pedir dinheiro pros pais.” Andréa, 30 anos, carioca

As falas acima são de jovens cariocas e enfatizam a saída da casa dos pais e o trabalho como eventos importantes. Interessante pensarmos que esses são eventos justamente que a maioria dos jovens cariocas ainda não vivenciou ou vivenciou de maneira mais tardia e precária do que os jovens quebequenses (QUADRO 10). Já os jovens de Quebec mencionam os mesmos eventos, mas introduzem outros como morar junto ou casar, ter filhos, coisas que estão começando a vivenciar, antes de seus pares cariocas.

“[...] Eventos principais? Eu acho... .. Eu acho que os principais eventos são ‘sossegar com alguém, com um parceiro, ..., ter filhos, grandes transições, entre, tipo, ... do estudo para o trabalho, esses são eventos importantes... é isso’ Isabelle, 25 anos, quebequense

“É um processo de transição, mas provavelmente acho que tem a ver com ter filhos, quando se cuida de um filho pequeno, provavelmente isso acelera a ida à idade adulta. Eu conheço jovens que têm filhos e dizem que a vida deles mudou, mesmo com 22, 26 anos o período de juventude é diferente dos outros. Eu acho que a idade e ter filhos são dois fatores de passagem à idade adulta.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Eu imagino que o fato de ter um filho deve acelerar bastante as coisas... a ter responsabilidade. Eu não sei, a ter consciência de..., de tomar conta de alguém, de ter alguém sob sua responsabilidade, deve influenciar bastante” Martin, 28 anos, quebequense

“Acho que o primeiro emprego. O primeiro significativo pra você. Não “emprego de estudante”, mas algo que você estudou ou algo que você adquiriu competência pra fazer.” Amelie, 28 anos, quebequense

O contexto sócio-cultural no qual os jovens estão inseridos parece ser um fator importante na configuração do momento de transição para a vida adulta, podendo tanto a família como o Estado atuar como facilitadores (ou não) na transição à certos critérios da vida adulta. O trabalho como evento socialmente importante de entrada na vida adulta ficou mais pregnante entre os jovens cariocas, talvez por se constituir para estes ainda como algo a ser alcançado, ou que está sendo alcançado no momento, o que é corroborado pelos eventos destacados na dinâmica da linha do tempo.

Perguntados sobre eventos que teriam marcado, especificamente sua própria história de vida, e não eventos da juventude em geral, os jovens cariocas trouxeram falas relacionados a eventos de ordem mais pessoal (viagem, depressão, casamento).

“Eu acho que sim, a minha formatura, o casamento. Tudo eu acho que é contribuiu pra essa responsabilidade de adulta assim, colocar o pé no chão, agora tá por minha conta, agora eu tenho que me virar. Não dependo mais de pai e mãe, tenho que resolver as minhas coisas. Assim, é uma transição sim, mas eu acho que esses dois eventos, formatura e casamento foram os pontos assim que fixaram melhor”. Cristina, 29 anos, carioca

“É, uma série de acontecimento acho que foi quando eu casei e mais ou menos na mesma época quando eu entrei assim mais efetivamente no mercado de trabalho”. Helena, 30 anos, carioca

“Eu achei que eu tinha feito quando eu curei da depressão. [...]Mas, fora isso, não, então depois que isso passou, eu pensei “cara pô, e aí Adulta”, mas aí não, passou um tempinho, aí eu comecei a ver, assim, “não, agora tô começando achar que eu sei o que é ser adulto”. Letícia, 26 anos, carioca

“Ah, no meu caso agora... é o meu intercambio, entendeu? Eu acho que vou crescer muito nesse tempo que ficar fora de casa. Então eu acho que assim, o meu ser adulto hoje é esse intercambio, entendeu, é o que eu vou viver lá. Eu vejo um pouco por aí.” Denise, 25 anos, carioca

Personalidades francesas, ao serem perguntados a mesma coisa, relataram uma variedade de eventos que foram importantes no contexto de sua história pessoal, desde eventos como morte de um parente, flerte com o professor, à situações de nascimento do filho, acidente grave sofrido (Tuininga, 2006).

Outro exemplo dessa relação entre o modo de vivenciar a passagem para a vida adulta e o contexto cultural pode ser observado na fala de Andréa. Esta jovem, quando perguntada sobre algum evento que houvesse experienciado que ela considerava como simbólico de sua entrada na vida adulta traz o exemplo do casamento. Andréa estava, à época da entrevista há um mês de se casar, o que em si já poderia ser considerado como algo importante, mas além disso, estava se casando com um canadense e iria morar fora do país. Na opinião da jovem, esse corte mais radical seria necessário uma vez que assim poderia se

distanciar não só geograficamente, mas principalmente, simbolicamente de seus pais, podendo assim se constituir como adulta (Galland, 2001; Bidart, 2005; Westberg, 2004).

“É, eu acho, no meu caso sim [refere-se a seu casamento]. Exatamente por essa relação que eu tenho com a minha família, de me colocar como jovem pra eles e eles me virem dessa forma também. Em termos de satisfação de dizer pra onde eu vou, com quem eu vou.” Andréa, 30 anos, carioca

Os jovens quebequenses por sua vez, se apresentaram, mais uma vez, em concordância ao estabelecido na literatura, ou seja, com eventos “clássicos” como saída da casa dos pais, trabalho, término dos estudos, dentre outros; diferentemente dos cariocas que foram mais “subjetivos”.

“Acho que um momento importante é quando fui embora da casa dos meus pais. E, pra mim, já sabia que depois do segundo grau ia sair da casa dos meus pais. Eu já sabia, pelo menos há 5 anos, que estava me preparando. Então não foi algo chocante. Foi algo que estava esperando e estava ansiosa, eu queria sair da casa dos meus pais, eu queria, como sou de uma cidade tão pequena, eu queria estar numa cidade maior pra ter mais coisas pra fazer, pra ter novas amizades. Então foi um momento importante da minha vida.” Maude, 28 anos, quebequense

“É, não sei como dizer, foi o trabalho, foi... foi trabalho mas com muitas coisas ao mesmo tempo. No sentido que... no meu caso o trabalho foi o catalisador.” Nadia, 25 anos, quebequense

“Bem, eu acho que terminar meu bacharelado foi uma coisa. Ir morar junto com meu namorado também. Sabe, pensar no meu futuro, que tipo de trabalho eu gostaria de ter, coisas assim. Esses são eventos importantes, sabe, você não trabalha só por causa do dinheiro, você trabalha porque vai ser o seu futuro” Isabelle, 25 anos, quebequense

Procuramos entender também de que maneira os jovens vivenciaram ou vivenciam esse momento tão peculiar de suas vidas, se de maneira mais solitária e individualizada ou compartilhando com outros experiências e impressões.

Para os dois grupos de jovens entrevistados, apesar de algumas falas retratarem a experiência de passagem para a vida adulta como sendo vivida não de maneira isolada, podendo dividir questionamentos e dúvidas com amigos, famílias e até mesmo analistas, chamou-nos atenção a fala preponderante do sentimento de solidão retratada pelos jovens.

“Mais individual, mais individual. E eu acho que hoje em dia é cada vez mais assim.” Jérémie, 30 anos, quebequense

“Bem, é excessivamente pessoal.[...] Sim, bastante solidão. E, no meu caso, vivo tudo muito individualmente.[...] Isso se impõe pra mim, não é uma escolha. Eu não tive a sorte de ter alguém, de confiança, que eu pudesse compartilhar muitas coisas, que me compreendesse. Mas, é, tipo de indivíduos que são individualistas. Eu, eu não tenho uma galera de gente com quem eu possa falar.” Nadia, 25 anos, quebequense

Dentre os jovens cariocas, esse “individualismo” ganha contornos mais fortes e pesados. Wagner e Paulo falam de maneira bastante contundente sobre o sentimento de

solidão e isolamento que vivenciam não só da sociedade em geral, mas com relação a seus pares. Para eles, falar sobre dificuldades da vida adulta, sobre a incerteza e o não saber o que fazer, o que escolher, parece ser tomado como algo “vergonhoso” ou “tabu” pelos outros, uma vez que significaria, aparentemente, a incapacidade do sujeito de dar conta dessa questão.

“Não, é, eu tive um psicanalista, que me ajudou demais durante muito tempo, maravilhoso...é...e com quem eu discutia essas questões de forma muito intensa, tudo, na verdade. Mas eu acho que todo mundo é, sem exceção, tem essas questões, mas por enquanto, por incrível que pareça, são questões tabu, na minha opinião. Assim, é, sexo parece ser menos tabu do que falar sobre, eu tô fudido de grana, ou eu não sei o que fazer da vida, Deus me ajude, assim, me parece isso, assim, nego fala sobre sexo do que, a, né, do que sobre essas questões.” Wagner, 30 anos, carioca

“Eu acho que é vivido muito na solidão, as pessoas partilham muito pouco isso, trocam muito pouco isso, porque se encontram menos, tá, não é só isso não, mas não sei se tem uma certa vergonha, ou... que eu acho que acaba associando muito com uma incapacidade...[...] Uma incapacidade, a sensação que eu tenho é que é vivido muito solitariamente, que se partilha muito pouco. Então, eu fui num chá de bebe de uma amiga minha agora no sábado e aí, foi um encontro, que eu não vivencio um encontro assim, uma vez por ano, no máximo, ou duas vezes por ano, não é a todo momento, tenho vários amigos na universidade que estudaram comigo e se formaram no mesmo período, e aí eu converso, eu falo com eles, não sei se, eu puxei esse assunto, eu conversava esse assunto com os meus amigos, né, colegas, e reconhecer que as pessoas vivem coisas parecidas. Mas eu acho que não se comenta, se comenta pouco.” Paulo, 30 anos, carioca

O processo de individualização proporciona maior liberdade de escolha para os jovens de classe média, inclusive a escolha de que adulto ser, mas pode também ser vivido com sofrimento, a partir do momento em que os jovens se vêem sozinhos no trabalho de construção identitária.

5.3.2.2. Nem tão “desencaixados” assim: relativizando o impacto da individualização na transição para a vida adulta

Num cenário que pressupõe cada vez mais o peso sobre o indivíduo no que diz respeito às escolhas, caminhos e estilos de vida a ser seguidos, os jovens pesquisados parecem contar ainda com referenciais e modelos identificatórios, que de alguma forma marcam suas vidas.

Perguntados sobre a importância da família nos valores que seguem e prezam, os jovens cariocas e quebequenses reconhecem a presença e importância dessa instituição em suas vidas. Esses valores estão relacionados a valores éticos, familiares e de trabalho. Essas falas foram mais presentes no contexto carioca. A família funciona assim como um referencial de condução de vida. No panorama desinstitucionalizado, a família ainda representa um ideal normativo relevante, inclusive na transmissão sobre a função e ética do trabalho.

“Eu acho que eles me passaram muitos valores que considero importantes como questão de você é...ter a sua independência, é você saber... trabalhar, ter o seu dinheiro, respeitar as pessoas, você...

você, a questão de valorizar a família, os amigos, tudo isso foram eles que me passaram bastante, assim, eu acho que eu vou levar comigo, vou passar pra os meus filhos também... questão também...uma coisa assim por exemplo que faz diferença que eu vejo em relação a outras pessoas, por exemplo, é o fato de que os meus pais nunca me bateram, nunca". Cristina, 29 anos, carioca

"Ah, sou muito responsável. É... ético, demais, profissionalmente. Pô, algumas outras coisas que eu não herdei, talvez tenha herdando da minha mãe, não sei. Esse negócio de ajudar as pessoas, às vezes eu me ferro, mas... putz tentei ajudar, entendeu? O problema é que eu já me ferrei algumas vezes e tô começando a endurecer e tô começando a deixar pra lá, entendeu? A não ajudar mais. Gostaria de ajudar mais, mas o mundo tá me fazendo assim". João, 25 anos, carioca

"É, o que que eles me transmitiram, acho que a coisa do trabalho... acho que você conquistar... a sua vida mesmo a partir do trabalho, duro.... A ética, o respeito, de você não se submeter a qualquer coisa... pra ganhos rápidos.... que a coisa não é mágica. O caráter mesmo, essa coisa... o lugar que a gente tem diante dos outros e a importância de respeitar o lugar do outro, que o outro vai te respeitar, de você.... educação, sabe? Outras coisas positivas que me transmitiram, muitas coisas."

Andréa, 30 anos, carioca

Para os jovens de Quebec, a família é vista de forma mais crítica, com maior atenção ao que não se gostaria de herdar dos pais.

"Sim e não. Têm comportamentos que você aprende a gostar e a não gostar. Algumas vezes você se percebe ficando igual aos seus pais mesmo nas coisas que não gosta. Eu, ser um pouco reclusivo é algo que não gosto, que é da natureza do meu pai mas que eu acabo fazendo igual" Jérémie, 30 anos, quebequense

"Hum, meu relacionamento com meus pais é cheio de altos e baixos. No fim meus pais me deram muito amor, mas de uma maneira material, e isso é algo que não gostaria de repetir." Isabelle, 25 anos, quebequense

Entretanto, os jovens quebequenses ao responderem sobre a existência de possíveis modelos e identificações existentes como influências em suas vidas destacam modelos familiares. A figura de mulheres, e principalmente das mães, aparece, na fala das jovens quebequenses, como uma figura identificatória importante .

"Mas por outro lado, tem todas as mulheres que cruzam o meu caminho, a minha vida, pessoas que vejo, pessoas que encontro. Minha avó, minhas tias-avós, minha mãe, minha irmã, minhas amigas, amigas de amigas, sabe. Sabe, eu acho que está por todo os lados. Se você quiser mesmo, se você estiver aberto a repensar a maneira de pensar e de ser, existem muitas, muitas pessoas incríveis por aí". Aline, 25 anos, quebequense

"Mas a mulher que escolhe ficar em casa tem o mesmo valor, é uma escolha que fizeram e se são felizes, é ótimo também. Mas, acho que me identifico mais com o modelo da minha mãe, que sempre trabalhou ao mesmo tempo que nos criava, então é uma mulher que admiro bastante." Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Há, portanto, entre jovens quebequenses e cariocas, a opinião de que se não está "livremente" no mundo, por maior que seja o espaço de ação do sujeito, existem modelos pré-configurados aos quais todos estão de certa forma submetidos, não só pela família mas também pela cultura.

“É, acho que tem uma parte que você é livre e você tem uma personalidade e você tenta ser mais o que você é e você vai fazendo o seu caminho. Mas de um país a outro é tão diferente! E, dá pra ver que em Québec eu sou independente, eu faço o que quero mas todo mundo segue mais ou menos o mesmo caminho.[...] Eu acho que estou seguindo mais ou menos esse caminho, de trabalhar, de dar importância aos estudos, de trabalhar mas não trabalhar demais, de querer realizar os seus sonhos, acho que faz parte da nossa geração.” Maude, 28 anos, quebequense

“Não, acho que é completamente socializado. Uma mulher em, em Quebec e uma mulher em Marrocos, não é a mesma coisa. Eu não acho que exista uma maneira específica de ser, mas há um certo padrão. Existem diferentes níveis de padrão e eu acho que temos modelos. Eles são geralmente modelos inconscientes. Sua mãe, por exemplo, vai ser um modelo, bem inconsciente, mas... mas de novo, se sou uma mulher que pode sair, falar por mim mesma, exigir uma relação não-abusiva... sabe, ir à Universidade e achar que tenho meu lugar como mulher, é porque sou uma mulher de Quebec, mas se eu estivesse num país muçulmano, Marrocos, eu não acho que seria igual, que pensaria da mesma forma.” Isabelle, 25 anos, quebequense

Entretanto, essa possível padronização, consequência da existência de modelos, é criticada pelos jovens, principalmente a padronização imposta pela mídia e pelo consumo.

“É, eu acho que tem essa coisa na mídia mesmo, mas “ah eu quero isso”. Não sei assim, eu também pensava em casar, em ter filhos, mas assim, não sei se talvez nesse modelo, né, que alguma coisas, por exemplo, eu sou um pouco assim, ah eu acho que as pessoas tem que ter o último carro, eu sou contra certas coisas, sabe? De achar que você tem que ter o último celular e, às vezes você fica um pouco sendo, assim, não excluída mas assim “ah mas você tá ainda com esse celular, esse celular não tem nada!” Assim, pra mim não tem nenhum valor aquilo. Então, algumas coisas, sabe, essa coisa de consumo que tudo tem que ser novo, que você tem que comprar, por exemplo, agora tem essa televisão fininha, né, agora que todo mundo tem que comprar. Mas pô, a minha televisão tubão ainda tá boa, sabe. Eu acho que em relação a esses modelos, algumas coisas eu sou diferente. Mas sempre pensei em ser alguém, é alguma coisa mais tradicional, ter filhos, eu sempre pensei mesmo”. Helena, 30 anos, carioca

« Sim, eu acho que existem modelos [...] eu acho que há muitos modelos de sucesso material, quer dizer, as pessoas são encorajadas a se ocupar de... a ganhar muito dinheiro, a ocupar postos de prestígio, de ter casas grandes, um belo carro, um chalé, um pouco isso... ; são geralmente os indicadores reconhecidos como associados ao ‘sucesso’ » Denis, 26 anos, quebequense

“Hoje em dia, a mídia e essas coisas tentam nos dizer o que diabos quer dizer ser homem, ser mulher. Propagandas dizem que você deve ser isso e isso e isso, sabe. Seja um homem assim, esse tipo de porcaria. Homens devem gostar disso e mulheres devem, sabe. Existe um tipo de estereótipo. Eu acho que mais pessoas devem ser indivíduos e não seguidores” Jérémie, 30 anos, quebequense

Os jovens nos descreveram a transição para a vida adulta como um processo que se dá de forma muito mais processual (para alguns de forma quase imperceptível, como para João), mas relativizando um pouco a hegemonia do processo de individualização. As falas apontam para a importância não só que alguns eventos ainda possuem neste momento, como forma de simbolização da transição; mas também da existência ainda de referenciais e modelos, familiares e culturais, mesmo que agora vistos de forma mais crítica pelos jovens, principalmente os quebequenses.

5.3.3 Moratória como espaço de subjetivação: discurso e prática juvenis no contemporâneo

O estabelecimento da juventude enquanto moratória tem como base uma concessão temporal que se alia à impossibilidade de se afirmar o que venha a ser o fim da juventude, ao mesmo tempo em que se embute nessa concessão a suspensão das possibilidades reais de inserção do jovem como integrante da sociedade. Inscrita como um fenômeno contemporâneo, a moratória juvenil traz em seu interior uma série de questões que apontam para a complexidade da sua atribuição, principalmente no que tange à sua justificativa mor, qual seja, a imaturidade do jovem.

Grosso modo, ela é tradicionalmente entendida como o gozo de prerrogativas pelos jovens, um período de experimentação, formação e preparação para a entrada no mundo “tão temido” das responsabilidades. Portanto, sua definição se confunde com a definição mesma de juventude. Entretanto, o chamado “prolongamento” da juventude não se dá somente em nome de uma maior possibilidade de experimentação dos jovens, em nome de uma moratória concedida pela sociedade; muitos países têm se deparado agora com dificuldades de integrarem um número cada vez maior de jovens em uma sociedade saturada em diversos campos, principalmente o do trabalho. “À medida que as sociedades se tornam mais afluentes, elas estão propícias a dar aos jovens a oportunidade pela moratória extensa da adultidade emergente, porque não têm necessidade por mão de obra jovem” (Arnett, 2000:478). Assim, menos do que um tempo feliz a espera da condição do já preparado para as “mais altas funções”, como nos fala Bourdieu (1983:114), a moratória pode se configurar para o jovem como experiência de vazio, insegurança e perplexidade diante do ilegível da complexidade do mundo em que vive fixada pelo adiamento que lhe é oferecido, impedido assim, de entrar na sociedade dos adultos.

Veremos agora, de que maneira essa “suspensão” ou “privilégio” se configura para os jovens dos diferentes contextos, de que maneira a especificidade cultural ajuda a configurar a experiência de moratória para os sujeitos.

5.3.3.1 “*Tô andando de bicicleta*”: do culto dos adultos à dificuldade dos jovens

Os jovens participantes da pesquisa reconhecem o lugar diferenciado – seja privilegiado, seja prejudicado – reservado para a juventude na atualidade. Ao serem convidados a refletir sobre possíveis diferenças entre a experiência de ser jovem hoje e a de gerações anteriores, como a de seus pais, todos os entrevistados afirmaram a existência dessa

diferença. Entretanto, a qualificação do que seria diferenciado entre esses dois momentos históricos se daria quanto à avaliação de ser mais fácil ou mais difícil ser jovem atualmente.

Os jovens que relataram uma maior facilidade para a juventude na atualidade o fazem justificando que, hoje, em contraposição à experiência de seus pais, de gerações anteriores, os jovens possuem menos responsabilidades, e as prerrogativas concedidas à juventude se alongam mais durante o ciclo de vida do sujeito.

“Acho que ser jovem sem responsabilidade é um luxo que nossos pais, avós, não podiam ser jovens durante muito tempo, pois tinham que trabalhar a partir do, sei lá, 10 anos. Tinha que ajudar a família, então o contexto faziam com que eles tinham que ser adulto muito rápido. Mas agora temos essa possibilidade de ser jovem, de viver com a família pelo menos até os 20 anos, então você não tem que trabalhar, só tem que estudar, pode viajar, pode fazer tantas besteiras, tantas... e também que o governo protege.” Maude, 28 anos, quebequense

“Antes, minha mãe, ela me teve com cerca de 20 anos. Eu, eu tenho 25 anos, e não tenho amigos que já tenham filhos. Os que conheço que têm filho têm 30 anos. Então, e como período de estudo tem tendência a se estender cada vez mais, as mulheres que começaram a fazer estudo superior e vão terminar no final dos vinte anos, perto dos trinta, então, todos os eventos da vida que nos permite ser adultos como a inserção profissional ou ter filhos, eu penso que é um período que tende a se estender também.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Contrariamente ao que poderia ser suposto pelo senso comum, e ao que aparentemente é reproduzido na fala de adultos, alguns jovens avaliam a juventude atual como sendo vivida de forma mais angustiada, e portanto, mais difícil do que para gerações anteriores. A dificuldade se encontra, para esses jovens, no que aparentemente seria justamente a “dádiva” concedida a eles no contemporâneo, qual seja, a margem maior de escolhas a serem feitas. Esse privilégio ofertado pela sociedade é, muitas vezes, interpretado e vivido pelo jovem como uma exigência, um empuxo a “se viver a própria vida” (Beck & Beck-Gernheim, 2008).

“Claro que é [mais difícil agora]! Nós temos muito mais oportunidades e as escolhas são mais difíceis. Porque nunca nos foi ensinado a fazer escolhas ou se tem muitas escolhas. É muito difícil ser jovem agora! [...]E porque não aprendemos a fazer escolha, nós queremos tudo. Nós conseguimos muita coisa ... pelo menos é assim que sinto. Nós temos tantas oportunidades e podemos fazer tantas coisas. Fazer escolhas... se torna muito difícil. . Você sente que você abre mão de certas coisas, e... Hoje temos tantas escolhas que nós podemos, que nós podemos achar o que é mais coerente com quem somos. Você não se torna advogado porque o pai era advogado, você se torna advogado porque você sente que é a coisa certa a fazer, entende [...].” Isabelle, 25 anos, quebequense

Para os cariocas, esse campo de possibilidades “assustador” de escolhas não se faz presente. Os jovens cariocas, de maneira geral, consideram uma facilidade em se ser jovem hoje, pela irresponsabilidade ou não-responsabilidade permitida à juventude. Os jovens cariocas mencionaram o fato dos pais terem precisado a começar trabalhar mais cedo. João, de maneira muito divertida, ao se comparar a seus pais, que o tiveram com idade de 19 anos, diz “estar andando de bicicleta”. Ou seja, enquanto seus pais, com sua idade atual, se viam às

voltas com a responsabilidade com uma família, com a criação e subsistência de dois filhos, João afirma que sua maior preocupação na atualidade é seu hobby enquanto ciclista. Letícia, entretanto, nos brinda com uma reflexão extremamente crítica quanto a maior liberdade assegurada ao jovem, quanto ao que ser e ao que fazer, no mundo hoje.

“Eu acho que por um lado as pessoas é...hoje em dia podem se sentir entre aspas mais livres porque, não existe a cobrança de você, formar uma família, de ter filhos com tantos anos, sei lá ‘26 anos, não tem filho?’ Antigamente, né, as pessoas tinham filho muito rápido, mas por outro lado tem uma prisão, assim, de você ser alguém profissionalmente. A pessoa que super sonha em casar, coitada né? [...] então, por um lado, tem uma liberdade, por outro, não tem, e ao mesmo tempo, as pessoas fingem que não... que ter filho não é mais importante, que nananana, mas, por outro lado, as pessoas morrem de vontade de fazer isso, de casar, de ter filho e ainda tem uma parada, de uma coisa assim, de status de ter filho...então eu acho que...se por um lado hoje em dia é tudo mais livre, porque somos modernos...por outro é muito mais...difícil porque ninguém é assumido, assim ninguém é assumido, as exposições são sociais, ah não sei, mas pelo menos antigamente era mas assim, é isso, sabe, faça isso, case, trabalhe, mas seja, sei lá, seja dona da sua casa e...não sei.[...] a minha geração tá, confusa demais, demais, demais... amigos, dos meus amigos, pessoas que não são amigos, todo mundo confuso, todo mundo falando uma coisa...uns se defendem, outro reclamam e todo mundo só reclama um do outro, do medo. Tá todo mundo muito confuso, sabe. Nego fica com esse papo de... vamos ser tudo, vamos ser tudo sexualmente, daqui a um tempo todo mundo vai se pegar e pegar as árvores e transar com a chaleira, sabe assim?” Letícia, 26 anos, carioca

Letícia, ao continuar sua reflexão, parece clamar por uma direção, por um enquadramento, frente ao discurso da liberdade de se “ser o que quiser”.

“Que é muito difícil você viver num momento de transitórios e de... suposta liberdade assim...é...da cultura como um todo a sua volta, porque você fica um pouco, em alguns momentos sem chão, né, e é o maior caô que a gente adora ser assim tão livre, assim, pela amor de Deus né? Por favor!!!! [...] Pô, fala aí qual é a regra da parada...” Letícia, 26 anos, carioca

Se por um lado, o discurso do não constrangimento e de exacerbação da liberdades de se ser o que quiser, de ser “jovem” por mais tempo é reconhecido pelos jovens, estes não deixam de apontar a dificuldade maior, hoje, de se inserir no mercado de trabalho. Denis, ao pensar o contexto histórico de Quebec, avalia que seus pais tiveram uma juventude mais facilitada, ao viverem as mudanças sociais dos anos 1960 e 1970, que favoreceu o cenário econômico e tornando muito mais fácil a entrada no mercado de trabalho. Paulo faz reflexão parecida, principalmente ao comparar a situação do mercado de trabalho de sua profissão, que vem a ser a mesma de seus pais, professor.

“Agora, eu acho que a entrada no mercado de trabalho antes era muito mais fácil. Não vou dizer que era fácil, mas se eu pegar relato dos meus professores de universidade, acabavam de se formar, e estavam trabalhando na universidade. E por mais... que fossem fazer o mestrado, aprimoramento profissional em conjunto com trabalho, eram condições muito mais ... tranquilas. É, o salário do professor, mesmo na Secretaria do Estado, minha mãe ganhava mais que o meu pai, ela era professora do Estado e ganhava mais que o meu pai, quando começou a carreira dela. Então, de 20 anos pra cá, isso sucateou muito, degradou muito.” Paulo, 30 anos, carioca

A moratória é percebida pelos jovens como um tempo privilegiado, no qual certas prerrogativas lhes são garantidas, mas o preço a ser pago por essa tutela não passa despercebido para esses sujeitos.

Para jovens quebequenses e cariocas, o jovem é hoje mais valorizado do que o adulto. Para Nadia, “há como um culto à juventude”. Culto este relacionado, principalmente, à jovialidade física, do corpo, e da ausência de responsabilidades; retrato esse construído pelos adultos. Para Denis, “*todo mundo tenta encontrar essa juventude perdida, um tipo de nostalgia coletiva concernindo a juventude*”.

“Quando falamos com pessoas mais velhas, eles nos dizem que temos, que nós somos muito sortudos, que devemos aproveitar o período de divertimento, que não temos responsabilidades, que podemos explorar muitas coisas. Eu acho que os adultos, os adultos velhos, nos invejam esse período da juventude. Acho que nos ajuda também a tomar consciência da sorte que temos de ser jovem.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Letícia, mais uma vez, de maneira retrata seu inconformismo e confusão frente à mensagem recebida pelos adultos, pela sociedade.

“Eu acho que a nossa sociedade valoriza só dos 20 aos 30, as pessoas. Eu acho isso toscamente cruel. Porque você fica... morrendo de sede pra ser adolescente quando você é criança, porque é muita, informação, assim da, né, da sexualidade, dos poderes, não sei o quê do adolescente. Aí, pronto, você vira adolescente. Aí, você começa a perceber que pra você conseguir a independência que você acha que você tem quando você é adolescente, de ganhar o mundo assim você tanto quer ganhar, ou você fica em paz com a sua adolescência e espera virar adulto e esquece de ser independente e vira só adolescente, ou você quer muito ser adulto, né. Aí você vira adulto aos 20 anos, faz 21, faz 22, e aí começa a ficar com medo de acabar, porque vai chegar depois os 30 e todo mundo começa a se achar velho, as pessoas fazem aniversário de 30 anos e entram em crise, não conheço ninguém que não tenha entrado em crise, quando fez 30 anos. Então você fica assim vivendo “ai meu Deus, quero ser adolescente. Ai meu Deus, agora quero ser adulto.” Aí, quando você vira adulto, você só toma tapa na cara, só se fode no começo, até você conseguir entender alguma coisa, até você chegar ali, você leva um montão de porrada, aí quando você começa chegar, você já tá no meio dos 10 anos, tipo 25, sabe, aí você tá começando ali e aí já tem uma pressão, do tipo, que eu não tenho isso, mas pessoas têm. Embora todo mundo começa, agora, a ter filho, quase todo mundo, depois dos 30, as pessoas têm essa parada. Já começa uma coisa de casamento, filho, uma coisa muito apressada, sabe. E aí, vivendo você com calma ou não, quando você chega aos 30, aí começa essa coisa escrota de que você tá virando velho, sabe, é uma coisa muito ridícula. Eu acho isso muito escroto. Isso é vendido mesmo, eu vejo isso o tempo todo na TV, isso é muito vendido”. Letícia, 26 anos, carioca

Os jovens cariocas ao responderem sobre quem a sociedade valoriza sugerem uma solução de compromisso. O jovem adulto ou o adulto jovem seria, em sua opinião, a posição valorizada pela sociedade, por ser aquele que é ativo, aquele que tem espaço assegurado no espaço de trabalho, questão cara justamente ao jovem carioca. Assim, “*você tá trabalhando, é produzindo, né. Eu acho que é mais valorizado*”.

“Não sei...Vendo pelo Brasil tem muito jovem, muito... uma densidade demográfica mais, uma população maior de jovens, talvez valoriza mais o jovem... mas acho que adulto também, né. Acho que

ele desdenham mais é o velho, diria assim entendeu? Mas...o jovem e adulto ativo, eu acho...”
Cristina, 29 anos, carioca

“O adulto mais jovem. Porque sim, eu acho que o jovem ainda tá buscando o seu espaço no mercado de trabalho, geralmente o adulto já tem alguma coisa, ou uma coisa maior, pela responsabilidade.[...] Eu acho que isso é mais valorizado do que quando ele ainda tá caminhando. Eu acho. [...]Porque eu acho que quando o adulto já tá mais próximo da idade, da velhice, já não, a nossa sociedade já não valoriza. Que ele é mais improdutivo, enfim”. Helena, 30 anos, carioca

5.3.3.2 “Porque aqui alguém que tem 25 anos e vive com a família não é normal”: diferenças entre Quebec e Rio de Janeiro

Um jovem de Quebec ou um jovem do Rio de Janeiro? A quem pertence essa fala? Baseado no que vimos discutindo até o momento, é possível identificar mais facilmente essa fala a um jovem de Quebec, no caso Aline. Dados objetivos como idade de saída da casa dos pais, idade de entrada no mercado de trabalho e elaborações mais subjetivas como a definição do que vem a ser adulto e a maneira como a passagem para a vida adulta é experienciada apontam para diferenças na maneira em como a juventude – moratória – é vivida por esses sujeitos, levando em conta principalmente o contexto cultural e social no qual se encontram inseridos, enquanto jovens de classe média.

Enquanto em Quebec os jovens parecem estar inseridos em uma moratória, que chamaremos aqui de “permeável”; no Brasil, a moratória, em oposição, parece ser “impermeável”. A alusão a essa característica da física é justamente para ressaltar a idéia de enquanto partes “imersas” na moratória da juventude, os jovens quebequenses parecem estabelecer mais trocas com a sociedade, encontrando-se menos isolados, já podendo viver, talvez de forma mais protegida aspectos da vida adulta (o que podemos perceber também na comparação dos eventos da “linha do tempo”). Já os jovens cariocas, lembremos mais uma vez de classe média, parecem estar em uma “bolha”, no qual parecem ficar “refêns” de uma certa dependência familiar, mais próximos talvez da adolescência e infância do que do mundo adulto.

QUADRO 11 Experiências de moratória em Quebec e no Rio de Janeiro

	MORATÓRIA “PERMEÁVEL” QUEBEC	MORATÓRIA “IMPERMEÁVEL” RIO DE JANEIRO
Trabalho	<i>Petit boulot</i> , trabalho de estudante, trabalho atípico, emprego precário	Estudos e atividades de lazer
Viagem	Viagens internacionais de longa duração	Viagem de férias ou viagens em família

A moratória é percebida pelos jovens quebequenses e retratada como um momento de experimentação, de não responsabilidades e marcados por viagens (confirmado pela dinâmica da linha do tempo).

“Sim, porque eu acho que quando você está na Universidade não é real. Eu, eu queria ficar na Universidade, mas no curso, fica-se num estado, num tipo de adolescência, têm várias coisas... têm várias coisas que diferentes, mas você fica mais num lugar... num lugar de criança.” Nadia, 25 anos, quebequense

“E eu percebo, pra mim e pros meus amigos, que viajar é algo importante também. Ir ao exterior, todos os meus amigos já viajaram, eu também, adoro isso. Então, eu penso que é importante pra mim, descobrir outra cultura, ver o que acontece fora de Quebec.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Na verdade, eu acho que quando eu for mais adulta o gosto por isso estará lá, de viajar, mas acho que o período da juventude é um período privilegiado pra ter essa experiência. Como nós não temos todas as responsabilidades que vêm com a vida adulta, eu acho que é um período apropriado pra ter essas experiências.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Os jovens cariocas, por sua vez, apresentam uma perspectiva mais negativizada frente ao período de suspensão. Para eles, o fato de se ficar restrito ao mundo escolar, prolongado com o curso universitário e pós-universitário é visto como algo prejudicial, pois dificulta a entrada posterior no mercado de trabalho.

“Eu acho que tem um ... enfim, tem essas dificuldades reais, concretas, do mundo do trabalho, de inserção no trabalho, de um trabalho que você goste, né, e tem um ... eu acho que nesse caso, a possibilidade de diálogo e de, com a família, ou de um bom relacionamento familiar que tem um excesso de permissividade, tá, eu acho que ele ensina pouco também ao enfrentamento desse mundo do trabalho, de que a vida é isso mesmo, de que então se a gente for sempre educado pro mundo do prazer, pras escolhas, é, que nos agradam... e que ah, não tudo bem, vamo ficar aqui até você terminar seu mestrado, não tem problema, são negociações que não cabem, são negociações incabíveis, que você acorda com isso. Bom, cada caso é um caso, mas eu acho que isso atrapalha muito...” Paulo, 30 anos, carioca

“Porque você sai da faculdade, não tem como você falar que você sai experiente, não existe isso, aí você vai procurar um emprego e eles [empregadores] querem exatamente a experiência, que você não tem, né!” Denise, 25 anos, carioca

“Nesse caso a Universidade e aí justamente nessas áreas das Humanas é uma dificuldade muito grande de entender o que que é ser jovem hoje, o que é a transição pra vida adulta, eu acho que a universidade nessas áreas, ela tem uma preocupação reflexiva, questionadora, muito aguçada, muito crítica, muito eficiente nesse sentido mas não tem... não tem noção do que que é essa entrada no mercado de trabalho mesmo... Não sabe, não sabe mesmo, os autores desconhecem isso!” Paulo, 30 anos, carioca

A fala de Paulo já foi anteriormente identificada por outros jovens. Em pesquisa feita com jovens moradores de São Paulo, Corrochano (2005) obteve relatos similares. Segundo a autora, os jovens percebem um tremendo abismo entre a escola e o mundo do trabalho, e demandam uma escola que possa tratar desta questão. “A escola poderia ser um espaço

fundamental para essa discussão. Aliás, eu diria que as universidades, de modo geral – evidentemente devem existir exceções – fazem muito mal isso. Preocupam-se essencialmente com a formação e, quando o aluno termina o curso, é um ‘salve-se quem puder’” (Corrochano, 2005:104).

5.3.3.3 Escolha da profissão: uma escolha individualizada

Ao analisarmos as falas dos jovens ao resgatarmos o processo de escolha de carreira universitária, e conseqüentemente, profissional, é possível observarmos que, em ambos universos, a escolha pessoal aparece em destaque. Assim, os jovens parecem afirmar que suas escolhas foram feitas de maneira autônoma e independente, não sendo relatadas, de maneira expressiva, figuras identificatórias, de ordem familiar ou social, as quais pudessem ter tido algum impacto maior nessa escolha; nem parecem destacar (ou perceber) a influência do contexto social (mercado de trabalho, escolha de carreiras nobres, etc.), atuando como um constrangedor de sua escolha.

As falas de jovens cariocas abaixo retratam a maneira fluida e pouco determinada de como suas escolhas foram feitas, assim como, a presença fraca de uma figura que teve influência em sua escolha.

“Ah, muito talvez por influência do meu tio.. eu sempre tive computador em casa... E... ele trabalha com computador e eu sempre me interessei e fui lá achando que era uma coisa e acabei descobrindo outra e acabei gostando muito também, descobrir o que realmente poderia fazer com o computador.” João, 25 anos, carioca

“A economia na verdade foi quase jogar dado ou foi então um dardo, assim cara ou coroa. Na verdade, meu primo de primeiro grau, filho do irmão da minha mãe...e fazia economia na época e era meu modelo de vida, meu e na época ele fazia e...ele fazia economia e como eu era e estava extremamente indeciso e o diálogo com os meus pais era zero, eu decidi por economia embora eu tenha feito esses dois vestibulares e tenha passado para UFRJ e para UFF, eu fiquei na UFF e fiz economia. Até o fim.” Wagner, 30 anos, carioca

A jovem Andréa, ao falar do porque de sua escolha em fazer o mestrado, reconhece que essa escolha foi influenciada por fatores externos, no caso, a falta de emprego e perspectiva quanto à profissão. Em sua fala, podemos observar também sua angústia nesse momento, no qual ficou sem emprego. Importante frisar que o desemprego não é mencionado pelos jovens quebequenses.

“Porque foi uma saída também eu achei, nesse momento sem perspectiva profissional, não tava conseguindo me inserir no mercado, e aí veio o mestrado... e foi muito interessante... aí durante o mestrado essa ONG que eu havia pedido demissão, eu fui procurar lá, enviei meu currículo e eles estavam realmente, exatamente precisando de uma pessoa e eu imediatamente fui contratada, então, eu fiquei quase 2 anos, não, fiquei 1 ano e pouco desempregada, foi o período que eu cursei o

mestrado. Então, assim, na verdade não teve uma lacuna muito grande. Mas tenho que dizer que esse período que fiquei desempregada foi muito, muito, muito desesperador pra mim, muito angustiante.”
Andréa, 30 anos, carioca

Já em Quebec, a questão da escolha pessoal também aparece, só que de maneira, muitas vezes reafirmada, ou seja, os jovens fizeram questão de frisar que se tratava de uma escolha própria, sem influências de outros ou de contextos. Como vemos no caso de Aline, ela precisou ter certeza de que sua escolha não estava influenciada por seus familiares.

“É, é. Eu queria mesmo decidir se escola e ensinar era meu objetivo e não um caminho dos meus pais e da minha irmã. Então eu queria mesmo ir e ver por mim mesma se isso era o que eu realmente queria fazer” Aline, 25 anos, quebequense

“Não, eu fiz de verdade minhas escolhas por mim mesma, eu acho que minha mãe quis que eu fosse à Universidade mas ela me deixou livre para fazer as escolhas. [...] mas para meu percurso eu fiz minhas escolhas eu mesma, eu não fui pressionada a tomar uma decisão, isso aconteceu por minhas escolhas.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Denis, de forma mais afirmativa ainda, coloca que suas escolhas de estudo não estavam ligadas à profissão. Mais à frente, veremos como a questão do trabalho aparece de forma ambivalente para os jovens de Quebec.

“Eu não fiz minhas escolhas de estudo em função de uma profissão. Eu não disse, eu vou ir estudar Filosofia para me tornar filósofo ou para ensinar.” Denis, 26 anos, quebequense

Os motivos de escolha relatados são extremamente subjetivos, ligados a realizações pessoais (como gostar de viajar) e tomados como parte do processo de constituição de si enquanto sujeitos.

“Porque gostava de viajar mas não sabia muito bem o que queria fazer. Então, Estudos Internacionais é algo amplo, não sabia... [...] Tinham amigos que tinham feito isso.” Maude, 28 anos, quebequense

Mais do que fluida, a próxima fala exemplifica a necessidade de achar realmente o que se quer fazer, não importando quanta experimentação seja necessário, lembrando que essa experimentação só é possível uma vez que há um contexto e suporte familiar e social para esse “tempo suspenso”.

“Eu comecei com a Maude no... Estudos Internacionais e Línguas Modernas e eu não gostei. Eu não lembro porque. Aí eu mudei, eu fui pra Filosofia, Políticas e Árabe. Eu mantive as línguas, Árabe, e, eu não sei, aí eu pensei que Filosofia e Políticas seriam interessante. E aí eu fiz Política e não gostei, então fui pra Religião... eu acho... que a razão de ter escolhido isso foi porque... eu sempre gostei das minhas aulas de Filosofia e sempre gostei... das questões de... as questões que você explora com Filosofia, e escolhi Religião, só porque eu pensei que era um fenômeno que era interessante e valia a pena explorar. E eu pensei que você entende um bocado sobre o ser humano, pelo seu lado espiritual. Então, eu acho, na época meu pai estava muito doente e morrendo e eu ficava muito com ele, então eu acho eu estava muito conectada com o lado espiritual, [...]” Isabelle, 25 anos, quebequense

Uma fala bem diferente de Jérémie, que declarou ter escolhido sua carreira em função da disponibilidade e das condições do mercado de trabalho. Jérémie, como veremos, apesar de também pertencer a classe média, não pôde desfrutar desse tempo de experimentação pois passou por dificuldades financeiras enquanto criança que o marcaram profundamente, e em suas palavras, sempre o levou a procurar estabilidade e segurança, em primeiro lugar. *“Por causa de emprego. Eu fui pro 2o grau pensando em Arquitetura e coisas assim. Nisso você tinha uma taxa de empregabilidade de talvez 15, 20% ao sair do CÉGEP e Computação era 90%”* Jérémie, 30 anos, quebequense.

5.3.3.4 As experiências de trabalho e de viagem: experiências de moratória

Creemos que um aspecto importante a ser analisado é justamente as primeiras experiências de trabalho dos jovens, pois podem ajudar a perceber o movimento de entrada nesse aspecto tradicionalmente reservado ao adulto, o mundo do trabalho. Se em Quebec, essas primeiras experiências ocorrem ainda na adolescência, na faixa dos 16, 17 anos; no Brasil, elas só vêm ocorrer mais tarde, para os jovens de segmento da classe média, e, mesmo assim, de maneira muito mais descompromissada, sendo muito mais expressão de um desejo pessoal do que uma prática social e cultural, própria aos jovens.

Em Quebec, faz parte do repertório de práticas da experiência juvenil, a idéia de que os jovens comecem a trabalhar cedo, ainda morando na casa dos pais e ainda estudando no colégio. É esperado socialmente e encorajado pelos pais que os jovens comecem a trabalhar, como uma certa preparação para o futuro, para o “emprego adulto”. Essas formas de trabalho possuem um caráter menos formal que um emprego, com turnos parciais, podendo ser realizadas temporariamente (circunscritas a certas épocas do ano) e, infelizmente, também com menos regulação e direitos trabalhistas. Por isso, são assim denominadas como trabalho tempo parcial, trabalho precário, trabalho de verão, trabalho de estudante, *petit-boulot*, etc.

Essas experiências de trabalho não aparecem como obstáculo nem em oposição ao estudo. Elas ocorrem em momentos fora da escola, seja num turno ou nas férias de verão e aos poucos vão ganhando consistência de subsistência na vida dos jovens, propiciando a saída da casa dos pais, o pagamento da universidade, de viagens, e finalmente, sua independência.

Como explica Aline, o trabalho de estudante é *“você sabe, você faz entre seus estudos durante o verão, entre seus dois semestres você tem um trabalho. Ou enquanto você está na escola você tem um trabalho”*.

Ainda é ela quem pode nos dar um panorama sobre que tipo de atividades podem ser realizadas nesses trabalhos de estudante.

“É, quer dizer, é a primeira vez que estou indo pra escola e não estou estudando, esse semestre. [...] Meu primeiro trabalho, eu acho que tinha 16 anos, então eu estava no 2º grau, foi meu último ano. Eu costumava trabalhar pra, pro município, e tinha esse, um ginásio, na escola, depois da aula, você tinha gente que ia lá pra jogar badminton. Então eu era responsável por, você sabe, pegar a carteirinha e checar, receber o pagamento, colocar as redes [...] E eu fiz isso por 2, 3 anos. E depois trabalhei em uma padaria, eu atendia as pessoas. Mas às vezes eu fugia lá pros fundos e ia ajudar [...] Em Quebec eu trabalhei de novo em uma padaria, eu trabalhei como cozinheira para uma senhora, uma mulher que tinha uma filha e essa filha tinha uma dieta específica [...]. Eu trabalhei num café, café cerâmica, então as pessoas podiam ir, fazer uma refeição, tomar um café ou outra coisa, e podiam também pintar vasos. [...] Então eu fiz isso e eu também trabalhei como profissional, tipo, meu emprego de verdade, de verdade, que eu posso dizer, que não foi um emprego de estudante foi no último inverno por 4 meses, eu trabalhei na Comissão Geológica do INRS [...]” Aline, 25 anos, quebequense

Assim, como podemos ver, há uma diferenciação do trabalho feito na juventude, enquanto ainda estudante, e o trabalho de verdade, o trabalho de adulto, que é considerado um “emprego de verdade”.

Além de motivos financeiros, o trabalho parece ter também, para os jovens de Quebec, uma função social, de sociabilidade.

“No CÉGEP é que... Bem, essencialmente por uma independência financeira, como motivo ; depois foi também pra juntar dinheiro. Eu estava com um projeto de viajar [...] Enfim, isso foi uma boa fonte de motivação pra procurar emprego. Mas também, só passar pela experiência, encontrar pessoas. É uma boa maneira, pelo trabalho, de encontrar pessoas que... que não estão normalmente no nosso círculo. Então, pra encontrar pessoas diferentes... É um pouco isso também.” Martin, 28 anos, quebequense

Portanto há uma conjuntura sócio-econômica que permite isso: o valor cultural já assimilado de que o jovem trabalha agregado à existência econômica de postos de trabalho que permitem (e remuneram) jovens.

No Rio de Janeiro, essas experiências mais extemporâneas não aparecem com a mesma relevância. Trata-se mais de um esforço individual do jovem em questão, e na verdade, se caracterizam como um “a mais”, para o cinema, o cabeleireiro, etc. Uma experiência típica desse momento no contexto carioca é o estágio, já na universidade.

“Só fiz curso de teatro, né, e aí teve uma peça profissional e ganhei muito pouquinho também, uma coisa... apesar de ter sido uma peça profissional, eu cheguei a abrir, tive que fazer a minha carteira de trabalho, eu fiz com 16, 17 anos [risos]...” Cristina, 29 anos, carioca

“Isso, porque eu trabalho desde cedo. Na verdade, na Psicologia, eu trabalhei desde dessa época mas eu comecei a trabalhar com 18 anos, acho que foi 18 anos, que eu dava aula de inglês, eu me formei num curso, num curso pequeno, que eu estudava e logo que eu me formei me chamaram pra fazer

curso de professores, eu fiz e comecei a dar aula pra criança, desde os 18 anos. Então, assim eu ganhava pouquinho, mas cobria as minhas despesas pessoais". Andréa, 30 anos, carioca

"Antes disso, ..., durante a universidade eu trabalhei como iniciação científica. Saindo da universidade eu trabalhei numa escola de ensino médio, durante 2 anos, não foi uma experiência muito boa... não é... foi bastante chocante, assustador..." Paulo, 30 anos, carioca

A fala de Helena mostra bem o esforço e decisão própria de trabalhar. Segundo ela, seus amigos estranharam ela ter passado no vestibular para a faculdade no segundo semestre e ter ido trabalhar, ao invés de "ficar de boqueira e aproveitar a vida".

"Porque eu achava útil trabalhar, entendeu? Passei pro segundo semestre da faculdade, eu não conseguia me ver sem fazer nada. Ou assim, ah vou fazer um cursinho, tipo ah só vou gastar dinheiro. Ah eu queria comprar as minhas coisas, queria me sentir útil. Adorei trabalhar, aí eu comprei coisas para mim, viajei, tirei a minha carteira de motorista, então aquilo..." Helena, 30 anos, carioca

Logo, experiências como *petit boulot*, trabalho de estudante, trabalho atípico, e mesmo emprego precário, aparecem como opções para se já ir se experimentando a vida adulta, além de propiciarem uma certa independência financeira. Essa categoria de trabalho não parece existir na realidade brasileira, e, quando ocorre, fica longe de poder oferecer uma renda mínima para os jovens. Definitivamente, o trabalho não parece fazer parte do universo de jovens cariocas de classe média.

"Foi uma adolescência toda podendo estar voltada pros estudos, pras atividades... não tenho dúvida, que é muito, foi muito importante, é muito importante, mas eu acho que isso sempre foi transmitido muito pouco, tá, eu acho que na escola, na universidade, mesmo em casa, eu acho que o ensinamento, o aprendizado da importância econômica, da importância do trabalho, do valor das coisas, do preço das coisas foi pouco ensinado. Eu acho que é uma lacuna. Pelo contrário, o aprendizado, a educação, a pedagogia desses espaços, muito associado ao prazer, as escolhas do que gostar, a possibilidade de viver e escolher o que realmente se queria fazer, o que realmente te proporcionava prazer". Paulo, 30 anos, carioca

Outra característica marcante dessa moratória "permeável" dos jovens quebequenses pode ser observada no quase onipresente "rito de passagem" das viagens, em sua maioria internacionais. Dos 10 jovens quebequenses entrevistados, 8 mencionaram as viagens como evento marcante de suas juventudes. Essas parecem ter um caráter de "busca de si", "auto-conhecimento" e "re-afirmação na sociedade". Parece se tratar de um momento de pausa anterior à universidade, uma certa despedida da juventude. Essa prática não está presente na cultura brasileira, as viagens mencionadas por jovens cariocas são de natureza familiar (ou pelo menos custeada por eles) e de duração mais curta.

"Primeiro foi no Haiti, foi com o CEGEP pra trabalhar um pouco numa escola. Depois morei um ano na Espanha, onde trabalhava, voltava aqui cada vez que não tinha mais dinheiro, pra trabalhar um pouco, guardar dinheiro e voltar. Então, depois fui à França onde trabalhei também durante 3 meses. Voltei, trabalhei numa, fiz uma formação em uma comunidade religiosa daqui. Então morava numa província inglesa e fazia essa formação ao mesmo tempo. Isso foi pra ir a El Salvador, onde morei

durante 8 meses. De lá, viajei bastante na América Central e fui na América do Sul pra viajar. Fiquei lá uns 6 meses, talvez.” Maude, 28 anos, quebequense

“Mas eu acho que, quando eu parti, foi, foi um pouco, eu era ainda adolescente, eu tinha necessidade de ter ar, precisava me afirmar em outro lugar. Eu precisava sair do que tinha vivido em casa, com meus pais. Foi como uma renovação pra mim, eu estava contente de estar só, de ter minha responsabilidades sozinha, foi como um etapa de afirmação”. Nadia, 25 anos, quebequense

Em Quebec as experiências de viagens constituem um aspecto importante cultural da experiência da moratória. Elas são tidas como oportunidade para o jovem adquirir experiência e autonomia, como preparação para a vida adulta. “[...] os anos sabáticos tirados pelos estudantes após o segundo grau, se aparecem como rupturas de trajetória de formação, são positivamente conotados. Elas são aceitas, e particularmente nas famílias de classe média, cultivadas, como momentos de construção pessoal” (Plomb, 2007:255).

A experiência da viagem se junta também ao sair de casa, mudar de cidade, morar em dormitórios ou sozinhos durante a vida universitária, algo também raro na sociedade carioca e brasileira. A separação do jovem e sua família não é encorajada no contexto latino do Rio de Janeiro. Somente três jovens relataram viagens de uma duração maior, como por exemplo, intercâmbios, com caráter de maior separação da família e experimentação, mas ainda em um enquadre de tutela (escolar ou familiar).

“Antes eu viajei pra Londres, a minha tia deu pra gente a passagem para a minha família e nós fomos lá e passou um mês e foi muito bom, voltei com outra visão do mundo. É... você volta ... você volta com a visão completamente diferente. Você vê que as coisas lá funcionam e por que não funciona aqui? [...]” João, 25 anos, carioca

“Nos EUA foi intercâmbio, na França não. Mas é, no EUA eu estudei em escola pública né, e assim, ela é mais interessante do que o Fundão, se você pegar a UFRJ lá no é, mais interessante, maior, não sei se é maior mas é, mais bonita, bem mais cuidado, e mesmo assim é, comparado com faculdades particulares né, quer dizer, você tá falando de uma escola pública com 8 quadras de tênis, uma quadra de basquete, uma quadra de hóquei, uma de patins é, é uma coisa que não dá pra, estímulo enorme às artes, estímulo enorme ao, ao esporte e, sem dúvida nenhuma, a mais avançada, na época, 15 anos, há mais de 15 anos atrás, tinha microscópico para todos alunos na aula de Biologia, e hoje você tinha computador, tinha...” Wagner, 30 anos, carioca

Um último aspecto que trazemos sobre as diferenças na experiência e vivência da moratória diz respeito a que forma de suporte e apoio os jovens encontram durante este período. A análise estabelecida por Galland (2001) entre países nórdicos, nos quais o Estado desempenha uma função importante neste momento, através de subsídios diferenciados destinados à juventude (não só restritos aos jovens na condição de estudante), e países mediterrâneos, onde a família é ainda a grande rede de proteção para os jovens, parece se aplicar na comparação Rio de Janeiro e Quebec. Os jovens de Quebec relatam que no momento de saída da casa dos pais, a ajuda do governo, através de principalmente, bolsas ou

empréstimos estudantis foi fundamental para uma maior independência econômica, atributo considerado importante por eles. Já entre os jovens brasileiros, apenas uma jovem diz ter recebido algum tipo de suporte do governo (bolsa de mestrado), sendo a família a grande mantenedora dos jovens até que possam conseguir um trabalho remunerado.

5.3.4 A importância do trabalho na transição para a vida adulta

Os jovens participantes deste estudo, em seus relatos, parecem dar um destaque ao trabalho enquanto fator importante neste momento de entrada na vida adulta, ao contrário do que vem sendo afirmado por alguns autores, de que o trabalho não seria mais importante ao se falar em adultidade (Boutinet, 1998; Gorz, 1988). O trabalho é critério definidor para identificar-se como adulto ou não, seja enquanto presença ou falta, como no caso dos jovens cariocas. Como vimos, a idéia de responsabilidade, tão estritamente associada à idéia de adulto, é expressa por muitos como responsabilidade econômica de poder se sustentar ou sustentar uma família. A independência econômica ganha destaque entre jovens como condição para o que eles denominaram como independência emocional, ou seja, como condição para estabelecimento de uma segurança subjetiva para poder se reconhecer enquanto adulto, nas palavras de Paulo, enquanto potência. Entretanto, a experiência de aproximação do universo do trabalho difere para jovens cariocas e jovens quebequenses, sendo que estes últimos, em função de contextos sócio-culturais e econômicos, parecem ter o acesso a experiências de trabalho mesmo que informais facilitando o acesso à vida adulta, em uma moratória mais “permeável” como vimos.

5.3.4.1 “*Tem os que trabalham pra viver e os que vivem pra trabalhar*”: o lugar do trabalho na vida dos jovens

Um dos objetivos desse estudo é investigar qual a importância do trabalho para os jovens no momento de entrada na vida adulta, e possivelmente, a relevância que esse possa ter para a sua identificação enquanto adulto. Aqui, trazemos as falas dos jovens que definem como vivem e pensam o trabalho, de maneira geral.

Na análise das entrevistas com jovens de Quebec, constatamos de maneira marcante, a ênfase dada por esses sujeitos à idéia de que o trabalho deve ser algo prazeroso, significativo e que tenha uma função social, uma vez que se passa uma grande parte da vida nesse meio. O trabalho deve possibilitar, acima de tudo, a felicidade e uma maneira de auto-realização.

“O sentido do trabalho? Você deve gostar do seu trabalho, as pessoas devem aproveitar seu trabalho. Já que vai gastar tanto tempo nele, você tem que se interessar por ele. [...] Você deve ter um interesse,

houve vários momentos da minha carreira onde eu não queria levantar de manhã, eu tinha dor de cabeça, quantas noites eu tive dor de cabeça porque eu tinha que voltar pro trabalho. Então você deve gostar do trabalho, sabe, deve ser um lugar onde você queira estar. [...] Se o trabalho te faz trabalhar 78 horas por semana, toda semana, como meu irmão, você tem um problema! Quando você menos percebe você está com burn out e doente!” Jérémie, 30 anos, quebequense

Jérémie fala de seu irmão mais novo que parece estar sofrendo com o estresse, com o *burn out* em função do excesso de trabalho. Nadia, de 25 anos, relata também já ter passado por um episódio de *burn out*, devido ao peso e importância que dava ao trabalho em sua vida, e como isso afetou sua relação.

“Eu poderia ser facilmente uma workholic. Mas depois do meu burn out, mudou pra mim. Agora, eu acho muito importante ter um trabalho que me convém. E também eu tenho mais perspectiva. Na universidade eu tinha muito medo de ter um trabalho que seria para sempre. Agora, mesmo, eu tenho mais perspectiva, a idéia de um percurso. Eu acho super importante ter um sentido, uma direção, saber onde se quer ir, porque se faz algo. Eu tenho um projeto. Mas agora eu me identifico menos com isso do que antes, porque dou mais importância ao lado social.” Nadia, 25 anos, quebequense

Não se consumir no trabalho, dar mais importância ao lado social, isso parece estar relacionado à posição que defendem categoricamente de que o trabalho não deve estar reduzido à questão financeira, do ganhar dinheiro. Admitem preferir escolher um trabalho que pague menos, mas seja de seu gosto, para que possam se sentir mais satisfeitos e mais felizes. É como se a associação entre haver uma recompensa financeira para o trabalho, o que parece ser por eles associada à sociedade de consumo, tenha que ser imediatamente rechaçada. Lembremos que essas falas são de jovens que, ao contrário dos jovens cariocas, desfrutam de um sistema de apoio, principalmente de políticas públicas, que podem proporcionar esse tipo de posicionamento, sem maiores conseqüências, possíveis em um Estado-providência.

“[...] o lugar do trabalho, tem um lugar importante, mas... como é que eu posso dizer... O dinheiro se tornou mais importante que o tipo de trabalho que você pode ter. Se tem um trabalho que goste que pague 30 mil e um outro que não goste que pague 60 mil, pra mim eu fico com o que eu gosto. Então, o que eu faço é importante, mesmo que signifique que eu ganhe 30 mil por ano. Pra mim não é um problema, pois estou bem se eu faço algo que eu gosto. Do trabalho é esse o valor pra mim. Veremos pra frente, se vai continuar assim! [risos]” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

“Pra mim, o trabalho é importante, é a base. Deve-se trabalhar na vida. Porque estudar tanto se não for pra trabalhar? Mas como eu já disse o salário não deve prevalecer sobre a qualidade do trabalho. É preciso que eu ame o que eu faço. Não passo ficar num trabalho que não goste. Prefiro me privar de algumas coisas financeiras que fazer algo que não ame. Mas... ? acho que tem uma dimensão social pra vida também. Quando trabalhamos encontramos pessoas, é uma maneira também de se valorizar, de ter auto-estima com o que fazemos, é uma dimensão importante da vida que nos permite nos valorizar de alguma forma.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Quando o trabalho é compreendido pelos jovens com essa conotação negativa, associada ao dinheiro e à sociedade de consumo, ele perde importância no lugar que possa ter em suas vidas.

“Digamos que eu coloco a família, eu coloco os amigos, eu coloco tudo isso bem antes do trabalho. [...] Eu acredito que, meu trabalho... é importante trabalhar para se sustentar, para viver... É preciso um mínimo de dinheiro para viver e tal. Mas eu espero a estar apto a dizer, se eu continuar geólogo ou no que eu possa vir a fazer mais tarde, que se eu não estiver feliz, ser capaz de mudar e fazer outra coisa. Porque é preciso se sustentar, mas é preciso também ser feliz com o que se faz [...]” Martin, 28 anos, quebequense

“O sentido do trabalho, diria, o lugar que tem na vida... Acho que na sociedade atual, toma todo o lugar. Tem os que trabalham pra viver e os que vivem pra trabalhar. Mas acho que na atualidade vivemos mais pra trabalhar do que pra viver. E... mas é claro que o sentido do trabalho, é claro, é o que nos permite viver, ter as coisas, e tal . Mas minha opinião, não sei, tem também o contato humano, a aprendizagem, responsabilidade, etc. Mas, acho que é um trabalho, é só. » Daniel, 27 anos, quebequense

Por fim, de maneira mais radical, Denis defende que o trabalho não seria nem necessário, nem condição para se viver. O que parece estar sendo construído pelos jovens é uma nova ética do trabalho, onde os jovens constroem limites a seu engajamento no trabalho. “Contrariamente à geração de seus pais que faziam da recompensa diferenciada a razão da aceitação do constrangimento do trabalho alienante no cotidiano, os jovens encontrados exigem uma contrapartida imediatamente visível a essa parte de ‘alienação’” (Plomb, 2007:256).

« Eu não diria que eu sou uma pessoa que deve trabalhar de qualquer maneira para ... pois quando falamos de trabalho, eu falo de trabalho assalariado ou remunerado... não é alguma coisa que é ... eu não o considero necessário para mim, eu não acho, que irão, que irão... me pressionar mais pra mostrar que ... se você não trabalha em certo momento da vida...; que você vai comprometer sua vida ou fracassar na vida; nunca foi assim. Eu já tive alguns períodos nos meus estudos que eu não trabalhei, e foi tranquilo. Eu acho que é importante mas não é um valor central na minha vida. De jeito nenhum. [...] O trabalho deve estar subordinado à objetivos que transcendem, que são maiores que o trabalho, ele mesmo » Denis, 26 anos, quebequense

Diferentemente no Brasil, o trabalho não assume uma conotação tão negativa, sendo apontado inclusive como fazendo parte do processo de constituição como pessoa. Também assume a função de promoção de reconhecimento e da impressão de se sentir útil e parte da sociedade. O trabalho parece ter um valor mais central, o que foi recusado pelos quebequenses, o que nos faz pensar que os efeitos do processo de individualização e seu discurso de flexibilidade, parecem impactar menos os jovens cariocas. Como sugerimos ao longo deste trabalho, a condição de flexibilidade que vem se tornando hegemônica e reformulando as formas, relações e leis na esfera do trabalho, é transposta para a subjetividade, logo, impondo ao sujeito também uma flexibilidade em sua maneira de ser e estar no mundo. Se por um lado as condições econômicas e sócio-culturais possam prejudicar os jovens cariocas na vivência da moratória, como vimos, a tornando mais impermeável; por outro lado, os proteja dos efeitos do discurso individualizante.

“Ah, a importância... eu acho que o trabalho é tudo hoje em dia, assim, eu acho que se eu não tivesse o meu trabalho, eu acho que eu seria uma outra pessoa. Eu acho que a maior parte do meu dia, da minha vida hoje em dia, tá em função do meu trabalho e como eu sou. Eu acho que foi importante, sim, pra passagem pra vida adulta, eu acho, faz o que motiva, né, é o que motiva a ser minha vida, o que eu busco na minha vida, hoje em dia, é o meu trabalho. Como é que se diz... os meus planos, meus planejamentos, tudo tá focado no que eu faço hoje... no meu trabalho...” Cristina, 29 anos, carioca

“Eu acho essencial, porque assim é como se fosse assim, eu não imagino a minha vida sem trabalhar, você sabe? É... eu acho que... que é essencial porque tem, eu acho que te trás alguma coisa que, por exemplo, que só a família só o marido e filhos, né? Não traria, eu acho que tem uma coisa de realização crescimento, de desafio, relacionamento também porque é outra relação existem a família, amigos e os colegas, né? Acho que é uma relação e é tanta gente diferente você tem que se aprender a tratar com as diferentes, porque amigo acaba que você escolhe, então não é assim tão diferente agora os colegas de trabalho, acho que é uma experiência muito vasta nisto”. Patrícia, 27 anos, carioca

É importante atentarmos que as falas acima são de duas jovens cariocas de classe média. Patrícia, principalmente, fala de algo que ela pode obter pelo trabalho, que não consegue pela via da conjugalidade e da parentalidade. Assim, um recorte de gênero que tem sido feito tradicionalmente nos estudos sobre transição para a vida adulta deve ser revisto, uma vez que para jovens do sexo feminino, o trabalho começa a cada vez mais ter relevância, ao contrário do que afirmou Corrochano (2006).

“Foi, ah eu acho fundamental, eu não me vejo sem trabalhar. Eu acho assim fundamental porque você se sente útil, não é só o dinheiro, eu acho que tem uma recompensa de você se sentir útil, de estar fazendo alguma coisa para beneficiar outras pessoas, eu acho que isso tem um valor muito grande pra mim”. Helena, 30 anos, carioca

Da mesma forma que os jovens quebequenses, uma dimensão subjetiva do trabalho é ressaltada pelos jovens cariocas, não o restringindo à questão da subsistência, apesar desta estar presente. Segundo Gorz, “a atividade produtiva foi atingida em seu sentido, em suas motivações e em seu objeto para tornar-se o simples meio de ganhar um salário. Ela deixou de fazer parte da vida para tornar-se o meio de ganhar a vida” [grifo do autor] (Gorz, 1988:44). Como vimos isso não reflete o posicionamento dos jovens aqui entrevistados.

“Foi muito importante. Não só pela independência econômica, mas... eu acho que as pessoas te vêem de uma outra maneira também, entendeu?[...] Você está trabalhando, as cobranças são diferentes, entendeu? É, até com relação ao estudo, sabe, porque eu comecei a trabalhar e eu ainda estava estudando e é diferente, eu estava fazendo pré-vestibular e um monte de gente, pô no intervalo, às vezes tinha um intervalo de aula, de duas aulas de duas horas, eu ia para o estágio trabalhar e voltava e tava todo mundo lá igual um louco estudando pra o vestibular e eu trabalhando. O pessoal tá no vestibular e eu já to lá na empresa, sabe e com certeza isso... isso marcou alguma coisa também” João, 25 anos, carioca

“O trabalhar? Eu acho muito importante que realmente você ficar parada em casa, a impressão que da é que o tempo esta passando. O trabalho, ele dignifica o homem como diz o ditado, ele é fundamental. É muito importante trabalhar, é muito importante você ter aquele elo de trabalho, aquelas coisas, as responsabilidades do trabalho, até pra você ir realmente se desenvolvendo como pessoa. Eu acho que muito mais que o financeiro, é muito mais importante pra sua vivência do que...

Porque assim, se o financeiro fosse tão importante assim, eu acho que a maioria não trabalhava, porque se você vê o que as pessoas fazem com um salário mínimo, entendeu? Se você fosse parar pra pensar, o que que eu faço pra ganhar o que eu ganho, a pessoa não trabalharia se não precisasse, entendeu?” Denise, 25 anos, carioca

“Sim! Totalmente. [...] Porque eu não percebo mesmo, mas, mas eu acho que mais, mais uma coisa de se construir como pessoa, assim, tipo, sabe, o que você quer ser? O que você quer fazer da sua vida? Assim, e aí...os meus pais nunca pressionaram, por exemplo, ah porque eu sempre soube o que eu quis, a Julia não, ela, deram um tempo pra pensar, eles nunca pressionaram a Julia, no sentido do que você quer ser. Nunca, jamais! Mas é sempre assim, quando você descobrir, vai lá, sabe, e aí faz mesmo, é meio isso, assim, é mais pela definição, assim, do que você quer fazer e de como você vai se inserir nesse sentido, na sociedade, do que assim “vai trabalhar!!!!” sabe, [...]”. Letícia, 26 anos, carioca

Pesquisa realizada em 7 países (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Suécia, Estados Unidos, Itália e Canadá) mostra que o trabalho é ainda um valor importante, através do qual os jovens buscam realização pessoal mais do que vantagens materiais (Provonost, G. & Royer, C., 2004). Da mesma forma, Boisard (2009) realizou pesquisa com franceses em 2005, e observou que 9 de 10 franceses consideram que o trabalho é essencial para achar um lugar na sociedade, 8 de 10 o consideram um aspecto importante de realização pessoal. Logo, a dimensão de constituição enquanto pessoa via trabalho aponta a importância e centralidade que o trabalho assume na vida dos jovens cariocas.

5.3.4.2 “Meu pai é engenheiro mas não sei se foi isso”: a relação entre trabalho e família

Também foi nossa proposta procurar entender o papel da família, da transmissão de valores, no que diz respeito ao trabalho e a como esses jovens o entendem. Nessas falas, podemos observar mais claramente, a questão da diferença cultural entre as duas sociedades – uma mais latina e outra mais “nórdica” – no que diz respeito a como a família apresenta, incentiva (ou não) o trabalho para seus jovens.

“Sim. Como eu disse, minha mãe sempre falou isso pra mim. Trabalhe, minha filha! Sim, sempre meus pais trabalharam em caça e pesca, então com 4, 5 anos já tínhamos pequenas tarefas pra ajudar a aprender responsabilidades de trabalho. Sempre nos ensinaram que é preciso ganhar nosso pão! [risos].” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Ao contrário do que podemos ver com Anne-Sophie, os jovens cariocas entrevistados não recebem essa mesma orientação e encorajamento por parte dos pais.

“Era bom porque eu tinha meu dinheiro, porque eu nunca gostei de pedir dinheiro pros meus pais, porque também eles ganhavam pouco, e aí eu sentia necessidade. Nunca foi uma pressão deles, tanto é que eles nunca me deixaram trabalhar em loja. Eu falava vou procurar emprego numa loja, num, e meus pais nunca deixaram, achavam que isso ia afetar meu desempenho na escola na faculdade. Mas eu achava importante porque era um dinheirinho meu, que eu não tinha que pedir dinheiro”. Andréa, 30 anos, carioca

“... não tenho dívida, que é muito, foi muito importante, é muito importante, mas eu acho que isso sempre foi transmitido muito pouco, tá, eu acho que na escola, na universidade, mesmo em casa, eu acho que o ensinamento, o aprendizado da importância econômica, da importância do trabalho, do valor das coisas, do preço das coisas foi pouco ensinado. Eu acho que é uma lacuna. Pelo contrário, o aprendizado, a educação, a pedagogia desses espaços, muito associado ao prazer, as escolhas do que gostar, a possibilidade de viver e escolher o que realmente se queria fazer, o que realmente te proporcionava prazer.” Paulo, 30 anos, carioca

Retomando a discussão que fizemos sobre a experiência de moratória dos jovens dos dois países, o trabalho enquanto algo característico à vida adulta não é encorajado para os jovens cariocas, não só pelas dificuldades econômicas (falta de postos de trabalhos que possam absorver jovens), mas também pela família, que procura os proteger e adiar ao máximo esse contato, uma vez que não há a mesma necessidade de sobrevivência e subsistência existente para famílias de classes baixas, para quem a mão de obra dos jovens é valiosa.

Em ambos os casos, encontramos a menção a familiares que tiveram a influência no início da atividade laboral dos jovens, servindo muitas vezes como exemplo.

“Mas mesmo assim ele me transmitiu, pra ele [pai] é muito importante trabalhar então acho que é por isso que sou sempre muito exigente comigo, porque ele é assim também, exigente com ele mesmo. Então eu sempre trabalho, estudo, faço um monte de coisa ao mesmo tempo, então eu acho que é algo que vem dele. Acho que é uma coisa boa, mas às vezes, não sempre, porque tem vezes que me sinto cansada e gostaria de fazer menos coisas.” Maude, 28 anos, quebequense

« Sim, muito, eu diria muito minha mãe, que é uma mulher forte, que se realiza bastante, que trabalha, que tem grandes responsabilidades, que é assim um pouco em toda sua vida, é uma fonte de energia incrível. Eu acho que ela sabe investir de verdade no trabalho...» Martin, 28 anos, quebequense

“É, um valor! Tem que... pelo menos o que foi passado pelo meu pai e pela minha mãe que é importante, que a gente tem que trabalhar, que a gente tem que buscar um trabalho que dê prazer. O meu pai sempre falou pra a gente escolher que a gente gostasse que não era pra ir pelo que desse dinheiro e sempre passaram que é muito importante trabalhar, de você ter retorno daquele trabalho, se realizar naquele trabalho, para mim é importantíssimo ter um trabalho”. Cristina, 29 anos, carioca

“Sempre foi! Nunca foi falado, mas a gente vê, né? Os meus pais falando desde cedo, eu sempre via eles saindo pra trabalhar de noite. Eu nem via a hora que eles voltavam vendendo roupa e tal. Pô, fui com a minha mãe duzentas vezes no Fundão, eu odiava ir lá. Ela ficava vendendo roupa e eu de saco cheio, sabe? Mas... isso foi passado, mas... talvez de uma forma tão sutil que... acabou penetrando na gente que a gente... [...] Mas todo mundo sempre trabalhou e isso sempre foi passado e tem um valor grande pra gente lá. Mas nunca foi cobrado também não. Foi tudo natural também. Não foi cobrado.” João, 25 anos, carioca

A referência familiar está presente, mesmo que seja de forma sutil, como nos diz João, ou como para Patrícia, que escolheu ser engenharia e durante muito tempo não relacionou sua escolha ao fato de seu pai ser engenheiro.

5.3.4.3 “*Eu acho que você se localiza no mundo, no tempo, através do seu trabalho, da sua profissão*”: o trabalho como referência identitária

Os jovens de Quebec reconhecem o trabalho como parte de sua identidade, mas o trabalho descrito como realização pessoal, como papel social e fonte de prazer e felicidade. O que se faz de certa forma tem uma equivalência com o que se é, por isso o trabalho deve ser útil, ter uma utilidade para a sociedade. Mais do que isso, a escolha do que se faz é produto de um processo de se individualizar.

“Muito, é algo muito importante. Porque aqui as pessoas se definem muito por pelo trabalho deles. Então aqui quando você pergunta pra uma pessoa quem é você? A pessoa vai falar, eu sou professora. Então o trabalho é muito, muito importante. Demais talvez. Então pra mim é algo importante. É algo que faz tanto parte da cultura que eu mesmo, quando eu estou fora do Québec eu faço essa pergunta, o que você faz na vida. E o que faz é o trabalho, não tem a ver com as outras coisas. Então quando eu conheço uma nova pessoa sempre vou falar do trabalho porque sinto que, a pessoa, que o trabalho fala muitas coisas sobre a pessoa.” Maude, 28 anos, quebequense

“Sim, muito importante. É verdade, é uma questão de identidade. É preciso achar algo que te faça bem, com o qual possa se identificar. E, na verdade, minha escolha é muito pessoal, muito difícil, eu acho que é por isso que seja difícil agora eu gostar, porque nós somos forçados a nos individualizar, e saber de verdade quando nascemos o que nós vamos fazer. Isso, os outros nos mostram, mas se nós não, eu falo da minha experiência, nós somos forçados a descobrir se gosta antes de estar no lugar.” Nadia, 25 anos, quebequense

Entretanto, os jovens procuram não se apresentar com sua identidade reduzida ao trabalho ou definida somente por esse aspecto. É como se a relação entre identidade trabalho estivesse a todo o momento tensionada, na tentativa de se evitar uma totalização ou um encapsulamento pelo trabalho.

“Não, eu não iria querer isso. Eu estou sempre... porque... porque eu preciso de um sentido de equilíbrio na vida. Eu acho que ficaria muito infeliz se tomasse muito lugar e me definisse e se me define eu acho que toma muito lugar. [...] e aí não tem muito lugar pro resto, família, amigos, sua vida amorosa, entende, esportes, o que seja.” Isabelle, 25 anos, quebequense

“Sim. Na verdade, geralmente quando nos apresentamos a alguém, olá meu nome é Anne-Sophie, geralmente a primeira pergunta é o que você faz da vida. Então, é claro que o trabalho é uma dimensão importante da vida, pois 50% do tempo da vida, passamos no trabalho, praticamente. Então, acho que sim, ajuda a definir quem somos. Mas tem gente que se define somente pelo trabalho, que é toda sua vida, mas eu não vejo assim. É uma parte da minha vida, não é toda a minha vida, com certeza.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense

Da mesma forma, essa idéia de não-totalidade também é defendida pelos jovens cariocas. *“Eu acho que compõe. [...] Eu acho que é mais uma coisa, não é, oh eu sou médica e acabou. Eu acho que é um detalhe a mais que compõe quem você é, mas faz parte.”* Cristina, 29 anos, carioca

“É de ser reconhecida como profissional também. Eu acho assim, eu acho que você tem várias facetas na vida, você pode ser amiga, filha, esposa, mãe e ser profissional. E acho que é uma coisa

que ninguém tira de você, se você, né, tiver sempre se empenhando, né...[...]Você pode deixar de ser esposa, por exemplo, você pode se separar, mas assim o teu trabalho acho que tem uma coisa com a identidade, a profissão”. Helena, 30 anos, carioca

“Pelo trabalho eu, no trabalho eu tenho um lugar importante. Sou reconhecida no trabalho, pelo o que faço, no meio social sou reconhecida pelo que faço. Na minha família eu também sou reconhecida porque trabalho e pelo meu trabalho, e desde sempre, né. Então eu acho que o trabalho realmente tem um valor muito importante, tanto pra família quanto pro social, e pra mim, pessoalmente tem.”
Andréa, 30 anos, carioca

Os jovens cariocas ao falarem do trabalho como identidade ressaltam o reconhecimento social proporcionado por ele de forma muito mais forte. Mais do que estar realizando alguma atividade útil à sociedade, a questão de qual é a profissão exercida e o reconhecimento que esta possui perante a sociedade são valores importantes para os jovens cariocas. Podemos relacionar esta questão ao fato desses jovens estarem inseridos em uma sociedade de classe, fortemente marcada pela divisão e desigualdade social, e logo o lugar que se ocupa nela, assim como o reconhecimento obtido, é proveniente em grande parte da profissão exercida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os jovens não são ajudados em nossa Sociedade, pois os ritos de passagem desapareceram. Entregues a si mesmos, eles não são mais levados juntos e solidariamente de uma margem à outra; é preciso que eles se dêem mutuamente esse direito de passagem. Isso exige deles uma conduta de risco (Dolto, 2004)”.

Novo, moderno, ágil, fluido, instável, líquido, são adjetivos que têm sido atribuídos à contemporaneidade. Na tentativa de dar conta das mudanças ocorridas nas últimas décadas, observamos uma proliferação de discussões que ora definem o contemporâneo como radicalização do modo de funcionamento vigente na modernidade – modernidade “tardia” ou modernidade “reflexiva” –; ora como pós-modernidade, traduzindo um corte operado sobre a lógica até então vigente. Não importando a posição adotada, a noção de risco perpassa as discussões referentes ao momento atual.

Ao longo da história da humanidade, o homem sempre se deparou com perigos, entraves e dificuldades necessárias a serem superadas para sua sobrevivência: tanto a natureza, a qual a ciência se ocupou em controlar; quanto o próprio homem, objeto de controle e regulação do Estado. Entretanto, na atualidade, o risco aparece como conceito central para se falar na crise da modernidade e da sociedade industrial, uma vez que passou a ser definido como maneira sistemática de lidar com perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela modernização (Beck, 1992). A diferença agora é que o risco não é mais calculável e previsível a partir de normas fixas, é agora de ordem individual e restringe-se à tomada de decisão por parte do indivíduo.

Hoje, observamos uma complexificação e aparição de novos riscos, como desafios ecológicos e tecnológicos, conseqüências do processo de modernização (Beck, 1992); mas também os próprios indivíduos, uma vez que liberados de regulações coletivas, passam a viver sob o signo da ameaça permanente, pois não encontram em si nem em seu entorno a capacidade de assegurar sua proteção (Castel, 2003). A individualização ao liberar o indivíduo de referenciais e normas abre espaço para um campo maior de liberdade de escolha, mas ao mesmo tempo, pressupõe que o indivíduo tem que sozinho, lidar com o risco assumido por suas decisões.

Assim, retomando o que já anunciava Dolto (2004) na década de 1970, num contexto de mundo cada vez mais marcado pela individualização, o risco para o jovem se apresenta como necessidade de fazer de maneira mais solitária e desinstitucionalizada seu processo de

construção enquanto adulto. O objetivo desta tese foi justamente investigar o impacto dos discursos e práticas individualizantes no momento de entrada na vida adulta.

Pode-se argumentar que a vida, toda ela, é formada por um processo contínuo de transição, mas, como vimos neste trabalho, ganha destaque, entre diversos atores sociais a transição para a vida adulta, que vem se constituindo em muitos países como um problema a ser resolvido. A especificidade da transição para a vida adulta está em ser este o momento privilegiado, no contexto em que as sociedades (ainda) se encontram configuradas, de integração social e assunção de responsabilidades, até então inéditas na vida do sujeito. A responsabilidade da vida adulta é justamente a de ter que responder por si próprio por suas escolhas, conforme apresentado por Zittoun (2008) – responsabilidade simbólica – e por Gaudet (2002) – responsabilidade projetiva. Diversas pesquisas realizadas com jovens (Bidart, 2000; Arnett, 2000; Deschavanne & Tavoillot, 2007; Gaudet, 2002; Molgat, 2007; Pimenta, 2007) ressaltaram a responsabilidade como um dos critérios definidores da adultidade. Este resultado foi corroborado em nossa investigação junto a jovens cariocas e quebequenses.

Os jovens participantes da pesquisa aqui discutida também apontaram a responsabilidade como fator definitivo de entrada na vida adulta. Para eles, a responsabilidade, assim como a própria transição, não ocorre de maneira abrupta, como uma passagem de um estado – criança – a outro – adulto. Pelo contrário, a introdução da responsabilidade em suas vidas é apresentada como ocorrendo de forma processual, através de uma aproximação progressiva que tem início, muitas vezes, na infância, e se modifica na medida em que se aproxima da vida adulta, seja em termos quantitativos – “ter mais responsabilidade” – quanto em termos qualitativos – “ter responsabilidade de adulto”. Entretanto, a responsabilidade mais destacada pelos jovens entrevistados é a de poder se sustentar financeiramente, ter independência econômica, este também atributo da vida adulta.

A independência econômica juntamente à independência emocional são também, para os jovens, atributos de definição da adultidade. De acordo com alguns jovens entrevistados, a independência econômica é condição viabilizante para a independência emocional, ou seja, para a possibilidade de uma construção subjetiva da identidade adulta. Tal relação nos levou a discutir a importância do trabalho na transição para a vida adulta.

Os estudos de transição, como vimos, possuem sua origem relacionada a estudos sobre a inserção profissional de jovens, ou melhor, em estudos que buscavam compreender e atuar

sobre as dificuldades dos jovens se inserirem. Ao contrário do que defendem alguns autores (Boutinet, 1998; Gorz, 1988), pensamos que o trabalho constitui ainda importante fator de integração social, e desempenha papel importante na construção da identidade adulta para os jovens. Ou como diz Patrícia, jovem entrevistada, no trabalho, mais do que em qualquer outro lugar, é onde ela se vê convocada a vestir sua “fantasia de adulta”.

Foram marcantes as falas dos jovens ressaltando a importância atribuída ao trabalho em suas vidas. Retomamos o exemplo de Paulo que nos falou do caráter de “potência de ser homem” fornecido pelo trabalho, e a fala de Patrícia de que nem mesmo a maternidade proporciona a oportunidade dada pelo trabalho de promover mudanças e transformar o mundo. Entre os jovens cariocas, a possibilidade de ter podido começar a trabalhar aos 16 anos, no caso de João, e a dificuldade de só aos 29 anos começar a ter contato com esse universo, como no caso de Paulo, parecem ter sido pontos determinantes na maneira como estes jovens experienciaram a transição para a vida adulta. João, de forma tão “tranquila que nem percebeu”, enquanto Paulo se queixa de sua “resistência” neste processo.

Embora importante para os dois universos culturais de jovens estudados, Quebec e Rio de Janeiro, os jovens quebequenses, apesar de reconhecerem o trabalho como referência identitária, apresentam uma preocupação em não se deixarem ser totalizados, ou completamente definidos por ele. Assim, para eles, o trabalho deve ser um componente de auto-realização, de prazer, e, portanto, consequência de suas escolhas feitas, e não seu inverso, terem suas escolhas condicionadas pelo trabalho. Já para jovens cariocas, talvez o fato de estarem inseridos em uma sociedade altamente marcada pela divisão e desigualdade de classe, faz com que o trabalho, e mais ainda, a profissão, tenha uma importância maior enquanto referência identitária. Neste contexto, ser médico ou trabalhar como pedreiro tem consequências mais marcantes na obtenção de reconhecimento social.

Ao contrário do inicialmente esperado neste estudo que se propôs comparativo, encontramos, em linhas gerais, maiores aproximações do que grandes diferenças no que diz respeito às falas dos jovens cariocas e quebequenses. Alguns aspectos tiveram conotações diferentes, como o acima mencionado, mas de maneira geral, o contexto cultural e econômico diferente não pareceu interferir em maior peso, talvez pelo mundo da juventude classe média estar identificado a discursos e práticas globalizados. Entretanto, o contexto sócio-cultural e econômico mostrou ter efeitos sobre a maneira como os jovens das duas cidades vivenciam a moratória.

A transição dos jovens para o trabalho se manifesta como um problema na medida em que um panorama de crise e desemprego parece se tornar, não mais exceção, mas a norma vigente no mercado de trabalho. Logo, a sociedade se vê as voltas com o problema de dar conta de um regimento de jovens, que anualmente, passa a disputar com os adultos as poucas vagas existentes. A solução encontrada parece ser a mesma tomada à época da Revolução Industrial com relação à infância, remeter os jovens ao universo escolar, não só como forma de preparação, mas também como forma de garantir uma reserva dos postos de trabalho existentes para os adultos. Assim, a juventude de classe média é mais que encorajada, é impingida a processos cada vez mais longos de educação e qualificação, permanecendo em uma moratória que evita que os “mais velhos” tenham que competir com os jovens (Bourdieu, 1983).

Os jovens do Rio de Janeiro e os jovens de Quebec encontram situações diferentes de vivência da moratória, a partir tanto de condições estruturais quanto de tradições culturais. Vimos que o momento de juventude dos entrevistados de ambos os lugares é marcada por eventos tradicionalmente a ela associados como estudo e viagem. Esses eventos se apresentam de forma mais acentuada em Quebec, onde os jovens parecem experienciar uma “moratória permeável” com espaço maior para trocas e integração com a sociedade, através de experiências de viagens (momento no qual, conforme nos foi relatado, podem praticar a autonomia) e trabalhos (*petit boulots*) que efetivamente são fonte de subsistência, mesmo que complementado por ajuda familiar e/ou estatal. Em Quebec, o trabalho juvenil parece fazer parte de uma sociedade que conta com postos de trabalho, mesmo que precários, destinados aos jovens. Já os jovens cariocas de classe média descrevem uma experiência de moratória mais restrita à esfera familiar e escolar, até mesmo pela força que esses referenciais ainda possuem em suas vidas. De forma surpreendente, o trabalho ganha destaque para os jovens cariocas no momento juvenil, mesmo não proporcionando a independência econômica obtida pelos jovens de Quebec.

A juventude, na condição de moratória, se torna o ideal identificatório contemporâneo, sendo o jovem visto como aquele que goza felizmente, sem impedimentos, e que está preservado dos “dissabores” da vida adulta (responsabilidade e trabalho). Os jovens parecem perceber essa visão vigente para os adultos. Entretanto, mesmo reconhecendo prerrogativas e privilégios, os jovens também retratam a angústia de se estar neste limbo, principalmente os jovens cariocas, que se encontram mais “impermeabilizados”, e, portanto, mais afastados do universo do trabalho, e mais restritos ao discurso familiar e escolar (mesmo que universitário)

Já entre os jovens de Quebec, a angústia aparece frente ao discurso individualizante sobre a juventude, ou seja, como resposta à idéia da juventude como momento em que escolhas e oportunidades são ilimitadas.

A juvenilização ou *teenagização* da sociedade tem conseqüências para o jovem também em seu aspecto estruturante, pois com a preocupação em se permanecer eternamente jovem, em se retardar o envelhecimento, o lugar do adulto na sociedade ameaça ficar vazio. Em função do impacto do processo de individualização, dos “desencaixes” e do fim das narrativas, os adultos encontram-se também na incerteza, fazendo as mesmas perguntas que os jovens.

Quanto a se identificarem ou não como adulto, nosso trabalho, a partir da análise das entrevistas, revelou que tanto quebequenses como cariocas parecem relutar em assumir esta identidade, em abrir mão da juventude (“*Adulto com quê de jovialidade extremamente forte*”), mas percebem-se a caminho “deste lugar” (“*ainda não cheguei lá*”). A caracterização enquanto adulto parece envolver, para os jovens, uma conjugação de características concretas (ter dinheiro, trabalhar, sair da escola, etc.) e atributos subjetivos (ser independente, sério, coerente). Mesmo que considerada fundamental, a independência econômica não garante por si só a identificação enquanto adulto, como nos mostra os jovens quebequenses, que mesmo independentes financeiramente, apresentam a mesma resistência e recalcitrância que jovens cariocas. A responsabilidade idealizada do indivíduo adulto e o fato da transição ser cada vez mais individualizada parecem motivar a resistência (“*eu tô chegando*”). Ao mesmo tempo, atributos como certeza, segurança, estabilidade, tradicionalmente associados à vida adulta são atraentes para alguns jovens, se opondo, portanto, ao discurso da flexibilidade.

Finalmente, se a infância, adolescência, juventude e adultidade são conceitos inicialmente forjados no bojo das transformações da modernidade, o que parecemos presenciar no contemporâneo, é uma reformulação dos conceitos e definições de adultidade, e não seu desaparecimento. A flexibilidade tão exigida na esfera do mercado de trabalho passa também a imperar sobre a esfera subjetiva. Frente ao ideal de juventude e ao impacto da individualização, o adulto deixa de ser “sério”, “enquadrado”, “formatado”, “imutável”, para se tornar “flexível”, “espontâneo”, “em contínuo engendramento”. A modernização reflexiva passou a afetar também a esfera privada. “Logo, a mudança estrutural na esfera privada resulta na individualização de agentes sociais que então são forçados a tomar decisões sobre se e com quem vão casar, se vão ter filhos, que tipo de preferência sexual podem ter. Os

indivíduos devem então, livres dessas estruturas, construir reflexivamente suas próprias biografias” (Beck, 1992:3). Parece essa ser a tarefa a qual estão hoje submetidos os jovens, a de construir de forma mais individual sua referência de adulto. A reconfiguração deste conceito parece se encaminhar para o surgimento de um adulto reflexivo, de uma adultidade reflexiva, que passa agora a coexistir com a conceituação de adulto própria à modernidade (enquanto finalidade, enquanto produto final do processo de desenvolvimento). Assim, o risco para os jovens em seu processo de subjetivação para a vida adulta parece ser o de se situar entre a totalização do adulto “moderno” e o “desnorteamento” do adulto pós-moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.

_____. LEÓN, O. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2344>>. Acesso em: 18 out. 2009.

AIKEN, L. R. The study of Adult Development. In: AIKEN, L. R. **Human Development in Adulthood**. New York: Plenum Press, 1998. p. 1-8.

ALBERTI, S. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARNETT, J. J. Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. **American Psychology**, v. 55, n. 5, p. 469-480, 2000.

BAJOIT, G. Qu'est-ce que c'est la socialisation? In: BAJOIT, G. et al. (ed.). **Jeunesse et Société: la socialisation des jeunes dans un monde en mutation**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 19-41.

BARRIENTOS-PARRA, J. O Estatuto da Juventude. Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 41, n. 163, p.131-152, jul-set 2004.

BAUMAN, Z. Ascensão e queda do trabalho. In: BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 27-43.

BECK, U. **Risk Society: towards a new modernity**. London: Sage Publication, 1992.

_____. **The reinvention of politics**. Rethinking Modernity in the global social order. Cambridge: Polity Press, 1997.

_____. GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **World risk society**. Cambridge: Polity Press, 1999.

_____. BECK-GERNHEIM, E. **Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences**. New Delhi: Sage, 2008.

BERGER, P.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro de sociedade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (org.). **Sociologia e sociedade**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1976. p. 200-215.

BERNIER, J. Les mutations dans les formes d'emploi et leurs conséquences sur les jeunes. In: BOURDON, S.; VULTUR, M. (dir.). **Regard sur les jeunes et le travail**. Canadá: Les Presses de la Université Laval, 2007. p. 247-258.

BIDART, C. Les temps de la vie et les cheminements vers l'âge adulte. **Lien social et politiques**, n. 54, p. 51-63, 2005. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/lsp/2005/v/n54/012859ar.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. Les transitions vers l'âge adulte: différenciations sociales et culturelles. In:

BIDART, C. (dir.). **Devenir adulte aujourd'hui: perspectives internationales**. Paris: Harmattan, 2006a. p. 9-20.

_____. Se dire adulte en France: le poids des origines sociales. In: BIDART, C. (dir.). **Devenir adulte aujourd'hui: perspectives internationales**. Paris: Harmattan, 2006b. p. 163-180.

BIRMAN, J. Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In: CARDOSO, M. R. (org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.

BLATTERER, H. Contemporary Adulthood: reconceptualizing an Uncontested Category. **Current Sociology**, v. 55, n. 6, p.771-792, nov. 2007a.

_____. **Coming of Age in Times of Uncertainty**. New York: Berghahn Books, 2007b.

BOISARD, P. **Le nouvel âge du travail**. Paris: Tapage, 2009.

BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOUTINET, J-P. **L'immaturation de la vie adulte**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

_____. **Psychologie de la vie adulte**. Paris: Presses Universitaires, 2005.

BRANDÃO, A.C.; DUARTE, M. F. **Movimentos culturais de juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.

BRENNER, A. K.; LÂNES, P.; CARRANO, P. C. R. A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil. **Jóvenes, Revista de Estudios sobre Juventud**, México, DF, a. 9, n. 22, p. 194-211, jan-jun 2005.

BRETON, D. **En souffrance: adolescence et entrée dans la vie**. Paris: Métailié, 2007.

CALLIGARIS, C. **Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMARANO, A. A. Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 319-330.

_____. MELLO, J. L. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 13-28.

_____. KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 95-135.

_____. MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006a. p. 31-60.

_____. MELLO, J. L.; KANSO, S. Semelhanças e diferenças nas transições ao longo do ciclo da vida por regiões e cor/etnia. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006b. p. 61-93.

CARDOSO DE OLIVEIRA, S. R. **Indiferença, o esquecimento do humano**: um estudo sobre a importância dos “espaços de fala” entre os jovens no contemporâneo. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARDOSO, M. R. Entrevista com Jurandir Freire Costa. In: CARDOSO, M. R. (org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006.

CARMO, P.S. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

CARNEIRO, C. **Tempo e Destino no Contemporâneo**: uma leitura do sujeito através da adolescência. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CARRANO, P. Jovens Universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional. Sposito, M. (org.) **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 179-228.

CASTEL, R. Les jeunes ont-ils un rapport spécifique au travail en France? In: ROULLEAU-BERGER, L. ; GAUTHIER, M. **Les jeunes et l'emploi dans les villes d'Europe et d'Amérique du Nord**. Paris: l'Aube, 2001. p. 287-298.

_____. **L'insecurité sociale**. Qu'est-ce qu'être protégé ?. Paris: La République des Idées, Seuil, 2003.

CASTRO, L. R.; JOBIM E SOUZA, S. Desenvolvimento humano e questões para um final de século: tempo, história e memória. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 99-124, 1994.

_____. The time of childhood: or, when 'now' becomes 'not yet'. In: PFEFFER, G.; BEHERA, D. K. **Childhood and complex order**. New Delhi: Manak Publications, 1995. p. 67-80.

_____. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002.

_____. CORREA, J. Juventude, transformações do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (orgs.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, out-dez 2009.

COHN, A. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.8, p. 99-104, 2005.

_____. NAKANO, M. Jovens e Trabalho. In: SPOSITO, M. P. (coord.) **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 17 -62.

COSTA, S. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 73-100, 2004.

CÔTÉ, J. **Arrested Adulthood**. New York: New York University Press, 2000.

COUTINHO, L. G. **Ilusão e Errância: Adolescência e Laço Social Contemporâneo na Interface entre a Psicanálise e as Ciências Sociais**. Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DESCHAVANNE, E.; TAVOILLOT, P-H. **Philosophie des âges de la vie: Pourquoi grandir? Pourquoi vieillir?**. Paris: Bernard Grasset, 2007.

DOLTO, F. **A Causa dos Adolescentes**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

DOMINGUES, J. M. Modernidade, tradição e flexibilidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v. 10, n. 2, p. 209-234, out. 1998.

DUBAR, C. Quelles sont les problematiques de la socialisation dans la recherche sur les jeunes? In: BAJOIT, G. et al. (ed.). **Jeunesse et Société: la socialisation des jeunes dans un monde en mutation**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 43-47.

_____. **La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles**. Paris: Armand Colin, 1991.

EHRENBERG, A. **L'individu incertain**. Paris: Calmann-Lévi, 1995.

ELLIOTT, A.; LEMERT, C. The global new individualist debate: three theories of individualism and beyond. In: ELLIOTT, A.; DU GAY, P. (ed.). **Identity in question**. London: Sage Publication, 2009. p. 37-64.

ERIKSON, E. **Identidade: Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. Prefácio. In: ERIKSON, E. **Adulthood**. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009.

GALLAND, O. Un nouvel âge de la vie. **Revue Française Sociologie**, v. 31, n. 4, p. 529-551, 1990.

_____. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française Sociologie**, v. 42, n. 4, p. 611-640, 2001.

_____. **Les jeunes**. Paris: La Découverte, 2002.

_____. **Les jeunes Français ont-ils raison d'avoir peur?**. Paris: Armand Colin, 2009.

GAUTHIER, M. **Une société sans les jeunes?** Quebec: Institute Québécois de Recherche sur la Culture, 1994.

_____. Les représentations de la jeunesse. Un chantier ouvert. **Revue Internationale d'Études Québécoises**, v. 8, n. 2, p. 23-40, 2005.

_____. La sociologie de la jeunesse. In: LAFONTANT, J.; LAFLAMME, J. (dir.) **Initiation thématique à la sociologie**. Ontario: Éd. Prise de Parole, 2008. p.157-182.

GAUDET, S. La responsabilité dans les débuts de l'âge adulte. **Lien social et politiques**, n. 46, p. 71-83, 2001. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/000324ar>>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. **Responsabilité et socialisation au cours du passage à l'âge adulte**. Le cas de jeunes adultes de la région montréalaise. Thèse (Doctorat en Études Urbaines) – Institut National de la Recherche Scientifique, Centre Urbanisation, Culture et Société, Université du Québec, 2002.

GAVIRIA, S. Quand les jeunes Espagnols et les jeunes Français quittent leurs parents. In: BIDART, C. (dir.). **Devenir adulte aujourd'hui: perspectives internationales**. Paris: Harmattan, 2006. p. 111-124.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GORZ, A. **Métamorphoses du travail: critique de la raison économique**. Paris: Gallimard, 1988.

GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p.157-175, jun. 2005.

GUILLAUME, J. F.; NANDRIN, H. Les trajectoires d'insertion professionnelle des jeunes belges francophone. In: BAJOIT, G. et al. (ed.). **Jeunesse et Société: la socialisation des jeunes dans un monde en mutation**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 277-288.

GUIMARÃES, N. A. **Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?** [2004]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Jovens_e_trabalho_-_Nadya_Araujo_Guimar%E3es_-_FPA04-rev.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2008.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 171-197.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBASE/POLIS. **Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro. Cap. 1, 2007.

JORDAN, W. D. Searching for Adulthood in America. In: ERIKSON, E. **Adulthood**. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

JUNCKEN, E. **Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

KAUFMANN, J.-C. **L'invention de soi: une théorie de l'identité**. Paris: Armand Colin, 2004.

KEHL, M. R. **A teenagização da cultura ocidental**. 1997. Disponível em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2004.

KORMAN DIB, S. **Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho**. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Tempo social**, v. 17, n. 2, p. 59-91, 2005.

LEHMANN, W. For some reason, I get a little scared: structure, agency, and risk in school – work transitions. **Journal of Youth Studies**, v. 7, n.4, p. 379-396, dez. 2004.

LIEBERHERR, R. De l'école à l'emploi: formation et ruptures chez les jeunes en Suisse. In: VUILLE, M.; SCHULTHEIS, F. (org.). **Entre flexibilité et précarité: regards croisés sur la jeunesse**. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 323-351.

LIMA, L. Le temps de l'insertion dans les politiques sociales, en France et au Québec. In: BIDART, C. (dir.). **Devenir adulte aujourd'hui: perspectives internationales**. Paris: Harmattan, 2006. p. 55-70.

LYON, D. Post-modernity. In: BROWNING; HALCI; WEBSTER (ed.). **Understanding contemporary society: theories of the present**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2000.

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 139-169.

MINAYO, M. C. et al. **Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOLGAT, M. Do Transitions and Social Structures Matter? How 'Emerging Adults' Define Themselves as Adults. **Journal of Youth Studies**, v.10, n. 5, p.495-516, nov. 2007.

MOLITOR, M. La socialisation des jeunes dans un monde en mutation. In: BAJOIT,G. et al. (ed.). **Jeunesse et Société: la socialisation des jeunes dans un monde en mutation**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 15-18.

MONTEIRO, R. A. P. **Do direito à participação: considerações sobre a cidadania de crianças e jovens no contemporâneo**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. CASTRO, L. R. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 271-284, jul-dez 2008.

MORIN, E. Juventude. In: MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p. 147-157.

NORRIS, C. Post-modernism: a guide for the perplexed. In: BROWNING; HALCI; WEBSTER (ed.). **Understanding contemporary society: theories of the present**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2000.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. VANNUCHI, P. Apresentação. In: ____ **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2004.

NUGIN, R. Constructing adulthood in a world of uncertainties: some cases of post-Communist Estonia. **Young**, v. 16, n. 2, p. 185-207, 2008. Disponível em: <<http://you.sagepub.com>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional,Casa da Moeda, 2003.

_____. CAIRNS, D.; PAPPAMIKAIL, L. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 109-140, 2005.

PAPINOT, C. & VULTUR, M. Introduction. In: PAPINOT, C. & VULTUR, M (dir.). **Regard sur les jeunesses au travail**. Regards croisés France-Québec. Canadá: Les Presses de la Université Laval, 2010. p. 3-17.

- PAUGAM, S. **Le salarié de la précarité**: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 15-24, 1997.
- PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- PIMENTA, M. M. **'Ser jovem' e 'ser adulto'**: identidades, representações e trajetórias. Tese de Doutorado – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- PLOMB, F. Les nouvelles modalités d'intégration professionnelle des jeunes en Suisse: vers une socialisation des inégalités. In: VUILLE, M.; SCHULTHEIS, F. (org.). **Entre flexibilité et précarité**: regards croisés sur la jeunesse. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 247-273.
- POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2004.
- POLLOCK, G. Contingent identities: updating the transitional discourse. **Young**, v. 10, n. 1, p. 59-72, 2002. Disponível em: <<http://you.sagepub.com>>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PROVONOST, G.; ROYER, C. **Les valeurs des jeunes**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2004.
- RIBEIRO, R. J. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2004.
- RODRÍGUEZ, E.; CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. et al. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2005.
- SCHEHR, S. Processus de singularisation et formes de socialisation de la jeunesse. **Lien social et politiques**, n. 43, p. 49-58, 2000. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/005234ar>>. Acesso em : 7 maio 2009.
- SENNET, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SETTON, M. G. J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov. 2005.
- SCHOON, I. et al. Transitions from school to work in a changing social context. **Young**, v. 9, n. 1, p. 4-22, 2001. Disponível em: <<http://you.sagepub.com>>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- SINGLY, F. Penser autrement la jeunesse. **Lien social et politiques**, n. 43, p. 9-21, 2000.
- SPOSITO, M. P. (coord.) **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. 276 p.

TELES, N.; FREITAS, R. Políticas públicas e juventude no Brasil. In: TELES, N. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 189-209.

TUININGA, M. **Être adulte**: 100 personnalités témoignent de leur expérience. Paris: Albin Michel, 1996.

VAN DE VELDE, C. « Se trouver » ou le temps long de la jeunesse au Danemark. In: BIDART, C. (dir.). **Devenir adulte aujourd'hui**: perspectives internationales. Paris: Harmattan, 2006. p. 37-54.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VUILLE, M.; SCHULTHEIS, F. (org.). **Entre flexibilité et précarité**: regards croisés sur la jeunesse. Paris: L'Harmattan, 2007.

VULTUR, M. L'insertion sociale et professionnelle des jeunes au Québec. Évolution et situation actuelle. In: GAUTHIER, M. (dir.). **Regard sur la jeunesse au Québec**. Canada: Les Presses de la Université Laval, 2008. p. 57-72.

WALL, E.; OLOFSSON, A. Young people making sense of risk: how meanings of risk are materialized within the social context of everyday life. **Young**, v. 16, n. 4, p. 431-448, 2008. Disponível em: <<http://you.sagepub.com>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

WESTBERG, A. Forever young? Young people's conception of adulthood: the Swedish case. **Journal of Youth Studies**, v. 7, n. 1, p.35-53, mar. 2004.

ZITTOUN, T. Symbolic resources and responsibility in transitions. **Young**, v. 15, n. 2, p. 193-211, 2007.

ZINN, J.O. Heading into the Unknown - Everyday Strategies for Managing Risk and Uncertainty. **Health, Risk & Society**, v. 10, n. 5, p. 439-450, 2008.

ANEXOS

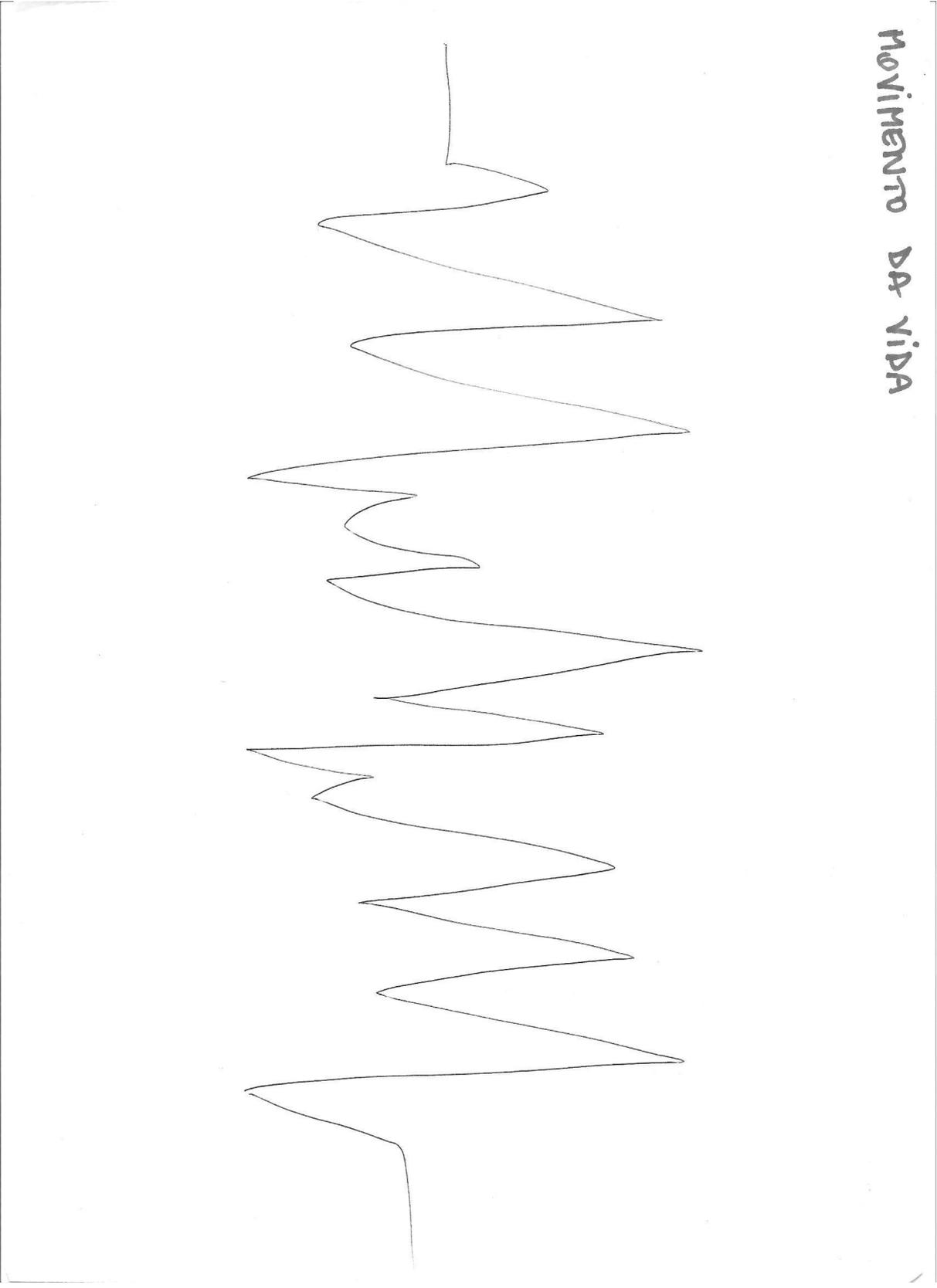
ANEXO 1

Exemplo desenho “movimento da vida”: Altos e Baixos

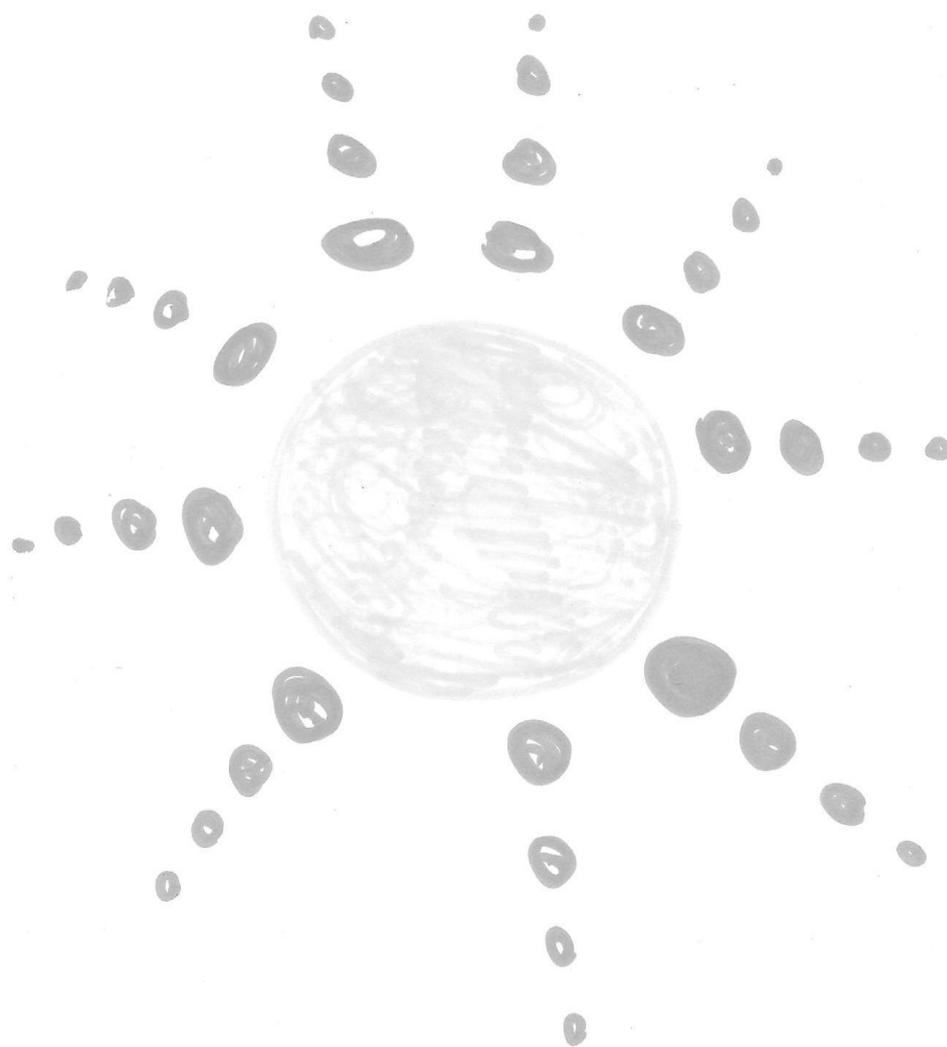
Exemplo desenho “movimento da vida”: Esperançosos

Exemplo desenho “movimento da vida”: Encruzilhadas

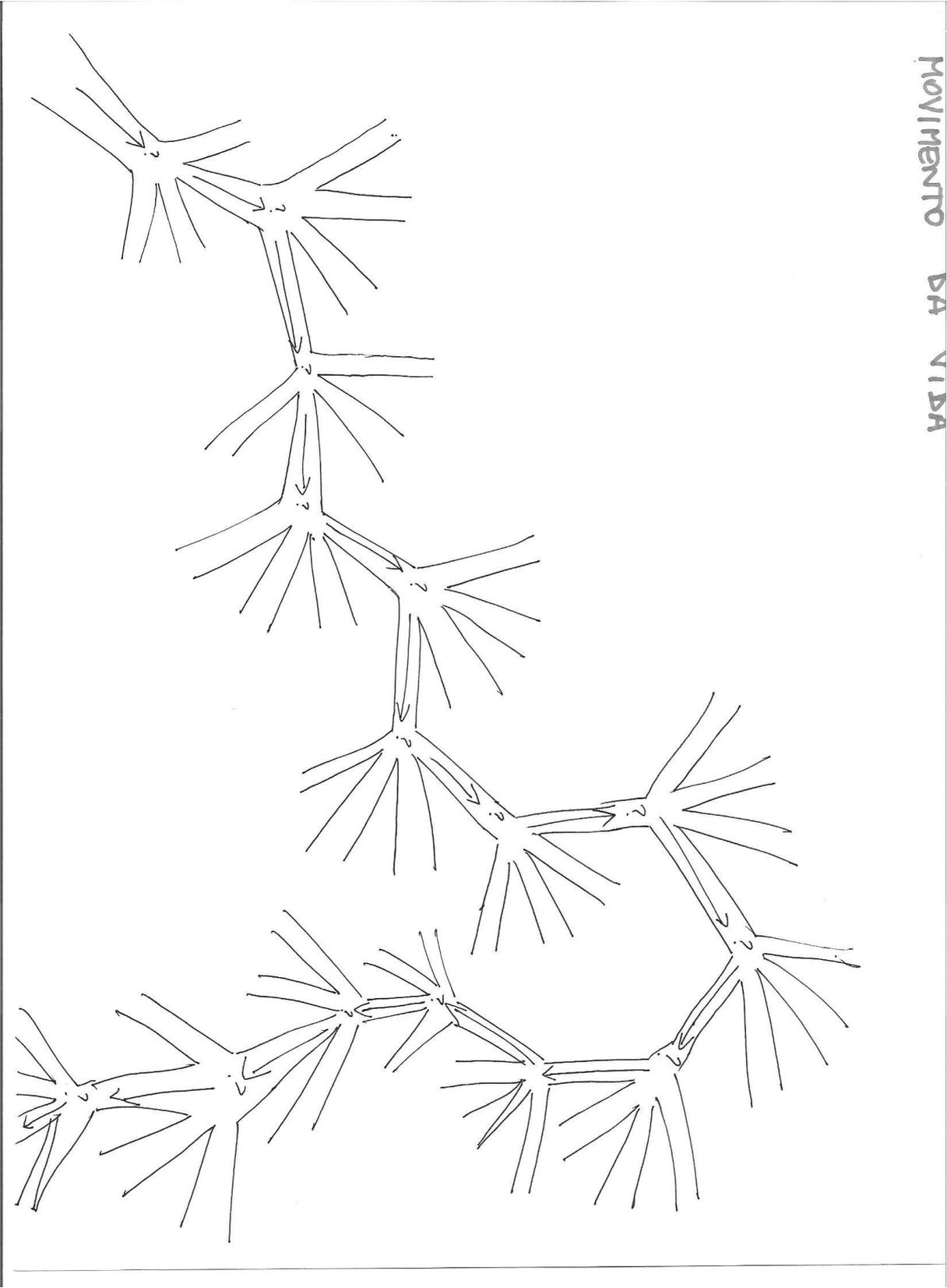
MOVIMENTO DA VIDA



MOVIMENTO DA VIDA



MOVIMENTO DA VIDA

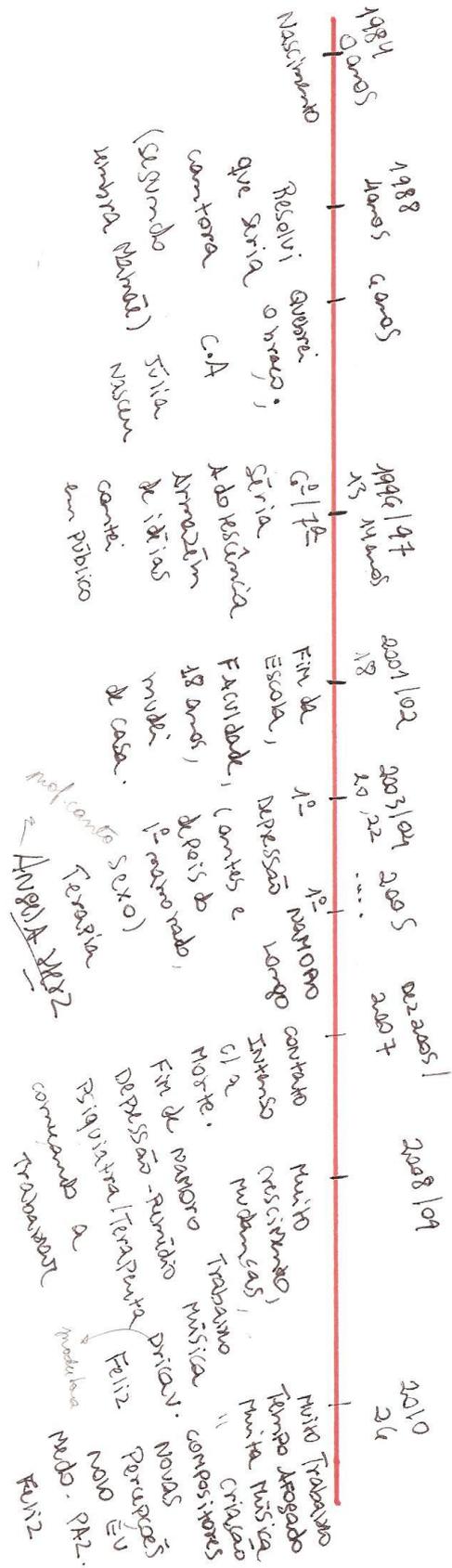


ANEXO 2

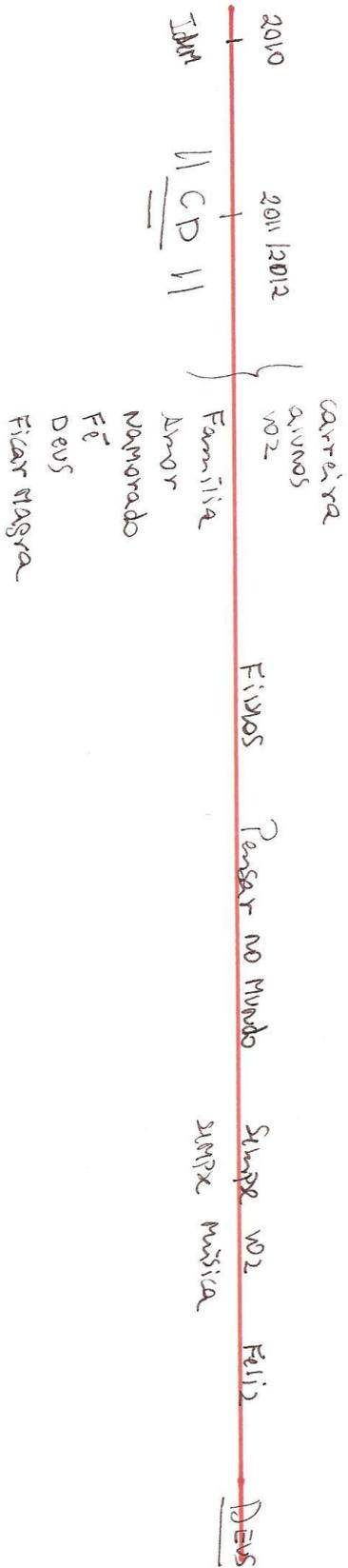
Exemplo “linha do tempo”: Jovem Rio de Janeiro

Exemplo “linha do tempo”: Jovem Quebec

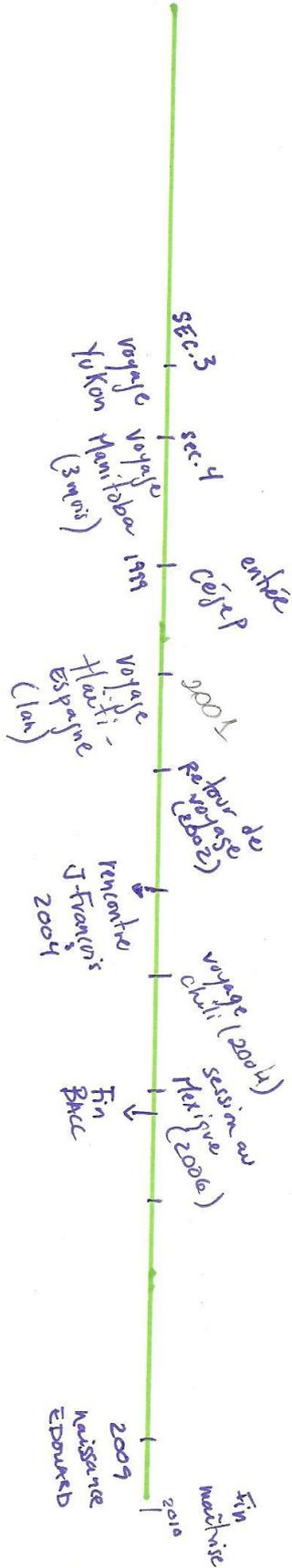
PASSADO - PRESENTE



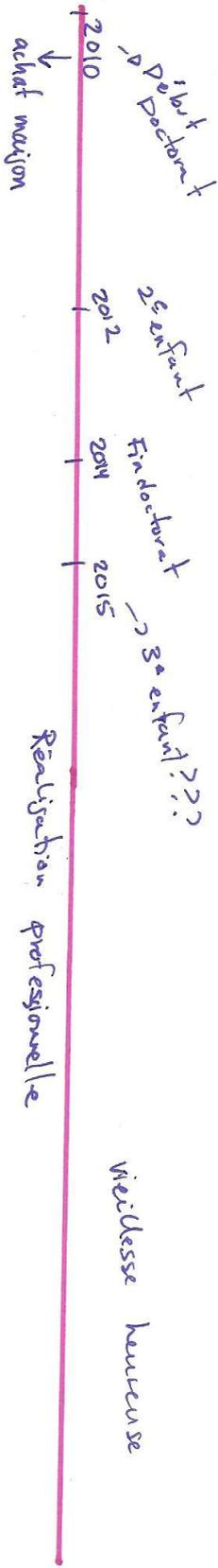
PRESENTE - FUTURO



PASSADO - PRESENTE



PRESENTE - FUTURO



ANEXO 3

Roteiro de entrevista

- Dados gerais
 - 1) Nome
 - 2) Idade
 - 3) Estado civil (como foi? Por quê?)
 - 4) Escolaridade (como? Por quê? percurso)
 - 5) Profissão (como? Por quê? percurso)
 - 6) Classe social (identificação e justificativa)

- Percepção sobre ser jovem e ser adulto
 - 7) O que é ser jovem para você? (Definição, valores em jogo)
 - 8) O que é ser adulto para você? (Definição, valores em jogo. Explorar a questão da responsabilidade, quando mencionada.)
 - 9) Você se considera jovem ou adulto? Por quê?
 - 10) O que é melhor: ser jovem ou ser adulto? Por quê?
 - 11) Você acha que ser jovem hoje é diferente do que foi para seus pais, do que foi para gerações anteriores? Quais seriam as diferenças ou similaridades?
 - 12) Você acha que ser adulto hoje é diferente do que foi para seus pais, do que foi para gerações anteriores? Quais seriam as diferenças ou similaridades? (idéia de estabilidade e risco)

- Passagem para a vida adulta
 - 13) Como se dá a transição de jovem para adulto? Como foi para você? Houve um evento marcante, algum acontecimento que significou essa passagem para você? O que fez/faz você se considerar adulto? (se tiver respondido que se considera adulto) Por que você não se considera adulto? (se tiver respondido que não)

- 14) Quais são os acontecimentos/eventos do momento de passagem para a vida adulta para você? (Pergunta para pessoas que disserem se considerar fazendo a passagem para a idade adulta.)
 - 15) Você passa ou passou por esse momento fazendo parte de algo maior, junto a outras pessoas, compartilhando experiências, momentos, sentimentos ou de forma mais solitária? Alguém ou algo te ajudou? Há um evento específico que foi exemplar desse momento? (investigar entraves)
 - 16) O que foi fácil e difícil na sua transição?
 - 17) O que é preciso para se tornar adulto? O que é ser homem/mulher no mundo de hoje? Existem referências ou padrões? Há algo ou alguém que diz o que é ser adulto?
 - 18) O que você imagina ser o mundo adulto? (comportamentos, valores, idéias. É ter emprego, casa, família?)
 - 19) O que determina o fim da juventude?
- Família
- 20) Como é sua relação com seus pais? (Transmissão e sucessão)
 - 21) Sua família te ajudou até ter estabilidade financeira? Alguma ajuda do governo (bolsa, etc.)?
 - 22) O que é dependência/independência para você?
- Trabalho
- 23) Trajetória profissional. Por que essa escolha? O que você faz? Há quanto tempo? Com quantos anos começou a trabalhar? Como começou? Como você fez para começar? Alguém te ajudou? Você está satisfeito? Foi fácil ou difícil? Você quer fazer outra coisa? Por quê? Você acha que ficou mais difícil iniciar um percurso profissional na “sua vez”?
 - 24) Qual a importância do trabalho na sua família? Sua escolha foi influenciada por eles? Algum professor? Amigo?
 - 25) Emprego é uma referência identitária, ajuda a definir quem você é?
 - 26) Qual a importância do trabalho/emprego na sua vida? Teve importância no momento de se tornar adulto?